

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Pessoa Jurídica: Rádio FM 90 Ltda

CNPJ: 48.843.270/0001-90

CEP da sede: 13324-240

Endereço da sede: Rodovia Convenção nº 1650, km 02, Bairro Canjica, Salto-SP

E-mail de contato: comercial@fm90.com.br

Serviço a ser renovado:

() Radiodifusão sonora

(X) em frequência modulada

() em ondas curtas

() em ondas médias

() em ondas tropicais

() Radiodifusão de sons e imagens

Período da renovação: 10 de outubro de 2017 a 10 de outubro de 2027

Localidade da renovação: Salto

UF: SP

Eu, **Luiz Antônio Mazzucco**, inscrita no CPF sob nº 467.755.448-04, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da **Rádio FM 90 Ltda**, participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

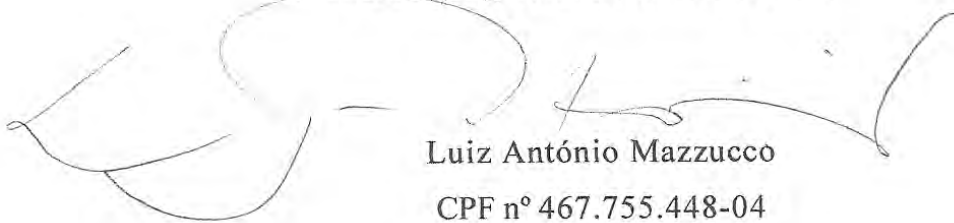
Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 1

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

- (b) nenhum dos dirigentes da **Rádio FM 90 Ltda**, está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a **Rádio FM 90 Ltda**, não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a **Rádio FM 90 Ltda**, atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (e) a **Rádio FM 90 Ltda**, cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (f) a **Rádio FM 90 Ltda**, não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da **Rádio FM 90 Ltda**, foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Salto (SP), 17 de novembro de 2020



Luiz Antônio Mazzucco

CPF nº 467.755.448-04



Ilustríssimo Senhor
Ministro das Comunicações
Ministério das Comunicações
Brasília-DF

Assunto: Renovação de Outorga por novo período
Referência ao Fistel nº 020 080 300 08

Prezado Senhor,

A RÁDIO FM 90 LTDA (antiga Rádio Pioneira Ltda), inscrita no CNPJ nº 48.843.270/0001-90, com sede no endereço Rodovia Convenção nº 1650, km 02, Bairro Canjica, na localidade de Salto, Estado de São Paulo, CEP 13324-240, por sua representante legal, infra assinada, vem solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, para a execução do Serviço de Radiodifusão de Sonora em Frequência Modulada, na localidade de **Salto**, no Estado de São Paulo, relativo ao período de **10 de outubro de 2017 a 10 de outubro de 2027**, encaminhando para tanto o requerimento e documentos necessários.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Salto (SP), 17 de novembro de 2020


Pela Rádio FM 90 Ltda
Luiz Antônio Mazzucco

Endereço para correspondência:
Rodovia Convenção nº 1650, km 02, Bairro Canjica, Salto-SP
13324-240



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

RÁDIO PIONEIRA DE SALTO LTDA.

Contrato Social

Manoel Pedro Rodrigues Filho, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº RG 1.932.493 SP e do CPF nº 068.736.508-20, residente e domiciliado à Rua da Conceição 380 11º andar, apto. 112 em Campinas-SP; Odilon Garcia / Nascimento Filho, brasileiro, casado, radialista, portador da carteira de identidade nº RG 2.767.203 SP e do CPF nº... nº 134.876.398-15, residente e domiciliado à Av. Cel. Silva Teles, 620 em Campinas SP, e da Maria Pires Garcia, brasileira, viúva, do lar, portadora da carteira de identidade nº RG 2.767.183 SP e do CPF / nº 134.593.338-04, residente e domiciliada à Av. Benjamin Constant 2.011 em Campinas-SP, têm justo e contratado uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada que se regerá pelas seguintes cláusulas:

I

A sociedade girará sob a razão social "RÁDIO PIONEIRA DE SALTO LIMITADA", tendo sede e foro na cidade de Campinas no Estado de São Paulo.

II

A sociedade tem como objetivo a execução de serviços de radio-difusão sonora na cidade de Salto-SP e em outras localidades / do Território Nacional, desde que para tanto o Governo Federal-lhe outorgue concessões e, ou, permissões, podendo explorar, paralelamente, a propaganda comercial e outras atividades afins.

Parágrafo único-Para a consecução de seus objetivos, a socieda-

[Handwritten signature]
no. P. 8

→



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
FUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data estampada
AUTENTICA *Autenticada*



LOQUE ALMEIDA RIBEIRO
Bonsucesso Garaf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

de poderá instalar radiodifusoras, abrir escritórios, agências e sucursais em qualquer localidade do Território Nacional, cumprindo sempre o que estabelecer a legislação vigente, ou a vigorar, / que rege a execução de serviços de radiodifusão.

III

A duração da sociedade é por prazo indeterminado.

IV

O capital da sociedade é de CR\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) inteiramente integralizado neste ato em moeda corrente do país, representado por 200.000 (duzentas mil) cotas no valor de -- CR\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma e assim distribuídas entre os sócios:

- Manoel Pedro Rodrigues Filho, com 100.000 (cem mil) cotas, no valor total de CR\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros);
- Odilon Garcia Nascimento Filho, com 90.000 (noventa mil) cotas, no valor total de CR\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros), e
- Maria Pires Garcia, com 10.000 (dez mil) cotas, no valor total de CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Parágrafo 1º - Cada cota é indivisível e para cada uma a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

Parágrafo 2º - A responsabilidade dos sócios é limitada até o valor do capital social.

V

É vedado o ingresso na sociedade de pessoas jurídicas e estrangeiras, só podendo nelas ser admitido brasileiros.

VI

As cotas que constituem o capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas / jurídicas.

VII

Na hipótese de qualquer dos sócios desejar ceder ou vender a totalidade ou parte das cotas que possuir, terão preferência absoluta para sua aquisição os demais sócios, aos quais o sócio interessado deverá comunicar sua intenção por escrito.

→



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
FOLTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data estampada
AUTENTICA *Autenticada*



LOQUE ALMEIDA RIBEIRO
Bessette Garaf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Parágrafo 1º- O sócio interessado em ceder ou vender as cotas/ deverá conceder aos demais, interessados, um prazo para resposta nunca inferior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo 2º- Caso mais de um sócio desejar adquirir as cotas, a aquisição será feita por eles, proporcionalmente às cotas que / já possuírem.

VIII

Ocorrendo o falecimento de qualquer sócio, a sociedade não se - dissolverá, procedendo-se então a um balanço geral e pagando-se ao herdeiro ou herdeiros do sócio falecido o valor do seu capital, créditos que possua na sociedade e o lucro apurado até o - último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

Parágrafo Único: O valor total do que for devido será pago ao - herdeiro ou herdeiros, da seguinte forma:

- a) 20% (vinte por cento) do total, 90 (noventa) dias a contar da - data do falecimento.
- b) Os restantes 80% (oitenta por cento) em 12 (doze) prestações / mensais de igual valor, sem juros, vencendo-se a primeira 120 (cento e vinte) dias a contar da data do falecimento e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

IX

A sociedade será administrada por um sócio gerente, ao qual são conferidos amplos e plenos poderes para praticar todos os atos normais de administração e gerência, na defesa dos interesses - da sociedade, em juízo e fora dele.

Parágrafo 1º- Qualquer documento que envolva o patrimônio da - sociedade deverá ser, sempre, assinado pelo sócio gerente e um / dos outros sócios.

Parágrafo 2º- A sociedade poderá fazer-se representar, em juízo e fora dele, por procurador ou procuradores, os quais terão os - poderes que forem fixados nos respectivos mandatos, cuja outor- ga deverá ser sempre assinada na forma estabelecida no parágra- fo anterior.

X

Fica investido no cargo de sócio-gerente o sócio Odilon Garcia Nascimento Filho, independentemente de caução.



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e este estampado
AUTENTICA mecanicamente.

[Assinatura]
LUIZ DE MOURA VIEIRA Secretário Geral

RECEBIMOS 03/03/89-1417



XI

A título de "pro-labore", o sócio gerente poderá retirar uma importância equivalente ao maior valor fixado anualmente como limite máximo permitido pela legislação do imposto de renda.

XII

O ano social coincide com o ano civil. Anualmente em 31 de dezembro, será levantado um balanço geral para apuração dos resultados do exercício. Os lucros ou prejuízos verificados serão divididos entre os sócios na proporção direta das cotas que possuírem.

XIII

Para dirimir quaisquer dúvidas sobre o presente contrato, os sócios elegem o fóro da Comarca de Campinas no Estado de São Paulo.

E, por estarem todos os sócios de acordo / com o presente instrumento, o assinam datilografado em 05 (cinco) vias para um só efeito, perante as duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Campinas-SP, 04 de maio de 1.977

Testemunhas:

a)

[Assinatura]

a) Manoel Pedro Rodrigues Filho

a) Odilon Garcia Nascimento Filho

Maria Pires Garcia

a) Maria Pires Garcia

a)

[Assinatura]



PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS
E OFÍCIO DE JUSTIÇA
SEL. CARMINE CAMPAGNONE
ESCRIVÃO
PALÁCIO DA JUSTIÇA
CAMPINAS

Assinados a: *Manoel Pedro Rodrigues Filho - Odilon Garcia Nascimento Filho - Maria Pires Garcia - Luiz Henrique Meirelles - Roberto Becken*

CAMPINAS, 05 DE 05 DE 1977

Em Test. da verdade.

SEM PAGO POR VERBA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e este estampado
AUTENTICA mecanicamente.
LUIZ DE MOURA MENEZES
Secretário Geral

RECEBIMOS DO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DESEMBARGADOR
DR. JOSÉ CARLOS
DE MOURA MENEZES
O
DOCUMENTO
Nº 10.123.20-1/89
EM 27/09/89
Pelo Tabelião
DR. JOSÉ CARLOS
DE MOURA MENEZES



915.264-177

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTA CO-MERCIAL DO RIO DE JANEIRO PAULO
CERTIDÃO de registro de documento nº 101.741.214-24

Perceval Laite, British
Perceval Laite, British-Secretary General



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e este estampado
AUTENTICA mecanicamente.

[Assinatura]
LUIZ DE MOURA MENEZES Secretário Geral

RECEBIMOS DO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DESEMBARGADOR
DR. JOSÉ CARLOS
DE MOURA MENEZES
O
DOCUMENTO
Nº 10.123.20-1/89
EM 27/09/89
Pelo
Escritório de
Recepção de
Documentos
do
Tribunal de
Justiça do
Estado de
São Paulo



1a.alteração contratual

Marcelo Pedro Rodrigues Filho, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº RG 1.932.493-SP e do CPF 068.736.508-20, residente e domiciliado à Rua da Conceição 380 11º andar em Campinas-SP; Odilon Garcia Nascimento/Filho, brasileiro, casado, radialista, portador da carteira de identidade nº RG 2.767.203 SP e do CPF 134.876.398-15, residente e domiciliado à - Av. Cel. Silva Teles, 620 em Campinas-SP; e Da. Maria Pires Garcia, brasileira, viúva, do lar, portadora da carteira de identidade nº RG 2.767.183-SP e do CPF 134.593.338-04, residente e domiciliada à Av. Benjamim Constant, 2.011 em Campinas SP, únicos sócios da sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada Rádio Pioneira de Salto Limitada, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 915.264 em 10 de maio de 1.977, resolvem alterar a Cláusula VI desse instrumento, a qual passará a ter a seguinte redação: .

VI

"As cotas que constituem o capital social são inalienáveis e in-/caucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas ju-/rídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia auto-/rização do Poder Concedente."

Declaram os sócios, na melhor forma de direito, /
que ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do Contrato-
Social que, com esta alteração, se funde num só corpo.

Testemunhas:

82

b)

Campinas, 20 de junho de 1.977

a) Manoel Pedro Rodrigues Filho

b) ~~Odilon Garcia Nascimento Filho~~

c) Maria Pires Garcia

PRIMEIRO CARTORIO DE NOTAS
E CARTAS DE NOTAS





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTICA
EXATA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certificado que a presente cópia "XEROX" foi elaborada
em conformidade com o original, cujo número e data estão
indicados no verso do documento.
COPIA
AUTENTICA
JUIZ DE ASSUNTOS JUDICIAIS
BONFIM DA SILVA

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

931762-1-77

931762-1-77

14 JUL 1977

SECRETARIA DA JUSTIÇA
PREFEITURA DE CAMPINAS
PREFEITO LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA

PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOVIAS
E OFÍCIO DE JUSTIÇA
BEL. CÂRMINE CAMPAGNONE

ESCRIVÃO
PALÁCIO DA JUSTIÇA
CAMPINAS

Em Teste de
Firma - Roberto Roberto Secchi
Firma - Roberto Roberto Secchi
Firma - Roberto Roberto Secchi
Firma - Roberto Roberto Secchi

CAMPINAS 20 DE 06 DE 1977
Em Teste de _____ do veracidade.

SELO PAGO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

RÁDIO PIONEIRA DE SALTO LTDA

CGC 48.843.270/0001-90

2a.alteração contratual

MANOEL PEDRO RODRIGUES FILHO, brasileiro, casado, co-
merciante, portador do RG 1.932.493 SP e do CPF nº
nº 068.736.508-20, residente na Rua da Conceição nº
380 11º em Campinas, SP, onde é domiciliado; ODILON /
GARCIA NASCIMENTO FILHO, brasileiro, casado, radialis-
ta, RG 2.767.203 S e CPF 134.876.398-15, residente/
na Rua José Ferreira de Camargo 677, em Campinas, SP
onde é domiciliado e da MARIA PIRES GARCIA, brasi-
leira, viúva, do lar, RG 2.767.183 SP e CPF 134.593./
338-04, residente na Av. Benjamim Constant 2.011 em
Campinas, SP, onde é domiciliada, únicos sócios da Rá-
dio Pioneira de Salto Limitada, que tem seu contra-
to social arquivado na Junta Comercial do Estado /
de São Paulo sob o nº 915.264 em data de 10/05/77-
e 1a. alteração contratual sob o nº 931.762 em 14/
14/07/77, resolvem:

I - A quotista Maria Pires Garcia, que é proprietária e possuidora de 10.000
(dez mil) quotas de capital, no valor total de CR\$ 10.000,00 (dez mil cru-
zeiros), cede e transfere a totalidade dessas quotas ao Dr Fernando Pereira
Garcia, brasileiro, casado, advogado, RG 3.668.450 SP e CPF 129.559.148-00, resi-
dente na Av. Pe. Pereira de Andrade nº 545 apto 63 D, em São Paulo, SP, onde é do-
miciliado, que é, assim, admitido na Sociedade. A Cedente dá ampla quitação e re-
tira-se definitivamente da Sociedade.

II - Os sócios resolvem elevar o capital social de CR\$ 200.000,00 (duzentos/
mil cruzeiros) para CR\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cru-
zeiros), criando-se, conseqüentemente, 4.300.000 (quatro milhões e trezentas mil)
novas quotas de capital, de CR\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, que serão por eles
subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, de forma que o capi-
tal social fique assim distribuído:

Manoel Pedro Rodrigues Filho	1.500.000 quotas	CR\$ 1.500.000,00
Odilon Garcia Nascimento Filho.....	1.500.000 quotas	CR\$ 1.500.000,00
Fernando Pereira Garcia	1.500.000 quotas	CR\$ 1.500.000,00
Total.....	4.500.000 quotas	CR\$ 4.500.000,00



2a, alteração contratual da Rádio Pioneira de Salto Ltda. fls. 02

III- Resolvem, também, transferir a sede jurídica da Sociedade, da Rua da Conceição nº 380 IIº em Campinas, SP, para a Rua Lombardia nº 90, na cidade/ de Salto, Estado de São Paulo; modificar a razão social Rádio Pioneira de Salto Limitada para "Rádio Pioneira Ltda" e modificar as cláusulas IX e X do contrato social para permitir seja a gerência e administração da Sociedade exercida isoladamente por qualquer dos sócios.

IV - Portanto, feitas as alterações acima descritas, o contrato social passa/ a vigor com a seguinte redação:

" RÁDIO PIONEIRA LTDA
CGC48843270/0001- 90
Contrato Social

DENOMINAÇÃO SEDE E OBJETO

CLÁUSULA I

A RÁDIO PIONEIRA LIMITADA, com sede na cidade de Salto, Estado de São Paulo, na Rua Lombardia nº 90, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída de acordo com o Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919 e de conformidade com a legislação que rege os serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA II

A Sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora, de quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do País, desde que para tanto/ o Governo Federal lhe outorgue permissões e, ou, concessões, podendo paralela- mente explorar a propaganda comercial e a música funcional.

§ 1º - A execução dos serviços a que se refere esta cláusula, obedecerá sem- pre a legislação específica que reger a radiodifusão, visando fins cí- vicos, patrióticos, educacionais e recreativos.

§ 2º - Para a consecução dos seus objetivos, a sociedade poderá instalar esta- ções radiodifusoras, serviços especiais de música funcional e abrir e fechar sucursais e escritórios em quaisquer partes do País.

CAPITAL E RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA III

GUO-SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

2a. alteração contratual da Rádio Pioneira de Salto Ltda. fls. 03

CLÁUSULA III

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de CR\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), representados por 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) quotas no valor unitário de CR\$ 1,00 (um cruzeiro) e assim distribuídas entre os sócios:

Manoel Pedro Rodrigues Filho	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Odilon Garcia Nascimento Filho	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Fernando Pereira Garcia	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Total	4.500.000 quotas CR\$	4.500.000,00

§ 1º - A responsabilidade de cada sócio é limitada até o valor total do capital social.

§ 2º - As quotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

ADMISSÃO DE SÓCIOS E CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA IV

É vedado o ingresso na Sociedade às pessoas jurídicas e estrangeiras, nela só podendo ser admitidas brasileiras.

CLÁUSULA V

As quotas representativas do capital social são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia anuência do Governo Federal.

CLÁUSULA VI

Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir a totalidade ou parte das suas quotas, terão preferência absoluta para a aquisição os demais sócios, aos quais o interessado em transferir deverá comunicar sua intenção - por escrito, concedendo um prazo de sessenta dias para se manifestar.

Parágrafo Único: Caso mais de um sócio desejar adquirir as quotas, a aquisição será feita por eles na proporção direta das quotas que já possuem.

GUO-SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

PRAZO E FALECIMENTO

CLÁUSULA VII

A duração da Sociedade é por prazo indeterminado, observando-se quando da sua dissolução os preceitos da lei específica e da que lhe for aplicável.

CLÁUSULA VIII

Ocorrendo o falecimento de qualquer sócio a Sociedade não se dissolverá, procedendo-se, então, a um balanço geral e pagando-se aos herdeiros do sócio falecido, ou aos seus sucessores, o valor do seu capital, considerando-se os débitos e créditos que possua na sociedade e o lucro ou prejuízo apurado até o último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

Parágrafo único: Em caso de impedimento legal de qualquer sócio aplicar-se-á o disposto nesta cláusula.

CLÁUSULA IX

Poderão os herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou impedido optarem por seu ingresso na Sociedade, desde que previamente submetam seus nomes à aprovação do Poder Concedente, prevalecendo a decisão contida nesta cláusula sobre a precedente.

GERÊNCIA E PRO LABORE

CLÁUSULA X

A Sociedade é administrada pelos três sócios, os quais usarão a denominação "diretor-gerente" e agirão individualmente na prática dos atos normais de gerência e administração, visando os interesses sociais, vedado o uso da razão social em negócios estranhos à Sociedade, bem como a concessão de avais, fianças e garantias em favor de terceiros.

§ 1º - Para adquirir ou alienar patrimônio, a Sociedade se obrigará pela assinatura de dois diretores-gerentes.

§ 2º - A Sociedade poderá fazer-se representar em Juízo e fora dele por procuradores, brasileiros, os quais terão os poderes que forem fixados nos respectivos mandatos, cuja outorga deverá ser assinada na forma do parágrafo

GUO.SP

[Handwritten signatures and stamps on the right margin]



2a.alteração contratual da Rádio Pioneira de Salto Ltdafls.05

parágrafo primeiro desta cláusula e,quando for o caso,precedida de anuência do Governo Federal.

§ 3º - Os diretores gerentes farão jus a uma retirada mensal a título de pro labore,que será fixada de comum acordo.

EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO

CLÁUSULA XI

O ano social coincide com o civil.Anualmente no dia 31 de dezembro será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados do exercício.Os lucros ou prejuízos apurados serão dirimidos entre os sócios na proporção das quotas que possuírem,ou ficarão escriturados em título próprio da contabilidade.

CASOS OMISSOS E FORO

CLÁUSULA XII

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios,buscando-se subsídios em toda legislação vigente,especialmente no Decreto nº 3.708 de 1.919 e no Código Brasileiro de Telecomunicações.

CLÁUSULA XIII

Fica eleito o foro da Comarca de Salto,Estado de São Paulo,para qualquer pendência oriunda deste contrato. "

V - E,assim,por estarem em tudo justos e contratados assinam o presente instrumento,juntamente com duas testemunhas.Este documento tem cinco vias datilografadas de um só lado.Cada via tem 06(seis)folhas.

Salto,08 de janeiro de 1.981


Maria Pires Garcia


Manuel Pedro Rodrigues Filho


Mo. P. G.


MINISTRO CONTADOR DE NOTAS E SELLOS DE DINHEIRO







PRIMEIRO CARTORIO DE NOTAS
E OFÍCIO DE JUSTIÇA
DEL. CARMINE CAMPAGNON
ESCRIVÃO

CAMPINAS
Reconheço a firma retiro de
Maria P. Garcia e
Manoel P. Rodrigues
Filho
CAMPINAS, 12 DE JAN 1981 DE 19
Em Test. da verdade
SELO PAGO POR VERRA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Odilon Garcia Nascimento Filho

14.8

Ass. Contábil

Fernando Pereira Garcia

Uso da razão social:

p/ Rádio Pioneira Ltda

p/Rádio Pioneira Ltda

Fernando Pereira Garcia
diretor gerente

Odilon Garcia Nascimento Fº
diretor gerente

p/ Rádio Pioneira Ltda

Manoel Pedro Rodrigues Fº
diretor gerente

Testemunhas:

1- Domingos Andreotti

Nome: Domingos Andreotti

RG: 7.871.251 SP

CPF: 129.484.388



2- Nilza Ferreira do Nascimento

Nome: Nilza Ferreira do Nascimento

RG: 11.992.268 SP

CPF: 819.645.448-15

PRIMEIRO CARTORIO DE NOTAS

E OFÍCIO DE JUSTIÇA

DEL. CARMINE CAMPAGNON

RECEIÇÃO

CAMPINAS

Reconheço a firma Odilon G.

Nascimento Filho, Manoel

P. Rodrigues Filho, Domingos

Andreotti e Nilza Ferreira do Nascimento

CAMPINAS

Em Test.

VISTO
§ 4.º - Art. 71 LEI 4215/63
C/C ART. 1.º LEI 6884/80

DEPARTAMENTO URBANISMO - CAMPINAS
AB SP 57465 - CPF 03703047820

GUO.SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

21 SET 1901

14.º CARTÓRIO DE NOTAS-VAMPRE
R. CARDEAL ARCOVERDE, 2210-PINHEIROS-3, PAULO

RECONHECO por semelhança a firma
[Handwritten signature]

SÃO PAULO, 7 JUN 1901

Escriv. Aut. Rubens Damás Cortez
Francisco Barreto Filho

Cada Brás Cr\$ 25,00 - Selos pagos por valores



1877267061T

21 SET 1901

CONFERENCIADO POR ESTE JUIZ DE PAZ DE SÃO PAULO
Em 7 de Junho de 1901
Presença do Sr. Juiz Secretário Dr. [illegible]

RECEBIDO
N.º 1877267061



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

ADVOCADO
RADIO PIONEIRA LIMITADA
CGC 48.843.270/QD01-90
3a. alt. contratual



MANOEL PEDRO RODRIGUES FILHO, brasileiro, casado, comerciante, RG 1.932.493 SP, CPF 068.736.508 - 20, residente na Rua da Conceição 380 llo. em Campinas - SP, onde é domiciliado; ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, brasileiro, casado, radio-difusor, RG n. 5.346.958 SP CPF n. 031.180.048-35 residente na Rua José Ferreira de Camargo, 677 em Campinas-SP onde é domiciliado; e FERNANDO PEREIRA GARCIA, brasileiro, casado, advogado, RG 3.668.450 SP, e CP n. 129.559.148-00, residente na Av Pa. Pereira de Andrade, 545 apto 63 em São Paulo- SP, onde é domiciliado, únicos cotistas da sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada que gira nesta praça sob a denominação de RADIO PIONEIRA LIMITADA, cujos atos constitutivos e alterações contratuais foram arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente, sob os seguintes números e datas: 915.264 em 10 de maio de 1.977; 931.762 em 14 de julho de 1.977 e 1.190.796 em 21 de setembro de 1.981, por este instrumento e na melhor forma de direito R E S O L V E M:

I- Em cumprimento ao disposto no Decreto - Lei no. 2284/86, converter a expressão monetária do capital social, de Cruzeiro para Cruzado, pela paridade de 1.000 (um mil) por 1(um), reduzindo-se, consequentemente o número de cotas para 4.500 (quatro mil e quinhentas) que, doravante passam a ter o valor nominal de Cz\$ 1,00 (um cruzado). Dessa forma o capital social fica assim representado:

Manoel Pedro Rodrigues Filho ...	1.500 cotas	Cz\$	1.500,00
Odilon Garcia Nascimento Filho...	1.500 cotas	Cz\$	1.500,00
Fernando Pereira Garcia.....	1.500 cotas	Cz\$	1.500,00
Totais.....	4.500 cotas	Cz\$	4.500,00

II- Face às novas disposições legais sobre telecomunicações, especialmente o Decreto n. 91.837 de 25 de outubro de 1.985, resolvem os sócios, ainda, reestruturar e consolidar o contrato social, que doravante vigorará conforme abaixo se lê:

CARTÓRIO DE ACTAS



Qualdo Urbaneca Ozorio

Rádio Pioneira Ltda. 3a. alt. contratual.....fls 2/06

R Á D I O P I O N E I R A L I M I T A D A
Contrato social

Da denominação da sede e do objeto

CLAUSULA I

A RADIO PIONEIRA LIMITADA, com sede na cidade de Salto, Estado de São Paulo, na Rua Lombardia, 90 é uma sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, constituída de acordo com o Decreto n.3.708 de 10 de janeiro de 1.919 e com a legislação que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil.

CLAUSULA II

A sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do país, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões e, ou, concessões podendo paralelamente explorar a propaganda comercial e a música funcional.

* 1o. A execução a que se refere esta cláusula obedecerá, sempre, a legislação específica que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil, visando fins patrióticos, cívicos, educativos e recreativos.

* 2o. Para a consecução dos seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional, estúdios auxiliares e abrir e fechar sucursais, escritórios e filiais em quaisquer partes do país, observados os regulamentos técnicos e as normas jurídicas específicas e aplicáveis.

Do capital e da responsabilidade

CLAUSULA III

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de Cz\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzados), representado por 4.500 (quatro mil e quinhentas) cotas no valor de Cz\$ 1,00 (um cruzado) cada uma e assim distribuído entre os sócios:

PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS
F. J. CAMARGO



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data expediente
AUTENTICA processualmente.

LEITE DE AUSEIA INGLÊS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Guilherme Mebanea Ozorio

ADVOGADO

Rádio Pioneira Ltda - 3a. alt. contratual.....fls 3/06

Manoel Pedro Rodrigues Filho.....	1.500 cotas	Cz\$ 1.500,00
Odilon Garcia Nascimento Filho.....	1.500 cotas	Cz\$ 1.500,00
Fernando Pereira Garcia.....	1.500 cotas	Cz\$ 1.500,00
Totais.....	4.500 cotas	Cz\$ 4.500,00

* 1o. As cotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

* 2o. A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor do capital social, nos termos do art 2o. in fine do Decreto No. 3.708/19.

Da admissão de sócios e da cessão de cotas

CLAUSULA IV

Por ser vedado o ingresso na sociedade às pessoas jurídicas e às estrangeiras, só pessoas naturais brasileiras serão admitidas ao quadro societário e, por consequência, as cotas representativas do capital social são inalienáveis, incaucionáveis e intransferíveis, direta ou indiretamente, àquelas pessoas.

CLAUSULA V

Qualquer alteração do contrato social dependerá de prévia anuência do Governo Federal.

CLAUSULA VI

Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir suas cotas, no todo ou em parte, preferência absoluta é assegurada aos demais componentes do quadro societário, devendo o interessado em transferir comunicar essa intenção, por escrito, aos demais cotistas, concedendo-lhes um prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta.

Parágrafo Único: Caso mais de um sócio desejar adquirir as cotas do sócio retirante, a aquisição será feita na proporção direta das cotas que cada um dos pretendentes possuir.

PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data expediente
AUTENTICA processualmente.

LEITE DE AUSEIA INGLÊS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Rádio Pioneira Ltda - 38.ª. Alt. contratual.....fls 4/06

Do prazo e do falecimento

CLAUSULA VII

A duração da sociedade é por prazo indeterminado, observando-se, quando da dissolução, os preceitos da lei específica e da que for aplicável.

CLAUSULA VIII

Ocorrendo o falecimento de qualquer dos sócios a sociedade não se dissolverá, procedendo-se, então, a um balanço geral e pagando-se aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido o valor do seu capital, considerando-se os débitos que possua na sociedade e o lucro ou prejuízo apurado até o último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

Parágrafo único: Em caso de impedimento legal de qualquer sócio aplicar-se-á o disposto nesta cláusula.

CLAUSULA IX

Poderão os herdeiros necessários optar pelo seu ingresso na sociedade, desde que obtenham a indispensável autorização do Governo Federal.

Da administração e do pro-labore

CLAUSULA X

Os administradores desta entidade serão sempre brasileiros natos e a sua posse nos respectivos cargos somente ocorrerá após aprovação dos seus nomes pelo Ministério das Comunicações.

CLAUSULA XI

A administração da sociedade será exercida pelos tres sócios os quais usarão a denominação "diretor-gerente" e agirão individualmente, visando aos interesses sociais, vedado o uso da razão social em negócios estranhos à sociedade, bem como a concessão de avais, fianças e garantias em favor de terceiros.

PRIMEIRO CARTÓRIO DE N.



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data expediente
AUTENTICA processualmente.

LEITE DE AUSEIA INGLÊS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Guilherme Ubirajara Ozorio

ADVOGADO

Rádio Pioneira Ltda - 3ª. alt. contratual.....fls 5/06

* 1o. Para adquirir ou alienar patrimônio imóvel a sociedade se obrigará pela assinatura de dois diretores - gerentes.

* 2o. A sociedade poderá fazer-se representar em Juízo e fora dele por procuradores, brasileiros, os quais terão os poderes que forem fixados nos respectivos mandatos, cuja outorga, quando for o caso, deverá ser precedida de prévia anuência do Governo Federal.

CLAUSULA XII

Os diretores-gerentes farão jus a uma retirada pro-labore, fixada de comum acordo e registrada em título próprio da contabilidade.

Do exercício social e do balanço

CLAUSULA XIII

O ano social coincide com o civil. Anualmente no dia 31 de dezembro, será levantado um balanço geral para apuração dos resultados do exercício. Os lucros ou prejuízos apurados serão suportados entre os sócios na proporção das cotas que possuírem, ou ficarão escriturados em título próprio da contabilidade.

Das deliberações sociais

CLAUSULA XIV

Qualquer alteração do presente contrato social somente será válida se assinada por sócios que representem em conjunto, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, mas produzirá efeito com relação a todos, mesmo aqueles que não a tenham subscrito.

Dos casos omissos e do foro

CLAUSULA XV

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, buscando-se subsídios em toda a legislação vigente especialmente no Decreto n. 3.708/19 e no Código Brasileiro de Telecomunicações.

PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data expediente
AUTENTICA processualmente.

LEITE DE AUSEIA INGLÊS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Geraldo Urbaneca Ozorio

ADVOGADO

Rádio Pioneira Ltda v. 3a. alt. contratual.....fls 6/06

CLAUSULA XVI

Os sócios elegem o foro da Comarca de Salto, no Estado de São Paulo, para conhecer em primeira instância de qualquer pen-
cência oriunda do presente contrato."

IV- Assim, por estarem em tudo justos e con-
tratados assinam o presente instrumento em tres (03) vias, de
igual teor e forma e para um único efeito, juntamente com (02)
duas testemunhas. Cada via tem 06 (seis) folhas datilografada-
das apenas no anverso. Este documento será arquivado na
JUCESP após expressa autorização do Departamento Nacional de
Telecomunicações.

Salto, 05 de junho de 1.987

ass. Manoel Pedro Rodriguez Filho

ass. Osilton Garcia Nascimento Filho

ass. Fernando Pereira Garcia

Testemunhas:

1-

Nome: Dulcinea Figueiredo de Deus
RG : 15.658.433

2-

Nome: Nilza Ferreira do Nascimento
RG : 11.992.268



SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA JUSTIÇA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO
524.725

Kamel Miguel Nahas
SECRETARIO GERAL

DE NOTAS

UNF

15/06/1987

RELATÓRIO

23 SET 1987

EM TEST.

PROL. DE F. V. S.	15/06/87	15/06/87
KAMEL	15/06/87	15/06/87
C. DE V.	15/06/87	15/06/87
AD. V. S.	15/06/87	15/06/87
F. V. S.	15/06/87	15/06/87

NOTAS RECORRIDAS POR V. S.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data expediente
AUTENTICA processualmente.

LEITE DE AUSEIA INGLÊS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Geraldo Urbancea Ozorio
ADVOGADO

RADIO PIONEIRA LIMITADA
GEC-48.843.270/0001-90
4a.alt.contratual

165325

MANOEL PEDRO RODRIGUES FILHO, brasileiro, casado, comerciante, RG 1.932.493 SP, CPF 068.736.508 - 20, residente na Rua da Conceição 380 110 em Campinas - SP, onde é domiciliado; ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, brasileiro, casado, radio-difusor, RG n. 5.846.958 SP CPF n. 031.180.048-35 residente na Rua José Ferreira de Camargo, 677 em Campinas-SP onde é domiciliado; e FERNANDO PEREIRA GARCIA, brasileiro, casado, advogado, RG 3.668.450 SP, e CPF n. 129.559.148-00, residente na Av. Pe. Pereira de Andrade, 545 apto 63 em São Paulo- SP, onde é domiciliado, únicos cotistas da sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada que gira nesta praça sob a denominação de RÁDIO PIONEIRA LIMITADA, cujos atos constitutivos e alterações contratuais foram arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente, sob os seguintes números e datas: 915.264 em 10 de maio de 1.977; 931.762 em 14 de julho de 1.977 e 1.190.796 em 21 de setembro de 1.981.

I-

O sócio Manoel Pedro Rodrigues Filho, que é proprietário e possuidor de 1.500 (mil e quinhentas) cotas de capital no valor nominal de Cz\$1,00 (um cruzado) cede e transfere, como cedidas e transferidas têm, a totalidade dessas cotas ao novo sócio ora admitido à sociedade, Sr LUIZ ANTONIO MAZZUCCO, brasileiro, casado, publicitário, RG 5.886.108, SP e CPF 467.755.448-04 residente na Rua Sen. Roberto Simonsen 28 em Itú-SP, onde é domiciliado. A presente cessão e transferência é feita pelo valor de Cz\$ 1.333,33 (mil trezentos e trinta e três cruzados e trinta e três centavos) por cota, pagos neste ato em moeda corrente nacional, pelo que o Cedente dá ao Cessionário ampla, geral e irrevogável quitação, retirando-se definitivamente da sociedade;

II-

O sócio Odilon Garcia Nascimento Filho, que é proprietário e possuidor de 1.500 (mil e quinhentas) cotas de capital no valor nominal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Rádio Pioneira Ltda - 4a alt. Contratual.....fls 2/09

de Cz\$1,00 (um cruzado) cede e transfere, como cedidas e transferidas têm, 1.200 (mil e duascentas) dessas cotas ao sócio ora admitido à sociedade, Sr LUIZ ANTONIO MAZZUCCO, acima qualificado. A presente cessão e transferência é feita pelo valor de Cz\$ 1.333,33 (mil trezentos e trinta e tres cruzados e trinta e tres centavos) por cota, pagos neste ato em moeda corrente nacional, pelo que o Cedente dá ao Cessionário ampla, geral e irrevogável quitação;

III-

O sócio Odilon Garcia Nascimento Filho, que, ainda, é proprietário e possuidor de 300 (trezentas) cotas de capital no valor nominal de Cz\$ 1,00 (um cruzado) cede e transfere, como cedidas e transferidas têm, a totalidade dessas cotas ao sócio ora admitido à sociedade, Sr JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA, brasileiro, casado, jornalista, RG 026.866.155 SP, CPF 284.706.488 53, residente na Rua Madre Maria Theodora 501 em Itú - SP, onde é domiciliado. A presente cessão e transferência é feita pelo valor de Cz\$ 1.333,33 (mil trezentos e trinta e tres cruzados e trinta e tres centavos) por cota, pagos neste ato em moeda corrente nacional, pelo que o Cedente dá ao Cessionário ampla, geral e irrevogável quitação, retirando-se definitivamente da sociedade;

IV-

O sócio Fernando Pereira Garcia que é proprietário e possuidor de 1.500 (mil e quinhentas) cotas de capital no valor nominal de Cz\$ 1,00 (um cruzado) cede e transfere, como cedidas e transferidas têm 1.050 (mil e cinquenta) dessas cotas ao sócio ora admitido à sociedade, Sr JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA, acima qualificado. A presente cessão e transferência é feita pelo valor de Cz\$ 1.333,33 (mil trezentos e trinta e tres cruzados e trinta e tres centavos) por cota, pagos neste ato em moeda corrente nacional, pelo que o Cedente dá ao Cessionário ampla, geral e irrevogável quitação;

V-

O sócio Fernando Pereira Garcia que, ainda, é proprietário e possuidor de 450 (quatrocentas e cinquenta) cotas de capital no valor nominal de Cz\$ 1,00 (um cruzado) cede e transfere, como cedidas e transferidas têm, a totalidade dessas cotas ao novo sócio ora admitido à sociedade, Sr VALDIR DIONISIO, brasileiro, solteiro, radialista, RG 11.770.989 SP, CPF 107.865.628-00, residente na Rua Mons. Luis Otávio B. Almeida 74 em Itú - SP, onde é domiciliado. A presente cessão e transferência é feita pelo valor de Cz\$ 1.333,33 (mil trezentos e trinta e tres cruzados e trinta e tres centavos) por cota, pagos neste ato em moeda corrente nacional, pelo que o Cedente dá ao Cessionário ampla, geral e irrevogável quitação, retirando-se definitivamente da sociedade.



ADVOCADO

tda : 4a:alt.com

Totais.....	4.500 cotas..	Cx\$ 4.500,00
-------------	---------------	---------------

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "J. Edgar Hoover". The signature is written in a cursive, flowing style with a large initial "J" and a prominent "H".R Á D I O P I O N E I R A L I M I T A D A
Contrato social

CLÁUSULA I

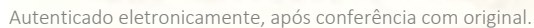
A RÁDIO PIONEIRA LIMITADA, com sede na cidade de Salto, Estado de São Paulo, na Rua Lombardia, 90 é uma sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, constituída de acordo com o Decreto n.3.708 de 10 de janeiro de 1.919 e com a legislação que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil.

CLÁUSULA II

A sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do país, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões e, ou, concessões podendo paralelamente explorar a propaganda comercial e a música funcional.

10. A execução a que se refere esta cláusula obedecerá, sempre, a legislação específica que reger a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil, visando fins patrióticos, cívicos, educativos e recreativos.

* 20. Para a consecução dos seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especializados de



Rádio Pioneira Ltda. 4a. alteração contratual.....fls 4/09

música funcional, estúdios auxiliares e abrir e fechar sucursais, escritórios e filiais em quaisquer partes do país, observados os regulamentos técnicos e as normas jurídicas específicas e aplicáveis.

Do capital e da responsabilidade

CLÁUSULA III

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de Cz\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzados), representado por 4.500 (quatro mil e quinhentas) cotas no valor de Cz\$ 1,00 (um cruzado) cada uma e assim distribuído entre os sócios:

Luiz Antonio Mazzucco.....	2.700 cotas:	Cz\$ 2.700,00
José Carlos Rodrigues de Arruda..	1.350 cotas:	Cz\$ 1.350,00
Valdir Dionísio.....	450 cotas:	Cz\$ 450,00

Totais.....4.500 cotas Cz\$ 4.500,00
=====

* 1o. As cotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

* 2o. A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor do capital social, nos termos do art 2o. in fine do Decreto No. 3.708/19.

Da admissão de sócios e da cessão de cotas

CLÁUSULA IV

Por ser vedado o ingresso na sociedade às pessoas jurídicas e às estrangeiras, só pessoas naturais brasileiras serão admitidas ao quadro societário e, por consequência, as cotas representativas do capital social são inalienáveis, incaucionáveis e intransferíveis, direta ou indiretamente, àquelas pessoas.

CLÁUSULA V



Rádio Pioneira Ltda. - 4a. alteração contratual.....fls 5/09

CLÁUSULA V

Qualquer alteração do contrato social dependerá de prévia autorização do Governo Federal.

CLÁUSULA VI

Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir suas cotas, no todo ou em parte, preferência absoluta é assegurada aos demais componentes do quadro societário, devendo o interessado em transferir comunicar essa intenção, por escrito, aos demais cotistas, concedendo-lhes um prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta.

Parágrafo único: Caso mais de um sócio desejar adquirir as cotas do sócio retirante, a aquisição será feita na proporção direta das cotas que cada um dos pretendentes possuir.

Do prazo e do falecimento

CLÁUSULA VII

A duração da sociedade é por prazo indeterminado, observando-se, quando da dissolução, os preceitos da lei específica e da que for aplicável.

CLÁUSULA VIII

Ocorrendo o falecimento de qualquer dos sócios a sociedade não se dissolverá, procedendo-se, então, a um balanço geral e pagando-se aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido o valor do seu capital, considerando-se os débitos que possua na sociedade e o lucro ou prejuízo apurado até o último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

Parágrafo único: Em caso de impedimento legal de qualquer sócio aplicar-se-á o disposto nesta cláusula.

CLÁUSULA IX

Poderão os herdeiros necessários optar pelo seu ingresso na sociedade, desde que obtenham a indispensável autorização do Governo Federal.



Getaldo Urbaneza Ozorio

ABVOGADO

Rádio Pioneira Ltda - 4a. alt. contratual.....fls 6/09

Da administração e do pró-labore

CLÁUSULA X

Os administradores desta entidade serão sempre brasileiros natos e a sua posse nos respectivos cargos somente ocorrerá após aprovação dos seus nomes pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA XI

A administração da sociedade será exercida pelo sócio cotista LUIZ ANTONIO MAZZUCO que usará a denominação "diretor - gerente" e agirá visando aos interesses sociais, vedado o uso da razão social em negócios estranhos à sociedade, bem como a concessão de avais, fianças e garantias em favor de terceiros.

* 1o. Para adquirir ou alienar patrimônio imóvel a sociedade se obrigará pela assinatura do diretor-gerente e mais um dos sócios.

* 2o. A sociedade poderá fazer-se representar em Juízo e fora dele por procuradores, brasileiros, os quais terão os poderes que forem fixados nos respectivos mandatos, cuja outorga, quando for o caso, deverá ser precedida de prévia anuência do Governo Federal.

CLÁUSULA XII

A partir de 30 (trinta) dias após o arquivamento deste instrumento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, o diretor-gerente fará jus a uma retirada pró-labore, fixada de comum acordo entre os cotistas e registrada em título próprio da contabilidade.

Do exercício social e do balanço

CLÁUSULA XIII

O ano social coincide com o civil. Anualmente no dia 31 de dezembro, será levantado um balanço geral para apuração dos resultados do exercício. Os lucros ou prejuízos apurados serão suportados entre os sócios na proporção das cotas que



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Geraldo Urbaneca Ozorio

advogado

Rádio Pioneira Ltda - 4a. alt. contratual.....fls 7/09

possuïrem, ou fôrão escripturados em título próprio da contabilidade.

Das deliberações sociais

CLÁUSULA XIV

Qualquer alteração do presente contrato social somente será válida se assinada por sócios que representem em conjunto, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, mas produzirá efeito com relação a todos, mesmo àqueles que não a tenham subscrito.

Dos casos omissos e do foro

CLÁUSULA XV

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, buscando-se subsídios em toda a legislação vigente, especialmente no Decreto n. 3.708/19 e no Código Brasileiro de Telecomunicações.

CLÁUSULA XVI

Os sócios elegem o foro da Comarca de Salto, no Estado de São Paulo, para conhecer em primeira instância de qualquer pendência oriunda do presente contrato."

IV- Assim, por estarem em tudo justos e contratados assinam o presente instrumento em tres(03) vias, de igual teor e forma e para um único efeito, juntamente com(02) duas testemunhas. Cada via tem 09 (nove) folhas datilografadas apenas no anverso. Este documento será arquivado na JUCESP após expressa autorização do Departamento Nacional de Telecomunicações.

Salto, 13 de outubro de 1.987

ass. Manoel Pedro Rodrigues Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUL 23

08 00 20

CLÁUSULA XIV

As partes, de comum acordo, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, com a finalidade de garantir a execução das obras de construção civil, bem como a manutenção e reparação das mesmas, sob as seguintes condições:

Uma das partes, a ser determinada em separado.

CLÁUSULA XV

O presente contrato é celebrado entre as partes, com a finalidade de garantir a execução das obras de construção civil, bem como a manutenção e reparação das mesmas, sob as seguintes condições:

CLÁUSULA XVI

O presente contrato é celebrado entre as partes, com a finalidade de garantir a execução das obras de construção civil, bem como a manutenção e reparação das mesmas, sob as seguintes condições:

As partes, de comum acordo, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, com a finalidade de garantir a execução das obras de construção civil, bem como a manutenção e reparação das mesmas, sob as seguintes condições:

PRIMEIRO CARTÃO DE	
DR. CARMINE CAMPAGNONE	
Rua Barão de Jaguaré, 1.148 - Fone PDX 31.1955	
Reconheço a firma <u>Mansueti</u>	
<u>Luís P. Factor</u>	
Campinas, de 108	
EM TEST.º 26 OUT 1987	
Cidade:	
Escreventes Autorizados	<input type="checkbox"/> WILSON R. B. JUN
<input type="checkbox"/> LUIS P. FACTOR	<input type="checkbox"/> ROBERTO RU. SO
<input type="checkbox"/> OSVALDO E. CARVALHO	PREÇO P. PRIMA 625 5/73
EMOLUMENTOS RETENIDOS POR VERA	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

ADVOCADO

ass. Odilon Garcia Nascimento Filho

ass. Fernando Pereira Garcia

ASS. Luiz Antonio Mazzucco

Ass. José Carlos Rodrigues de Arruda

Ass. Valder Dioniso

Testemunhas:

1—

Nome: Dulcinea Figueiredo de Azevedo
RG: 15.658.433

2-

Nome: Nilza Fereira do Nascimento
RG: 11.992.268

PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS
DR. CARMINE CAMPAGNONE
 Rua Barão de Jaguará, 1148 - Fone PBX 31-1955
 Reconheço a firma Paulo Roberto de Almeida
Paulo Roberto de Almeida
 Campinas, **26 OUT 1987** de 198
 EM TEST.º DA VERDADE

PREÇO P/ FIRMA		Asscreventes Autorizados	
EMOL. EST.	R\$ 3,88	<input checked="" type="checkbox"/> WILSON R. BEDIN	
C. PREV.	R\$ 1,04	<input type="checkbox"/> LUIZ P. FACTOR	
APAMAGIS	R\$ 0,79	<input type="checkbox"/> ROBERTO RUSSO	
TOTAL	R\$ 5,71	<input type="checkbox"/> OSVALDO F. CARVALHO	

EMOLUMENTOS RECOLHIDOS POR VERA

INSTRUÇÃO NORMATIVA 06/86 DNRC- DOU 17/08/87

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Para os efeitos do disposto no inciso III, do art.38 da Lei 4.726 de 13/07/65, bem como do contido no item III do art.71 e no item IV do art. 74 do Decreto No. 57.651, de 19 de janeiro de 1.966, alterado pelo Decreto No. 82.482 de 24 de outubro de 1.978 e na conformidade do art.2o do Decreto No.65.400 de 13 de outubro de 1.969, nós, abaixo-assinados:

Luiz Antonio Mazzucco, brasileiro, natural de Itú-SP, nascido aos 14 de junho de 1.949, casado, publicitário, filho de Helio Abílio Mazzucco e Iracema Broch Mazzucco, portador do RG No. 5.886.108 expedido pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, SSP-SP, aos _____ e inscrito no



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE ITU/SP
11 - Escrição
12 - Tabelionato

PRACA PRORE
FRANCISCO
RUA PIAUI 1011

Recebido de
Luz Antonio
Valdes
Mazucco
D. 112

de 1934
da 1934

ANA PAULA TARCHIANI DE VECCHI
ESCRIVA SUBSTITUTA
ITU - SP

PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS

DE D^a CARMINE CAMPAGNONE

Rua Barão de Jaguaré, 48 - Fone PBX 34-1955

Secundário *Oulcurens*

Campinas, _____ de 193__

N^o 15... **04 NOV 1937** ...A VENCER DE.

Talante Autógrafo

☐ T.C. CNR E H
☒ T.C. CNR E H
☐ T.C. CNR E H

☐ T.C. CNR E H

US



Oswaldo Urbaneca Ozorio

ADVOGADO

Rádio Pioneira Ltda - 4a. att. contratual.....fls 9/09

CPF No. 467.755.448-04, residente na Rua Sen. Roberto Simonsem 28 Bairro Mangueiras de Itú em Itú-SP;

José Carlos Rodrigues, brasileiro, natural de Itú-SP, nascido aos 13 de maio de 1.944, casado, jornalista, filho de Leopoldo Rodrigues de Arruda Sobrinho e Elisa de Camargo Arruda, portador do RG 026.866.155 expedido pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo- SSP-SP, aos 17 de março de 1.970 e inscrito no CPF 284.706.488-53, residente na Rua Madre Maria Theodora 501 bairro do Centro, em Itú- SP; e

Valdir Dionísio, brasileiro, natural de Sorocaba- SP nascido aos 18 de maio de 1.938, solteiro, radialista, filho de Danilho Dionísio e de Irani Ferreira Dionísio, portador do RG No. 11.770.989 expedido pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, SSP-SP, aos 03/08/77 e inscrito no CPF No. 107.865.628 - 00, residente na Rua Mons. Luis Otávio B. Almeida 74, bairro Jardim Padre Bento, em Itú-SP,

declaram que NÃO estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil.

Firmam a presente declaração para que produza os efeitos legais, cientes de que, no caso de comprovação da sua falsidade, será nulo de pleno direito perante o Registro do Comércio o ato a que se integra esta declaração sem prejuízo da sanções penais a que estiverem sujeitos.

Salto, 14 de outubro de 1.987

ass. Luiz Antonio Mazzucco

ass. José Carlos Rodrigues

ass. Valdir Dionísio



PRIMEIRO CARTÓRIO DA NOT.	
DR. CARMINE CAMPAGNONE	
Rua Barão de Jaguará, 1.148 - Fone FdX 31.1055	
Reconheço a	assinatura de
[Assinatura]	
Camp.nas,	de
EM TEST.º	26 OUT 1987
Faculdes Autorizados	
<input type="checkbox"/> LUIS P. FACTOR	<input checked="" type="checkbox"/> WILSON R. B. JUN
<input type="checkbox"/> OSVALDO F. CARVALHO	<input checked="" type="checkbox"/> ROBERTO RU. SO
ENCOLUMENTOS EM LANCOS 2-10-1987	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

TRO CIRIL DE ITU/SP

De Antonio J. M. [Signature]

De Vinhos 87
03 de 11
Ita. Teal

ESCRIVÀ SUBSTITUTA
ITU - SP

ESCRIVA SUBSTITUTA
ITU - SP



C. G. C.
SUMÁRIOALTERAÇÃO CONTRATUAL
RADIO PIONEIRA LTDA.CGC/ME No. 48.843.270/0001-90
130103

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, LUIZ ANTONIO MAZZUCCO, brasileiro, casado, publicitário, portador da Cédula de Identidade-RG, n. 5.886.108 e do CPF n. 467.755.448-04, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Alberto Simonsen, n. 28, no Loteamento Mangueiras de Itu-Estrada Velha Itu-Salto, JOSE CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA, brasileiro, casado, jornalista, portador da Cédula de Identidade-RG, 026.866.155 e do CPF n. 284.706.486-53, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau-brasil, 135 - Portal de Itu VALDIR DIONISIO, brasileiro, solteiro, maior, militar de reserva, portador da Cédula de Identidade-RG n. 2.356.551-7-ME e do CPF n. 107.865.628-20, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Rua Monsenhor Luiz Otávio B. de Almeida, n. 74, Jardim Padre Bento, únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada que gira na praça de Salto, Estado de São Paulo sob a denominação social de RADIO PIONEIRA LTDA., com sede à Rua Lombardia, n. 90, Vila Roma, tudo de conformidade com o componente contrato social e posteriores alterações contratuais devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob números 915.264=77 em sessão de 10.05.75, 931.762=77 em sessão de 14.07.77, 1.190.796=81 em sessão de 21.09.81, 524.725 em sessão de 28.02.88 e 820.379 em sessão de 21.09.89, entre si, livres e de comum acordo, resolvem:-

I. Neste ato, alterar o endereço da sociedade da Rua Lombardia, n. 90, Vila Roma, na cidade de Salto, Estado de S. Paulo, para a Rodovia Convenção, km 02, s/no, na cidade de Salto/SP.

II. Em consequência da alteração mencionada no item anterior do presente instrumento, altera-se a redação da cláusula primeira do contrato social vigente que passa a ter os seguintes dizeres:-



CLAUSULA PRIMEIRA - A sociedade terá

sua sede na cidade de Salto, Estado de São Paulo, à Rodovia
Convenção, km 02, s/no., sendo uma empresa comercial por cotas de
responsabilidade limitada, constituída com base no Decreto 3708
de 10 de janeiro de 1919 e na legislação que rege a execução de
serviços de radiodifusão sonora no Brasil.

Reafirmam-se na plenitude de seus
termos, todas as demais cláusulas do contrato social vigente que
não foram direta ou indiretamente modificadas pelo presente
instrumento particular de alteração contratual.

E por estarem assim justas e
contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular
em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas)
testemunhas que a todo o convencionado assistiram, destinando-se
a primeira via ao competente registro e arquivamento na Junta
Comercial do Estado de São Paulo.

ITU/SP, 20 DE DEZEMBRO DE 1.992.

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO
CPF 467.755.448-04

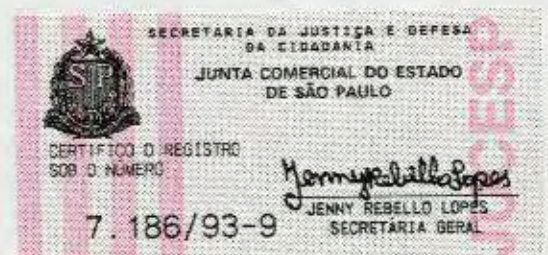
VALDIR DIONISIO
CPF 107.845.828-00

JOSE CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA
CPF 284.706.488-53

TESTEMUNHAS:-

ADILSON BROBLACKNER
CPF 555.546.108-97

CARLOS ALBERTO FERRARI
CPF 467.751.968-49



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO

397214/93-5



SUMÁRIO

04 10 93

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

RADIO PIONEIRA LTDA

CGC/MF No. 48.843270/0001-90

Assuntos Contábeis e Fiscais S/C Ltda.
CRC 48.880.359/0001-30
CRC-SP 9.082

Rua dos Andradas, 170 - Centro - Telefone 783-0783 - ITU - SP



Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, LUIZ ANTONIO MAZZUCCO, brasileiro, casado, publicitário, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 5.866.108⁸⁸⁶ do CPF. n. 467.755.448-04, residente e domiciliado na cidade de Itú, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Alberto Simonsen, nº. 28, no Loteamento Mangueiras de Itú - Estrada Velha Itú-Salto, JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA, brasileiro, casado, jornalista profissional, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 026.866.155 e do CPF.n. 284.706.486-53, residente e domiciliado na cidade de Itú, Estado de S.Paulo à Alameda Pau-Brasil, 135 - Portal de Itú e VALDIR DIONISIO, brasileiro, solteiro, maior, militar da reserva, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 2.356.551-7 ME e do CPF. nº. 107.865.628-20, residente e domiciliado na cidade de Itú, Estado de São Paulo, à Rua Monsenhor Luiz Otávio B. de Almeida, n. 74, Jardim Padre Bento, únicos sócios componentes da sociedade por cotas de

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

000000

04 10 93

Assuntos Contábeis e Fiscais - S/O Ltda.
CGC 46.860.359/0001-30
CRC-SP 9.082

Rua dos Andradas, 170 - Centro - Telefone 783-0783 - ITU - SP

responsabilidade limitada que gira na praça de Salto, Estado de São Paulo, sob a denominação social de "RADIO PIONEIRA LTDA.", com sua sede à Rodovia da Convenção, km 02, s/ng., tudo de conformidade com seu competente contrato social e posteriores alterações contratuais, devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente sob números 915.264/77 em sessão de 10.05.77, 931.762/77 em sessão de 14.07.77, 1.190.796/81 em sessão de 21.09.81, 524.725 em sessão de 28.02.88, 820.379 em sessão de 21.09.89 e 7.186/93-9 em sessão de 13.01.93, entre si, livres e de comum acordo, resolvem:

I. Neste ato, elevar o capital social de CR\$ 0,01 (um centavo) para CR\$ 663.020.00 (seiscentos e sessenta e três mil e vinte cruzeiros reais) dividido em 663.020 (seiscentas e sessenta e três mil e vinte) cotas, no valor nominal de CR\$ 1,00 (um cruzeiro real) cada, utilizando-se da importância de Cr\$ 663.019.99 (seiscentos e sessenta e três mil, dezenove cruzeiros reais e noventa e nove centavos), valor esse existente na conta "Correção Monetária do Capital Realizado", do Balanço Geral levantado em 31 de dezembro de 1992.

II. Face à elevação mencionada no item anterior do presente instrumento particular, altera-se a redação da cláusula 3a. (terceira) do contrato social vigente, que passa a ter os seguintes e novos dizeres:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

000000

04 10 93

CLAUSULA TERCEIRA - O capital social é de CR\$ 663.020.00 (seiscentos e sessenta e três mil e vinte cruzeiros reais) dividido em 663.020 (seiscentas e sessenta e três mil e vinte) cotas, no valor nominal de CR\$ 1,00 (um cruzeiro real) cada, indivisíveis em relação à sociedade, totalmente subscrito e integralizado e assim distribuído entre os sócios:

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO.....	397.812 cotas - CR\$ 397.812.00
JOSÉ CARLOS RODRIGUES ARRUDA	198.906 cotas - CR\$ 198.906.00
VALDIR DIONISIO	66.302 cotas - CR\$ 66.302.00
TOTALIZANDO	663.020 cotas - CR\$ 663.020.00

PARAGRAFO PRIMEIRO - Nos termos dos artigos 2º. e 9º. do Decreto 3.708 de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios, limita-se ao capital social em sua totalidade.

PARAGRAFO SEGUNDO - A cada cota, corresponde um voto nas deliberações dos cotistas.

III. Ratificam-se na plenitude de seus termos, todas as demais cláusulas do contrato social vigente, que não foram direta ou indiretamente modificadas pelo presente instrumento particular de alteração contratual.

Assunção Contábeis e Fiscais S/C Ltda.
CNC 46.860.359/0001-30
CRC-SP 9.082

Rua dos Andradas, 170 - Centro - Telefone 783-0783 - ITU - SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP

04 10 93

E por estarem, assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a todo o convencionado assistiram, destinando-se a primeira via ao competente arquivamento e registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

ITU/SP, 01 DE SETEMBRO DE 1993

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO

CPF. 467.755.448-04

JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA

CPF. 284.706.486-53

VALDIR DIONÍSIO

CPF. 107.865.628-20

TESTEMUNHAS:

ADILSON GROBLACKNER

CPF. 555.546.108-97

CARLOS ALBERTO FERRARI

CPF. 467.751.968-49



SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEPENDÊNCIA
DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO

155.616/93-6

EDUARDO L. GOMES
SECRETÁRIO GERAL

4

Assuntos Contábeis e Fiscais S/O Ltda.
CRC-SP 9.082
CGC 46.860.359/0001-80

Rua dos Andradas, 170 - Centro - Telefone 783-0783 - ITU - SP



SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
99723/98-0



JUCESP

15 04 98

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

RÁDIO PIONEIRA LTDA.

CGC/MF Nº. 48.843.270/0001-90

NIRE Nº. 35206491815

CONVÊNIO ITU

Por este instrumento particular de alteração contratual, LUIZ ANTONIO MAZZUCCO, brasileiro, casado, publicitário, portador da Cédula de Identidade-RG. nº. 5.886.108-SSP/SP e do CPF nº. 467.755.448-04, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Alberto Simonsen, nº. 28, no Loteamento Mangueiras de Itu, Estrada Velha Itu-Salto, JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA, brasileiro, casado, jornalista profissional, portador da Cédula de Identidade-RG. nº. 5.294.080-SSP/SP e do CPF nº. 284.706.488-53, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau-Brasil, nº. 135, Portal de Itu e VALDIR DIONISIO, brasileiro, solteiro, maior, militar da reserva, portador da Cédula de Identidade-RG. nº. 023565510-7-ME e do CPF nº. 107.865.628-20, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Rua Monsenhor Luiz Otávio B. de Almeida, nº. 74, Jardim Padre Bento, únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada que gira na praça de Salto, Estado de São Paulo, sob a denominação social de "RÁDIO PIONEIRA LTDA.", com sua sede à Rodovia Convenção, km 02, s/nº, tudo de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP

15 04 93

conformidade com seu competente contrato social e posteriores alterações contratuais devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente sob números: 915.264/77 em sessão de 10.05.77; 931.762/77 em sessão de 14.07.77; 1.190.796/81 em sessão de 21.09.81; 524.725 em sessão de 28.02.88; 820.379 em sessão de 21.09.89; 7.186/93-9 em sessão de 13.01.93 e 155.616/93-6 em sessão de 04.10.93, entre si, livres e de comum acordo, resolvem:

I Face a mudança havida na nomenclatura da moeda corrente nacional, conforme Lei nº. 8.880 de 27.05.94 e MP nº. 785 de 23.11.94, passa o capital social a ser distribuído em R\$ (REAIS), na seguinte forma entre os atuais sócios:

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	R\$ 144,66
JOSE CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA	R\$ 72,33
VALDIR DIONISIO	R\$ 24,10
<hr/>	
TOTALIZANDO	R\$ 241,09

II Também neste ato, os atuais sócios resolvem elevar o capital social de R\$ 241,09 (duzentos e quarenta e um reais e nove centavos) para R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), utilizando-se dos seguintes valores existentes no Balanço Patrimonial levantado em 31.12.97:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP

15 04 98

- R\$ 74.617,00 (setenta e quatro mil, seiscentos e dezessete reais), importância essa constante da conta " Correção Monetária do Capital Realizado"

- R\$ 205.141,91 (duzentos e cinco mil, cento e quarenta e um reais e noventa e um centavos), importância essa constante da conta " Lucros Acumulados "

III Face a elevação mencionada no item II deste presente instrumento, fica o atual capital social assim distribuído entre os sócios.

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	168.000 cotas	R\$ 168.000,00
JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA	84.000 cotas	R\$ 84.000,00
VALDIR DIONISIO	28.000 cotas	R\$ 28.000,00
<hr/>		
TOTALIZANDO	280.000 cotas	R\$ 280.000,00

IV. Em razão das mudanças havidas conforme itens anteriores deste instrumento particular, alteram-se os dizeres da cláusula terceira do contrato social vigente, que passa a ter a seguinte e nova redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social é de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), dividido em 280.000 (duzentas e oitenta mil)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>


1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP

15 04 98


cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas e assim distribuídas entre os atuais sócios:

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	168.000 cotas	R\$ 168.000,00
JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA	84.000 cotas	R\$ 84.000,00
VALDIR DIONISIO	28.000 cotas	R\$ 28.000,00
<hr/>		
TOTALIZANDO	280.000 cotas	R\$ 280.000,00

 PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos termos dos artigos 2º e 9º do Decreto 3.708 de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios, limita-se ao capital social em sua totalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A cada cota, corresponde um voto nas deliberações dos cotistas.

V Ratificam-se na plenitude de seus termos, todas as demais cláusulas do contrato social vigente, que não foram direta ou indiretamente modificadas pelo presente instrumento particular de alteração contratual.

 E por estarem, assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP

15 04 98

com 02 (duas) testemunhas que a todo o convencionado assistiram, destinando-se a primeira via ao competente arquivamento e registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo.



LUIZ ANTONIO MAZZUCO

CPF 467.755.448-04

RG. 5.886.108-SSP/SP

ITU/SP, 26 DE MARÇO DE 1998

JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA

CPF 284.706.488-53

RG. 5.294.080-SSP/SP

VALDIR DIONÍSIO

CPF 107.865.628-10

RG. 023565510-7-ME

TESTEMUNHAS -

ADILSON GROBLACKNER

CPF 555.546.108-97

RG. 5.295.304-SSP/SP

CARLOS ALBERTO FERRARI

CPF 467.751.968-49

RG. 5.246.858-SSP/SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

SINGULAR

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO

358438/98-6



02

101298

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

RADIO PIONEIRA LTDA

CNPJ Nº 48.843.270/0001-90

NIRE Nº 35206491815

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, LUIZ ANTÔNIO MAZZUCCO, brasileiro, casado, publicitário, portador da cédula de identidade RG. nº 5.886.108-SSP/SP e do CPF. nº 467.755.448-04, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Alberto Simonsen, nº 28, no Loteamento Mangueiras de Itu, Estrada Velha Itu-Salto, JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA, brasileiro, casado, jornalista profissional, portador da cédula de identidade RG. nº 5.294.080-SSP/SP e do CPF. nº 284.706.488-53, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau Brasil, nº 135, Portal de Itu e VALDIR DIONISIO, brasileiro, solteiro, maior, militar da reserva, portador da cédula de identidade RG. nº 023565510-7-ME e do CPF. nº 107.865.628-20, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Rua Monsenhor Luiz Otávio B. de Almeida, nº 74, Jardim Padre Bento, únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada que gira na praça de Salto, Estado de São Paulo, sob a denominação social de "RADIO PIONEIRA LTDA.", com sua sede à Rodovia Convenção, km 02, s/nº, tudo de acordo com seu contrato social e posteriores alterações contratuais arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente sob nºs. 915.264/77 em sessão de 10.05.77, 931.762/77 em sessão de 14.07.77, 1.190.796/81 em sessão de 21.09.81, 524.725



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP
02
181298

em sessão de 28.02.88, 820.379 em sessão de 21.09.89, 7.186/93-9 em sessão de 13.01.93, 155.616/93-6 em sessão de 04.10.93 e 54.011/98-0 em sessão de 15.04.98, entre si, livres e de comum acordo, resolvem:

I. Neste ato, retira-se da sociedade o sócio JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA, já qualificado, que cede e transfere a totalidade de suas cotas de capital, no montante de 84.000 (oitenta e quatro mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada, totalizando R\$ 84.000.00 (oitenta e quatro mil reais) à sócia ora admitida na sociedade MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA, brasileira, casada comerciante, residente e domiciliada na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau Brasil, nº 135, Portal de Itu, portadora da cédula de identidade RG. nº 16.359.734-SSP/SP e do CPF. nº 020.959.298-29, que as adquire **gratuitamente** por se tratar de transação de cotas entre **cônjuges**.

II. Também neste ato, retira-se da sociedade o sócio VALDIR DIONISIO, já qualificado, que cede e transfere parte de suas cotas de capital, no montante de 14.000 (quatorze mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada, totalizando R\$ 14.000.00 (quatorze mil reais) ao sócio remanescente na sociedade e já qualificado, LUIZ ANTÔNIO MAZZUCCO, que as adquire pelo valor justo e acertado de R\$ 14.000.000 (quatorze mil reais), importância essa que o cessionário pagará ao cedente em moeda corrente nacional, no prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do presente instrumento particular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUL 27
02
10 12 30

III. Neste ato também, ao retirar-se da sociedade, o sócio VALDIR DIONISIO, já qualificado, cede e transfere suas restantes 14.000 (quatorze mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada, totalizando R\$ 14.000.00 (quatorze mil reais) á sócia ora admitida na sociedade MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA, já qualificada, que as adquire pelo valor justo e acertado de R\$ 14.000.00 (quatorze mil reais), importância essa que a cessionária pagará ao cedente em moeda corrente nacional, no prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do presente instrumento particular.

IV. A presente transação realiza-se livre e desembaraçada de quaisquer ônus, sendo que o cedente deixa nesta ato a sociedade, comprometendo-se a nada mais reclamar agora ou no futuro sobre a referida transação de cotas, dando aos cessionários plena quitação sobre os valores acima identificados, quando do efetivo recebimento dos mesmos, continuando porém co-responsável pelo ativo e passivo da sociedade até a presente data, quanto então a responsabilidade passará a ser do sócio remanescente e daquela que ora assume parcialmente as cotas de capital da empresa.

V. Em razão da transação de cotas, havidas conforme itens anteriores deste instrumento particular, fica o capital social assim distribuído entre os atuais sócios:

LUIZ ANTÔNIO MAZZUCCO

182.000 COTAS - R\$ 182.000.00

MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA

98.000 COTAS - R\$ 98.000.00

TOTALIZANDO

280.000 COTAS - R\$280.000.00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP

02

10 12 99

VI. Em razão das mudanças havidas conforme itens anteriores do presente instrumento particular, os atuais sócios resolvem revogar todas as cláusulas do contrato social vigente que passam a ter a seguinte e nova redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade girará sob a denominação social de "RADIO PIONEIRA LTDA."

CLAUSULA SEGUNDA - A sociedade terá sua sede na cidade de Salto, Estado de São Paulo, à Rodovia Convenção, km 02, s/nº, podendo abrir agências, sucursais e escritórios em quaisquer parte do território nacional, obedecendo a legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em suas transmissões radiofônicas, a sociedade usará em seu prefixo o nome fantasia de "RADIO PIONEIRA - FM 90 "

CLAUSULA TERCEIRA - O objeto social da empresa será a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades, em quaisquer localidade do país, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões e, ou concessões, podendo paralelamente explorar a propaganda comercial e a musica funcional, tendo como objetivo de fonte de receita, a prestação de serviços, através do comércio de publicidade comercial.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP

02

10 12 98

CLAUSULA QUARTA - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado, observando quando da sua dissolução, os preceitos da Lei vigente para essa forma de constituição societária.

CLAUSULA QUINTA - A sociedade pelos seus sócios, se obriga a fazer cumprir rigorosamente, todas as leis, regulamentos e determinações vigentes, ou que vierem a vigir, concernentes a radiodifusão.

CLAUSULA SEXTA - A sociedade por seus sócios, se obriga a não efetuar qualquer alteração contratual, sem que tenha para isso, obtido prévia autorização do Poder Concedente.

CLAUSULA SÉTIMA - As cotas representativas do Capital Social, são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, não podendo qualquer transferência de cotas se efetivar sem a prévia autorização do poder concedente.

CLAUSULA OITAVA - As cotas são individuais em relação à sociedade, que para cada uma delas só reconhece um proprietário.

CLAUSULA NONA - O capital social é de R\$ 280.000.00 (duzentos e oitenta mil reais) dividido em 280.000 (duzentos e oitenta mil.) cotas, no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada, indivisíveis em relação à sociedade, totalmente subscrito e integralizado e assim distribuído entre os sócios:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP

02

10 12 98

LUIZ ANTÔNIO MAZZUCCO	182.000	COTAS - R\$ 182.000,00
MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA	98.000	COTAS - R\$ 98.000,00
<hr/>		
TOTALIZANDO	280.000	COTAS - R\$ 280.000,00
<hr/>		

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos termos dos artigos 2º e 9º do Decreto 3.708 de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios, limita-se ao capital social em sua totalidade.

CLAUSULA DECIMA - A gerência, a administração da sociedade serão exercidas pelo sócio LUIZ ANTÔNIO MAZZUCCO, acima qualificado, que se incumbirá de todas as operações inerentes aos seus referidos cargos e representará a sociedade ativa e passiva, judicial e extra-judicialmente:

PARÁGRAFO ÚNICO - O(s) administrador(es) da sociedade, deverá(ão) ser sempre brasileiro(s) nato(s) e sua investidura nos cargos, somente poderá(ão) ocorrer após haver(em) sido aprovado(s) pelo Ministério das Comunicações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O uso da denominação social, dar-se-á **obrigatoriamente** pela assinatura individual do sócio gerente, para todos os assuntos e negócios envolvendo à sociedade, exclusive para a compra e venda de bens móveis ou imóveis, contratos de financiamento ou empréstimos bancários, quando então serão necessárias **as assinaturas em conjunto de ambos os sócios.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUN 27
02
18 12 38

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica expressamente vedado sob pena de nulidade, o uso da denominação social em objetos estranhos aos interesses da sociedade, tais como avais, endossos, fianças ou outra assemelhadas.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - Fica compactuado entre os sócios, que cada um deles, poderá nomear PROCURADOR, que os represente junto aos negócios gerenciais quer administrativos, financeiros, comerciais ou artísticos da sociedade.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - Neste ato também, os atuais sócios estabelecem que em caso de uma das partes desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar ao sócio remanescente por escrito e com antecedência de 30(trinta) dias e suas cotas serão colocadas em disponibilidade para venda com preferencia para o sócio remanescente, o qual deverá no mesmo prazo acima, manifestar seu interesse também por escrito sobre o interesse ou não na compra das referidas cotas colocadas em disponibilidade. Caso contrario, o sócio retirante da sociedade, nos mesmos preços e condições propostas ao sócio remanescente, poderá oferecer suas cotas a terceiros, os quais serão aceitos na sociedade nas mesmas condições do sócio que ora deixa as funções na empresa.

CLAUSULA DECIMA QUARTA - O sócio na função de gerência na sociedade, terá direito a uma retirada mensal a titulo de “pro-labore”, em valor a ser fixado de comum acordo entre ambos os sócios.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUE SP
02
10 12 99

CLAUSULA DECIMA QUINTA - Todo dia 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-à o levantamento do balanço do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos apurados, serão distribuídos ou suportados entre os sócios, na proporção de suas cotas de capital na empresa.

CLAUSULA DECIMA SEXTA - Os lucros apurados no balanço final, poderão ser distribuídos entre os sócios na proporção de suas cotas de capital ou então permanecer na conta "Lucros Acumulados" para futura destinação.

CLAUSULA DECIMA SÉTIMA - No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida ou extinta, cabendo ao sócio remanescente, determinar levantamento de um balanço especial na data do falecimento ocorrido e os herdeiros do pré-morto, desde que qualificados profissionalmente, deverão em 30(trinta) dias, contados da data do falecimento, manifestar o seu interesse de serem ou não integrados à sociedade, ficando responsáveis pelos direitos e obrigações do pré-morto, caso contrario, receberão todos os seus haveres apurados até o balanço especial em 05 (cinco) parcelas iguais e com vencimentos mensais e consecutivos, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias da data da elaboração do balanço especial.

CLAUSULA DECIMA OITAVA - Fica eleito o Foro da Comarca de Salto, Estado de São Paulo, para qualquer ação fundada neste instrumento particular, renunciando-se a qualquer outro por exigência de quaisquer uma das partes interessadas.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP
02
18 12 98

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que a todo o convencionado assistiram, destinando-se a primeira via ao arquivamento e registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e a sócia ora admitida na sociedade declara não estar incurso em crimes previstos em Lei que a impeça de exercer a atividade mercantil.

Itu, SP, 15 de dezembro de 1998


LUIZ ANTÔNIO MAZZUCCO

CPF. Nº 467.755.448/04

RG. Nº 5.886.108-SSP/SP


MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA

CPF. Nº 020.959.298/29

RG. Nº 16.359.734-SSP/SP


VALDIR DIONÍSIO

CPF. Nº 107.865.628/20

RG. Nº 023.565.510-7-ME


JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA

CPF. Nº 284.706.488/53

RG. Nº 5.294.080-SSP/SP

TESTEMUNHAS:


ADILSON GROBLACKNER

CPF. Nº 555.546.108-97

RG. Nº 5.295.304-SSP/SP


ANTÔNIO HÉLIO PREVIDE

CPF. Nº 201.668.508/53

RG. Nº 5.693.899-SSP/SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO

0.328.185/07-3

02



SINGULAR

20 08 07

8ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL**E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL****RADIO PIONEIRA LTDA.****CNPJ N.º 48.843.270/0001-90****NIRE N.º 35 2 0649181 5**

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual,

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Itu, SP, aos 14/junho/1949, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Roberto Simonsen, n.º 28, Loteamento Mangueiras de Itu - Estrada Velha Itu/Salto, CEP. N.º 13.301-702, portador da cédula de identidade RG. n.º 5.886.108/SSP/SP e do CPF. n.º 467.755.448/04 e

MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida na cidade de Itu, SP, aos 08/abril/1959, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau Brasil, n.º 135, Condomínio Portal de Itu, CEP. n.º 13.306-632, portadora da cédula de identidade RG. N.º 16.359.734-SSP/SP e do CPF. N.º 020.959.298/29,

únicos sócios componentes da sociedade limitada que gira na praça de Salto, Estado de São Paulo sob o nome empresarial de "**RADIO PIONEIRA LTDA.**", com sua sede social, à Rodovia Convenção, km 02, s/n.º, CEP. N.º 13.324-240, tudo de acordo com seu contrato social e posteriores alterações contratuais arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente sob n.ºs 915.264/77 em sessão de 10.05.1977, 931.762/77 em sessão de 14.07.1977, 1.190.796/81 em sessão de 21.09.1981, 524.725 em sessão de 28.02.1988, 820.379 em sessão de 21.09.1989, 7.186/93-9 em sessão de 13.01.1993, 155.616/93-6 em sessão de 04.10.1993, 54.011/98-0 em sessão de 15/04/1998 e 198.717/98-2 em sessão de 18.02.1998, entre si, livres e de comum acordo, resolvem:

Shalom Assuntos Contábeis e Fiscais Ltda.

CRC-SP 2 SP 0040820-8 CNPJ 40.860.350/0001-30

Rua dos Andradas, 170 - Centro - CEP. 13300-170 - ITU - SP
Fone: (11) 4023-0783 - Fax: (11) 4023-0708 - e-mail: shalomcontabil@uol.com.br



msm



Autenticado eletronicamente após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUL 20 08 07

I – Neste ato alterar a razão social da empresa de “**RADIO PIONEIRA LTDA.**”, para “**RADIO FM 90 LTDA.**”.

II – Também neste ato, alterar o endereço da sede social da empresa de Rodovia Convenção, km 02, s/n.º, CEP. N.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo, para Rodovia Convenção, n.º 1.650, km 02, Bairro Canjica, CEP. n.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

III – Face às mudanças havidas conforme itens anteriores do presente instrumento, alteram-se os dizeres das cláusulas primeira e segunda do contrato social vigente, que passam a ter a seguinte e nova redação:

CLAUSULA PRIMEIRA – A sociedade girará sob a denominação social de “**RADIO FM 90 LTDA.**”

PARAGRAFO ÚNICO – Em suas transmissões radiofônicas, a sociedade usará em seu prefixo o nome fantasia de “**RADIO FM 90**”.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade terá sua sede à Rodovia Convenção, n.º 1.650, km 02, Bairro Canjica, CEP. n.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

PARÁGRAFO ÚNICO Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá a qualquer tempo e a critério dos sócios, abrir ou encerrar filiais em quaisquer localidades do território nacional, mediante alteração contratual.

IV – Também em atendimento às normas estabelecidas pelo Novo Código Civil/ 2.002, (Lei n.º 10.406 de 10/janeiro/2.002), os atuais sócios resolvem consolidar o contrato social vigente, cujas cláusulas passam a ter os seguintes e novos dizeres:

CLAUSULA PRIMEIRA – A sociedade girará sob a denominação social de “**RADIO FM 90 LTDA.**”

PARAGRAFO ÚNICO – Em suas transmissões radiofônicas, a sociedade usará em seu prefixo o nome fantasia de “**RADIO FM 90**”.

Shalom Assuntos Contábeis e Fiscais Ltda.
CNPJ 46.860.553/0001-30

Rua dos Andradas, 170 - Centro - CEP 13301-170 - ITU - SP
Fone: (11) 4023-0783 - Fax: (11) 4023-0708 - e-mail: shalomcontabil@uol.com.br



m8m

ul



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUL 27
02
20 08 07

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade terá sua sede à Rodovia Convenção, n.º 1.650, km 02, Bairro Canjica, CEP. n.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá a qualquer tempo e a critério dos sócios, abrir ou encerrar filiais em quaisquer localidades do território nacional, mediante alteração contratual.

CLAUSULA TERCEIRA - O objeto social da empresa será a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades, em quaisquer localidade no país, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões e ou concessões, podendo paralelamente explorar a propaganda comercial e a música funcional, tendo como objetivo de fonte de receita a prestação de serviços, através do comércio de publicidade comercial.

PARÁGRAFO ÚNICO - Por consenso unânime dos sócios que constituem essa sociedade, fica a mesma obrigada a fazer cumprir rigorosamente toda a legislação, regulamentos e determinações vigentes, ou que vierem a vigor e que sejam concernentes à atividade de radiodifusão.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, observando porém em caso de dissolução, os preceitos da legislação vigente para essa forma de constituição societária.

CLÁUSULA QUINTA - As cotas de capital da empresa, são inalienáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas e indivisíveis a estrangeiros, sendo ainda indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o expresso consentimento dos sócios remanescentes, cabendo a estes em igualdade de preços e condições a preferência na compra das cotas colocadas em disponibilidade por escrito por quaisquer um dos sócios, respeitando-se sempre o prazo concedido, nunca inferior a 60 (sessenta) dias.

PARAGRAFO ÚNICO - Na eminência de haver participação de pessoa jurídica no capital social da empresa, essa se limitará ao máximo de 30% (trinta por cento), sem direito a voto conforme dispõe as normas da Constituição Federativa do Brasil.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Shalom Assuntos Contábeis e - Scas Ltda.

CNPJ 06.886.359/0001-30

Rua dos Andradas, 176 - Centro - CEP 13300-170 - ITU - SP
Fone: (11) 4023-0763 - Fax: (11) 4023-0708 - e-mail: shalomcontabil@uol.com.br



mdm

uf



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP
02
200807

CLAUSULA SEXTA - O capital social é de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) dividido em 280.000 (duzentas e oitenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado e assim distribuído entre os sócios:

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	182.000 - QUOTAS - R\$ 182.000,00 - 65%
MARILENE GALVÃO R. DE ARRUDA	98.000 - QUOTAS - R\$ 98.000,00 - 35%
TOTALIZANDO	280.000 - QUOTAS - R\$ 280.000,00 100,00%

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A cada cota, corresponde um voto nas deliberações dos quotistas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos termos do artigo n.º 1.052 do Código Civil - 2.002, a responsabilidade dos sócios, é restrita aos valores de suas quotas de capital e solidariamente pela integralização do capital social em sua totalidade.

CLAUSULA SETIMA - A administração da sociedade será exercida pelo sócio administrador **LUIZ ANTONIO MAZZUCCO**, já qualificado que se incumbirá de todas as operações inerentes ao seu referido cargo e representará a sociedade ativa e passiva, judicial e extra-judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - O(s) administrador(es) da sociedade deverá (ão) ser sempre brasileiro(s) nato(s) ou naturalizado(s) há mais de 10 (dez) anos e sua investidura nos cargos, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA OITAVA - O uso da denominação social da empresa, dar-se-á pela assinatura individual do sócio administrador, **LUIZ ANTONIO MAZZUCCO**, já qualificado, para todos os assuntos envolvendo à sociedade, exclusive para a compra e venda de bens móveis com valor individual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou bens imóveis, contratos de financiamento ou empréstimos bancários, quando então serão necessárias, as assinaturas em conjunto de ambos os sócios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica vedado, sob pena de nulidade, o uso da denominação social da empresa em objetos estranhos aos interesses da sociedade, tais como avais, endossos ou fianças ou outras assemelhadas.

Shalom Assuntos Contábeis e - seais Ltda.
CNPJ 06.029.820/00-4 CNPJ 06.029.820/00-4

Rua dos Andaraes, 170 - Centro - CEP 13200-170 - ITU - SP
Fone (11) 4023-0783 - Fax (11) 4023-0704 - e-mail: shalomcontabil@uol.com.br



adm

ul

Δ



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP
02
20 08 07

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica compactuado entre os sócios, que os mesmos poderão nomear procurador ou procuradores que os represente junto aos negócios, administrativos, artísticos e sociais da empresa, procuração essa que deverá conter tempo determinado e anuência do(a) outro(a) sócio(a), sendo ainda que o procurador deverá ter seu nome aprovado pelo poder concedente.

CLÁUSULA NONA - O(s) sócio(s) no exercício da administração da sociedade, terá (ao) direito a uma retirada mensal a título de "pro-labore", em valor a ser fixado de comum acordo entre ambos os sócios, sendo essas importâncias mutáveis, por consenso unânime de ambos os sócios.

CLAUSULA DECIMA - Fica compactuado entre os sócios, que em caso de quaisquer um deles desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar ao(a) sócio(a) remanescente por escrito e com antecedência de 30 (trinta) dias e suas quotas serão colocadas em disponibilidade para venda, com preferência para o(a) sócio(a) remanescente, o(a) qual deverá no mesmo prazo acima, manifestar seu interesse também por escrito, sobre o desejo ou não desejo de compra das referidas quotas colocadas em disponibilidade e caso a opção seja contrária à compra, o (a)sócio(a) retirante da sociedade poderá nas mesmas condições oferecidas ao(a) sócio(a) remanescente, oferecer suas quotas a terceiros, desde que sejam brasileiros natos, residentes no país e mediante prévia autorização do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Todo dia 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico do exercício, sendo os lucros ou prejuízos apurados, distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas de capital.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A assembléia dos sócios deve se realizar pelo menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e do resultado econômico.

PARAGRAFO SEGUNDO - As deliberações sociais poderão ser tomadas em ata de reunião de quotistas, podendo ser convocadas por quaisquer um dos sócios, sendo porém necessário a maioria deles sócios, para a sua instalação.

Shalom Assuntos Contábeis e Fiscais Ltda.
CNPJ 06.868.359/0001-30
Rua dos Andradas, 176 - Centro - CEP: 13300-170 - ITU - SP
Fone: (11) 4023-0783 - Fax: (11) 4023-0708 - e-mail: shalomcontabil@iol.com.br



mbm

uf

2



Rua das Andradas, 170 Centro - CEP 13300-170 - ITU - SP
Fone: (11) 4023-0783 - Fax: (11) 4023-0708 - e-mail: shalomcantab@uol.com.br

PARAGRAFO TERCEIRO – Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a assembléia, os documentos comprobatórios da escrituração da empresa, devem ser postos por escrito e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que exerçam ou não a administração, para sua análise e aprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os lucros apurados no balanço final, poderão ser distribuídos entre os sócios na proporção de suas cotas de capital ou então permanecer na conta "**Lucros Acumulados**" para futura destinação.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida ou extinta, cabendo ao(a) sócio(a) remanescente, determinar o levantamento de um balanço especial na data do falecimento ocorrido e os herdeiros do(a) pré-morto(a), deverão em 30 (trinta) dias, contados da data do falecimento ocorrido, manifestar seu interesse de serem ou não integrados á sociedade, desde que sejam brasileiros natos, residentes no país e mediante autorização prévia do Ministério das Comunicações e ainda qualificados profissionalmente para assumir as funções do(a) falecido(a), ficando responsáveis pelos direitos e obrigações do(a) pré-morto(a), caso contrário receberão todos os seus haveres apurados até o balanço especial em 05 (cinco) parcelas iguais e com vencimentos mensais e consecutivos, sem correção em seus valores, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias da data da elaboração do balanço especial.

CLÁUSULA DÉCIMA-OUARTA - Fica eleito o Foro da Comarca de Salto, Estado de São Paulo, para qualquer ação fundada neste instrumento particular, renunciando-se a qualquer outro por exigência de quaisquer uma das partes interessadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – Segundo remissão ao artigo 997, determinada pelo artigo 1054, ambos da Lei 10.406/2002, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais (artº 997, VIII)

CLAUSULA DECIMA SEXTA – As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente instrumento particular, serão supridas ou resolvidas com a regência supletiva pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/76) e noutras disposições legais que lhes forem aplicáveis, sendo que a publicação do balanço geral é dispensada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-bd8b4d78aa4a>


1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a


JUCESP
02
20 06 07

CLAUSULA DÉCIMA SETIMA - Os administradoras declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.


E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que a todo o convencionado assistiram, destinando-se a primeira via ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

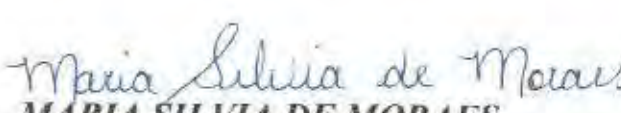
Itu, SP, 01 de junho de 2.007


LUIZ ANTONIO MAZZUCCO
RG. n.º 5.886.108/SSP/SP
CPF. n.º 467.755.448/04


MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA
RG. N.º 16.359.734-SSP/SP
CPF. N.º 020.959.298/29

TESTEMUNHAS


ADILSON GROBLACKNER
RG. n.º 5.295.304-SSP/SP
CPF n.º 555.546.108-97


MARIA SILVIA DE MORAES
RG. n.º 14.857.195-SSP/SP
CPF n.º 027.101.168-80



Shalom Assuntos Contábeis e Fiscais Ltda.
CNPJ 06.860.359/0001-30

Rua dos Andradás, 170 - Centro - CEP 13300-170 - ITU - SP
Fone: (11) 4023-0783 - Fax: (11) 4023-0708 - e-mail: shalomcontabil@uol.com.br





Estância Turística de Salto/SP, 19 de Dezembro de 2008.

Ao

Exmo. Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

Rádio FM 90 Ltda., pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda(C.N.P.J) sob o nº. 48.843.270/0001-90 , com endereço à Rodovia Convenção, nº.1650, Km 02, Canjica, CEP 13324-240, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora no Município de Salto, Estado de São Paulo, vem, em atenção a alínea "i", do artigo 38, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação dada pela Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, apresentar e declarar, para os devidos fins, a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, conforme abaixo discriminado:

Qualificação Societária	Valor Capital Social(R\$)	%
Luiz Antonio Mazzucco, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Itu/SP, aos 14 de Junho de 1949, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Roberto Simonsen, nº.28, Loteamento Mangueiras de Itu – Estrada Velha Itu/Salto, CEP 13301-702, portador da Cédula de Identidade RG nº.5.886.108/SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do	182.000,00	65%





Estância Turística de Salto/SP, 21 de Dezembro de 2002

Ao

Exmo. Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

Rádio FM 90 Ltda., pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda(C.N.P.J) sob o nº. 48.843.270/0001-90 , com endereço à Rodovia Convenção, nº.1650, Km 02, Canjica, CEP 13324-240, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora no Município de Salto, Estado de São Paulo, vem, em atenção a alínea 'i', do artigo 38, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação dada pela Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, apresentar e declarar, para os devidos fins, a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, conforme abaixo discriminado:

Qualificação Societária	Valor Capital Social(R\$)	%
Luiz Antonio Mazzucco, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Itu/SP, aos 14 de Junho de 1949, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Roberto Simonsen, nº.28, Loteamento Mangueiras de Itu — Estrada Velha Itu/Salto, CEP 13301-702, portador da Cédula de Identidade RG nº.5.886.108/SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda(CPF) sob nº.467.755.448-04.	182.000,00	65%
Marilene Galvão Rodrigues de Arruda, brasileira,	98.000,00	35%



JUCESP

casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida na cidade de Itu/SP, aos 08 de Abril de 1959, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau Brasil, nº.135, Condomínio Portal de Itu, CEP 13306-632, portadora da Cédula de Identidade RG nº.16.359.734/SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda(CPF) nº.020.959.298-29.

02

12 09

Firma a presente para que surta os efeitos legais.


Luiz Antonio Mazzucco


Marilene Galvão Rodrigues Arruda



SINGULAR

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO
2.180.037/10-7



Estância Turística de Salto/SP, 20 de Dezembro de 2010.

Ao

Exmo. Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

CONVÊNIO ITU

Rádio FM 90 Ltda., pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda(C.N.P.J) sob o nº. 48.843.270/0001-90 , com endereço à Rodovia Convenção, nº.1650, Km 02, Canjica, CEP 13324-240, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora no Município de Salto, Estado de São Paulo, vem, em atenção a alínea "i", do artigo 38, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação dada pela Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, apresentar e declarar, para os devidos fins, a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, conforme abaixo discriminado:

Qualificação Societária	Valor Capital Social(R\$)	%
Luiz Antonio Mazzucco, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Itu/SP, aos 14 de Junho de 1949, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Roberto Simonsen, nº.28, Loteamento Mangueiras de Itu — Estrada Velha Itu/Salto, CEP 13301-702, portador da Cédula de Identidade RG nº.5.886.108/SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda(CPF) sob nº.467.755.448-04.	182.000,00	65%



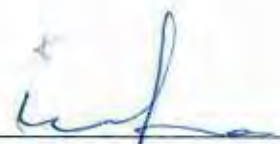
JUCESP

Marilene Galvão Rodrigues de Arruda, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida na cidade de Itu/SP, aos 08 de Abril de 1959, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau Brasil, nº.135, Condomínio Portal de Itu, CEP 13306-632, portadora da Cédula de Identidade RG nº.16.359.734/SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda(CPF) nº.020.959.298-29.	98.000,00	35%
---	-----------	-----

Firma a presente para que surta os efeitos legais.

Ar.

Luiz Antonio Mazzucco



Marilene Galvão Rodrigues Arruda



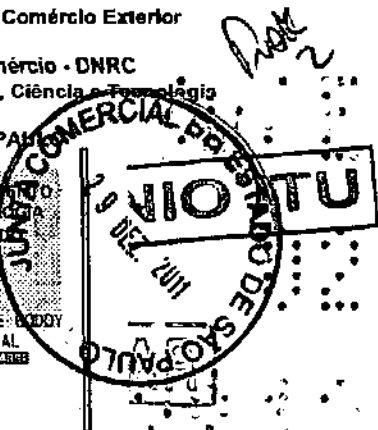
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

R:



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO 510.961/11-3
KATIA REGINA BUENO DE ODDY
SECRETÁRIA GERAL



SEQ. DOC.
1.
1



JUCESP PROTOCOLO
2.267.708/11-5



DEFERIDO

CADASTRADO
E.R. SOROCABA

JUNTA COMERCIAL DO
ESTADO DE SÃO PAULO

29 DEZ. 2011

Albino Marcos Rodrigues
Assessor Técnico
RG nº 16.879.947-9-SP

DADOS CADASTRAIS

SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR		NIRE DA SEDE 3520649181-5	CNPJ DA SEDE 48.843.270/0001-90
ATO(S) Arquivamento de Documentos de Interesse da Empresa/Empresário;			
NOME EMPRESARIAL RADIO FM 90 LTDA.			
LOGRADOURO RODOVIA CONVENÇÃO			NÚMERO 1650
COMPLEMENTO KM 02	BAIRRO/DISTRITO CANJICA	CEP 13324-240	CÓDIGO DO MUNICÍPIO 5376
MUNICÍPIO Salto			UF SP
CORREIO ELETRÔNICO			TELEFONE
NOME DO ADVOGADO		N. OAB	U.F.
VALORES RECOLHIDOS DARE/GARE 37,00 DARF ISENTO	IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA NOME: LUIZ ANTONIO MAZZUCCO (Sócio) ASSINATURA: DATA ASSINATURA: 20/12/2011		

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

Controle Internet

009193324-2



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP

Estância Turística de Salto/SP, 20 de Dezembro de 2011.

2011

Exmo. Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica...

Rádio FM 90 Ltda., pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda(C.N.P.J) sob o nº. 48.843.270/0001-90 , com endereço à Rodovia Convenção, nº.1650, Km 02, Canjica, CEP 13324-240, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora no Município de Salto, Estado de São Paulo, vem, em atenção a alínea 'i', do artigo 38, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação dada pela Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, apresentar e declarar, para os devidos fins, a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, conforme abaixo discriminado:

Qualificação Societária	Valor Capital Social(R\$)	%
Luiz Antonio Mazzucco, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Itu/SP, aos 14 de Junho de 1949, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Roberto Simonsen, nº.28, Loteamento Mangueiras de Itu – Estrada Velha Itu/Salto, CEP 13301-702, portador da Cédula de Identidade RG nº.5.886.108/SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda(CPF) sob nº.467.755.448-04.	182.000,00	65%



0000


Marilene Galvão Rodrigues de Arruda, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida na cidade de Itu/SP, aos 08 de Abril de 1959, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau Brasil, nº.135, Condomínio Portal de Itu, CEP 13306-632, portadora da Cédula de Identidade RG nº.16.359.734/SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda(CPF) nº.020.959.298-29.	0000 1211	98.000,00	35%
---	--------------	-----------	-----

Firma a presente para que surta os efeitos legais.


Luiz Antonio Mazzucco



Marilene Galvão Rodrigues Arruda


SEM VALOR DE CERTIDÃO



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO KATIA REGINA BUENO DE GODOY
510.961/11-3 SECRETARIA GERAL
DELEGADA REGISTRO KATIA





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
107 730 82



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

Monique Cabral da Silva

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		48.843.270/0001-90									
RADIO FM 90 LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	467.755.448-04	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Salto
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	182000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto
MARILENE GALVAO	020.959.298-29	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: monique.mc - Monique Cabral da Silva

Data: 06/06/2023

Hora: 15:12:47

BOA TARDE
Monique Cabral da SilvaSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 467.755.448-04											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	467.755.448-04	RADIO CIDADE DE ITU LTDA	49.055.668/0001-25	Diretor (GERENTE COMERCIAL)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Salto
		RADIO CIDADE DE ITU LTDA	49.055.668/0001-25	Sócio	57000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	182000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: **monique.mc - Monique Cabral da Silva**Data: **06/06/2023**Hora: **15:13:10**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[asnet/siacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp](https://siacco.anatel.gov.br/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp)<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

Monique Cabral da Silva

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		020.959.298-29									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARILENE GALVAO	020.959.298-29	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: monique.mc - Monique Cabral da Silva Data: 06/06/2023 Hora: 15:13:31

Id solicitação: 57dbac4c24eb7

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO PIONEIRA LTDA	
Nome Fantasia: RADIO FM 90	
Telefone: (11) 40280009	E-mail: marketing@fm90.com.br
CNPJ: 48.843.270/0001-90	Número do Fistel: 02008030008
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/10/2007	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: -	
Observações: SNC46/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RODOVIA DA CONVENCAO	Complemento: - KM 02	
Bairro: CANJICA	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço Correspondência		
Logradouro: RODOVIA DA CONVENCAO	Complemento: CANJICA	
Bairro: SALTO DE SAO JOSE	Numero: 1650,	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RODOVIA SANTOS DUMONT, KM 2	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13320000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RODOVIA SANTOS DUMONT, KM 2,0	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13320000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro: RUA DOS ANDRADAS , 122	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: Itu	UF: SP	CEP: 13300000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Salto	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 215	Frequência: 90.9 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: -kW
HCI: 25 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



23/14/06/39 emitido eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Informações Gerais	
Número da Estação: 7805918	Número Indicativo: ZYD875
Data Último Licenciamento: 01/01/1998	Número da Licença:

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 13' 21.00" S	Longitude: 47° 18' 8.00" W	Cota da base: 570.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 036779XXX0014	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo:	Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Principal					
Modelo:	Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 261 °	Polarização:	HCI: 25 m	ERP Máxima: 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.07	5°: 0	10°: 1.14	15°: 0	20°: 1.18	25°: 0	30°: 1.2	35°: 0	40°: 1.21	45°: 0	50°: 1.22	55°: 0
60°: 1.2	65°: 0	70°: 1.16	75°: 0	80°: 1.13	85°: 0	90°: 1.12	95°: 0	100°: 1.13	105°: 0	110°: 1.16	115°: 0
120°: 1.19	125°: 0	130°: 1.21	135°: 0	140°: 1.22	145°: 0	150°: 1.22	155°: 0	160°: 1.21	165°: 0	170°: 1.18	175°: 0
180°: 1.12	185°: 0	190°: 1.02	195°: 0	200°: 0.9	205°: 0	210°: 0.75	215°: 0	220°: 0.61	225°: 0	230°: 0.48	235°: 0
240°: 0.32	245°: 0	250°: 0.17	255°: 0	260°: 0.05	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0.03	285°: 0	290°: 0.12	295°: 0
300°: 0.25	305°: 0	310°: 0.39	315°: 0	320°: 0.51	325°: 0	330°: 0.66	335°: 0	340°: 0.82	345°: 0	350°: 0.96	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1069	Portaria	MC	05/10/1977	10/10/1977	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	46	Portaria	DMC	09/01/1979	12/01/1979	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1808	Portaria	DMC	17/12/1980		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	135	Portaria	MC	13/03/1990	16/05/1990	Renovação	Jurídico
9999	245	Portaria	DMC	16/10/1991		Mudança de Local	Técnico
9999	171196	Despacho	MC	17/11/1996	02/12/1996	Advertência	Jurídico
9999	441	Portaria	DMC	15/08/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	41	Decreto Legislativo	CN	30/09/1997	01/10/1997	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	503	Portaria	MC	30/11/2000	11/12/2000	Multa	Jurídico
9999	431	Portaria	MC	30/05/2001	07/05/2001	Multa	Jurídico
9999	489	Portaria	MC	27/09/2001	02/10/2001	Multa	Jurídico
9999	366	Portaria	MC	28/06/2007	10/07/2007	Renovação	Jurídico
9999	482	Portaria	MC	28/10/2011	11/11/2011	Renovação	Jurídico
9999	155	Decreto Legislativo	CN	10/05/2012	11/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	216	Decreto Legislativo	CN	09/06/2014	10/06/2014	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Horário de funcionamento	





Todos ▾

Download Canais

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status ▾	CNPJ ▾	Entidade ▾	NumFistel ▾	Carater ▾	Finalidade ▾	Serviço ▾	Num Serviço ▾	UF ▾	Município ▾	Lo
		488432700001				(Todos) ▾					
Ver Estações ▾ ▶	FM-C7 (Aguardando Ato de RF)	48843270000190	RADIO PIONEIRA LTDA	02008030008	P	Comercial	FM	230	SP	Salto	





Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Monique Cabral da Silva**

Data/Hora: **06/06/2023 15:15:30**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO PIONEIRA LTDA

Nº FISTEL: 02008030008

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 48843270000190

Situação: Ativa

Data Validade: 10/10/2017

+ CADIN: Não

Incide FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

+ UF: SP

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RODOVIA DA CONVENCAO 1650 - - KM 02

Bairro: CANJICA

Município: Salto

CEP: 13324-240

UF: SP

End. Corresp.: RODOVIA DA CONVENCAO 1650, CANJICA

Bairro: SALTO DE SAO JOSE

Município: Salto

CEP: 13324-240

UF: SP

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Não consta crédito lançado para este Nº de FISTEL com os parâmetros informados!

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
 RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
 RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
 CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
 RJ - Lançamento com Recurso Judicial
 RN - Lançamento com Recurso Denegado
 DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
 CD - Lançamento Inscrito no CADIN
 DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
 E - Lançamento em Execução Judicial
 SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
 MO - Multa de Ofício
 LO - Lançamento de Ofício
 P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
 PA - Parcelamento: Parcela
 BF - Benefício Fiscal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://sistemasnet/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true>
<https://p10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO PIONEIRA LTDA

CNPJ: 48.843.270/0001-90

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:16:21 do dia 06/06/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/07/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>
<https://proleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[asnet/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)
<https://proleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 8341/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.020895/2020-20

INTERESSADO: RÁDIO FM 90 LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. EDIÇÃO DA LEI Nº 14.351/2022. POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO PEDIDO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO FM 90 LTDA., no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Salto/SP, referente ao seguinte período: 10/10/2017 a 10/10/2027.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que, de acordo com o art. 4º da Lei nº 5.785/1972 e art. 112 do Decreto nº 52.795/1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos. Vejam-se:

~~Art 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do respectivo prazo.~~

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. [\(Redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

3. No caso em tela, o requerimento administrativo deveria ter sido protocolado entre o período de 10 de outubro de 2016 a 10 de outubro de 2017. No entanto, a manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço de radiodifusão foi apresentada perante o Ministério das Comunicações na data de 27 de novembro de 2020, ou seja, fora do prazo legal.

4. Antes que fosse realizada a análise dos autos, foi publicada a Lei nº 14.351/2022 no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, alterando a Lei nº 13.424/2017, no sentido de permitir ao Poder Público o conhecimento dos pedidos de renovação intempestivos protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da citada Lei nº 14.351/2022, senão vejamos:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo. (grifamos)

5. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

6. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, a Interessada deverá apresentar o seguinte documento:

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

- certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade.

JUSTIFICATIVA: necessita de atualização.



Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

8. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Salto/SP, encontra-se com o status "FM-C7 (Aguardando Ato de RF)", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 6º**, na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 06/06/2023, às 15:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10944027** e o código CRC **84BBDFB7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 10944027



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 15520/2023/MCOM

Brasília, 06 de junho de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RADIO FM 90 LTDA. (CNPJ Nº 48.843.270/0001-90)
Rodovia Convenção nº 1650, km 2, bairro Canjica
13324 240 Salto/SP

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.020895/2020-20.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 8341/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 06/06/2023, às 15:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10944028** e o código CRC **3B0870B2**.

Anexos:

- Nota Técnica nº 8341 (10944027).

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 10944028

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Data de Envio:

06/06/2023 15:29:05

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53115.020895/2020-20

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM 90 LTDA.

CNPJ nº: 48.843.270/0001-90, executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Salto/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Data de Envio:

06/06/2023 16:30:06

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

COMERCIAL@FM90.COM.BR

edu@fm90.com.br

comercial@fm90.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

PROCESSO Nº: 53115.020895/2020-20

INTERESSADA: RADIO FM 90 LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10944028.html

Nota_Tecnica_10944027.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Maxwell Garcia da Silva

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 48.843.270/0001-90

Razão Social

Pesquisar

<div>10 ▾ <input type="text"/> <input type="text"/> 1 / 1 <input type="text"/> <input type="text"/></div>		
Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO FM 90 LTDA.	48.843.270/0001-90	COMERCIAL@FM90.COM.BR, edu@fm90.com.br, comercial@fm90.com.br
<div>10 ▾ <input type="text"/> <input type="text"/> 1 / 1 <input type="text"/> <input type="text"/></div>		



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial**Inez Joffily França**

Ter, 06/06/2023 16:43

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO FM 90 LTDA.

CNPJ nº: 48.843.270/0001-90, executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Salto/SP, responder ao processo nº 53900.070206/2015-12, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 6 de junho de 2023 15:29

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.020895/2020-20

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM 90 LTDA.

CNPJ nº: 48.843.270/0001-90, executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Salto/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office365.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIiNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCR... 1/1

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Mosaico

Estações

Estações

⌵

⌵ Voltar

1 total de registros

1 - 50

50

Atualizar

Filtrar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFielat	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fielat Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
Visualizar em PDF	FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	48643270000190	RADIO PIONEIRA LTDA	02008030008	P	Comercial	FM	230	SP	Salto		215		90.9	A4		23° 13' 21.00" S	47° 18' 8.00" W	5	25		2	2023-10-18 21:55:49		57dbac4c24eb7	Coordenada pré-fixaada 2351321;4701808.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
as.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php?wfid=estacoes&id=57dbac4c24eb7
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO PIONEIRA LTDA				CNPJ 48843270000190	
Nº DA ESTAÇÃO 7805918	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 23° 13' 21.00" S	LONGITUDE 47° 18' 8.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RODOVIA SANTOS DUMONT, KM 2, nº ..				DISTRITO	
BAIRRO				MUNICÍPIO Salto	UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Salto

UF: SP

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 90.9 MHz

CANAL: 215

CLASSE: A4

COTA BASE DA TORRE: 570,00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYD875

NUMPROCESSO:

NOME FANTASIA:

CIDADE DA OUTORGA: Salto

ESTUDIO PRINCIPAL

BAIRRO:

ENDEREÇO:

RODOVIA SANTOS DUMONT, KM 2,0

MUNICÍPIO:

Salto

UF:

SP

NUMERO:

ESTUDIO AUXILIAR

COMPLEMENTO:

ENDEREÇO:

RUA DOS ANDRADAS , 122

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

Itu

UF:

SP

NUMERO:

COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO:

Principal

TIPO:

Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

MODELO:

FABRICANTE:

CÓDIGO:

036779XXX0014

POTÊNCIA:

3,000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

MODELO:

FABRICANTE:

POTÊNCIA:

kW

CÓDIGO:

MODELO:

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

POTÊNCIA:

kW

FABRICANTE:

CÓDIGO:

ANTENA PRINCIPAL

MODELO:

FABRICANTE:

FABRICANTE INDEFINIDO

POLARIZAÇÃO:

GANHO:

dBd

DESCRIÇÃO:

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:

261 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:

25 m

BEAM TILT:

.00 graus

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

MODELO:

FABRICANTE:

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

MODELO:

FABRICANTE:

FABRICANTE INDEFINIDO

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 31/10/2023 16:31:23



Emitido Em
01/01/1998

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCYixTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjo1N2RiYjMzNTc1Njc1>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Id solicitação: 57dbac4c24eb7

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO PIONEIRA LTDA	
Nome Fantasia: RADIO FM 90	
Telefone: (11) 40280009	E-mail: marketing@fm90.com.br
CNPJ: 48.843.270/0001-90	Número do Fistel: 02008030008
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/10/2007	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 10/10/2027	
Observações: SNC46/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RODOVIA DA CONVENCAO	Complemento: - KM 02	
Bairro: CANJICA	Número: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Número: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Número: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Número: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Salto	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 215	Frequência: 90.9 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: -kW
HCI: 25 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 7805918	Número Indicativo: ZYD875
Data Último Licenciamento: 01/01/1998	Número da Licença:
Estação Principal	



23/16:10:45 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Localização		
Latitude: 23° 13' 21.00" S	Longitude: 47° 18' 8.00" W	Cota da base: 570.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005730500518	Modelo: FM10000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: CF 1 5/8"	Fabricante: KMP Cabos Especiais		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Principal					
Modelo: BECP-6H	Fabricante: TEEL Tele Eletrônica				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 261 °	Polarização:	HCI: 25 m	ERP Máxima: 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.07	5°: 0	10°: 1.14	15°: 0	20°: 1.18	25°: 0	30°: 1.2	35°: 0	40°: 1.21	45°: 0	50°: 1.22	55°: 0
60°: 1.2	65°: 0	70°: 1.16	75°: 0	80°: 1.13	85°: 0	90°: 1.12	95°: 0	100°: 1.13	105°: 0	110°: 1.16	115°: 0
120°: 1.19	125°: 0	130°: 1.21	135°: 0	140°: 1.22	145°: 0	150°: 1.22	155°: 0	160°: 1.21	165°: 0	170°: 1.18	175°: 0
180°: 1.12	185°: 0	190°: 1.02	195°: 0	200°: 0.9	205°: 0	210°: 0.75	215°: 0	220°: 0.61	225°: 0	230°: 0.48	235°: 0
240°: 0.32	245°: 0	250°: 0.17	255°: 0	260°: 0.05	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0.03	285°: 0	290°: 0.12	295°: 0
300°: 0.25	305°: 0	310°: 0.39	315°: 0	320°: 0.51	325°: 0	330°: 0.66	335°: 0	340°: 0.82	345°: 0	350°: 0.96	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 002850402252	Modelo: FM1000
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 1.00 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar	



Modelo: LCF78-50JA		Fabricante: RFS Radio Frequency Systems	
Comprimento da Linha: 50,0 m	Atenuação: 1,1645 dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1069	Portaria	MC	05/10/1977	10/10/1977	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	46	Portaria	DMC	09/01/1979	12/01/1979	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		31/07/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	135	Portaria	MC	13/03/1990	16/05/1990	Renovação	Jurídico
9999	245	Portaria	DMC	16/10/1991		Mudança de Local	Técnico
9999	171196	Despacho	MC	17/11/1996	02/12/1996	Advertência	Jurídico
9999	441	Portaria	DMC	15/08/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	41	Decreto Legislativo	CN	30/09/1997	01/10/1997	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	503	Portaria	MC	30/11/2000	11/12/2000	Multa	Jurídico
9999	431	Portaria	MC	30/05/2001	07/05/2001	Multa	Jurídico
9999	489	Portaria	MC	27/09/2001	02/10/2001	Multa	Jurídico
9999	366	Portaria	MC	28/06/2007	10/07/2007	Renovação	Jurídico
9999	482	Portaria	MC	28/10/2011	11/11/2011	Renovação	Jurídico
9999	155	Decreto Legislativo	CN	10/05/2012	11/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	216	Decreto Legislativo	CN	09/06/2014	10/06/2014	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Horário de funcionamento							





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO PIONEIRA LTDA

CNPJ: 48.843.270/0001-90

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:32:42 do dia 31/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **RAFAELA MARTINS CARVALHO**

Data/Hora: **31/10/2023 15:33:20**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO PIONEIRA LTDA

Nº FISTEL: 02008030008

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 48843270000190

Situação: Ativa

Data Validade: 10/10/1997

☒ **CADIN:** Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

☒ **UF:** SP

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RODOVIA DA CONVENCAO 1650 - - KM 02

Bairro: CANJICA

Município: Salto

CEP: 13324-240

UF: SP

End. Corresp.: Rodovia da Convenção 1650 Canjica

Bairro: Salto de São José

Município: Salto

CEP: 13324-240

UF: SP

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1329 - TFF	1	1989	31/03/1989	13.122,61	11/11/1991	27.194,04	27.194,04	0001		
					31/03/1992	101.344,24			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1990	31/03/1990	9.659,28	06/04/1990	9.659,28	9.659,28	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1991	31/03/1991	13.597,02	20/02/1991	11.311,08	11.311,08	0003	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1992	31/03/1992	64.016,82	31/03/1992	58.179,67	58.179,67	0004		
					14/01/1993	869.322,60			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	794.773,61	14/01/1993	387.716,91	387.716,91	0005		
					28/01/1994	27.109,50			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	20.132,69	28/01/1994	9.054,20	9.054,20	0006		
					21/12/1994	60,96			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	107,22	29/03/1995	72,56	72,56	0007	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	53,61	19/08/1997	197,59	73,15	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	107,22	19/08/1997	124,44	124,44	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 1.000,00	20/08/1998	1.300,00	1.000,00	0010	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	1998	16/12/1998	R\$ 2.600,00	09/12/1998	2.600,00	2.600,00	0011	Quitado	0,00
9999	0	1998	20/08/1998	R\$ 0,00	20/08/1998	300,00	0,00	0012	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 1.000,00	31/03/1999	1.000,00	1.000,00	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 1.000,00	31/03/2000	1.000,00	1.000,00	0014	Quitado	0,00
1660	0	2000	23/01/2001	R\$ 613,52	15/01/2001	613,52	613,52	0015	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 1.300,00	30/03/2001	1.300,00	1.300,00	0016	Quitado	0,00
1660	0	2001	23/07/2001	R\$ 674,87	01/08/2001	674,87	674,87	0017	Quitado - DOU	0,00
1660	0	2001	12/11/2001	R\$ 472,41	12/11/2001	472,41	472,41	0018	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 1.300,00	01/04/2002	1.300,00	1.300,00	0019	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 1.300,00	28/03/2003	1.300,00	1.300,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 1.300,00	31/03/2004	1.300,00	1.300,00	0021	Quitado	0,00
1550	0	2003	29/08/2004	R\$ 1.230,54		0,00	0,00	0022	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 1.300,00	31/03/2005	1.300,00	1.300,00	0023	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 1.300,00	31/03/2006	1.300,00	1.300,00	0024	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Total devido em 31/10/2023 (em reais):	0,00
Total de créditos em 31/10/2023 (em reais):	0,00

mento: Parcela
io Fiscal

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdmImprimir=true

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMódulo=3761>
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



BOA TARDE
RAFAELA MARTINS CARVALHO

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	48.843.270/0001-90

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 07636242176 - RAFAELA MARTINS CARVALHO

Data: 31/10/2023

Hora: 15:36:16



BOA TARDE

RAFAELA MARTINS CARVALHO

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...


Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		48.843.270/0001-90									
RADIO FM 90 LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	467.755.448-04	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Salto
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	182000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto
MARILENE GALVAO	020.959.298-29	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: 07636242176 - RAFAELA MARTINS CARVALHO

Data: 31/10/2023


Hora: 15:36:27

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



BOA TARDE
RAFAELA MARTINS CARVALHO

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		467.755.448-04									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	467.755.448-04	RADIO CIDADE DE ITU LTDA	49.055.668/0001-25	Diretor (GERENTE COMERCIAL)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Salto
		RADIO CIDADE DE ITU LTDA	49.055.668/0001-25	Sócio	57000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	182000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: 07636242176 - RAFAELA MARTINS CARVALHO

Data: 31/10/2023

Hora: 15:36:43



BOA TARDE

RAFAELA MARTINS CARVALHO

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		020.959.298-29									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARILENE GALVAO	<u>020.959.298-29</u>	RADIO FM 90 LTDA	<u>48.843.270/0001-90</u>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: 07636242176 - RAFAELA MARTINS CARVALHO

Data: 31/10/2023

Hora: 15:36:49



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 48.843.270/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/05/1977
NOME EMPRESARIAL RADIO FM 90 LTDA.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO ROD CONVENCAO	NÚMERO 1650	COMPLEMENTO KM 02
CEP 13.324-240	BAIRRO/DISTRITO CANJICA	MUNICÍPIO SALTO
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@FM90.COM.BR	TELEFONE (11) 4028-0009	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **31/10/2023** às **15:37:49** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	48.843.270/0001-90
NOME EMPRESARIAL:	RADIO FM 90 LTDA.
CAPITAL SOCIAL:	R\$280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MARILENE GALVAO
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	LUIZ ANTONIO MAZZUCCO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 31/10/2023 às 15:37 (data e hora de Brasília).



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.843.270/0001-90
Razão Social: RADIO FM 90 LTDA
Endereço: ROD DA CONVENCAO 1650 KM 02 / SALTO DE SAO JOSE / SALTO / SP / 13324-240

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/10/2023 a 25/11/2023

Certificação Número: 2023102704533722253381

Informação obtida em 31/10/2023 15:38:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO FM 90 LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 48.843.270/0001-90

Certidão nº: 60603680/2023

Expedição: 31/10/2023, às 15:38:59

Validade: 28/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO FM 90 LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **48.843.270/0001-90**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



31/10/2023

0070574630

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 6165894**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 30/10/2023, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

RÁDIO FM 90 LTDA, CNPJ: 48.843.270/0001-90, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 31 de outubro de 2023.

PEDIDO Nº:**0070574630**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO FM 90 LTDA.
CNPJ: 48.843.270/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:45:59 do dia 25/10/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/04/2024.

Código de controle da certidão: **E3D4.F73F.688C.E836**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 48.843.270/0001-90

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23101031916-51

Data e hora da emissão 31/10/2023 15:40:47

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**





CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO FM 90 LTDA.**

CPF/CNPJ: **48.843.270/0001-90**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:53:18 do dia 31/10/2023 , com validade até o dia 30/11/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: iP8ha8cFhwKnwIdI4EHD

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Data de Envio:

31/10/2023 16:04:02

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM

Mensagem:

Processo nº: 53115.020895/2020-20

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM 90 LTDA (CNPJ Nº 48.843.270/0001-90), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

RE: Consulta CGFM - Processo nº: 53115.020895/2020-20

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qua, 01/11/2023 08:22

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO FM 90 LTDA (CNPJ Nº 48.843.270/0001-90), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto/SP, responder ao processo nº 53900.070206/2015-12, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 31 de outubro de 2023 16:04

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM

Processo nº: 53115.020895/2020-20

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM 90 LTDA (CNPJ Nº 48.843.270/0001-90), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office365.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIiNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCR... 1/1

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Id solicitação: 57dbac4c24eb7

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO PIONEIRA LTDA	
Nome Fantasia: RADIO FM 90	
Telefone: (11) 40280009	E-mail: marketing@fm90.com.br
CNPJ: 48.843.270/0001-90	Número do Fistel: 02008030008
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/10/2007	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 10/10/2027	
Observações: SNC46/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RODOVIA DA CONVENCAO	Complemento: - KM 02	
Bairro: CANJICA	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Salto	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 215	Frequência: 90.9 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 23.4285kW
HCI: 52 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24.05.2024 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Informações Gerais	
Número da Estação: 7805918	Número Indicativo: ZYD875
Data Último Licenciamento: 30/11/2023	Número da Licença: 53500.100376/2023-43

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 13' 23.99" S	Longitude: 47° 18' 7.99" W	Cota da base: 559 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005730500518	Modelo: FM10000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 9.1 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: CF 1 5/8"	Fabricante: KMP Cabos Especiais		
Comprimento da Linha: 55.0 m	Atenuação: 0.8054 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: BECP-6H	Fabricante: TEEL Tele Eletrônica				
Ganho: 5.05 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 155 °	Polarização: Circular	HCI: 52 m	ERP Máxima: 23.43 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.94	5°: 1.83	10°: 1.72	15°: 1.62	20°: 1.51	25°: 1.31	30°: 1.21	35°: 1.11	40°: 0.96	45°: 0.82	50°: 0.72	55°: 0.63
60°: 0.54	65°: 0.44	70°: 0.44	75°: 0.44	80°: 0.54	85°: 0.63	90°: 0.68	95°: 0.72	100°: 0.82	105°: 0.92	110°: 1.01	115°: 1.11
120°: 1.13	125°: 1.21	130°: 1.26	135°: 1.31	140°: 1.36	145°: 1.41	150°: 1.36	155°: 1.31	160°: 1.26	165°: 1.21	170°: 1.16	175°: 1.11
180°: 1.06	185°: 1.01	190°: 0.92	195°: 0.82	200°: 0.72	205°: 0.54	210°: 0.4	215°: 0.26	220°: 0.18	225°: 0.09	230°: 0.04	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0.09	255°: 0.18	260°: 0.31	265°: 0.44	270°: 0.58	275°: 0.72	280°: 0.92	285°: 1.11	290°: 1.31	295°: 1.51
300°: 1.62	305°: 1.72	310°: 1.83	315°: 1.94	320°: 2.05	325°: 2.16	330°: 2.21	335°: 2.27	340°: 2.21	345°: 2.16	350°: 2.1	355°: 2.05

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°2'27.15" S Lon 47°18'7.99" W	5°: Lat 23°3'49.96" S Lon 47°17'13.41" W	10°: Lat 23°4'43.22" S Lon 47°16'28.18" W	15°: Lat 23°4'25.71" S Lon 47°15'31.23" W	20°: Lat 23°6'27.28" S Lon 47°14'57.31" W	25°: Lat 23°7'7.86" S Lon 47°13'25.71" W	30°: Lat 23°5'54.19" S Lon 47°12'20.52" W	35°: Lat 23°5'47.41" S Lon 47°10'30.42" W	40°: Lat 23°5'22.45" S Lon 47°10'19.88" W	45°: Lat 23°6'22.94" S Lon 47°10'30.42" W	50°: Lat 23°7'22.56" S Lon 47°10'19.88" W	55°: Lat 23°9'42.19" S Lon 47°12'23.62" W
60°: Lat 23°10'41.47" S Lon 47°13'1.95" W	65°: Lat 23°11'6.6" S Lon 47°12'47.7" W	70°: Lat 23°11'32.78" S Lon 47°12'35.88" W	75°: Lat 23°11'59.81" S Lon 47°12'26.59" W	80°: Lat 23°12'27.47" S Lon 47°12'19.9" W	85°: Lat 23°12'55.57" S Lon 47°12'15.85" W	90°: Lat 23°13'23.88" S Lon 47°12'14.49" W	95°: Lat 23°13'51.78" S Lon 47°12'20.95" W	100°: Lat 23°14'19.47" S Lon 47°12'24.9" W	105°: Lat 23°14'46.74" S Lon 47°12'31.46" W	110°: Lat 23°15'11.76" S Lon 47°12'45.43" W	115°: Lat 23°15'37.19" S Lon 47°12'56.88" W
120°: Lat 23°23'16'1.6" S Lon 47°13'10.69" W	125°: Lat 23°16'24.81" S Lon 47°13'26.77" W	130°: Lat 23°16'46.65" S Lon 47°13'44.99" W	135°: Lat 23°17'3.59" S Lon 47°14'14.87" W	140°: Lat 23°17'21.9" S Lon 47°14'30.61" W	145°: Lat 23°17'38.41" S Lon 47°14'54.01" W	150°: Lat 23°17'52.98" S Lon 47°15'18.89" W	155°: Lat 23°18'5.5" S Lon 47°15'45.05" W	160°: Lat 23°18'20.33" S Lon 47°16'10.54" W	165°: Lat 23°18'28.61" S Lon 47°16'39.11" W	170°: Lat 23°18'34.57" S Lon 47°17'8.36" W	175°: Lat 23°18'38.16" S Lon 47°17'38.06" W
180°: Lat 23°18'39.37" S Lon 47°18'7.99" W	185°: Lat 23°18'38.16" S Lon 47°18'37.92" W	190°: Lat 23°18'39.24" S Lon 47°19'8.52" W	195°: Lat 23°18'33.19" S Lon 47°19'38.21" W	200°: Lat 23°19'9.35" S Lon 47°20'24.88" W	205°: Lat 23°21'18.89" S Lon 47°22'9.23" W	210°: Lat 23°21'34.71" S Lon 47°23'16.66" W	215°: Lat 23°22'14.12" S Lon 47°24'52.48" W	220°: Lat 23°23'21'14.3" S Lon 47°25'17.99" W	225°: Lat 23°20'24.66" S Lon 47°25'46.36" W	230°: Lat 23°19'37.21" S Lon 47°26'12.65" W	235°: Lat 23°19'7.84" S Lon 47°27'3.14" W
240°: Lat 23°18'37.87" S Lon 47°28'0.56" W	245°: Lat 23°17'55.21" S Lon 47°28'28'42.1" W	250°: Lat 23°17'21.17" S Lon 47°29'58.79" W	255°: Lat 23°16'28.23" S Lon 47°30'38.49" W	260°: Lat 23°15'30.68" S Lon 47°31'13.41" W	265°: Lat 23°14'27.29" S Lon 47°31'22.39" W	270°: Lat 23°13'23.41" S Lon 47°31'40.8" W	275°: Lat 23°12'19.15" S Lon 47°31'27.31" W	280°: Lat 23°11'25.35" S Lon 47°30'17.12" W	285°: Lat 23°10'12.59" S Lon 47°30'47'31'2.82" W	290°: Lat 23°9'17.78" S Lon 47°30'22.31" W	295°: Lat 23°8'27.94" S Lon 47°29'37.45" W
300°: Lat 23°7'10.08" S Lon 47°29'51.36" W	305°: Lat 23°5'58.82" S Lon 47°29'38.53" W	310°: Lat 23°5'20.47" S Lon 47°28'33.96" W	315°: Lat 23°5'2.39" S Lon 47°7'12.97" W	320°: Lat 23°4'9.74" S Lon 47°6'33.28" W	325°: Lat 23°3'54.69" S Lon 47°25'21.13" W	330°: Lat 23°4'11.47" S Lon 47°23'54.65" W	335°: Lat 23°4'37.4" S Lon 47°23'48.7" W	340°: Lat 23°4'44.77" S Lon 47°23'48.62" W	345°: Lat 23°4'48.62" S Lon 47°20'38.09" W	350°: Lat 23°3'23.82" S Lon 47°20'33" W	355°: Lat 23°3'21.61" S Lon 47°19'5.27" W

Distância por radial											
0°: 20.29	5°: 17.8	10°: 16.33	15°: 17.21	20°: 13.7	25°: 12.82	30°: 16.04	35°: 17.21	40°: 19.41	45°: 18.38	50°: 17.36	55°: 11.94



60°: 10.03	65°: 10.03	70°: 10.03	75°: 10.03	80°: 10.03	85°: 10.03	90°: 10.03	95°: 9.89	100°: 9.89	105°: 9.89	110°: 9.74	115°: 9.74
120°: 9.74	125°: 9.74	130°: 9.74	135°: 9.59	140°: 9.59	145°: 9.59	150°: 9.59	155°: 9.59	160°: 9.74	165°: 9.74	170°: 9.74	175°: 9.74
180°: 9.74	185°: 9.74	190°: 9.89	195°: 9.89	200°: 11.35	205°: 16.19	210°: 17.5	215°: 20	220°: 18.97	225°: 18.38	230°: 17.94	235°: 18.53
240°: 19.41	245°: 19.85	250°: 21.46	255°: 22.05	260°: 22.63	265°: 22.63	270°: 23.07	275°: 22.78	280°: 21.02	285°: 22.78	290°: 22.19	295°: 21.61
300°: 23.07	305°: 23.95	310°: 23.22	315°: 21.9	320°: 22.34	325°: 21.46	330°: 19.7	335°: 17.94	340°: 17.07	345°: 16.48	350°: 18.82	355°: 18.68

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM1000					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 1.00 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo: LCF78-50JA						Fabricante: RFS Radio Frequency Systems					
Comprimento da Linha: 50,0 m			Atenuação: 1.1069 dB/100m			Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50 ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo: INV-30-2			Fabricante:		
Ganho: 0.00 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 160 °	Polarização: Vertical	HCI: 36.5 m	ERP Máxima: 23.43 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1069	Portaria	MC	05/10/1977	10/10/1977	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	46	Portaria	DMC	09/01/1979	12/01/1979	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		31/07/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	135	Portaria	MC	13/03/1990	16/05/1990	Renovação	Jurídico
9999	245	Portaria	DMC	16/10/1991		Mudança de Local	Técnico
9999	171196	Despacho	MC	17/11/1996	02/12/1996	Advertência	Jurídico
9999	441	Portaria	DMC	15/08/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	41	Decreto Legislativo	CN	30/09/1997	01/10/1997	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	503	Portaria	MC	30/11/2000	11/12/2000	Multa	Jurídico
9999	431	Portaria	MC	30/05/2001	07/05/2001	Multa	Jurídico
9999	489	Portaria	MC	27/09/2001	02/10/2001	Multa	Jurídico
9999	366	Portaria	MC	28/06/2007	10/07/2007	Renovação	Jurídico
9999	482	Portaria	MC	28/10/2011	11/11/2011	Renovação	Jurídico



9999	155	Decreto Legislativo	CN	10/05/2012	11/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	216	Decreto Legislativo	CN	09/06/2014	10/06/2014	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.094737/2023-13	11032787	Ato	ORLE	21/10/2023	06/11/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento





Estações

☒ Voltar

1 total de registros		1 - 50	50	Atualizar	Filtrar																					
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
<div>Visualizar em PDF</div>	FM-CB (Canal Licenciado)	48843270000190	RADIO PIONEIRA LTDA	02008030008	P	Comercial	FM	230	SP	Sato		215		90.9	A4	Principal	23° 13' 23.99" S	47° 18' 7.99" W	23.4285	52		2	2023-12-22 12:51:56		57bac4c24eb7	Coordenada pré-finalizada 2351321;47W1808.





NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO PIONEIRA LTDA				CNPJ 48843270000190
Nº DA ESTAÇÃO 7805918	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 23° 13' 23.99" S	LONGITUDE 47° 18' 7.99" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rodovia da Convenção, nº 1650.	DISTRITO	
BAIRRO Salto de São José	MUNICÍPIO Salto	UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 10/10/2027

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Salto UF: SP

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 90.9 MHz CANAL: 215

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 559

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYD875

NOME FANTASIA: RADIO FM 90 NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Salto

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rodovia da Convenção BAIRRO: Salto de São José

MUNICÍPIO: Salto UF: SP

NUMERO: 1650 COMPLEMENTO: Canjica

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: MTA Eletrônica Industrial Ltda. MODELO: FM1000S

CÓDIGO: 005730500518 POTÊNCIA: 9.1 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Marcelo Amorim de Godoy -EPP MODELO: FM1000

CÓDIGO: 002850402252 POTÊNCIA: 1.00 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: TEEL Tele Eletrônica MODELO: BECP-6H

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 5.05 dBd

DESCRIÇÃO: Antena de 6 elementos ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 155 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 52 m BEAM TILT: .00 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: INV-30-2

POLARIZAÇÃO: Vertical GANHO: 0.00 dBd

DESCRIÇÃO: Antena de 2 elementos ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 160 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 36.5 m BEAM TILT: 0 graus

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: RFS Radio Frequency Systems MODELO: LCF78-50JA

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP Cabos Especiais MODELO: CF 1 5/8"

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 03/07/2024 05:40:42



Emitido Em
30/11/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCYixTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjU4NWYyOGJkYTRkNGF5LThb12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO PIONEIRA LTDA

CNPJ: 48.843.270/0001-90

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 05:50:02 do dia 03/07/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/08/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

<https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Gabriela Mello dos Santos**

Data/Hora: **03/07/2024 05:51:11**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO PIONEIRA LTDA

Nº FISTEL: 02008030008

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 48843270000190

Situação: Ativa

Data Validade: 10/10/1997

☒ **CADIN:** Não

Incidência FUST: Integral

Data Início Operação Comercial: ☒ **UF:** SP

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Proc. Caducidade: Não

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1329 - TFF	1	1989	31/03/1989	13.122,61	11/11/1991	27.194,04	27.194,04	0001		
					31/03/1992	101.344,24			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1990	31/03/1990	9.659,28	06/04/1990	9.659,28	9.659,28	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1991	31/03/1991	13.597,02	20/02/1991	11.311,08	11.311,08	0003	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1992	31/03/1992	64.016,82	31/03/1992	58.179,67	58.179,67	0004		
					14/01/1993	869.322,60			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	794.773,61	14/01/1993	387.716,91	387.716,91	0005		
					28/01/1994	27.109,50			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	20.132,69	28/01/1994	9.054,20	9.054,20	0006		
					21/12/1994	60,96			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	107,22	29/03/1995	72,56	72,56	0007	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	53,61	19/08/1997	197,59	73,15	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	107,22	19/08/1997	124,44	124,44	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 1.000,00	20/08/1998	1.300,00	1.000,00	0010	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	1998	16/12/1998	R\$ 2.600,00	09/12/1998	2.600,00	2.600,00	0011	Quitado	0,00
9999	0	1998	20/08/1998	R\$ 0,00	20/08/1998	300,00	0,00	0012	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 1.000,00	31/03/1999	1.000,00	1.000,00	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 1.000,00	31/03/2000	1.000,00	1.000,00	0014	Quitado	0,00
1660	0	2000	23/01/2001	R\$ 613,52	15/01/2001	613,52	613,52	0015	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 1.300,00	30/03/2001	1.300,00	1.300,00	0016	Quitado	0,00
1660	0	2001	23/07/2001	R\$ 674,87	01/08/2001	674,87	674,87	0017	Quitado - DOU	0,00
1660	0	2001	12/11/2001	R\$ 472,41	12/11/2001	472,41	472,41	0018	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 1.300,00	01/04/2002	1.300,00	1.300,00	0019	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 1.300,00	28/03/2003	1.300,00	1.300,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 1.300,00	31/03/2004	1.300,00	1.300,00	0021	Quitado	0,00
1550	0	2003	29/08/2004	R\$ 1.230,54		0,00	0,00	0022	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 1.300,00	31/03/2005	1.300,00	1.300,00	0023	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 1.300,00	31/03/2006	1.300,00	1.300,00	0024	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 1.300,00	02/03/2007	1.300,00	1.300,00	0025	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 1.300,00	31/03/2008	1.300,00	1.300,00	0027	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 1.170,00	31/03/2009	1.170,00	1.170,00	0028	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 130,00	01/06/2009	130,00	130,00	0030	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 1.170,00	29/09/2010	1.461,79	1.461,79	0031	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 130,00	31/03/2010	130,00	130,00	0032	Quitado	0,00



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 1.170,00	31/03/2011	1.170,00	1.170,00	0033	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 130,00	31/03/2011	130,00	130,00	0034	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 858,00	02/04/2012	858,00	858,00	0035	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 130,00	02/04/2012	130,00	130,00	0036	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 858,00	01/04/2013	858,00	858,00	0037	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 130,00	01/04/2013	130,00	130,00	0038	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 858,00	31/03/2014	858,00	858,00	0039	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 130,00	31/03/2014	130,00	130,00	0040	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 858,00	31/03/2015	858,00	858,00	0041	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 130,00	31/03/2015	130,00	130,00	0042	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 858,00	31/03/2016	858,00	858,00	0043	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 130,00	31/03/2016	130,00	130,00	0044	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 858,00	30/03/2017	858,00	858,00	0045	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 130,00	30/03/2017	130,00	130,00	0046	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 858,00	26/06/2018	1.047,07	1.047,07	0047	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 130,00	26/06/2018	158,65	158,65	0048	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 858,00	25/03/2019	858,00	858,00	0049	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 130,00	25/03/2019	130,00	130,00	0050	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 858,00	30/03/2020	858,00	858,00	0053	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 130,00	30/03/2020	130,00	130,00	0054	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 858,00	31/03/2021	858,00	858,00	0055	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 130,00	15/03/2021	130,00	130,00	0056	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 858,00	21/03/2022	858,00	858,00	0057	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 130,00	21/03/2022	130,00	130,00	0058	Quitado	0,00
1660	0	2021	26/04/2022	R\$ 5.984,41	21/03/2022	5.984,41	5.984,41	0059	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 858,00	13/03/2023	858,00	858,00	0060	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 130,00	13/03/2023	130,00	130,00	0061	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	27/07/2023	R\$ 280,70	04/07/2023	280,70	280,70	0062	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	17/11/2023	R\$ 140,35	19/10/2023	140,35	140,35	0063	Quitado	0,00
9445	0	2023		0,00	06/11/2023	140,35	0,00	0064	Pago a Maior	0,00
8766 - TFI	1	2023	28/12/2023	R\$ 2.600,00	28/11/2023	2.600,00	2.600,00	0065	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 858,00	21/03/2024	858,00	858,00	0066	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 130,00	21/03/2024	130,00	130,00	0067	Quitado	0,00

Total devido em 03/07/2024 (em reais): 0,00

Total de créditos em 03/07/2024 (em reais): 140,35

Legenda do Campo Situação

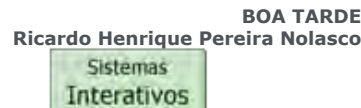
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a


[Menu Principal](#)
[SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar Códigos de Receita](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital - MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://sigec-autenticacao-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		48.843.270/0001-90									
RADIO FM 90 LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	467.755.448-	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Salto
	04	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	182000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto
MARILENE GALVAO	020.959.298-29	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos Data: 03/07/2024 Hora: 05:53:00





BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 467.755.448-04									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	467.755.448-04	RADIO CIDADE DE ITU LTDA	49.055.668/0001-25	Diretor (GERENTE COMERCIAL)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Salto
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	182000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto
		RADIO CIDADE DE ITU LTDA	49.055.668/0001-25	Sócio	57000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 03/07/2024

Hora: 05:53:11



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		020.959.298-29									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARILENE GALVAO	020.959.298-29	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 03/07/2024

Hora: 05:53:18

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	48.843.270/0001-90

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos Data: 03/07/2024 Hora: 05:53:33



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 48.843.270/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/05/1977
NOME EMPRESARIAL RADIO FM 90 LTDA.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO ROD CONVENCAO	NÚMERO 1650	COMPLEMENTO KM 02
CEP 13.324-240	BAIRRO/DISTRITO CANJICA	MUNICÍPIO SALTO
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@FM90.COM.BR	TELEFONE (11) 4028-0009	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 03/07/2024 às 05:54:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
48.843.270/0001-90
NOME EMPRESARIAL:
RADIO FM 90 LTDA.
CAPITAL SOCIAL:
R\$280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
MARILENE GALVAO
Qualificação:
22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:
LUIZ ANTONIO MAZZUCCO
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 03/07/2024 às 05:54 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 48.843.270

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 58639975

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 03/07/2024 05:59:36

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e zens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Autenticidade eletronicamente, após conferência com original.



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos tributos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.



xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Notas

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Serviço Público Federal	
Ministério das Comunicações	
Publicado no D.O.U. em	
11/11/2011	
Seção	Página 99
Rubrica	

PORTARIA Nº 482 , DE 28 DE OUTUBRO DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.037664/2007, RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de outubro de 2007, a permissão outorgada à RÁDIO PIONEIRA DE SALTO LTDA., pela Portaria nº 1.069, de 5 de outubro de 1977, publicada no Diário Oficial da União de 10 de outubro de 1977, e renovada pela Portaria nº 135, de 13 de março de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 1990, referendado pelo Decreto Legislativo nº 41, de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 1º de outubro de 1997, atualmente denominada **RÁDIO FM 90 LTDA.**, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Salto, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA
 Ministro de Estado das Comunicações





Ministério das Cidades

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 357, DE 2 DE AGOSTO DE 2010

Estabelece diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso da competência que lhe confere o inciso VI do art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e à vista do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - STN,

Considerando a necessidade de adequar a composição das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI;

Considerando a instauração dos Processos Administrativos nº 80001.016472/2006-15, 80001.008506/2006-90 e 80000.014867/2009-28, resolve:

Art. 1º Estabelecer diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI, constantes do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CONTRAN nº 233, de 30 de março de 2007.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

Presidente

RILTON DA SILVA BARBOSA

Ministro da Defesa

RONEI VALDEI BARBOSA

Ministro do Transportes

ESMERALDA MALHEIRO SANTOS

Ministro da Justiça

LUIZ GABRIEL MACIEL MIRANDA

Ministro da Saúde

RUI OTTE DE SOUZA

Ministro da Meio Ambiente

ANEXO

Diretrizes para a Elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI

1. Introdução

1.1. De acordo com a competência que lhe atribui o inciso VI do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN estabelece as diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

2. Da Natureza e Finalidade da JARI

2.1. As JARI são órgãos colegiados, componentes do Sistema Nacional de Trânsito, responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades aplicadas pelos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários.

2.2. Haverá, junto a cada órgão ou entidade executiva de trânsito ou rodoviário, uma quantidade de JARI necessária para julgar, dentro do prazo legal, os recursos interpostos.

2.3. Sempre que funcionar mais de uma JARI junto ao órgão ou entidade executiva de trânsito ou rodoviário, deverá ser nomeado um coordenador.

2.4. As JARI funcionarão junto:

2.4.a. aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União e à Polícia Rodoviária Federal;

2.4.b. aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários dos Estados e do Distrito Federal;

2.4.c. aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários dos Municípios.

3. Da Competência da JARI

3.1. Compete às JARI:

3.1.a. julgar os recursos interpostos pelos infratores;

3.1.b. solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos objetivando uma melhor análise da situação recorrida;

3.1.c. encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações, apontados em recursos e que se repitam sistematicamente.

4. Da Composição da JARI

4.1. A JARI, órgão colegiado, terá, no mínimo, três integrantes, obedecendo-se aos seguintes critérios para a sua composição:

4.1.a. uma integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

4.1.a.1. excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por comprovado desinteresse da integrante estabelecido no item 4.1.a. ou quando indicado, injustificadamente, não comparecer à sessão de julgamento, deverá ser observado o disposto no item 7.3, e substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o Colegiado pelo tempo restante do mandato;

4.1.b. o presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-lo;

4.1.b.1. é facultada a suplência;

4.1.c. é vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN ou o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRADIFE;

5. Dos Impedimentos

5.1. O Regimento Interno da JARI poderá prever impedimentos para aqueles que pretendam integrá-las, dentre outros, os relacionados:

5.1.a. à idoneidade;

5.1.b. estar cumprindo ou ter cumprido penalidade da suspensão do direito de dirigir, cassação da habilitação ou proibição de obter o documento de habilitação, até 12 (doze) meses do fim do prazo da penalidade;

5.1.c. ao julgamento do recurso, quando tiver lavrado o Auto de Infração.

6. Da Nomeação dos Integrantes das JARI

6.1. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionarão junto aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União e junto à Polícia Rodoviária Federal será efetuada pelo Secretário Executivo do Ministério ao qual o órgão ou entidade estiver subordinado, facultada a delegação.

6.2. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionarão junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

7. Do Mandato dos membros das JARI

7.1. O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo, de dois anos.

7.2. O Regimento Interno poderá prever a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

7.3. Poderá o mandato ser substituído o membro que, durante o mandato, tiver:

7.3.a. três faltas injustificadas em três reuniões consecutivas;

7.3.b. quatro faltas injustificadas em quatro reuniões intercaladas.

8. Dos deveres das JARI

8.1. O funcionamento das JARI obedecerá ao seu Regimento Interno.

8.2. A JARI poderá abrir à apelação e deliberar com a maioria simples de seus integrantes, respeitada, obrigatoriamente, a presença do presidente ou seu suplente.

8.3. As decisões das JARI deverão ser fundamentadas e aprovadas por maioria simples de votos dando-se a devida publicidade.

9. Dos deveres dos Órgãos e Entidades de Trânsito

9.1. O Regimento Interno deverá ser encaminhado para conhecimento e cadastro:

9.1.a. ao DENATRAN, em se tratando de órgãos ou entidades executivos rodoviários da União e da Polícia Rodoviária Federal;

9.1.b. aos respectivos CETRAN, em se tratando de órgãos ou entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais ou ao CONTRADIFE, se do Distrito Federal.

9.2. Caberá ao órgão ou entidade junto ao qual funcione as JARI prestar apoio técnico, administrativo e financeiro de forma a garantir seu pleno funcionamento.

4.1.2. representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade;

4.1.b. representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito;

4.1.b.1. excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por inexistência de entidades representativas da sociedade ligada à área de trânsito ou por comprovado desinteresse dessas entidades na indicação de representante, ou quando indicado, injustificadamente, não comparecer à sessão de julgamento deverá ser observado o disposto no item 7.3, e substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o Colegiado pelo tempo restante do mandato;

4.1.b.2. o presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-lo;

4.1.b.3. é facultada a suplência;

4.1.c. é vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN ou o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRADIFE;

5. Dos Impedimentos

5.1. O Regimento Interno da JARI poderá prever impedimentos para aqueles que pretendam integrá-las, dentre outros, os relacionados:

5.1.a. à idoneidade;

5.1.b. estar cumprindo ou ter cumprido penalidade da suspensão do direito de dirigir, cassação da habilitação ou proibição de obter o documento de habilitação, até 12 (doze) meses do fim do prazo da penalidade;

5.1.c. ao julgamento do recurso, quando tiver lavrado o Auto de Infração.

6. Da Nomeação dos Integrantes das JARI

6.1. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionarão junto aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União e junto à Polícia Rodoviária Federal será efetuada pelo Secretário Executivo do Ministério ao qual o órgão ou entidade estiver subordinado, facultada a delegação.

6.2. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionarão junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

7. Do Mandato dos membros das JARI

7.1. O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo, de dois anos.

7.2. O Regimento Interno poderá prever a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

7.3. Poderá o mandato ser substituído o membro que, durante o mandato, tiver:

7.3.a. três faltas injustificadas em três reuniões consecutivas;

7.3.b. quatro faltas injustificadas em quatro reuniões intercaladas.

8. Dos deveres das JARI

8.1. O funcionamento das JARI obedecerá ao seu Regimento Interno.

8.2. A JARI poderá abrir à apelação e deliberar com a maioria simples de seus integrantes, respeitada, obrigatoriamente, a presença do presidente ou seu suplente.

8.3. As decisões das JARI deverão ser fundamentadas e aprovadas por maioria simples de votos dando-se a devida publicidade.

9. Dos deveres dos Órgãos e Entidades de Trânsito

9.1. O Regimento Interno deverá ser encaminhado para conhecimento e cadastro:

9.1.a. ao DENATRAN, em se tratando de órgãos ou entidades executivos rodoviários da União e da Polícia Rodoviária Federal;

9.1.b. aos respectivos CETRAN, em se tratando de órgãos ou entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais ou ao CONTRADIFE, se do Distrito Federal.

9.2. Caberá ao órgão ou entidade junto ao qual funcione as JARI prestar apoio técnico, administrativo e financeiro de forma a garantir seu pleno funcionamento.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 690, DE 23 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.042822/2008, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RADIO E TELEVISÃO ROTONER LTDA, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Cascavel, Estado do Paraná, por meio do canal 30 (trinta), utilizando os sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

JOSE ARTUR THORNTON

RETIFICAÇÕES

Na Portaria no 376, de 20 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2010, no art. 1º, onde se lê: "autorizada a RADIO FM 90 LTDA", deve-se ler: "Originariamente outorgada à RADIO PIONEIRA LTDA".

Na Portaria no 315, de 30 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2010, no art. 1º, onde se lê: "Onde se lê: 'RADIO SALAMANCA FM LTDA', deve-se ler: 'SALAMANCA RADIOBIFUSÃO FM LTDA'".

Na Portaria no 359, de 16 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 1º de junho de 2010, no art. 1º, onde se lê: "Onde se lê: 'RADIO FM FOLHA DE LONDRINA LTDA', deve-se ler: 'RADIO FM FOLHA LTDA'".

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 4.947, DE 3 DE AGOSTO DE 2010

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que foram conferidas à Agência pelo Art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 16 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.358, de 7 de outubro de 1997, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a publicação do Despacho nº 6.610, de 2 de agosto de 2010, no Diário Oficial da União do dia 3 de agosto de 2010, seção 1, página 65.

MARCIO ALBERTO SARTORI FARIAS

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 14 de agosto de 2010

Nº 293 - Processo nº 53545.000807/2004

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela BRASIL TELECOM S/A - FILIAL MATO GROSSO, CNPJ/MF nº 76.535.764/0129-32, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 23 do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra decisão de aplicação de sanção proferida pela Superintendente de Universalização por meio do Despacho nº 938/2008/UNAC-UNAC-SUN, de 28 de março de 2008, nos autos do processo em epígrafe, insinuando para averiguação do cumprimento das metas estabelecidas no art. 8º, inciso II, do Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU, aprovado pelo Decreto nº 2.592/1998, decidida, por meio da Reunião nº 501, de 6 de novembro de 2008, conhecer do Recurso e, no mérito, negar a ele provimento, mantendo a decisão recorrida pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 491/2008/GCAR, de 30 de outubro de 2008.

Em 3 de agosto de 2010

Processo nº 53500.017850/2010

Nº 6.677 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, considerando que o objetivo da Consulta Pública nº 21, de 22 de junho de 2010, referente à Proposta de Alteração do Regulamento de Fiscalização, aprovado pela Resolução nº 441, de 12 de julho de 2006, e da Consulta Pública nº 22, de 29 de junho de 2010, referente à Proposta de Alteração do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003, constantes, respectivamente, dos autos do Processo nº 53500.019969/2007 e do Processo nº 53500.020772/2005, são de grande relevância aos interessados, mostrando-se importante sua efetiva participação na apresentação de contribuições que consistem em subsídios necessários à ação regulatória da Anatel, decidida, por meio do Circuito Deliberativo nº 1.805, de 26 de julho de 2010, com fundamento na Análise nº 512/2010/GCAR, de 23 de julho de 2010.

1º Priorizar os prazos para manifestação da sociedade relativos à Consulta Pública nº 21, de 22 de junho de 2010 e à Consulta Pública nº 22, de 29 de junho de 2010, por meio de formulário eletrônico do Sistema de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível na Internet em <http://www.anatel.gov.br>, para até às 24h do dia 6 de setembro de 2010, e por meio de carta, fax ou correspondência eletrônica, para até às 18h do dia 2 de setembro de 2010, e

2º convocar o público em geral para participar das Audiências Públicas a serem realizadas nos dias 20 de agosto de 2010 e 27 de agosto de 2010, nas cidades de Brasília-DF e São Paulo-SP, respectivamente, com horário, local e procedimentos a serem previamente divulgados na página da Anatel na Internet, sobre os termos da Proposta de Alteração do Regulamento de Fiscalização, aprovado pela Resolução nº 441, de 12 de julho de 2006, objeto da Consulta Pública nº 21, de 22 de junho de 2010, e sobre os termos da Proposta de Alteração do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003, objeto da Consulta Pública nº 22, de 29 de junho de 2010.

3º publicar a convocação das Audiências Públicas no Diário Oficial da União e jornais de grande circulação das cidades onde as referidas Audiências Públicas serão realizadas.

RICARDO ALBERTO SARTORI FARIAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010080500056.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.204-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza do Taboão, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 213, DE 2014

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE MONTESIONENSE DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tombos, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.350, de 17 de dezembro de 2010, que outorga permissão à Sociedade Montesionense de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tombos, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2014

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA SERRANGREENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Negra do Norte, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.087, de 16 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Serrangreense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Negra do Norte, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 215, DE 2014

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO ALTERNATIVA DE DIVINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 479, de 28 de outubro de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Alternativa de Divinópolis para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 216, DE 2014

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 90 LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 482, de 28 de outubro de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de outubro de 2007, a permissão outorgada à Rádio FM 90 Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 217, DE 2014

Aprova o ato que outorga permissão à CABO TV PAULISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 535, de 6 de dezembro de 2011, que outorga permissão à Cabo TV Paulista Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 218, DE 2014

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CLUBE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sítio Novo do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 191, de 2 de abril de 2012, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Clube FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sítio Novo do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 219, DE 2014

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ABSOLUTA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matão, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 536, de 6 de dezembro de 2011, que outorga permissão à Rádio Absoluta FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclu-

sividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matão, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 220, DE 2014

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO OFICINA DE RÁDIO CAPANEMENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 326, de 1º de agosto de 2011, que outorga autorização à Associação Oficina de Rádio Capanemense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 221, DE 2014

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 337, de 7 de julho de 2005, que outorga permissão à Fundação Evangélica Trindade para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 222, DE 2014

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA PLANALTO DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

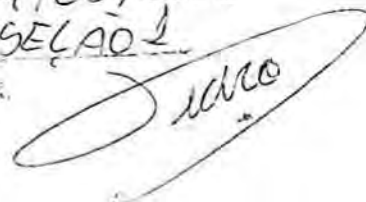
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 663, de 31 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 21 de junho de 2008, a permissão outorgada ao Sistema Planalto de Radiodifusão Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal



189-4

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 19/05/2010
PÁGINA 47 SEÇÃO 1
MOTADO POR

PORTARIA Nº 376 ,DE 20 DE ABRIL DE 2010.

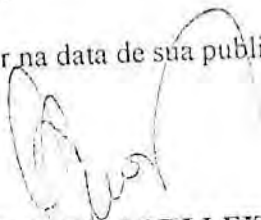
O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 56, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.037664/2007, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de outubro de 2007, a permissão outorgada à Rádio FM 90 Ltda., Portaria nº 1069, de 5 de outubro de 1977, publicada no Diário Oficial da União em 10 de outubro de 1977, alterou sua razão social para Rádio FM 90 Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Salto, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 154, DE 2012**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE BARIRI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bariri, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 963, de 8 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Bariri Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bariri, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 155, DE 2012**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PIONEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 366, de 28 de junho de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de outubro de 1997, a concessão outorgada à Rádio Pioneira Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 156, DE 2012**

Aprova o ato que outorga permissão à R & V COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 39, de 5 de fevereiro de 2010, que outorga permissão à R & V Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 157, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LÍRIO DOS VALES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 963, de 20 de novembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária Lírio dos Vales para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 158, DE 2012**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO FREI ROGÉRIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado da Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 963, de 30 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Fundação Frei Rogério para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado da Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 159, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE SÃO JOÃO DO SUL - SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 969, de 20 de novembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de São João do Sul - SC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 160, DE 2012**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IMPRENSA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 480, de 12 de setembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Imprensa S/A para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 161, DE 2012**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MULHER LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 963, de 17 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Mulher Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 162, DE 2012**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NOTÍCIAS BRASILEIRAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Matão, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 963, de 28 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 6 de julho de 2007, a concessão outorgada à Rádio Notícias Brasileiras Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Matão, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência



PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 10/07/2007
Página: 23 Seção: 1
ANOTADO POR: Yvelis

PORTARIA Nº 366 , DE 28 DE JUNHO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art.5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000863/1997, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de outubro de 1997, a permissão outorgada a RÁDIO PIONEIRA LTDA., pela Portaria n.º 1.069, de 05 de outubro de 1977, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 subsequente e, renovada, pela Portaria n.º 135, de 13 de março de 1990, publicada no Diário Oficial da União do dia 16 de março do mesmo ano, cuja aprovação deu-se pelo Decreto Legislativo n.º 41, de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de outubro de 1997, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Salto, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

I - Autorizar a LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A. a construir a subestação de distribuição Valença, no Município do mesmo nome, Estado do Rio de Janeiro, com relação de transformação 34,57/25-13,8/6,3 KV.

II - Aprovar o projeto apresentado pela LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A., relativo à obra mencionada no item anterior, com as características técnicas que constam do Processo nº 27104.000285/83.37.

III - Esclarecer que a responsabilidade do projeto e a de sua execução cabem, respectivamente, ao seu autor e ao responsável técnico pela LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A., perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

IV - Fixar a data de 30 de agosto de 1990 para término das obras, ficando a concessionária obrigada a comunicar sua conclusão no prazo de 60 dias, contados a partir da data presentemente fixada.

V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS TATIT HOLTZ

PORTARIA Nº 77, DE 15 DE MAIO DE 1990

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DNAEE, da SECRETARIA NACIONAL DE ENERGIA, do MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

I - Prorrogar até 30/06/90, o prazo para apresentação do Relatório Final, da Comissão Especial de Tombamento, instituída pelas Portarias DNAEE No. 004, de 11/01/90 e 013, de 26/01/90, sua doravante se denominará de Comissão de Tombamento - CT/CER/ELETRONORTE.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS TATIT HOLTZ

PORTARIA Nº 78, DE 15 DE MAIO DE 1990

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, da SECRETARIA NACIONAL DE ENERGIA, do MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA, usando da atribuição que lhe confere o item XI do artigo 221 do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, resolve:

I - Aprovar o projeto apresentado pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, com as características técnicas que constam do Processo nº 27100.002323/89-43, relativo à construção da linha de transmissão Entroncamento (Salto-Palmeiras) - Karsten, 69KV e 0,625km de extensão, localizada no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina;

II - Esclarecer que a responsabilidade do projeto e a de sua execução cabem, respectivamente, ao seu autor e ao responsável técnico pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

III - Fixar a data de 30 de agosto de 1990 para término da obra, ficando a Concessionária obrigada a comunicar sua conclusão no prazo de 60 dias, contados da data presentemente fixada;

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS TATIT HOLTZ

(Of. nº 194/90)

SECRETARIA NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 61, DE 06 DE MARÇO DE 1990

Renova a permissão outorgada à RÁDIO FRATERNIDADE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ararajó, Estado de São Paulo. A permissão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição.

(Guia nº 5.571 - 10/05/90 - Cr\$ 1.112,00)

PORTARIA Nº 135, DE 13 DE MARÇO DE 1990

Renova a permissão outorgada à RÁDIO PIONEIRA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Paulo. A permissão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição.

(Guia nº 2.092 - 26-03-90 - Cr\$ 1.112,00)

Diretoria Regional em Curitiba

PORTARIAS DE 14 DE MARÇO DE 1990

Nº 089. Proc. 29105.000378/85, TV CATARATAS LTDA., em Francisco Beltrão/PR. Outorga permissão para executar serviço especial de retransmissão simultânea de televisão em VHF, utilizando o canal 11.

Nº 090. Proc. 29105.000378/85, TV CATARATAS LTDA., em Francisco Beltrão/PR. Retransmissão simultânea de TV em VHF. Aprova locais de instalação e autoriza uso de equipamentos.

(Guia nº 4.989 - - Cr\$ 2.224,00)

Nº 092. Proc. 29105.000370/85, TV CATARATAS LTDA., em Pato Branco/PR. Outorga permissão para executar o serviço especial de retransmissão simultânea de televisão, em VHF, utilizando o canal 09.

Nº 093. Proc. 29105.000370/85, TV CATARATAS LTDA., em Pato Branco/PR. Retransmissão de TV. Aprova locais de instalação e autoriza uso de equipamentos.

(Guia nº 4990 - 15-05-90 - Cr\$ 2.224,00)

Diretoria Regional em Porto Alegre

PORTARIAS DE 27 DE ABRIL DE 1990

Serviço Especial de Repetição de Televisão.

Nº 106. Proc. nº 29102.001775/89 - NATIVA COMUNICAÇÕES LTDA., RPT em PORTO ALEGRE e outros/RS. Outorga permissão para executar o serviço especial de repetição de televisão, visando repetir os sinais gerados pela TVSB canal 5 de Porto Alegre S/A.

(Guia nº 5.056 - 11/05/90 - Cr\$ 439,00)

Serviço Especial de Retransmissão de Televisão.

Nº 116. Proc. nº 29102.001775/89 - NATIVA COMUNICAÇÕES LTDA., RTV em RIO GRANDE/RS. Outorga permissão para executar o serviço especial de retransmissão de televisão, em QHF, utilizando o canal 22 (vinte e dois).

(Guia nº 4.900 - 11/05/90 - Cr\$ 439,00)

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 32/88 - ORIGEM: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Os membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, reunidos em sessão realizada em 10 de maio de 1990, referente ao julgamento do Processo Ético-Profissional CFM Nº 32/88, ACORDARAM, por maioria de votos, dar provimento ao recurso interposto pelos Apelantes, reformando a decisão do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, que lhes aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado" prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração aos artigos 14, 33, 42 e Princípio XI do Código Brasileiro de Deontologia Médica, absolvendo-os.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 04/88 - ORIGEM: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ. Os membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, reunidos em sessão realizada em 10 de maio de 1990, referente ao julgamento do Processo Ético-Profissional CFM Nº 04/88, ACORDARAM, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso interposto pelo Apelante, reformando a decisão do Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado" prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração aos artigos 38, 40 e 33 do Código Brasileiro de Deontologia Médica, absolvendo-o.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 05/89 - ORIGEM: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Os membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, reunidos em sessão realizada em 10 de maio de 1990, referente ao julgamento do Processo Ético-Profissional CFM Nº 05/89, ACORDARAM, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto pelo Apelante, mantendo a decisão do Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial" prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração ao artigo 16 e Princípio II do Código Brasileiro de Deontologia Médica, correspondentes aos artigos 29 e 2º do atual Código de Ética Médica.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 04/90 - ORIGEM: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PIAUÍ. Os membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, reunidos em sessão realizada em 10 de maio de 1990, referente ao julgamento do Processo Ético-Profissional CFM Nº 04/90, ACORDARAM, por maioria de votos, dar provimento ao recurso interposto pelo Apelante, reformando a decisão do Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial" prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração aos artigos 76 e 45 do Código de Ética Médica, absolvendo-o.



Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1997

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Franca do Imperador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 631, de 25 de agosto de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 13 de fevereiro de 1990, a permissão outorgada à Rádio Franca do Imperador Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Art.2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de setembro de 1997
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 1997

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Vila Rica Ltda., atualmente denominada Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 7 de julho de 1994, que renova, por quinze anos, a partir de 5 de maio de 1992, a concessão da Rádio e Televisão Vila Rica Ltda., atualmente denominada Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art.2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de setembro de 1997
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 1997

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 135, de 13 de março de 1990, que renova a permissão outorgada à Rádio Pioneira Ltda. para explorar, por dez anos, a partir de 10 de outubro de 1987, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

Art.2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de setembro de 1997
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

(Of. s/nº)

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 92, DE 1997

Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Santa Catarina para que possa emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento em 1º de outubro de 1997.

O Senado Federal resolve:

Art.1º É o Estado de Santa Catarina autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a elevar os limites de endividamento e comprometimento previstos na mesma Resolução, para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento em 1º de outubro de 1997.

Art.2º A emissão realizar-se-á nas seguintes condições:

- quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, equivalente à rolagem de 98% (noventa e oito por cento) da dívida mobiliária do Estado vencível em 1º de outubro de 1997;
- modalidade: nominativa-transferível;
- rendimento: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, criadas pelo Decreto-lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1967;
- prazo: cinco anos;
- valor nominal: R\$ 1,00 (um real);
- características dos títulos a serem substituídos:

TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
561826	01.10.1997	278.742.709,040

g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

COLOCACAO	VENCIMENTO	TÍTULO	DATA-BASE
01.10.1997	01.10.2002	561826	01.10.1997

h) forma de colocação: mediante ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) autorização legislativa: Lei nº 7.546, de 27 de janeiro de 1989, e Decreto nº 2.986, de 10 de fevereiro de 1989.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º O Estado de Santa Catarina encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente a oferta dos títulos emitidos ao amparo desta Resolução, bem como sua cadeia de emissões desde a origem.

Art.3º O Banco Central do Brasil encaminhará ao Senado Federal, no prazo de quinze dias, após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta Resolução, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final, bem como a efetivação de sua venda definitiva.

Art.4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contado a partir de sua publicação.

Art.5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de setembro de 1997
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal





Port.

Publicada no D.O. de 10/10/1977



PORTARIA N.º 1069 DE 5 DE 10 DE 1977

DAS

COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 70.566, de 18 de maio de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 1.894/77 (Cotul nº 25/77),

RESOLVE:

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.765, de 31 de outubro de 1963, à Rádio Pioneira de Salto Ltda., para estabelecer, com direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, utilizando o canal 215, classe "B", na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

II - A permissão era outorgada reper-bo-ê de acordo com as cláusulas baixadas com esta Portaria e entrará em vigor na data de sua publicação.

ORIGINAL ASSINADO
PELO MINISTRO
Euclides Quandt de Oliveira

EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA
Ministro de Estado das Comunicações

DNT/SON/apc/

29.9.77. *780/son*



cidade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela.

VI

A frequência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

VII

Em qualquer tempo são aplicáveis à permisscionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições.

VIII

A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a permisscionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

IX

Fim do prazo da outorga, a que se refere a Cláusula II, será o procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, com que a permisscionária tem direito a qualquer indenização.

ORIGINAL ASSINALADO
PELO MINISTÉRIO
Euclides Quirino da Oliveira



CLÁUSULAS A QUE SE REFERE A PORTARIA

Nº 1069, DE 5 DE 10 DE 1977

I

Fica assegurado à Rádio Pioneira de Salto Ltda. o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Salto, Estado de São Paulo, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, utilizando o canal 218, classe "B", potências máximas e mínimas de acordo com as Normas Técnicas para Emissores de Radiodifusão Sonora em F.M., aprovadas pela Portaria MEC nº 187, de 22 de março de 1973, publicada no Diário Oficial da União de 11 de abril de mesmo ano, com horário de funcionamento ilimitado.

II

A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, e entrará em vigor a partir da publicação, no Diário Oficial da União, de ato de outorga.

III

A permissionária é obrigada a:

- a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos;
- b) ter seu quadro geral constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- c) a CEBR, para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitida, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;



3

d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro;

e) não transferir, direta ou indiretamente, a permissão, sem prévia autorização do Governo Federal;

f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente, após o recebimento da intimação, sem que, por isso, cessate à permisscionária direito a qualquer indenização;

g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim;

h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento;

i) executar os serviços na conformidade do artigo 37 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.725, de 31 de outubro de 1963;

j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.725, de 31 de outubro de 1963;

l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, as Redes de Radiodifusão, sob a direção da Agência Nacional de Gabinete Civil da Presidência da República, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assuntos de relevante interesse nacional;

m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênera, em caso de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como de quaisquer outros acontecimentos imprevistos;

n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação do ato de outorga, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos;

o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos.



a contar da aprovação de que trata a alínea anterior;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexas aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço permitido;

q) não alterar, em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal;

r) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações;

s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações;

t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências comignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Ministério das Comunicações;

u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação.

IV

A permissionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a:

a) programas educacionais, compreendendo 5 (cinco) horas semanais, conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "a" da cláusula anterior.

V

Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da



8ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

RADIO PIONEIRA LTDA.

CNPJ N.º 48.843.270/0001-90

NIRE N.º 35 2 0649181 5

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual,

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Itu, SP, aos 14/junho/1949, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Roberto Simonsen, n.º 28, Loteamento Mangueiras de Itu - Estrada Velha Itu/Salto, CEP. N.º 13.301-702, portador da cédula de identidade RG. n.º 5.886.108/SSP SP e do CPF. n.º 467.755.448/04 e

MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida na cidade de Itu, SP, aos 08/abril/1959, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau Brasil, n.º 135, Condomínio Portal de Itu, CEP. n.º 13.306-632, portadora da cédula de identidade RG. N.º 16.359.734-SSP SP e do CPF. N.º 020.959.298/29,

únicos sócios componentes da sociedade limitada que gira na praça de Salto, Estado de São Paulo sob o nome empresarial de "**RADIO PIONEIRA LTDA.**", com sua sede social, à Rodovia Convenção, km 02, s.n.º, CEP. N.º 13.324-240, tudo de acordo com seu contrato social e posteriores alterações contratuais arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente sob n.ºs 915.264/77 em sessão de 10.05.1977, 931.762/77 em sessão de 14.07.1977, 1.190.796/81 em sessão de 21.09.1981, 524.725 em sessão de 28.02.1988, 820.379 em sessão de 21.09.1989, 7.186/93-9 em sessão de 13.01.1993, 155.616/93-6 em sessão de 04.10.1993, 54.011/98-0 em sessão de 15/04/1998 e 198.717/98-2 em sessão de 18.02.1998, entre si, livres e de comum acordo, resolvem:

132
20 06 07

I Neste ato alterar a razão social da empresa de "**RADIO PIONEIRA LTDA.**", para "**RADIO FM 90 LTDA**".

II Também neste ato, alterar o endereço da sede social da empresa de Rodovia Convenção, km 02, s/n.º, CEP. N.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo, para Rodovia Convenção, n.º 1.650, km 02, Bairro Canjica, CEP. n.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

III Face às mudanças havidas conforme itens anteriores do presente instrumento, alteram-se os dizeres das cláusulas primeira e segunda do contrato social vigente, que passam a ter a seguinte e nova redação:

CLAUSULA PRIMEIRA – A sociedade girará sob a denominação social de "**RADIO FM 90 LTDA.**"

PARAGRAFO ÚNICO – Em suas transmissões radiofônicas, a sociedade usará em seu prefixo o nome fantasia de "**RADIO FM 90**".

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade terá sua sede à Rodovia Convenção, n.º 1.650, km 02, Bairro Canjica, CEP. n.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

PARÁGRAFO ÚNICO Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá a qualquer tempo e a critério dos sócios, abrir ou encerrar filiais em quaisquer localidades do território nacional, mediante alteração contratual.

IV Também em atendimento às normas estabelecidas pelo Novo Código Civil 2.002, (Lei n.º 10.406 de 10/janeiro 2.002), os atuais sócios resolvem consolidar o contrato social vigente, cujas cláusulas passam a ter os seguintes e novos dizeres:

CLAUSULA PRIMEIRA – A sociedade girará sob a denominação social de "**RADIO FM 90 LTDA.**"

PARAGRAFO ÚNICO – Em suas transmissões radiofônicas, a sociedade usará em seu prefixo o nome fantasia de "**RADIO FM 90**".

20/06/07





m

2



CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade terá sua sede à Rodovia Convenção, n.º 1.650, km 02, Bairro Canjica, CEP. n.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá a qualquer tempo e a critério dos sócios, abrir ou encerrar filiais em quaisquer localidades do território nacional, mediante alteração contratual.

CLAUSULA TERCEIRA - O objeto social da empresa será a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades, em quaisquer localidade no país, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões e ou concessões, podendo paralelamente explorar a propaganda comercial e a música funcional, tendo como objetivo de fonte de receita a prestação de serviços, através do comercio de publicidade comercial.

PARÁGRAFO ÚNICO - Por consenso unânime dos sócios que constituem essa sociedade, fica a mesma obrigada a fazer cumprir rigorosamente toda a legislação, regulamentos e determinações vigentes, ou que vierem a vir e que sejam concernentes à atividade de radiodifusão.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, observando porém em caso de dissolução, os preceitos da legislação vigente para essa forma de constituição societária.

CLÁUSULA QUINTA - As cotas de capital da empresa, são incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, sendo ainda indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o expresse consentimento dos sócios remanescentes, cabendo a estes em igualdade de preços e condições a preferência na compra das cotas colocadas em disponibilidade por escrito por quaisquer um dos sócios, respeitando-se sempre o prazo concedido, nunca inferior a 60 (sessenta) dias.

PARAGRAFO ÚNICO - Na eminência de haver participação de pessoa jurídica no capital social da empresa, essa se limitará ao máximo de 30% (trinta por cento), sem direito a voto conforme dispõe as normas da Constituição Federativa do Brasil.

52572/11

m

d

5



CLAUSULA SEXTA - O capital social é de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) dividido em 280.000 (duzentas e oitenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado e assim distribuído entre os sócios:

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	182.000 - QUOTAS - R\$ 182.000,00 - 65%
MARILENE GALVÃO R. DE ARRUDA	98.000 - QUOTAS - R\$ 98.000,00 - 35%
TOTALIZANDO	280.000 -QUOTAS - R\$ 280.000,00 100,00%

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A cada cota, corresponde um voto nas deliberações dos quotistas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos termos do artigo n.º 1.052 do Código Civil - 2.002, a responsabilidade dos sócios, é restrita aos valores de suas quotas de capital e solidariamente pela integralização do capital social em sua totalidade.

CLAUSULA SETIMA - A administração da sociedade será exercida pelo sócio administrador **LUIZ ANTONIO MAZZUCCO**, já qualificado que se incumbirá de todas as operações inerentes ao seu referido cargo e representará a sociedade ativa e passiva, judicial e extra-judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - O(s) administrador(es) da sociedade deverá (ao) ser sempre brasileiro(s) nato(s) ou naturalizado(s) há mais de 10 (dez) anos e sua investidura nos cargos, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA OITAVA - O uso da denominação social da empresa, dar-se-à pela assinatura individual do sócio administrador, **LUIZ ANTONIO MAZZUCCO**, já qualificado, para todos os assuntos envolvendo à sociedade, exclusive para a compra e venda de bens móveis com valor individual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou bens imóveis, contratos de financiamento ou empréstimos bancários, quando então serão necessárias, as assinaturas em conjunto de ambos os sócios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica vedado, sob pena de nulidade, o uso da denominação social da empresa em objetos estranhos aos interesses da sociedade, tais como avais, endossos ou fianças ou outras assemelhadas.

02
20 06 07

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica compactuado entre os sócios, que os mesmos poderão nomear procurador ou procuradores que os represente junto aos negócios, administrativos, artísticos e sociais da empresa, procuração essa que deverá conter tempo determinado e anuência do(a) outro(a) sócio(a), sendo ainda que o procurador deverá ter seu nome aprovado pelo poder concedente.

CLÁUSULA NONA - O(s) sócio(s) no exercício da administração da sociedade, terá (ao) direito a uma retirada mensal a título de "pro-labore", em valor a ser fixado de comum acordo entre ambos os sócios, sendo essas importâncias mutáveis, por consenso unanime de ambos os sócios.

CLAUSULA DECIMA - Fica compactuado entre os sócios, que em caso de quaisquer um deles desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar ao(a) sócio(a) remanescente por escrito e com antecedência de 30 (trinta) dias e suas quotas serão colocadas em disponibilidade para venda, com preferência para o(a) sócio(a) remanescente, o(a) qual deverá no mesmo prazo acima, manifestar seu interesse também por escrito, sobre o desejo ou não desejo de compra das referidas quotas colocadas em disponibilidade e caso a opção seja contrária à compra, o (a)sócio(a) retirante da sociedade poderá nas mesmas condições oferecidas ao(a) sócio(a) remanescente, oferecer suas quotas a terceiros, desde que sejam brasileiros natos, residentes no país e mediante previa autorização do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Todo dia 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico do exercício, sendo os lucros ou prejuízos apurados, distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas de capital.

PARAGRAFO PRIMEIRO A assembléia dos sócios deve se realizar pelo menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e do resultado econômico.

PARAGRAFO SEGUNDO As deliberações sociais poderão ser tomadas em ata de reunião de quotistas, podendo ser convocadas por quaisquer um dos sócios, sendo porém necessário a maioria deles sócios, para a sua instalação.

CNPJ nº 350.359/0001-80
Rua dos Andaraes, 170 - Centro - CEP. 300-170 - ITU - SP
Fone: (11) 4023-0782 - Fax: (11) 4023-0788 - e-mail: shalomcontabil@uol.com.br

525727

Sm

2





Sm

P

D



PARAGRAFO TERCEIRO - Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a assembléia, os documentos comprobatórios da escrituração da empresa, devem ser postos por escrito e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que exerçam ou não a administração, para sua análise e aprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os lucros apurados no balanço final, poderão ser distribuídos entre os sócios na proporção de suas cotas de capital ou então permanecer na conta "Lucros Acumulados" para futura destinação.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida ou extinta, cabendo ao(a) sócio(a) remanescente, determinar o levantamento de um balanço especial na data do falecimento ocorrido e os herdeiros do(a) pré-morto(a), deverão em 30 (trinta) dias, contados da data do falecimento ocorrido, manifestar seu interesse de serem ou não integrados á sociedade, desde que sejam brasileiros natos, residentes no país e mediante autorização prévia do Ministério das Comunicações e ainda qualificados profissionalmente para assumir as funções do(a) falecido(a), ficando responsáveis pelos direitos e obrigações do(a) pré-morto(a), caso contrário receberão todos os seus haveres apurados até o balanço especial em 05 (cinco) parcelas iguais e com vencimentos mensais e consecutivos, sem correção em seus valores, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias da data da elaboração do balanço especial.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - Fica eleito o Foro da Comarca de Salto, Estado de São Paulo, para qualquer ação fundada neste instrumento particular, renunciando-se a qualquer outro por exigência de quaisquer uma das partes interessadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - Segundo remissão ao artigo 997, determinada pelo artigo 1054, ambos da Lei 10.406/2.002, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais (artº 997, VIII)

CLAUSULA DECIMA SEXTA - As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente instrumento particular, serão supridas ou resolvidas com a regência supletiva pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/76) e noutras disposições legais que lhes forem aplicáveis, sendo que a publicação do balanço geral é dispensada.

CLAUSULA DÉCIMA SETIMA - Os administradoras

declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que a todo o convencionado assistiram, destinando-se a primeira via ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Itu, SP, 01 de junho de 2.007

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO

RG. n.º 5.886.108/SSP/SP

CPF. n.º 467.755.448/04

MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA

RG. N.º 16.359.734-SSP/SP

CPF. N.º 020.959.298/29

TESTEMUNHAS

ADILSON GROBLACKNER

RG. n.º 5.295.304-SSP/SP

CPF n.º 555.546.108-97

Maria Silvia de Moraes
MARIA SILVIA DE MORAES

RG. n.º 14.857.195-SSP/SP

CPF n.º 027.101.168-80



SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO 201.413/07-3
CRISTIANEIDA SILVA F. CORREIA
SECRETARIA GERAL



JUCESP



RÁDIO PIONEIRA DE SALTO LTDA

CGC 48.843.270/0001-90

2a.alteração contratual

MANOEL PEDRO RODRIGUES FILHO, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG 1.932.493 SP e do CPF nº 068.736.508-20, residente na Rua da Conceição nº 380 11º em Campinas, SP, onde é domiciliado; ODILON / GARCIA NASCIMENTO FILHO, brasileiro, casado, radialista, RG 2.767.203 S e CPF 134.876.398-15, residente na Rua José Ferreira de Camargo 677, em Campinas, SP onde é domiciliado e da, MARIA PIRES GARCIA, brasileira, viúva, do lar, RG 2.767.183 SP e CPF 134.593./338-04, residente na Av. Benjamim Constant 2.011 em Campinas, SP, onde é domiciliada, únicos sócios da Rádio Pioneira de Salto Limitada, que tem seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 915.264 em data de 10/05/77 e 1a. alteração contratual sob o nº 931.762 em 14/14/07/77, resolvem:

I - A quotista Maria Pires Garcia, que é proprietária e possuidora de 10.000 (dez mil) quotas de capital, no valor total de CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), cede e transfere a totalidade dessas quotas ao Dr Fernando Pereira Garcia, brasileiro, casado, advogado, RG 3.668.450 SP e CPF 129.559.148-00, residente na Av. Pe. Pereira de Andrade nº 545 apto 63 D, em São Paulo, SP, onde é domiciliado, que é, assim, admitido na Sociedade. A Cedente dá ampla quitação e retira-se definitivamente da Sociedade.

II - Os sócios resolvem elevar o capital social de CR\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para CR\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), criando-se, conseqüentemente, 4.300.000 (quatro milhões e trezentas mil) novas quotas de capital, de CR\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, que serão por eles subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, de forma que o capital social fique assim distribuído:

Manoel Pedro Rodrigues Filho	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Odilon Garcia Nascimento Filho	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Fernando Pereira Garcia	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Total	4.500.000 quotas CR\$	4.500.000,00



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado, sob número e data autenticação
AUTENTICAÇÃO MECANOGRAFADA

[Assinatura]
LUIZ DE MOURA MENEZES - Secretário Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

2a. alteração contratual da Rádio Pioneira de Salto Ltda. fls. 02

III- Resolvem, também, transferir a sede jurídica da Sociedade, da Rua da Conceição nº 380 11º em Campinas, SP, para a Rua Lombardia nº 90, na cidade/ de Salto, Estado de São Paulo; modificar a razão social Rádio Pioneira de Salto Limitada para "Rádio Pioneira Ltda" e modificar as cláusulas IX e X do contrato social para permitir seja a gerência e administração da Sociedade exercida isoladamente por qualquer dos sócios.

IV - Portanto, feitas as alterações acima descritas, o contrato social passa/ a vigor com a seguinte redação:

" RÁDIO PIONEIRA LTDA
CGC48843270/0001-90
Contrato Social

DENOMINAÇÃO SEDE E OBJETO

CLÁUSULA I

A RÁDIO PIONEIRA LIMITADA, com sede na cidade de Salto, Estado de São Paulo, na Rua Lombardia nº 90, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída de acordo com o Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919 e de conformidade com a legislação que rege os serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA II

A Sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora, de quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do País, desde que para tanto/ o Governo Federal lhe outorgue permissões e, ou, concessões, podendo paralela- mente explorar a propaganda comercial e a música funcional.

§ 1º - A execução dos serviços a que se refere esta cláusula, obedecerá sempre a legislação específica que reger a radiodifusão, visando fins cívicos, patrióticos, educacionais e recreativos.

§ 2º - Para a consecução dos seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional e abrir e fechar sucursais e escritórios em quaisquer partes do País.

CAPITAL E RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA III

GUO-SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado, sob número e data autenticação
AUTENTICAÇÃO MECANOGRAFADA

[Assinatura]
LUIZ DE MOURA MENEZES - Secretário Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

CLÁUSULA III

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de CR\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), representados por 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) quotas no valor unitário de CR\$ 1,00 (um cruzeiro) e assim distribuídas entre os sócios:

Manoel Pedro Rodrigues Filho	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Odilon Garcia Nascimento Filho.....	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Fernando Pereira Garcia	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Total.....	4.500.000 quotas CR\$	4.500.000,00

§ 1º - A responsabilidade de cada sócio é limitada até o valor total do capital social.

§ 2º - As quotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

ADMISSÃO DE SÓCIOS E CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA IV

É vedado o ingresso na Sociedade às pessoas jurídicas e estrangeiras, nela só podendo ser admitidas brasileiras.

CLÁUSULA V

As quotas representativas do capital social são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia anuência do Governo Federal.

CLÁUSULA VI

Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir a totalidade ou parte das suas quotas, terão preferência absoluta para a aquisição os demais sócios, aos quais o interessado em transferir deverá comunicar sua intenção - por escrito, concedendo um prazo de sessenta dias para se manifestar.

Parágrafo Único: Caso mais de um sócio desejar adquirir as quotas, a aquisição será feita por eles na proporção direta das quotas que já possuem.

GUO.SP



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado, sob número e data autenticação
AUTENTICAÇÃO MECANOGRAFADA

[Assinatura]
LUIZ DE MOURA MENEZES - Secretário Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

PRAZO E FALECIMENTO

CLÁUSULA VII

A duração da Sociedade é por prazo indeterminado, observando-se quando da sua dissolução os preceitos da lei específica e da que lhe for aplicável.

CLÁUSULA VIII

Ocorrendo o falecimento de qualquer sócio a Sociedade não se dissolverá, procedendo-se, então, a um balanço geral e pagando-se aos herdeiros do sócio falecido, ou aos seus sucessores, o valor do seu capital, considerando-se os débitos e créditos que possua na sociedade e o lucro ou prejuízo apurado até o último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

Parágrafo único: Em caso de impedimento legal de qualquer sócio aplicar-se-á o disposto nesta cláusula.

CLÁUSULA IX

Poderão os herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou impedido optarem por seu ingresso na Sociedade, desde que previamente submetam seus nomes à aprovação do Poder Concedente, prevalecendo a decisão contida nesta cláusula sobre a precedente.

GERÊNCIA E PRO LABORE

CLÁUSULA X

A Sociedade é administrada pelos três sócios, os quais usarão a denominação "diretor-gerente" e agirão individualmente na prática dos atos normais de gerência e administração, visando os interesses sociais, vedado o uso da razão social em negócios estranhos à Sociedade, bem como a concessão de avais, fianças e garantias em favor de terceiros.

§ 1º - Para adquirir ou alienar patrimônio, a Sociedade se obrigará pela assinatura de dois diretores-gerentes.

§ 2º - A Sociedade poderá fazer-se representar em Juízo e fora dele por procuradores, brasileiros, os quais terão os poderes que forem fixados nos respectivos mandatos, cuja outorga deverá ser assinada na forma do parágrafo

GUO-SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado, sob número e data autenticação
AUTENTICAÇÃO MECANOGRAFADA

[Assinatura]
LUIZ DE MOURA MENEZES - Secretário Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

2a.alteração contratual da Rádio Pioneira de Salto Ltdafls.05

parágrafo primeiro desta cláusula e, quando for o caso, precedida de anuência do Governo Federal.

§ 3º - Os diretores gerentes farão jus a uma retirada mensal a título de pro labore, que será fixada de comum acordo.

EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO

CLÁUSULA XI

O ano social coincide com o civil. Anualmente no dia 31 de dezembro será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados do exercício. Os lucros ou prejuízos apurados serão divididos entre os sócios na proporção das quotas que possuírem, ou ficarão escriturados em título próprio da contabilidade.

CASOS OMISSOS E FORO

CLÁUSULA XII

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, buscando-se subsídios em toda legislação vigente, especialmente no Decreto nº 3.708 de 1.919 e no Código Brasileiro de Telecomunicações.

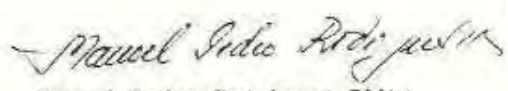
CLÁUSULA XIII

Fica eleito o foro da Comarca de Salto, Estado de São Paulo, para qualquer pendência oriunda deste contrato. "

V - E, assim, por estarem em tudo justos e contratados assinam o presente instrumento, juntamente com duas testemunhas. Este documento tem cinco vias datilografadas de um só lado. Cada via tem 06 (seis) folhas.

Salto, 08 de janeiro de 1.981


Maria Pires Garcia


Manuel Pedro Rodrigues Filho





PRIMEIRO CARTORIO DE NOTAS
E OFÍCIO DE JUSTIÇA
BEL. CARMINE CAMPAGNON
ESCRIVÃO

CAMPINAS
Reconheço a firma Maria P. Garcia e
Manoel P. Rodrigues
Filho
CAMPINAS, 12 DE JAN 1981 DE 19
Em Test. da verdade
SELO PAGO POR VERBA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Odilon Garcia Nascimento Filho

Fernando Pereira Garcia

Uso da razão social:

p/ Rádio Pioneira Ltda

p/Rádio Pioneira Ltda

Fernando Pereira Garcia
diretor gerente

Odilon Garcia Nascimento Fº
diretor gerente

p/ Rádio Pioneira Ltda

Manoel Pedro Rodrigues
diretor gerente

Testemunhas:

1- Domingos Andreotti

Nome: Domingos Andreotti

RG: 7.871.251 SP

CPF: 129.484.388



2- Nilza Ferreira do Nascimento

Nome: Nilza Ferreira do Nascimento

RG: 11.992.268 SP

CPF: 819.645.448-15

VISTO
§ 4.º - Art. 71 LEI 4215/63
C/C ART. 1.º LEI 6884/80

PRIMEIRO CARTORIO DE NOTAS

E OFÍCIO DE JUSTIÇA

DEL. CARMINE CAMPAGNON

RECEIÇÃO

CAMPINAS

Reconheço a firma de Odilon G. Nascimento Filho, Manoel P. Rodrigues Filho, Domingos Andreotti e Nilza Ferreira do Nascimento

CAMPINAS

Em Teste

GUO-58



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

21 SET 1981

14.º CARTÓRIO DE NOTAS-VAMPRE
R. CARDEAL ARCOVERDE, 2210-PINHEIROS 3, PAULISTA

RECONHECIMENTO por semelhança a firma
[assinatura]

SÃO PAULO, 17 DE JUN 1981

Escriv. Aux. Rubens Dantas Cortez
Francisco Barreto Filho

Cada Nota Cr\$ 25,00 - Selos pagos por valor



1877967061

21 SET 1981

COPIA
14.º CARTÓRIO DE NOTAS
RUBENS DANTAS CORTES
ESCRIV. AUX. AUTORIZADO
SÃO PAULO - SP

REGISTRO
Nº 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35206491815	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 10/05/1977	INÍCIO DAS ATIVIDADES 10/05/1977	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL RADIO FM 90 LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA			
C.N.P.J. 48.843.270/0001-90	ENDEREÇO RODOVIA CONVENCAO			NÚMERO 1650	COMPLEMENTO KM 02		
BAIRRO CANJICA	MUNICÍPIO SALTO		UF SP	CEP 13324-240	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 280.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO							
NOME LUIZ ANTONIO MAZZUCCO							
ENDEREÇO AV. SENADOR ALBERTO SIMONSEN				NÚMERO 28	COMPLEMENTO		
BAIRRO	MUNICÍPIO ITU			UF SP	CEP	RG 5886108	
CPF 467.755.448-04	CARGO SÓCIO			QUANTIDADE COTAS 182.000,00			

SÓCIO							
NOME MARILENE GALVAO							
ENDEREÇO ALAMEDA DO PAU-BRASIL				NÚMERO 135	COMPLEMENTO		
BAIRRO CONDOMINIO PORTAL D	MUNICÍPIO ITU			UF SP	CEP 13301-632	RG 163597340	
CPF 020.959.298-29	CARGO SÓCIO			QUANTIDADE COTAS 98.000,00			

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 22/12/2023	NÚMERO 438.856/23-5	
DECLARACAO DE COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL., DATADA DE: 19/12/2023.		



Certidão Simplificada. Documento certificado por MARIA CRISTINA FREI, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 241998150, quinta-feira, 4 de julho de 2024 às 10:25:17.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.020895/2020-20**Entidade:** RÁDIO FM 90 LTDA.**CNPJ nº:** 48.843.270/0001-90**FISTEL nº:** 02008030008**Localidade:** Salto/SP**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 27/11/2020**Período:** 10/10/2017 a 10/10/2027**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	(X) Sim () Não () Não se aplica	*6119441	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	*Requerimento subscrito pelo representante legal da entidade à época, Luiz Antônio Mazzucco (SEI 6119453).
Declaração: a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9499927	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	11614542 Págs. 12-15	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	11617564	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	



4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11194323 Pág. 5	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11614542 Págs. 16-17	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F: 11194323 Pág. 6 E: 11194323 Pág. 7 11614542 Pág. 18 M: 9499942	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11614542 Pág. 7	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS: 11194323 Pág. 6 FGTS: 11194323 Pág. 3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11194323 Pág. 4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	MARILENE GALVÃO 9499930 LUIZ ANTÔNIO MAZZUCCO 9499928	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "II" e "III".	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?	(X) Sim () Não	11614542 Págs. 5-6	- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".	
12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?	() Sim (X) Não	11614542 Págs. 8-11	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	
13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	11196931	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11194323 Pág. 8	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	
--	--------------------	--------------------	---	--

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990;	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 04/07/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11194334** e o código CRC **BE527945**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 11624/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.020895/2020-20

INTERESSADA: RÁDIO FM 90 LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio FM 90 Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 48.843.270/0001-90**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Salto/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02008030008** referente ao período de 10 de outubro de 2017 a 10 de outubro de 2027.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Pioneira de Salto Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.069, de 5 de outubro de 1977, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de outubro de 1977 (SEI11614544 - Págs. 9-13). Posteriormente, conforme verifica-se das alterações contratuais acostadas aos autos, a razão social foi modificada para Rádio Pioneira Ltda, e, por fim, para **Rádio FM 90 Ltda** (SEI 11614545).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2007-2017**. De acordo com a Portaria nº 376, de 20 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de maio de 2010 (retificada pela Portaria nº 482, de 28 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de novembro de 2011), **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 10 de outubro de 2007**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 216, de 2014, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de junho de 2014 (SEI 11614544 - Págs. 1-4).

8. Pela análise dos autos, observa-se que, em **27 de novembro de 2020**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2017-2027** (SEI 6119441). Portanto, o pedido de renovação da outorga é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o encerramento do prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 10 de outubro de 2016 a 10 de outubro de 2017.

9. Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo. (grifo nosso)

10. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

11. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI11194334). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

- I - certidão de antecedentes criminais;
- II - informações sobre pessoa jurídica;
- III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11194334).

14. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 3 de julho de 2024 (SEI 11614542 - Págs. 12-15).

15. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Luiz Antônio Mazzucco participa do quadro de outra pessoa jurídica que executa o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade Itu/SP. Já a sócia Marilene Galvão não compõe o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

16. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11614542 - Págs. 1-4). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11196931).

17. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11194334).

18. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11614542 - Pág. 16).

19. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

20. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

21. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

22. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

23. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 30 de novembro de 2023, com validade até 10 de outubro de 2027 (SEI 11614542 - Págs. 5-6).

24. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 3 de julho de 2024 (SEI 11614542 - Pág. 7). Logo, não há débitos exigíveis decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11614542 - Págs. 8-11). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**



Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Salto/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11614543).

CONCLUSÃO

26. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

27. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

28. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

29. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 04/07/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/07/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11614731** e o código CRC **20B19E96**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11616032)
- Minuta Exposição de Motivos (11616049)



MINUTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.020895/2020-20,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada RÁDIO FM 90 LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.843.270/0001-90, número de inscrição no FISTEL nº 02008030008, a partir de 10 de outubro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 04/07/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/07/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11616032** e o código CRC **5A6C7CD1**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11616032

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.020895/2020-20, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11.624/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de outubro de 2017, a permissão outorgada originalmente a Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada à RADIO FM 90 LTDA (CNPJ nº 48.843.270/0001-90), nos termos da Portaria nº 1.069, datada em 5 de outubro de 1977, publicada em 10 de outubro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 04/07/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/07/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11616049** e o código CRC **E31BDA20**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11616049

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 13797, DE 5 DE JULHO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.020895/2020-20,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada RÁDIO FM 90 LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.843.270/0001-90, inscrição no FISTEL nº 02008030008, a partir de 10 de outubro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 11/07/2024, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11620588** e o código CRC **498F0630**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11620588



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 5 de julho de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.020895/2020-20, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11624/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13.797, de 5 de julho de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de outubro de 2017, a permissão outorgada originalmente a Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada à RADIO FM 90 LTDA (CNPJ nº 48.843.270/0001-90), nos termos da Portaria nº 1.069, de 5 de outubro de 1977, publicada em 10 de outubro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 11/07/2024, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11620625** e o código CRC **EB223F73**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11620625



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 52632/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 13797/2024 (11620588) e a Exposição de Motivos nº 490/2024 (11620625)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 11624/2024 (11614731), encaminho a Portaria nº 13797/2024 (11620588) e a Exposição de Motivos nº 490/2024 (11620625), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Tawfic Awwad Junior**, **Secretário de Comunicação Social Eletrônica substituto**, em 10/07/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11620638** e o código CRC **D329D8B2**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11620638



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 11/07/2024 16:33:02
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10452072
Data prevista de publicação: 12/07/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21794024	PORTARIA MCOM NA 13772.rtf	643a96cd2dce2152460ff8856c104f3a	8,00	R\$ 311,36
21794025	PORTARIA MCOM NA 13802.1.rtf	81b4dacd2d2f4c7a93a28980adfddf8c	5,00	R\$ 194,60
21794026	PORTARIA MCOM NA 13774.rtf	eebab6eaf2ce30af236c4cc1dca26d53	8,00	R\$ 311,36
21794147	PORTARIA MCOM NA 13776.rtf	6b50672e03355e8a5b456d75cc40e51a	8,00	R\$ 311,36
21794148	PORTARIA MCOM NA 13777.rtf	99861c45e4a6a0d1cfa460f3cdb52e31	8,00	R\$ 311,36
21794149	PORTARIA MCOM NA 13793.rtf	14d1f7a020c1ce6d65b24fd0efff65c5	8,00	R\$ 311,36
21794150	PORTARIA MCOM NA 13796.rtf	c253dacf7a24dac8846c4efc4ab97db0	8,00	R\$ 311,36
21794151	PORTARIA MCOM NA 13797.rtf	e1353f9202634ec8e24c685efd3a79cc	8,00	R\$ 311,36
21794152	PORTARIA MCOM NA 13803.rtf	4fdae26186d39a57095c80fd4567d5c6	5,00	R\$ 194,60
21794153	PORTARIA MCOM NA 13801.1.rtf	fa3f16154e023eb8695678806ad498c4	7,00	R\$ 272,44
TOTAL DO OFICIO			73,00	R\$ 2.841,16



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 12/07/2024 | Edição: 133 | Seção: 1 | Página: 17

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.797, DE 5 DE JULHO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.020895/2020-20, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada RÁDIO FM 90 LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.843.270/0001-90, inscrição no FISTEL nº 02008030008, a partir de 10 de outubro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac4c24eb7

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO PIONEIRA LTDA	
Nome Fantasia: RADIO FM 90	
Telefone: (11) 40280009	E-mail: marketing@fm90.com.br
CNPJ: 48.843.270/0001-90	Número do Fistel: 02008030008
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/10/2007	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 10/10/2027	
Observações: SNC46/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RODOVIA DA CONVENCAO	Complemento: - KM 02	
Bairro: CANJICA	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Salto	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 215	Frequência: 90.9 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 23.4285kW
HCI: 52 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/12/2013 Emitido eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Informações Gerais	
Número da Estação: 7805918	Número Indicativo: ZYD875
Data Último Licenciamento: 30/11/2023	Número da Licença: 53500.100376/2023-43

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 13' 23.99" S	Longitude: 47° 18' 7.99" W	Cota da base: 559 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005730500518	Modelo: FM10000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 9.1 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: CF 1 5/8"	Fabricante: KMP Cabos Especiais		
Comprimento da Linha: 55.0 m	Atenuação: 0.8054 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: BECP-6H	Fabricante: TEEL Tele Eletrônica				
Ganho: 5.05 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 155 °	Polarização: Circular	HCI: 52 m	ERP Máxima: 23.43 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.94	5°: 1.83	10°: 1.72	15°: 1.62	20°: 1.51	25°: 1.31	30°: 1.21	35°: 1.11	40°: 0.96	45°: 0.82	50°: 0.72	55°: 0.63
60°: 0.54	65°: 0.44	70°: 0.44	75°: 0.44	80°: 0.54	85°: 0.63	90°: 0.68	95°: 0.72	100°: 0.82	105°: 0.92	110°: 1.01	115°: 1.11
120°: 1.13	125°: 1.21	130°: 1.26	135°: 1.31	140°: 1.36	145°: 1.41	150°: 1.36	155°: 1.31	160°: 1.26	165°: 1.21	170°: 1.16	175°: 1.11
180°: 1.06	185°: 1.01	190°: 0.92	195°: 0.82	200°: 0.72	205°: 0.54	210°: 0.4	215°: 0.26	220°: 0.18	225°: 0.09	230°: 0.04	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0.09	255°: 0.18	260°: 0.31	265°: 0.44	270°: 0.58	275°: 0.72	280°: 0.92	285°: 1.11	290°: 1.31	295°: 1.51
300°: 1.62	305°: 1.72	310°: 1.83	315°: 1.94	320°: 2.05	325°: 2.16	330°: 2.21	335°: 2.27	340°: 2.21	345°: 2.16	350°: 2.1	355°: 2.05

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°2'27.15" S Lon 47°18'7.99" W	5°: Lat 23°3'49.96" S Lon 47°17'13.41" W	10°: Lat 23°4'43.22" S Lon 47°16'28.18" W	15°: Lat 23°4'25.71" S Lon 47°15'31.23" W	20°: Lat 23°6'27.28" S Lon 47°14'15'23.1" W	25°: Lat 23°7'7.86" S Lon 47°13'25.71" W	30°: Lat 23°5'54.19" S Lon 47°12'20.52" W	35°: Lat 23°5'47.41" S Lon 47°11'10'48.9" W	40°: Lat 23°5'22.45" S Lon 47°10'30.42" W	45°: Lat 23°6'22.94" S Lon 47°9'10'30.42" W	50°: Lat 23°7'22.56" S Lon 47°8'10'19.88" W	55°: Lat 23°9'42.19" S Lon 47°7'12'23.62" W
60°: Lat 23°10'41.47" S Lon 47°13'1.95" W	65°: Lat 23°11'6.6" S Lon 47°12'47.7" W	70°: Lat 23°11'32.78" S Lon 47°12'35.88" W	75°: Lat 23°11'59.81" S Lon 47°12'26.59" W	80°: Lat 23°12'27.47" S Lon 47°12'19.9" W	85°: Lat 23°12'55.57" S Lon 47°12'15.85" W	90°: Lat 23°13'23.88" S Lon 47°12'14.49" W	95°: Lat 23°13'51.78" S Lon 47°12'20.95" W	100°: Lat 23°14'19.47" S Lon 47°12'47.12' W	105°: Lat 23°14'46.74" S Lon 47°12'31.46" W	110°: Lat 23°15'11.76" S Lon 47°12'45.43" W	115°: Lat 23°15'37.19" S Lon 47°12'56.88" W
120°: Lat 23°23'16'1.6" S Lon 47°13'10.69" W	125°: Lat 23°16'24.81" S Lon 47°13'26.77" W	130°: Lat 23°16'46.65" S Lon 47°13'44.99" W	135°: Lat 23°17'3.59" S Lon 47°14'14.87" W	140°: Lat 23°17'21.9" S Lon 47°14'30.61" W	145°: Lat 23°17'38.41" S Lon 47°14'54.01" W	150°: Lat 23°17'52.98" S Lon 47°15'18.89" W	155°: Lat 23°18'5.5" S Lon 47°15'45.05" W	160°: Lat 23°18'20.33" S Lon 47°16'10.54" W	165°: Lat 23°18'28.61" S Lon 47°16'39.11" W	170°: Lat 23°18'34.57" S Lon 47°17'8.36" W	175°: Lat 23°18'38.16" S Lon 47°17'38.06" W
180°: Lat 23°18'39.37" S Lon 47°18'7.99" W	185°: Lat 23°18'38.16" S Lon 47°18'37.92" W	190°: Lat 23°18'39.24" S Lon 47°19'8.52" W	195°: Lat 23°18'33.19" S Lon 47°19'8.21" W	200°: Lat 23°19'9.35" S Lon 47°20'24.88" W	205°: Lat 23°21'18.89" S Lon 47°22'9.23" W	210°: Lat 23°21'34.71" S Lon 47°23'16.66" W	215°: Lat 23°22'14.12" S Lon 47°24'52.48" W	220°: Lat 23°23'21'14.3" S Lon 47°25'17.99" W	225°: Lat 23°20'24.66" S Lon 47°25'46.36" W	230°: Lat 23°19'37.21" S Lon 47°26'12.65" W	235°: Lat 23°19'7.84" S Lon 47°27'3.14" W
240°: Lat 23°18'37.87" S Lon 47°28'0.56" W	245°: Lat 23°17'55.21" S Lon 47°28'28.42.1" W	250°: Lat 23°17'21.17" S Lon 47°29'58.79" W	255°: Lat 23°16'28.23" S Lon 47°30'38.49" W	260°: Lat 23°15'30.68" S Lon 47°31'13.41" W	265°: Lat 23°14'27.29" S Lon 47°32'22.39" W	270°: Lat 23°13'23.41" S Lon 47°34'31'40.8" W	275°: Lat 23°12'19.15" S Lon 47°35'27.31" W	280°: Lat 23°11'25.35" S Lon 47°36'17.12" W	285°: Lat 23°10'12.59" S Lon 47°37'31'2.82" W	290°: Lat 23°9'17.78" S Lon 47°38'22.31" W	295°: Lat 23°8'27.94" S Lon 47°39'37.45" W
300°: Lat 23°7'10.08" S Lon 47°29'51.36" W	305°: Lat 23°5'58.82" S Lon 47°29'38.53" W	310°: Lat 23°5'20.47" S Lon 47°28'33.96" W	315°: Lat 23°5'2.39" S Lon 47°27'12.97" W	320°: Lat 23°4'9.74" S Lon 47°26'33.28" W	325°: Lat 23°3'54.69" S Lon 47°25'21.13" W	330°: Lat 23°4'11.47" S Lon 47°23'54.65" W	335°: Lat 23°4'37.4" S Lon 47°23'48.7" W	340°: Lat 23°4'44.77" S Lon 47°23'48.62" W	345°: Lat 23°4'48.62" S Lon 47°20'38.09" W	350°: Lat 23°3'23.82" S Lon 47°20'33" W	355°: Lat 23°3'21.61" S Lon 47°19'5.27" W

Distância por radial											
0°: 20.29	5°: 17.8	10°: 16.33	15°: 17.21	20°: 13.7	25°: 12.82	30°: 16.04	35°: 17.21	40°: 19.41	45°: 18.38	50°: 17.36	55°: 11.94



60°: 10.03	65°: 10.03	70°: 10.03	75°: 10.03	80°: 10.03	85°: 10.03	90°: 10.03	95°: 9.89	100°: 9.89	105°: 9.89	110°: 9.74	115°: 9.74
120°: 9.74	125°: 9.74	130°: 9.74	135°: 9.59	140°: 9.59	145°: 9.59	150°: 9.59	155°: 9.59	160°: 9.74	165°: 9.74	170°: 9.74	175°: 9.74
180°: 9.74	185°: 9.74	190°: 9.89	195°: 9.89	200°: 11.35	205°: 16.19	210°: 17.5	215°: 20	220°: 18.97	225°: 18.38	230°: 17.94	235°: 18.53
240°: 19.41	245°: 19.85	250°: 21.46	255°: 22.05	260°: 22.63	265°: 22.63	270°: 23.07	275°: 22.78	280°: 21.02	285°: 22.78	290°: 22.19	295°: 21.61
300°: 23.07	305°: 23.95	310°: 23.22	315°: 21.9	320°: 22.34	325°: 21.46	330°: 19.7	335°: 17.94	340°: 17.07	345°: 16.48	350°: 18.82	355°: 18.68

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM1000					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 1.00 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo: LCF78-50JA						Fabricante: RFS Radio Frequency Systems					
Comprimento da Linha: 50,0 m			Atenuação: 1.1069 dB/100m			Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50 ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo: INV-30-2			Fabricante:		
Ganho: 0.00 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 160 °	Polarização: Vertical	HCI: 36.5 m	ERP Máxima: 23.43 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1069	Portaria	MC	05/10/1977	10/10/1977	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	46	Portaria	DMC	09/01/1979	12/01/1979	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		31/07/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	135	Portaria	MC	13/03/1990	16/05/1990	Renovação	Jurídico
9999	245	Portaria	DMC	16/10/1991		Mudança de Local	Técnico
9999	171196	Despacho	MC	17/11/1996	02/12/1996	Advertência	Jurídico
9999	441	Portaria	DMC	15/08/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	41	Decreto Legislativo	CN	30/09/1997	01/10/1997	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	503	Portaria	MC	30/11/2000	11/12/2000	Multa	Jurídico
9999	431	Portaria	MC	30/05/2001	07/05/2001	Multa	Jurídico
9999	489	Portaria	MC	27/09/2001	02/10/2001	Multa	Jurídico
9999	366	Portaria	MC	28/06/2007	10/07/2007	Renovação	Jurídico
9999	482	Portaria	MC	28/10/2011	11/11/2011	Renovação	Jurídico



9999	155	Decreto Legislativo	CN	10/05/2012	11/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	216	Decreto Legislativo	CN	09/06/2014	10/06/2014	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.094737/2023-13	11032787	Ato	ORLE	21/10/2023	06/11/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115020895202020	13797	Portaria	MC	05/07/2024	12/07/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 52920/2024/MCOM

Brasília, 15 de julho de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11620625)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 11624/2024 (11614731), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 490/2024 (11620625), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 15/07/2024, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11635655** e o código CRC **25692D5E**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11635655



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Brasília, 18 de Julho de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.020895/2020-20, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11624/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13.797, de 5 de julho de 2024, publicada em 12 de julho de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de outubro de 2017, a permissão outorgada originalmente a Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada à RADIO FM 90 LTDA (CNPJ nº 48.843.270/0001-90), nos termos da Portaria nº 1.069, de 5 de outubro de 1977, publicada em 10 de outubro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Sonia Faustino Mendes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 24529/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.020895/2020-20.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

FRANCISCO CAVALCANTE
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Francisco das Chagas Cavalcante Costa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro substituto**, em 18/07/2024, às 20:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11651546** e o código CRC **3DB576A8**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11651546



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Pessoa Jurídica: Rádio FM 90 Ltda

CNPJ: 48.843.270/0001-90

CEP da sede: 13324-240

Endereço da sede: Rodovia Convenção nº 1650, km 02, Bairro Canjica, Salto-SP

E-mail de contato: comercial@fm90.com.br

Serviço a ser renovado:

() Radiodifusão sonora

(X) em frequência modulada

() em ondas curtas

() em ondas médias

() em ondas tropicais

() Radiodifusão de sons e imagens

Período da renovação: 10 de outubro de 2017 a 10 de outubro de 2027

Localidade da renovação: Salto

UF: SP

Eu, **Luiz Antônio Mazzucco**, inscrita no CPF sob nº 467.755.448-04, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da **Rádio FM 90 Ltda**, participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 1

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

- (b) nenhum dos dirigentes da **Rádio FM 90 Ltda**, está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a **Rádio FM 90 Ltda**, não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a **Rádio FM 90 Ltda**, atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (e) a **Rádio FM 90 Ltda**, cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (f) a **Rádio FM 90 Ltda**, não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da **Rádio FM 90 Ltda**, foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Salto (SP), 17 de novembro de 2020

Luiz Antônio Mazzucco
CPF nº 467.755.448-04



Ilustríssimo Senhor
Ministro das Comunicações
Ministério das Comunicações
Brasília-DF

Assunto: Renovação de Outorga por novo período
Referência ao Fistel nº 020 080 300 08

Prezado Senhor,

A RÁDIO FM 90 LTDA (antiga Rádio Pioneira Ltda), inscrita no CNPJ nº 48.843.270/0001-90, com sede no endereço Rodovia Convenção nº 1650, km 02, Bairro Canjica, na localidade de Salto, Estado de São Paulo, CEP 13324-240, por sua representante legal, infra assinada, vem solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, para a execução do Serviço de Radiodifusão de Sonora em Frequência Modulada, na localidade de **Salto**, no Estado de São Paulo, relativo ao período de **10 de outubro de 2017 a 10 de outubro de 2027**, encaminhando para tanto o requerimento e documentos necessários.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Salto (SP), 17 de novembro de 2020


Pela Rádio FM 90 Ltda
Luiz Antônio Mazzucco

Endereço para correspondência:
Rodovia Convenção nº 1650, km 02, Bairro Canjica, Salto-SP
13324-240



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadepassinatura.camara.gov.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a> / pg. 3

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

RÁDIO PIONEIRA DE SALTO LTDA.

Contrato Social

Manoel Pedro Rodrigues Filho, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade nº RG 1.932.493 SP e do CPF nº 068.736.508-20, residente e domiciliado à Rua da Conceição 380 11º andar, apto. 112 em Campinas-SP; Odilon Garcia / Nascimento Filho, brasileiro, casado, radialista, portador da carteira de identidade nº RG 2.767.203 SP e do CPF nº... nº 134.876.398-15, residente e domiciliado à Av. Cel. Silva Teles, 620 em Campinas SP, e da Maria Pires Garcia, brasileira, viúva, do lar, portadora da carteira de identidade nº RG 2.767.183 SP e do CPF / nº 134.593.338-04, residente e domiciliada à Av. Benjamin Constant 2.011 em Campinas-SP, têm justo e contratado uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada que se regerá pelas seguintes cláusulas:

I

A sociedade girará sob a razão social "RÁDIO PIONEIRA DE SALTO LIMITADA", tendo sede e foro na cidade de Campinas no Estado de São Paulo.

II

A sociedade tem como objetivo a execução de serviços de radio-difusão sonora na cidade de Salto-SP e em outras localidades / do Território Nacional, desde que para tanto o Governo Federal-lhe outorgue concessões e, ou, permissões, podendo explorar, paralelamente, a propaganda comercial e outras atividades afins.
Parágrafo único-Para a consecução de seus objetivos, a socieda-

→

[Handwritten signature]
no. P. 8



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
FUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data estampada
AUTENTICA
COPIA

Loize Almeida
LOIZE ALMEIDA
Escritório Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Petição 6119442

SEF3313.020059/2020-20 / pg. 5

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

de poderá instalar radiodifusoras, abrir escritórios, agências e sucursais em qualquer localidade do Território Nacional, cumprindo sempre o que estabelecer a legislação vigente, ou a vigorar, / que rege a execução de serviços de radiodifusão.

III

A duração da sociedade é por prazo indeterminado.

IV

O capital da sociedade é de CR\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) inteiramente integralizado neste ato em moeda corrente do / país, representado por 200.000 (duzentas mil) cotas no valor de -- CR\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma e assim distribuídas entre os sócios:

- Manoel Pedro Rodrigues Filho, com 100.000 (cem mil) cotas, no valor total de CR\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros);
- Odilon Garcia Nascimento Filho, com 90.000 (noventa mil) cotas, no valor total de CR\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros), e
- Maria Pires Garcia, com 10.000 (dez mil) cotas, no valor total de CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Parágrafo 1º - Cada cota é indivisível e para cada uma a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

Parágrafo 2º - A responsabilidade dos sócios é limitada até o valor do capital social.

V

É vedado o ingresso na sociedade de pessoas jurídicas e estrangeiras, só podendo nelas ser admitido brasileiros.

VI

As cotas que constituem o capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas / jurídicas.

VII

Na hipótese de qualquer dos sócios desejar ceder ou vender a totalidade ou parte das cotas que possuir, terão preferência absoluta para sua aquisição os demais sócios, aos quais o sócio interessado deverá comunicar sua intenção por escrito.

→



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
FUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data estampada
AUTENTICA *Luiz Almeida*
AUTENTICA



LUIS ALMEIDA RIBEIRO
Secretário Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Parágrafo 1º- O sócio interessado em ceder ou vender as cotas/ deverá conceder aos demais, interessados, um prazo para resposta nunca inferior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo 2º- Caso mais de um sócio desejar adquirir as cotas, a aquisição será feita por eles, proporcionalmente às cotas que / já possuírem.

VIII

Ocorrendo o falecimento de qualquer sócio, a sociedade não se - dissolverá, procedendo-se então a um balanço geral e pagando-se ao herdeiro ou herdeiros do sócio falecido o valor do seu capital, créditos que possua na sociedade e o lucro apurado até o - último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

Parágrafo Único: O valor total do que for devido será pago ao - herdeiro ou herdeiros, da seguinte forma:

- a) 20% (vinte por cento) do total, 90 (noventa) dias a contar da - data do falecimento.
- b) Os restantes 80% (oitenta por cento) em 12 (doze) prestações / mensais de igual valor, sem juros, vencendo-se a primeira 120 (cento e vinte) dias a contar da data do falecimento e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

IX

A sociedade será administrada por um sócio gerente, ao qual são conferidos amplos e plenos poderes para praticar todos os atos normais de administração e gerência, na defesa dos interesses - da sociedade, em juízo e fora dele.

Parágrafo 1º- Qualquer documento que envolva o patrimônio da - sociedade deverá ser, sempre, assinado pelo sócio gerente e um / dos outros sócios.

Parágrafo 2º- A sociedade poderá fazer-se representar, em juízo e fora dele, por procurador ou procuradores, os quais terão os - poderes que forem fixados nos respectivos mandatos, cuja outor- ga deverá ser sempre assinada na forma estabelecida no pará- grafo anterior.

X

Fica investido no cargo de sócio-gerente o sócio Odilon Garcia Nascimento Filho, independentemente de caução.



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e este estampado
AUTENTICA mecanicamente.
LUIZ DE MOURA VIEIRA Secretário Geral

RECEBIMOS 03/03/2014



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

XI

A título de "pro-labore", o sócio gerente poderá retirar uma importância equivalente ao maior valor fixado anualmente como limite máximo permitido pela legislação do imposto de renda.

XII

O ano social coincide com o ano civil. Anualmente em 31 de dezembro, será levantado um balanço geral para apuração dos resultados do exercício. Os lucros ou prejuízos verificados serão divididos entre os sócios na proporção direta das cotas que possuírem.

XIII

Para dirimir quaisquer dúvidas sobre o presente contrato, os sócios elegem o fóro da Comarca de Campinas no Estado de São Paulo.

E, por estarem todos os sócios de acordo / com o presente instrumento, o assinam datilografado em 05 (cinco) vias para um só efeito, perante as duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Campinas-SP, 04 de maio de 1.977

Testemunhas:

a) Manoel Pedro Rodrigues Filho

a) Odilon Garcia Nascimento Filho

a) Maria Pires Garcia



PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS
E OFÍCIO DE JUSTIÇA
SEL. CARMINE CAMPAGNONE
ESCRIVÃO
PALÁCIO DA JUSTIÇA
CAMPINAS

Assinados a: Manoel Pedro Rodrigues Filho -
Odilon Garcia Nascimento Filho - Maria
Pires Garcia - Luiz Henrique Meirelles - Vilson
Roberto Becken

CAMPINAS, 05 DE 05 DE 1977

Em Test. da verdade.

SEM PAGO POR VERBA



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e este estampado
AUTENTICA mecanicamente.

[Assinatura]
LUIZ DE MOURA VIEIRA Secretário Geral

RECEBIMOS DO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DESEMBARGADOR
DR. JOSÉ DE MOURA VIEIRA
O
CERTIFICADO
Nº 1012320-1417
EM 27/09/89



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

915.264-177

 ORIGINAL LETTER
RECEIVED JULY 26 1878
U.S. DEPARTMENT OF STATE
WASHINGTON

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e este estampado
AUTENTICA mecanicamente.
LUIZ DE MOURA VIEIRA
Secretário Geral

RECEBIMOS DO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DESEMBARGADOR
DR. JOSÉ DE MOURA VIEIRA
O
CERTIFICADO
Nº 1012320-1417
EM 27/09/89
Pelo
Escritório de
Registros
da
Junta
Comercial
do
Estado
de
São
Paulo



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

RÁDIO PIONEIRA DE SALTO LTDA.

CGC 48.843.270/0001-90.

1ª. alteração contratual

Manoel Pedro Rodrigues Filho, brasileiro, casado comerciante, portador da carteira de identidade nº RG 1.932.493-SP e do CPF 068.736.508-20, residente e domiciliado à Rua da Conceição 380 11º andar em Campinas-SP; Odilon Garcia Nascimento Filho, brasileiro, casado, radialista, portador da carteira de identidade nº RG 2.767.203 SP e do CPF 134.876.398-15, residente e domiciliado à - Av. Cel. Silva Teles, 620 em Campinas-SP; e Da. Maria Pires Garcia, brasileira, viúva, do lar, portadora da carteira de identidade nº RG 2.767.183-SP e do CPF 134.593.338-04, residente e domiciliada à Av. Benjamim Constant, 2.011 em Campinas SP, únicos sócios da sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada Rádio Pioneira de Salto Limitada, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 915.264 em 10 de maio de 1.977, resolvem alterar a Cláusula VI desse instrumento, a qual passará a ter a seguinte redação: .

VI

"As cotas que constituem o capital social são inalienáveis e in-
caucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas ju-
rídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia auto-
rização do Poder Concedente."

Declaram os sócios, na melhor forma de direito, /
que ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do Contrato-
Social que, com esta alteração, se funde num só corpo.

Testemunhas:

a)

b)

Campinas, 20 de junho de 1.977

a) Manoel Pedro Rodrigues Filho

b) Odilon Garcia Nascimento Filho

c) Maria Pires Garcia

PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOT. E REG. DE IMP. E REG. DE IMP.



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
EDITA COME SICAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifica que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data estrangeiros
AUTENTICA
COPIA
JUIZ DE ALCAZAR
Benedicto David



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Petição (0115443)

SEI 55113.020039/2020-20 / pg. 15

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

931762-1-77

931762-1-77

14 JUL 1977

PRIMEIRO CARTORIO DE NOJAS
E OFICIO DE JUSTIÇA
BEL. CÂRMINE CAMPAGNONE

ESCRIVÃO
PALACIO DA JUSTIÇA
CAMPINAS

Em Test.º _____ do verdaade.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data estampados
AUTENTICA mecanicamente.

AUXÍLIO ALMEIDA MACHES

Secretário Geral

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

RÁDIO PIONEIRA DE SALTO LTDA

CGC 48.843.270/0001-90

2a.alteração contratual

MANOEL PEDRO RODRIGUES FILHO, brasileiro, casado, co-
merciante, portador do RG 1.932.493 SP e do CPF nº
nº 068.736.508-20, residente na Rua da Conceição nº
380 11º em Campinas, SP, onde é domiciliado; ODILON /
GARCIA NASCIMENTO FILHO, brasileiro, casado, radialis-
ta, RG 2.767.203 S e CPF 134.876.398-15, residente/
na Rua José Ferreira de Camargo 677, em Campinas, SP
onde é domiciliado e da MARIA PIRES GARCIA, brasi-
leira, viúva, do lar, RG 2.767.183 SP e CPF 134.593./
338-04, residente na Av. Benjamim Constant 2.011 em
Campinas, SP, onde é domiciliada, únicos sócios da Rá-
dio Pioneira de Salto Limitada, que tem seu contra-
to social arquivado na Junta Comercial do Estado /
de São Paulo sob o nº 915.264 em data de 10/05/77-
e 1a. alteração contratual sob o nº 931.762 em 14/
14/07/77, resolvem:

I - A quotista Maria Pires Garcia, que é proprietária e possuidora de 10.000
(dez mil) quotas de capital, no valor total de CR\$ 10.000,00 (dez mil cru-
zeiros), cede e transfere a totalidade dessas quotas ao Dr Fernando Pereira
Garcia, brasileiro, casado, advogado, RG 3.668.450 SP e CPF 129.559.148-00, resi-
dente na Av. Pe. Pereira de Andrade nº 545 apto 63 D, em São Paulo, SP, onde é do-
miciliado, que é, assim, admitido na Sociedade. A Cedente dá ampla quitação e re-
tira-se definitivamente da Sociedade.

II - Os sócios resolvem elevar o capital social de CR\$ 200.000,00 (duzentos/
mil cruzeiros) para CR\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cru-
zeiros), criando-se, conseqüentemente, 4.300.000 (quatro milhões e trezentas mil)
novas quotas de capital, de CR\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, que serão por eles
subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, de forma que o capi-
tal social fique assim distribuído:

Manoel Pedro Rodrigues Filho	1.500.000 quotas	CR\$ 1.500.000,00
Odilon Garcia Nascimento Filho.....	1.500.000 quotas	CR\$ 1.500.000,00
Fernando Pereira Garcia	1.500.000 quotas	CR\$ 1.500.000,00
Total.....	4.500.000 quotas	CR\$ 4.500.000,00



[Handwritten signature]



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

2a, alteração contratual da Rádio Pioneira de Salto Ltda. fls. 02

III- Resolvem, também, transferir a sede jurídica da Sociedade, da Rua da Conceição nº 380 IIº em Campinas, SP, para a Rua Lombardia nº 90, na cidade de Salto, Estado de São Paulo; modificar a razão social Rádio Pioneira de Salto Limitada para "Rádio Pioneira Ltda" e modificar as cláusulas IX e X do contrato social para permitir seja a gerência e administração da Sociedade exercida isoladamente por qualquer dos sócios.

IV - Portanto, feitas as alterações acima descritas, o contrato social passa a vigor com a seguinte redação:

" RÁDIO PIONEIRA LTDA
CGC48843270/0001- 90
Contrato Social

DENOMINAÇÃO SEDE E OBJETO

CLÁUSULA I

A RÁDIO PIONEIRA LIMITADA, com sede na cidade de Salto, Estado de São Paulo, na Rua Lombardia nº 90, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída de acordo com o Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919 e de conformidade com a legislação que rege os serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA II

A Sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora, de quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do País, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões e, ou, concessões, podendo paralelamente explorar a propaganda comercial e a música funcional.

§ 1º - A execução dos serviços a que se refere esta cláusula, obedecerá sempre a legislação específica que reger a radiodifusão, visando fins cívicos, patrióticos, educacionais e recreativos.

§ 2º - Para a consecução dos seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de música funcional e abrir e fechar sucursais e escritórios em quaisquer partes do País.

CAPITAL E RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA III

GUO-SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Protocolo 0115444

SEI 53113.020039/2020-20 / pg. 20

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

[Handwritten signature]



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

2a. alteração contratual da Rádio Pioneira de Salto Ltda. fls. 03

CLÁUSULA III

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de CR\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), representados por 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) quotas no valor unitário de CR\$ 1,00 (um cruzeiro) e assim distribuídas entre os sócios:

Manoel Pedro Rodrigues Filho	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Odilon Garcia Nascimento Filho	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Fernando Pereira Garcia	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Total	4.500.000 quotas CR\$	4.500.000,00

§ 1º - A responsabilidade de cada sócio é limitada até o valor total do capital social.

§ 2º - As quotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

ADMISSÃO DE SÓCIOS E CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA IV

É vedado o ingresso na Sociedade às pessoas jurídicas e estrangeiras, nela só podendo ser admitidas brasileiras.

CLÁUSULA V

As quotas representativas do capital social são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia anuência do Governo Federal.

CLÁUSULA VI

Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir a totalidade ou parte das suas quotas, terão preferência absoluta para a aquisição os demais sócios, aos quais o interessado em transferir deverá comunicar sua intenção por escrito, concedendo um prazo de sessenta dias para se manifestar.

Parágrafo Único: Caso mais de um sócio desejar adquirir as quotas, a aquisição será feita por eles na proporção direta das quotas que já possuem.

GUO-SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Peça 0115444

SEI 53113.020039/2020-20 / pg. 22

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

PRAZO E FALECIMENTO

CLÁUSULA VII

A duração da Sociedade é por prazo indeterminado,observando-se quando da sua dissolução os preceitos da lei específica e da que lhe for aplicável.

CLÁUSULA VIII

Ocorrendo o falecimento de qualquer sócio a Sociedade não se dissolverá,procedendo-se,então,a um balanço geral e pagando-se aos herdeiros do sócio falecido,ou aos seus sucessores,o valor do seu capital,considerando-se os débitos e créditos que possua na sociedade e o lucro ou prejuízo apurado até o último dia do mes em que tiver ocorrido o falecimento.

Parágrafo único:Em caso de impedimento legal de qualquer sócio aplicar-se-á/o disposto nesta cláusula.

CLÁUSULA IX

Poderão os herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou impedido optarem por seu ingresso na Sociedade,desde que previamente submetam seus nomes à aprovação do Poder Concedente,prevalecendo a decisão contida nesta cláusula sobre/a precedente.

GERÊNCIA E PRO LABORE

CLÁUSULA X

A Sociedade é administrada pelos treis sócios,os quais usarão a denominação "diretor-gerente" e agirão individualmente na prática dos atos normais de / gerência e administração,vizando os interesses sociais,vedado o uso da razão social em negócios estranhos à Sociedade,bem como a concessão de avais, fianças e garantias em favor de terceiros.

§ 1º - Para adquirir ou alienar patrimônio,a Sociedade se obrigará pela assinatura de dois diretores-gerentes.

§ 2º - A Sociedade poderá fazer-se representar em Juízo e fora Dele por procuradores,brasileiros,os quais terão os poderes que forem fixados nos respectivos mandatos,cuja outorga deverá ser assinada na forma do parágrafo

GUO.SP

[Handwritten signatures and notes on the right margin]



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data anteriormente
AUTENTICA
COPIA
LUCAS ALVES LOPES Secretário Geral

SECRETARIA DA JUSTIÇA

SECRETARIA DA JUSTIÇA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

2a.alteração contratual da Rádio Pioneira de Salto Ltdafls.05

parágrafo primeiro desta cláusula e,quando for o caso,precedida de anuência do Governo Federal.

§ 3º - Os diretores gerentes farão jus a uma retirada mensal a título de pro labore,que será fixada de comum acordo.

EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO

CLÁUSULA XI

O ano social coincide com o civil.Anualmente no dia 31 de dezembro será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados do exercício.Os lucros ou prejuízos apurados serão dirimidos entre os sócios na proporção das quotas que possuírem,ou ficarão escriturados em título próprio da contabilidade.

CASOS OMISSOS E FORO

CLÁUSULA XII

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios,buscando-se subsídios em toda legislação vigente,especialmente no Decreto nº 3.708 de 1.919 e no Código Brasileiro de Telecomunicações.

CLÁUSULA XIII

Fica eleito o foro da Comarca de Salto,Estado de São Paulo,para qualquer pendência oriunda deste contrato. "

V - E,assim,por estarem em tudo justos e contratados assinam o presente instrumento,juntamente com duas testemunhas.Este documento tem cinco vias datilografadas de um só lado.Cada via tem 06(seis)folhas.

Salto,08 de janeiro de 1.981

Maria Pires Garcia

Manuel Pedro Rodrigues Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Peça 0115444

SEI 55113.020039/2020-20 / pg. 26

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



PRIMEIRO CARTORIO DE NOTAS
E OFÍCIO DE JUSTIÇA
DEL. CARMINE CAMPAGNON
ESCRIVÃO

CAMPINAS
Reconheço a firma retiro de
Maria P. Garcia e
Manoel P. Rodrigues
Filho
CAMPINAS, 12 DE JAN 1981 DE 19
Em Test. da verdade
SELO PAGO POR VERRA



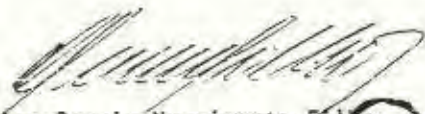

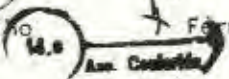
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Peça 011344


SEI 55113.020035/2020-20 / pg. 27

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

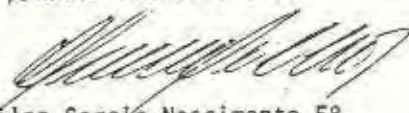
 
Odilon Garcia Nascimento Filho  Fernando Pereira Garcia

Uso da razão social:

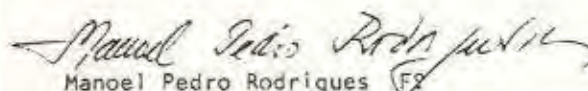
p/ Rádio Pioneira Ltda


Fernando Pereira Garcia
diretor gerente

p/Rádio Pioneira Ltda


Odilon Garcia Nascimento Filho
diretor gerente

p/ Rádio Pioneira Ltda


Manoel Pedro Rodrigues
diretor gerente

Testemunhas:

1- *Domingos Andreotti*

Nome: Domingos Andreotti

RG: 7.871.251 SP

CPF: 129.484.388



2- *Nilza Ferreira do Nascimento*

Nome: Nilza Ferreira do Nascimento

RG: 11.992.268 SP

CPF: 819.645.448-15

VISTO
§ 4.º - Art. 71 LEI 4215/63
C/C ART. 1.º LEI 6884/80

PRIMEIRO CARTORIO DE NOTAS

E OFÍCIO DE JUSTIÇA

DEL. CARMINE CAMPAGNON

RECEIÇÃO

CAMPINAS

Reconheço a firma *Odilon G.*

Nascimento Filho, Manoel

P. Rodrigues Filho, Domingos

Andreotti

CAMPINAS, 02 de 12 de 2019

Em Test.º do

GUO.SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a / pg. 28

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

21 SET 1901

14.º CARTÓRIO DE NOTAS-VAMPRE
R. CARDEAL ARCOVERDE, 2210-PINHEIROS-3, PAULO

RECONHECO por semelhança a firma
[assinatura]

SÃO PAULO, 7 JUN 1901

Escriv. Aut. Rubens Damás Cortez
Francisco Barreto Filho

Cada Brás Cr\$ 25,00 - Seles pagos por varios

CARTÓRIO VAMPRE
14.º CARTÓRIO DE NOTAS
RUBENS DAMÁS CORTEZ
Escriv. Aut. Autorizado
SÃO PAULO - SP

1877367061T

21 SET 1901

COMISSÃO DE JUSTIÇA
DO TRIBUNAL DE SÃO PAULO
1901
Preservar este Brás-Secretaria de J.

RECEBIDO
N.º 1000



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

ADVOCADO
RADIO PIONEIRA LIMITADA
CGC 48.843.270/0001-90
3a. alt. contratual



MANOEL PEDRO RODRIGUES FILHO, brasileiro, casado, comerciante, RG 1.932.493 SP, CPF 068.736.508 - 20, residente na Rua da Conceição 380 llo. em Campinas - SP, onde é domiciliado; ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, brasileiro, casado, radio-difusor, RG n. 5.346.958 SP CPF n. 031.180.048-35 residente na Rua José Ferreira de Camargo, 677 em Campinas-SP onde é domiciliado; e FERNANDO PEREIRA GARCIA, brasileiro, casado, advogado, RG 3.668.450 SP, e CP n. 129.559.148- 00, residente na Av Pa. Pereira de Andrade, 545 apto 63 em São Paulo- SP, onde é domiciliado, únicos cotistas da sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada que gira nesta praça sob a denominação de RADIO PIONEIRA LIMITADA, cujos atos constitutivos e alterações contratuais foram arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente, sob os seguintes números e datas: 915.264 em 10 de maio de 1.977; 931.762 em 14 de julho de 1.977 e 1.190.796 em 21 de setembro de 1.981, por este instrumento e na melhor forma de direito R E S O L V E M:

I- Em cumprimento ao disposto no Decreto - Lei no. 2284/86, converter a expressão monetária do capital social, de Cruzeiro para Cruzado, pela paridade de 1.000 (um mil) por 1(um), reduzindo-se, consequentemente o número de cotas para 4.500 (quatro mil e quinhentas) que, doravante passam a ter o valor nominal de Cz\$ 1,00 (um cruzado). Dessa forma o capital social fica assim representado:

Manoel Pedro Rodrigues Filho ...	1.500 cotas	Cz\$	1.500,00
Odilon Garcia Nascimento Filho...	1.500 cotas	Cz\$	1.500,00
Fernando Pereira Garcia.....	1.500 cotas	Cz\$	1.500,00
Totais.....	4.500 cotas	Cz\$	4.500,00

II- Face às novas disposições legais sobre telecomunicações, especialmente o Decreto n. 91.837 de 25 de outubro de 1.985, resolvem os sócios, ainda, reestruturar e consolidar o contrato social, que doravante vigorará conforme abaixo se lê:

CARTÓRIO DE ACTAS



ADP-ATPase
0a - 3a.alt.cont

25 02 80
PIONEER

Contrato social

CLAUSULA I

CLAUSULA II

CLÁUSULA III

PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS
F. J. CAMARÃO



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data expediente
AUTENTICA processualmente.

LEITE DE AUSEIA INGLÊS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Peça (0115443)

SEI 53113.020039/2020-20 / pg. 33

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Gualdo Ubaneza Ozorio

ADVOGADO

Rádio Pioneira Ltda - 3a. alt. contratual.....fls 3/06

Manoel Pedro Rodrigues Filho.....	1.500 cotas	Cz\$ 1.500,00
Odilon Garcia Nascimento Filho.....	1.500 cotas	Cz\$ 1.500,00
Fernando Pereira Garcia.....	1.500 cotas	Cz\$ 1.500,00
Totais.....	4.500 cotas	Cz\$ 4.500,00

* 1o. As cotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

* 2o. A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor do capital social, nos termos do art 2o. in fine do Decreto No. 3.708/19.

Da admissão de sócios e da cessão de cotas

CLAUSULA IV

Por ser vedado o ingresso na sociedade às pessoas jurídicas e às estrangeiras, só pessoas naturais brasileiras serão admitidas ao quadro societário e, por consequência, as cotas representativas do capital social são inalienáveis, incaucionáveis e intransferíveis, direta ou indiretamente, àquelas pessoas.

CLAUSULA V

Qualquer alteração do contrato social dependerá de prévia aprovação do Governo Federal.

CLAUSULA VI

Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir suas cotas, no todo ou em parte, preferência absoluta é assegurada aos demais componentes do quadro societário, devendo o interessado em transferir comunicar essa intenção, por escrito, aos demais cotistas, concedendo-lhes um prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta.

Parágrafo Único: Caso mais de um sócio desejar adquirir as cotas do sócio retirante, a aquisição será feita na proporção direta das cotas que cada um dos pretendentes possuir.

PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data expediente
AUTENTICA processualmente.

LEITE DE AUSEIA INGLÊS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Relação (01/15/45)

SEI 53113.020039/2020-20 / pg. 35

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Rádio Pioneira Ltda - 3ª. alt. contratual.....fls 4/06

Do prazo e do falecimento

CLAUSULA VII

A duração da sociedade é por prazo indeterminado, observando-se, quando da dissolução, os preceitos da lei específica e da que for aplicável.

CLAUSULA VIII

Ocorrendo o falecimento de qualquer dos sócios a sociedade não se dissolverá, procedendo-se, então, a um balanço geral e pagando-se aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido o valor do seu capital, considerando-se os débitos que possua na sociedade e o lucro ou prejuízo apurado até o último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

Parágrafo único: Em caso de impedimento legal de qualquer sócio aplicar-se-á o disposto nesta cláusula.

CLAUSULA IX

Poderão os herdeiros necessários optar pelo seu ingresso na sociedade, desde que obtenham a indispensável autorização do Governo Federal.

Da administração e do pro-labore

CLAUSULA X

Os administradores desta entidade serão sempre brasileiros natos e a sua posse nos respectivos cargos somente ocorrerá após aprovação dos seus nomes pelo Ministério das Comunicações.

CLAUSULA XI

A administração da sociedade será exercida pelos três sócios os quais usarão a denominação "diretor-gerente" e agirão individualmente, visando aos interesses sociais, vedado o uso da razão social em negócios estranhos à sociedade, bem como a concessão de avais, fianças e garantias em favor de terceiros.

PRIMEIRO CARTÓRIO DE N.



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data expediente
AUTENTICA processualmente.

LEITE DE AUSEIA INGLÊS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Peça 0115443

SE 53113.020039/2020-20 / pg. 37

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Gualdo Mebansa Ozorio

ADVOGADO

Rádio Pioneira Ltda - 3ª. alt. contratual.....fls 5/06

* 1o. Para adquirir ou alienar patrimônio imóvel a sociedade se obrigará pela assinatura de dois diretores - gerentes.

* 2o. A sociedade poderá fazer-se representar em Juízo e fora dele por procuradores, brasileiros, os quais terão os poderes que forem fixados nos respectivos mandatos, cuja outorga, quando for o caso, deverá ser precedida de prévia anuência do Governo Federal.

CLAUSULA XII

Os diretores-gerentes farão jus a uma retirada pro-labore, fixada de comum acordo e registrada em título próprio da contabilidade.

Do exercício social e do balanço

CLAUSULA XIII

O ano social coincide com o civil. Anualmente no dia 31 de dezembro, será levantado um balanço geral para apuração dos resultados do exercício. Os lucros ou prejuízos apurados serão suportados entre os sócios na proporção das cotas que possuírem, ou ficarão escriturados em título próprio da contabilidade.

Das deliberações sociais

CLAUSULA XIV

Qualquer alteração do presente contrato social somente será válida se assinada por sócios que representem em conjunto, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, mas produzirá efeito com relação a todos, mesmo àqueles que não a tenham subscrito.

Dos casos omissos e do foro

CLAUSULA XV

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, buscando-se subsídios em toda a legislação vigente especialmente no Decreto n. 3.708/19 e no Código Brasileiro de Telecomunicações.

PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data expediente
AUTENTICA processualmente.

LEITE DE AUSEIA INGLÊS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Peça (0115445)

SE 53113.020039/2020-20 / pg. 39

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

ADVOCADO

CLÁUSULA XVI

IV- Assim, por estarem em tudo justos e contratados assinam o presente instrumento em tres(03) vias, de igual teor e forma e para um único efeito, juntamente com(02) duas testemunhas. Cada via tem 06 (seis) folhas datilografadas apenas no anverso. Este documento será arquivado na JUCESP após expressa autorização do Departamento Nacional de Telecomunicações.

ass. Manoel Pedro Rodriguez Filho

ass. Osálon Garcia Nascimento Filho

ass. Fernando Pereira Garcia

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA JUSTIÇA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICADO O REGISTRO
SOB O NÚMERO
524.725

1-

Nome: Dolcinea Figueiredo de Azevedo
RG : 15.668.433

2

Nome: *Nilza Ferreira do Nascimento*
RG: *11.992.268*

SE NOTAB

4. INF

10/21/1955

KAMEL MIGUEL NAHAS
SECRETÁRIO GERAL

[illegible]

27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Cópia que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado sob número e data expediente
AUTENTICA processualmente.

LEITE DE AUSEIA INGLÊS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Peça (0115445)

SEI 53113.020039/2020-20 / pg. 41

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Geraldo Urbancea Ozorio
ADVOGADO

RADIO PIONEIRA LIMITADA
GSC-48.843.270/0001-90
4a.alt.contratual

165325

MANOEL PEDRO RODRIGUES FILHO, brasileiro, casado, comerciante, RG 1.932.493 SP, CPF 068.736.508 - 20, residente na Rua da Conceição 380 fto. em Campinas - SP, onde é domiciliado; ODILON GARCIA NASCIMENTO FILHO, brasileiro, casado, radio-difusor, RG n. 5.846.958 SP CPF n. 031.180.048-35 residente na Rua José Ferreira de Camargo, 677 em Campinas-SP onde é domiciliado; e FERNANDO PEREIRA GARCIA, brasileiro, casado, advogado, RG 3.668.450 SP, e CPF n. 129.559.148- 00, residente na Av. Pe. Pereira de Andrade, 545 apto 63 em São Paulo- SP, onde é domiciliado, únicos cotistas da sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada que gira nesta praça sob a denominação de RÁDIO PIONEIRA LIMITADA, cujos atos constitutivos e alterações contratuais foram arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente, sob os seguintes números e datas: 915.264 em 10 de maio de 1.977; 931.762 em 14 de julho de 1.977 e 1.190.796 em 21 de setembro de 1.981.

I-

O sócio Manoel Pedro Rodrigues Filho, que é proprietário e possuidor de 1.500 (mil e quinhentas) cotas de capital no valor nominal de Cz\$1,00 (um cruzado) cede e transfere, como cedidas e transferidas têm, a totalidade dessas cotas ao novo sócio ora admitido à sociedade, Sr LUIZ ANTONIO MAZZUCCO, brasileiro, casado, publicitário, RG 5.886.108, SP e CPF 467.755.448-04 residente na Rua Sen. Roberto Simonsen 28 em Itú-SP, onde é domiciliado. A presente cessão e transferência é feita pelo valor de Cz\$ 1.333,33 (mil trezentos e trinta e três cruzados e trinta e três centavos) por cota, pagos neste ato em moeda corrente nacional, pelo que o Cedente dá ao Cessionário ampla, geral e irrevogável quitação, retirando-se definitivamente da sociedade;

II-

O sócio Odilon Garcia Nascimento Filho, que é proprietário e possuidor de 1.500 (mil e quinhentas) cotas de capital no valor nominal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Rádio Pioneira Ltda - 4a alt. Contratual.....fls 2/09

de Cz\$1,00 (um cruzado) cede e transfere, como cedidas e transferidas têm, 1.200 (mil e duascentas) dessas cotas ao sócio ora admitido à sociedade, Sr LUIZ ANTONIO MAZZUCCO, acima qualificado. A presente cessão e transferência é feita pelo valor de Cz\$ 1.333,33 (mil trezentos e trinta e tres cruzados e trinta e tres centavos) por cota, pagos neste ato em moeda corrente nacional, pelo que o Cedente dá ao Cessionário ampla, geral e irrevogável quitação;

III-

O sócio Odilon Garcia Nascimento Filho, que, ainda, é proprietário e possuidor de 300 (trezentas) cotas de capital no valor nominal de Cz\$ 1,00 (um cruzado) cede e transfere, como cedidas e transferidas têm, a totalidade dessas cotas ao sócio ora admitido à sociedade, Sr JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA, brasileiro, casado, jornalista, RG 026.866.155 SP, CPF 284.706.488 53, residente na Rua Madre Maria Theodora 501 em Itú - SP, onde é domiciliado. A presente cessão e transferência é feita pelo valor de Cz\$ 1.333,33 (mil trezentos e trinta e tres cruzados e trinta e tres centavos) por cota, pagos neste ato em moeda corrente nacional, pelo que o Cedente dá ao Cessionário ampla, geral e irrevogável quitação, retirando-se definitivamente da sociedade;

IV-

O sócio Fernando Pereira Garcia que é proprietário e possuidor de 1.500 (mil e quinhentas) cotas de capital no valor nominal de Cz\$ 1,00 (um cruzado) cede e transfere, como cedidas e transferidas têm 1.050 (mil e cinquenta) dessas cotas ao sócio ora admitido à sociedade, Sr JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA, acima qualificado. A presente cessão e transferência é feita pelo valor de Cz\$ 1.333,33 (mil trezentos e trinta e tres cruzados e trinta e tres centavos) por cota, pagos neste ato em moeda corrente nacional, pelo que o Cedente dá ao Cessionário ampla, geral e irrevogável quitação;

V-

O sócio Fernando Pereira Garcia, que, ainda, é proprietário e possuidor de 450 (quatrocentas e cinquenta) cotas de capital no valor nominal de Cz\$ 1,00 (um cruzado) cede e transfere, como cedidas e transferidas têm, a totalidade dessas cotas ao novo sócio ora admitido à sociedade, Sr VALDIR DIONISIO, brasileiro, solteiro, radialista, RG 11.770.989 SP, CPF 107.865.628-00, residente na Rua Mons. Luis Otávio B. Almeida 74 em Itú - SP, onde é domiciliado. A presente cessão e transferência é feita pelo valor de Cz\$ 1.333,33 (mil trezentos e trinta e tres cruzados e trinta e tres centavos) por cota, pagos neste ato em moeda corrente nacional, pelo que o Cedente dá ao Cessionário ampla, geral e irrevogável quitação, retirando-se definitivamente da sociedade.



Rádio Pioneira Ltda. - 14.11.1994 - Contrato Social - fls 3/09

VI- Face às transferências acima descritas, o quadro societário desta entidade fica assim constituído:

Luiz Antonio Mazzucco.....	2.700 cotas: Cz\$ 2.700,00
José Carlos Rodrigues de Arruda....	1.350 cotas: Cz\$ 1.350,00
Valdir Dionísio.....	450 cotas: Cz\$ 450,00

Totais.....	4.500 cotas..Cz\$ 4.500,00
=====	

VII- RESOLVEM os sócios, também, consolidar o contrato social neste instrumento, dando-lhe a seguinte redação:

R Á D I O P I O N E I R A L I M I T A D A

Contrato social

Da denominação da sede e do objeto

CLÁUSULA I

A RÁDIO PIONEIRA LIMITADA, com sede na cidade de Salto, Estado de São Paulo, na Rua Lombardia, 90 é uma sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, constituída de acordo com o Decreto n.3.708 de 10 de janeiro de 1.919 e com a legislação que rege a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil.

CLÁUSULA II

A sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do país, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões e, ou, concessões podendo paralelamente explorar a propaganda comercial e a música funcional.

* 1o. A execução a que se refere esta cláusula obedecerá, sempre, a legislação específica que reger a execução dos serviços de radiodifusão sonora no Brasil, visando fins patrióticos, cívicos, educativos e recreativos.

* 2o. Para a consecução dos seus objetivos, a sociedade poderá instalar estações radiodifusoras, serviços especiais de



Rádio Pioneira Ltda. 4a. alteração contratual.....fls 4/09

música funcional, estúdios auxiliares e abrir e fechar sucursais, escritórios e filiais em quaisquer partes do país, observados os regulamentos técnicos e as normas jurídicas específicas e aplicáveis.

Do capital e da responsabilidade

CLÁUSULA III

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de Cz\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzados), representado por 4.500 (quatro mil e quinhentas) cotas no valor de Cz\$ 1,00 (um cruzado) cada uma e assim distribuído entre os sócios:

Luiz Antonio Mazzucco.....	2.700 cotas:	Cz\$ 2.700,00
José Carlos Rodrigues de Arruda..	1.350 cotas:	Cz\$ 1.350,00
Valdir Dionísio.....	450 cotas:	Cz\$ 450,00

Totais.....4.500 cotas Cz\$ 4.500,00
=====

* 1o. As cotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

* 2o. A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor do capital social, nos termos do art 2o. in fine do Decreto No. 3.708/19.

Da admissão de sócios e da cessão de cotas

CLÁUSULA IV

Por ser vedado o ingresso na sociedade às pessoas jurídicas e às estrangeiras, só pessoas naturais brasileiras serão admitidas ao quadro societário e, por consequência, as cotas representativas do capital social são inalienáveis, incaucionáveis e intransferíveis, direta ou indiretamente, àquelas pessoas.

CLÁUSULA V



Rádio Pioneira Ltda. - 4a. alteração contratual.....fls 5/09

CLÁUSULA V

Qualquer alteração do contrato social dependerá de prévia autorização do Governo Federal.

CLÁUSULA VI

Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir suas cotas, no todo ou em parte, preferência absoluta é assegurada aos demais componentes do quadro societário, devendo o interessado em transferir comunicar essa intenção, por escrito, aos demais cotistas, concedendo-lhes um prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta.

Parágrafo único: Caso mais de um sócio desejar adquirir as cotas do sócio retirante, a aquisição será feita na proporção direta das cotas que cada um dos pretendentes possuir.

Do prazo e do falecimento

CLÁUSULA VII

A duração da sociedade é por prazo indeterminado, observando-se, quando da dissolução, os preceitos da lei específica e da que for aplicável.

CLÁUSULA VIII

Ocorrendo o falecimento de qualquer dos sócios a sociedade não se dissolverá, procedendo-se, então, a um balanço geral e pagando-se aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido o valor do seu capital, considerando-se os débitos que possua na sociedade e o lucro ou prejuízo apurado até o último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

Parágrafo único: Em caso de impedimento legal de qualquer sócio aplicar-se-á o disposto nesta cláusula.

CLÁUSULA IX

Poderão os herdeiros necessários optar pelo seu ingresso na sociedade, desde que obtenham a indispensável autorização do Governo Federal.



Getaldo Urbaneza Ozorio

ABVOGADO

Rádio Pioneira Ltda - 4a. alt. contratual.....fls 6/09

Da administração e do pró-labore

CLÁUSULA X

Os administradores desta entidade serão sempre brasileiros natos e a sua posse nos respectivos cargos somente ocorrerá após aprovação dos seus nomes pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA XI

A administração da sociedade será exercida pelo sócio cotista LUIZ ANTONIO MAZZUCO que usará a denominação "diretor - gerente" e agirá visando aos interesses sociais, vedado o uso da razão social em negócios estranhos à sociedade, bem como a concessão de avais, fianças e garantias em favor de terceiros.

* 1o. Para adquirir ou alienar patrimônio imóvel a sociedade se obrigará pela assinatura do diretor-gerente e mais um dos sócios.

* 2o. A sociedade poderá fazer-se representar em Juízo e fora dele por procuradores, brasileiros, os quais terão os poderes que forem fixados nos respectivos mandatos, cuja outorga, quando for o caso, deverá ser precedida de prévia anuência do Governo Federal.

CLÁUSULA XII

A partir de 30 (trinta) dias após o arquivamento deste instrumento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, o diretor-gerente fará jus a uma retirada pró-labore, fixada de comum acordo entre os cotistas e registrada em título próprio da contabilidade.

Do exercício social e do balanço

CLÁUSULA XIII

O ano social coincide com o civil. Anualmente no dia 31 de dezembro, será levantado um balanço geral para apuração dos resultados do exercício. Os lucros ou prejuízos apurados serão suportados entre os sócios na proporção das cotas que



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Peça 0015446

SE 53113.020035/2020-20 / pg. 47

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Geraldo Urbaneca Ozorio

advogado

Rádio Pioneira Ltda - 4a. alt. contratual.....fls 7/09

possuïrem, ou fôrão escripturados em título próprio da contabilidade.

Das deliberações sociais

CLÁUSULA XIV

Qualquer alteração do presente contrato social somente será válida se assinada por sócios que representem em conjunto, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, mas produzirá efeito com relação a todos, mesmo àqueles que não a tenham subscrito.

Dos casos omissos e do foro

CLÁUSULA XV

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, buscando-se subsídios em toda a legislação vigente, especialmente no Decreto n. 3.708/19 e no Código Brasileiro de Telecomunicações.

CLÁUSULA XVI

Os sócios elegem o foro da Comarca de Salto, no Estado de São Paulo, para conhecer em primeira instância de qualquer pendência oriunda do presente contrato."

IV- Assim, por estarem em tudo justos e contratados assinam o presente instrumento em tres(03) vias, de igual teor e forma e para um único efeito, juntamente com(02) duas testemunhas. Cada via tem 09 (nove) folhas datilografadas apenas no anverso. Este documento será arquivado na JUCESP após expressa autorização do Departamento Nacional de Telecomunicações.

Salto, 13 de outubro de 1.987

ass. Manoel Pedro Rodrigues Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Peça 0115446

SEI 53113.020039/2020-20 / pg. 48

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

00300

08 00 20

CLÁUSULA XIV

As partes, de comum acordo, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, com a finalidade de garantir a execução das atividades de consultoria e assessoria técnica, bem como a elaboração de projetos e estudos de viabilidade econômica e social, a serem executados pelo contratado, em favor do contratante, sob as seguintes condições:

Uma das partes é de direito

CLÁUSULA XV

O presente contrato é celebrado entre as partes, com a finalidade de garantir a execução das atividades de consultoria e assessoria técnica, bem como a elaboração de projetos e estudos de viabilidade econômica e social, a serem executados pelo contratado, em favor do contratante, sob as seguintes condições:

CLÁUSULA XVI

O presente contrato é celebrado entre as partes, com a finalidade de garantir a execução das atividades de consultoria e assessoria técnica, bem como a elaboração de projetos e estudos de viabilidade econômica e social, a serem executados pelo contratado, em favor do contratante, sob as seguintes condições:

As partes, de comum acordo, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, com a finalidade de garantir a execução das atividades de consultoria e assessoria técnica, bem como a elaboração de projetos e estudos de viabilidade econômica e social, a serem executados pelo contratado, em favor do contratante, sob as seguintes condições:

PRIMEIRO CAMARGO DE RS	
DR. CARMINE CAMPAGNONE	
Rua Barão de Jaguaré, 1.148 - Fone PDX 31.1955	
Reconheço a firma <i>Mansel</i>	
<i>Luiz Rodrigues Filho</i>	
Campinas, de 108	
EM TEST.º 26 OUT 1987	
Cidade:	
Escreventes Autorizados	<input type="checkbox"/> WILSON R. B. JUN
<input type="checkbox"/> LUIS P. FACTOR	<input type="checkbox"/> ROBERTO RU. SO
<input type="checkbox"/> OSVALDO E. ORVALHO	PREÇO P. PRIMA 625 5/73
EMOLUMENTOS RETENIDOS POR VERA	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

ΑΝΥΟΓΑΔΩ

www. Odilon Garcia Nascimento Filho

REG. CIVIL
VII-SP

အမည်: Fernando Pereira Garcia

agss. Luiz Antonio Mazzucco

110-5855

Ass: José Carlos Rodrigues de Arruda

Ass. Valder Dioniso

Testemunhas:

1—

Nome: Dulcinea Figueiredo de Azevedo
RG: 15.658.433

21

Nome: Nilza Fereira do Nascimento
RG: 11.992.268

PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS

DR. CARMINE CAMPAGNONE

Rua Barão de Jaguará, 148 - Fone PBX 31-1955

Reconheço a _____ firma _____

Josamirto Silva, Silva

Celso Lagoa

Carlos Rodrigues de Almeida

Compinas: **26 OUT 1987** de 198

EM TEST.º DA VERDADE

PREÇO P/ FIRMA		Asscreventes Autorizados	
EMOL.	Cr\$ 3,88	<input checked="" type="checkbox"/>	WILSON R. BEDIN
EST.	Cr\$ 1,04	<input type="checkbox"/>	LUIZ P. FACTOR
C. PREV.	Cr\$ 0,79	<input type="checkbox"/>	ROBERTO RUSSO
APAMGIS	Cr\$ 0,04	<input type="checkbox"/>	OSVALDO F. CARVALHO
TOTAL	Cr\$ 5,75		

EMOLUMENTOS RECOLHIDOS POR VERRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA 06/86 DNRC- DOU 17/08/87

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Para os efeitos do disposto no inciso III, do art.38 da Lei 4.726 de 13/07/65, bem como do contido no item III do art.71 e no item IV do art. 74 do Decreto No. 57.651, de 19 de janeiro de 1.966, alterado pelo Decreto No. 82.482 de 24 de outubro de 1.978 e na conformidade do art.2o do Decreto No.65.400 de 13 de outubro de 1.969, nós, abaixo-assinados:

Luiz Antonio Mazzucco, brasileiro, natural de Itú-SP, nascido aos 14 de junho de 1.949, casado, publicitário, filho de Helio Abílio Mazzucco e Iracema Broch Mazzucco, portador do RG No. 5.886.108 expedido pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, SSP-SP, aos _____ e inscrito no



1234567890

1234567890

1234567890

1234567890

1234567890

1234567890

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE ITU/SP
ITU - SP
Escritório
Rua Paulista, 1000

Reconhecido por Antônio Valdir Neto de
Francisco de Assis
Em 03 de 11 de 1987

ANA PAULA TARCHIANI DE VECCHI
ESCRIVÃ SUBSTITUTA
ITU - SP

PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS	
DE CARMEINE CAMPAGNONE	
Rua Barão de Jaguaré, 48 - Fone PBX 34-1955	
Reconhecido por <u>Antônio Valdir</u>	
Campinas,	de 1987
04 NOV 1987	
A VERDADE.	
1234567890	
1234567890	
1234567890	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Oswaldo Urbaneca Ozorio

ADVOGADO

Rádio Pioneira Ltda - 4a. att. contratual.....fls 9/09

CPF No. 467.755.448-04, residente na Rua Sen. Roberto Simonsem 28 Bairro Mangueiras de Itú em Itú-SP;

José Carlos Rodrigues, brasileiro, natural de Itú-SP, nascido aos 13 de maio de 1.944, casado, jornalista, filho de Leopoldo Rodrigues de Arruda Sobrinho e Elisa de Camargo Arruda, portador do RG 026.866.155 expedido pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo- SSP-SP, aos 17 de março de 1.970 e inscrito no CPF 284.706.488-53, residente na Rua Madre Maria Theodora 501 bairro do Centro, em Itú- SP; e

Valdir Dionísio, brasileiro, natural de Sorocaba- SP nascido aos 18 de maio de 1.938, solteiro, radialista, filho de Danilho Dionísio e de Irani Ferreira Dionísio, portador do RG No. 11.770.989 expedido pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, SSP-SP, aos 03/08/77 e inscrito no CPF No. 107.865.628 - 00, residente na Rua Mons. Luis Otávio B. Almeida 74, bairro Jardim Padre Bento, em Itú-SP,

declaram que NÃO estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil.

Firmam a presente declaração para que produza os efeitos legais, cientes de que, no caso de comprovação da sua falsidade, será nulo de pleno direito perante o Registro do Comércio o ato a que se integra esta declaração sem prejuízo da sanções penais a que estiverem sujeitos.

Salto, 14 de outubro de 1.987

ass. Luiz Antonio Mazzucco

ass. José Carlos Rodrigues

ass. Valdir Dionísio



PRIMEIRO CARTÓRIO DA NOT.	
DR. CARMINE CAMPAGNONE	
Rua Barão de Jaguará, 1.148 - Fone FxX 31.1055	
Reconheço a	assinatura de
[Assinatura]	
Camp.nas,	de
EM TEST.º	26 OUT 1987
FACULDADES AUTORIZADAS	
<input type="checkbox"/> LUIS P. FACTOR	<input type="checkbox"/> WILSON R. B. JUN
<input type="checkbox"/> OSVALDO F. CARVALHO	<input type="checkbox"/> ROBERTO RU. SO
ENCOLUIMENTOS EM LANCOS 2-10-1987	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

TRO CIL DE ITU/SP

De Voto - Escrivão
- Juiz - Oficial Maior

[Handwritten signature]

64 - 110
924 De Vocht - Escrivão
110 - Grindel Manor

Luiz Antonio Valdes
Be ~~petro de~~
~~manus~~
~~domus~~
87

Ita, 03 de 11
Em test.º

ESCRIVA SUBSTITUTA
ITU - SP





C. G. C.
SUMÁRIO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL
RADIO PIONEIRA LTDA.

CGC/ME No. 48.843.270/0001-90
130103

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, LUIZ ANTONIO MAZZUCCO, brasileiro, casado, publicitário, portador da Cédula de Identidade-RG. n. 5.886.108 e do CPF n. 467.755.448-04, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Alberto Simonsen, n. 28, no Loteamento Mangueiras de Itu-Estrada Velha Itu-Salto, JOSE CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA, brasileiro, casado, jornalista, portador da Cédula de Identidade-RG. 026.866.155 e do CPF n. 284.706.486-53, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau-brasil, 135 - Portal de Itu VALDIR DIONISIO, brasileiro, solteiro, maior, militar de reserva, portador da Cédula de Identidade-RG n. 2.356.551-7-ME e do CPF n. 107.865.628-20, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Rua Monsenhor Luiz Otávio B. de Almeida, n. 74, Jardim Padre Bento, únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada que gira na praça de Salto, Estado de São Paulo sob a denominação social de RADIO PIONEIRA LTDA., com sede à Rua Lombardia, n. 90, Vila Roma, tudo de conformidade com o componente contrato social e posteriores alterações contratuais devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob números 915.264=/=77 em sessão de 10.05.75, 931.762=/=77 em sessão de 14.07.77, 1.190.796=/=81 em sessão de 21.09.81, 524.725 em sessão de 28.02.88 e 820.379 em sessão de 21.09.89, entre si, livres e de comum acordo, resolvem:-

I. Neste ato, alterar o endereço da sociedade da Rua Lombardia, n. 90, Vila Roma, na cidade de Salto, Estado de S. Paulo, para a Rodovia Convenção, km 02, s/no, na cidade de Salto/SP.

II. Em consequência da alteração mencionada no item anterior do presente instrumento, altera-se a redação da cláusula primeira do contrato social vigente que passa a ter os seguintes dizeres:-

CLAUSULA PRIMEIRA - A sociedade terá

sua sede na cidade de Salto, Estado de São Paulo, à Rodovia
Convenção, km 02, s/no., sendo uma empresa comercial por cotas de
responsabilidade limitada, constituída com base no Decreto 3708
de 10 de janeiro de 1919 e na legislação que rege a execução de
serviços de radiodifusão sonora no Brasil.


130000 Ratificam-se na plenitude de seus
termos, todas as demais cláusulas do contrato social vigente que
não foram direta ou indiretamente modificadas pelo presente
instrumento particular de alteração contratual.

E por estarem assim justas e
contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular
em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas)
testemunhas que a todo o convencionado assistiram, destinando-se
a primeira via ao competente registro e arquivamento na Junta
Comercial do Estado de São Paulo.


ITU/SP, 20 DE DEZEMBRO DE 1.992.



LUIZ ANTONIO MAZZUCCO
CPF 467.755.448-04

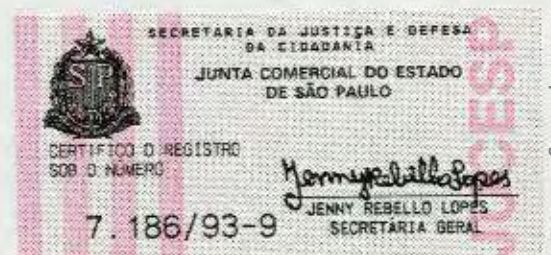

VALDIR DIONÍSIO
CPF 107.845.828-00


JOSE CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA
CPF 284.706.488-53

TESTEMUNHAS:-


ADILSON BROBLACKNER
CPF 555.546.108-97


CARLOS ALBERTO FERRARI
CPF 467.751.968-49



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Protocolo 0115448

SEI 53113.02009/2020-20 / pg. 55

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO
397214/93-5



SUMÁRIO

04 10 93

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

RADIO PIONEIRA LTDA

CGC/MF No. 48.843270/0001-90

Assuntos Contábeis e Fiscais - S/O Ltda.
CRC 48.860.359/0001-30
CRC-SP 9.082

Rua dos Andradas, 170 - Centro - Telefone 783-0783 - ITU - SP



Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, LUIZ ANTONIO MAZZUCCO, brasileiro, casado, publicitário, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 5.866.108⁸⁸⁶ do CPF. n. 467.755.448-04, residente e domiciliado na cidade de Itú, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Alberto Simonsen, nº. 28, no Loteamento Mangueiras de Itú - Estrada Velha Itú-Salto, JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA, brasileiro, casado, jornalista profissional, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 026.866.155 e do CPF. n. 284.706.486-53, residente e domiciliado na cidade de Itú, Estado de S. Paulo à Alameda Pau-Brasil, 135 - Portal de Itú e VALDIR DIONÍSIO, brasileiro, solteiro, maior, militar da reserva, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 2.356.551-7 ME e do CPF. nº. 107.865.628-20, residente e domiciliado na cidade de Itú, Estado de São Paulo, à Rua Monsenhor Luiz Otávio B. de Almeida, n. 74, Jardim Padre Bento, únicos sócios componentes da sociedade por cotas de

000000

041093

Assuntos Contábeis e Fiscais - S/O Ltda.
CGC 46.860.359/0001-30
CRC-SP 9.082

Rua dos Andradas, 170 - Centro - Telefone 783-0783 - ITU - SP

responsabilidade limitada que gira na praça de Salto, Estado de São Paulo, sob a denominação social de "RADIO PIONEIRA LTDA.", com sua sede à Rodovia da Convenção, km 02, s/ng., tudo de conformidade com seu competente contrato social e posteriores alterações contratuais, devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente sob números 915.264/77 em sessão de 10.05.77, 931.762/77 em sessão de 14.07.77, 1.190.796/81 em sessão de 21.09.81, 524.725 em sessão de 28.02.88, 820.379 em sessão de 21.09.89 e 7.186/93-9 em sessão de 13.01.93, entre si, livres e de comum acordo, resolvem:

I. Neste ato, elevar o capital social de CR\$ 0,01 (um centavo) para CR\$ 663.020.00 (seiscentos e sessenta e três mil e vinte cruzeiros reais) dividido em 663.020 (seiscentas e sessenta e três mil e vinte) cotas, no valor nominal de CR\$ 1,00 (um cruzeiro real) cada, utilizando-se da importância de Cr\$ 663.019.99 (seiscentos e sessenta e três mil, dezenove cruzeiros reais e noventa e nove centavos), valor esse existente na conta "Correção Monetária do Capital Realizado", do Balanço Geral levantado em 31 de dezembro de 1992.

II. Face à elevação mencionada no item anterior do presente instrumento particular, altera-se a redação da cláusula 3a. (terceira) do contrato social vigente, que passa a ter os seguintes e novos dizeres:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputado.gov.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Peça 0115449

SEI 53113.02009/2020 / pg. 57

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

000000

04 10 93

CLAUSULA TERCEIRA - O capital social é de CR\$ 663.020.00 (seiscentos e sessenta e três mil e vinte cruzeiros reais) dividido em 663.020 (seiscentas e sessenta e três mil e vinte) cotas, no valor nominal de CR\$ 1,00 (um cruzeiro real) cada, indivisíveis em relação à sociedade, totalmente subscrito e integralizado e assim distribuído entre os sócios:

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO.....	397.812 cotas - CR\$ 397.812.00
JOSÉ CARLOS RODRIGUES ARRUDA	198.906 cotas - CR\$ 198.906.00
VALDIR DIONISIO	66.302 cotas - CR\$ 66.302.00
TOTALIZANDO	663.020 cotas - CR\$ 663.020.00

PARAGRAFO PRIMEIRO - Nos termos dos artigos 2º. e 9º. do Decreto 3.708 de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios, limita-se ao capital social em sua totalidade.

PARAGRAFO SEGUNDO - A cada cota, corresponde um voto nas deliberações dos cotistas.

III. Ratificam-se na plenitude de seus termos, todas as demais cláusulas do contrato social vigente, que não foram direta ou indiretamente modificadas pelo presente instrumento particular de alteração contratual.

Assuntus Contábeis e Fiscais S/C Ltda.
C/C 46.860.359/0001-30
CRC-SP 9.082

Rua dos Andradas, 170 - Centro - Telefone 783-0783 - ITU - SP

JUCESP

04 10 93

E por estarem, assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a todo o convencionado assistiram, destinando-se a primeira via ao competente arquivamento e registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

ITU/SP, 01 DE SETEMBRO DE 1993

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO

CPF. 467.755.448-04

JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA

CPF. 284.706.486-53

VALDIR DIONÍSIO

CPF. 107.865.628-20

TESTEMUNHAS:

ADILSON GROBLACKNER

CPF. 555.546.108-97

CARLOS ALBERTO FERRARI

CPF. 467.751.968-49



SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEPENDÊNCIA
DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO

155.616/93-6

JOSE EDUARDO L. GOMES
SECRETÁRIO GERAL

4



SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
99723/98-0



JUCESP

15 04 98

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

RÁDIO PIONEIRA LTDA.

CGC/MF Nº. 48.843.270/0001-90

NIRE Nº. 35206491815

CONVÊNIO ITU

Por este instrumento particular de alteração contratual, LUIZ ANTONIO MAZZUCCO, brasileiro, casado, publicitário, portador da Cédula de Identidade-RG. nº. 5.886.108-SSP/SP e do CPF nº. 467.755.448-04, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Alberto Simonsen, nº. 28, no Loteamento Mangueiras de Itu, Estrada Velha Itu-Salto, JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA, brasileiro, casado, jornalista profissional, portador da Cédula de Identidade-RG. nº. 5.294.080-SSP/SP e do CPF nº. 284.706.488-53, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau-Brasil, nº. 135, Portal de Itu e VALDIR DIONISIO, brasileiro, solteiro, maior, militar da reserva, portador da Cédula de Identidade-RG. nº. 023565510-7-ME e do CPF nº. 107.865.628-20, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Rua Monsenhor Luiz Otávio B. de Almeida, nº. 74, Jardim Padre Bento, únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada que gira na praça de Salto, Estado de São Paulo, sob a denominação social de "RÁDIO PIONEIRA LTDA.", com sua sede à Rodovia Convenção, km 02, s/nº, tudo de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Penção (0119450)

SEI 53113.020035/2020-20 / pg. 60

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP

15 04 93

conformidade com seu competente contrato social e posteriores alterações contratuais devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente sob números: 915.264/77 em sessão de 10.05.77; 931.762/77 em sessão de 14.07.77; 1.190.796/81 em sessão de 21.09.81; 524.725 em sessão de 28.02.88; 820.379 em sessão de 21.09.89; 7.186/93-9 em sessão de 13.01.93 e 155.616/93-6 em sessão de 04.10.93, entre si, livres e de comum acordo, resolvem:

I Face a mudança havida na nomenclatura da moeda corrente nacional, conforme Lei nº. 8.880 de 27.05.94 e MP nº. 785 de 23.11.94, passa o capital social a ser distribuído em R\$ (REAIS), na seguinte forma entre os atuais sócios:

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	R\$ 144,66
JOSE CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA	R\$ 72,33
VALDIR DIONISIO	R\$ 24,10
<hr/>	
TOTALIZANDO	R\$ 241,09

II Também neste ato, os atuais sócios resolvem elevar o capital social de R\$ 241,09 (duzentos e quarenta e um reais e nove centavos) para R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), utilizando-se dos seguintes valores existentes no Balanço Patrimonial levantado em 31.12.97:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Penção (0115450)

SEI 53113.020035/2020-20 / pg. 61

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP
15 04 98

- R\$ 74.617,00 (setenta e quatro mil, seiscentos e dezessete reais), importância essa constante da conta " Correção Monetária do Capital Realizado"

- R\$ 205.141,91 (duzentos e cinco mil, cento e quarenta e um reais e noventa e um centavos), importância essa constante da conta " Lucros Acumulados "

III Face a elevação mencionada no item II deste presente instrumento, fica o atual capital social assim distribuído entre os sócios.

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	168.000 cotas	R\$ 168.000,00
JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA	84.000 cotas	R\$ 84.000,00
VALDIR DIONISIO	28.000 cotas	R\$ 28.000,00
<hr/>		
TOTALIZANDO	280.000 cotas	R\$ 280.000,00

IV. Em razão das mudanças havidas conforme itens anteriores deste instrumento particular, alteram-se os dizeres da cláusula terceira do contrato social vigente, que passa a ter a seguinte e nova redação:


CLÁUSULA TERCEIRA - O capital social é de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), dividido em 280.000 (duzentas e oitenta mil)



JUCESP
15 04 98


cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas e assim distribuídas entre os atuais sócios:

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	168.000 cotas	R\$ 168.000,00
JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA	84.000 cotas	R\$ 84.000,00
VALDIR DIONISIO	28.000 cotas	R\$ 28.000,00
<hr/>		
TOTALIZANDO	280.000 cotas	R\$ 280.000,00

 PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos termos dos artigos 2º e 9º do Decreto 3.708 de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios, limita-se ao capital social em sua totalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A cada cota, corresponde um voto nas deliberações dos cotistas.

V Ratificam-se na plenitude de seus termos, todas as demais cláusulas do contrato social vigente, que não foram direta ou indiretamente modificadas pelo presente instrumento particular de alteração contratual.

 E por estarem, assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Penção (01/15/20)

SEI 53113.020039/2020-20 / pg. 63

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP
15 04 98

com 02 (duas) testemunhas que a todo o convencionado assistiram, destinando-se a primeira via ao competente arquivamento e registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo.



LUIZ ANTONIO MAZZUCO

CPF 467.755.448-04

RG. 5.886.108-SSP/SP

ITU/SP, 26 DE MARÇO DE 1998

JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA

CPF 284.706.488-53

RG. 5.294.080-SSP/SP

VALDIR DIONÍSIO

CPF 107.865.628-10

RG. 023565510-7-ME

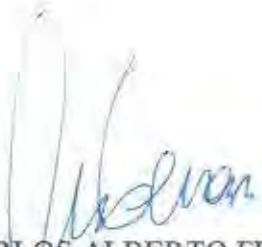
TESTEMUNHAS -



ADILSON GROBLACKNER

CPF 555.546.108-97

RG. 5.295.304-SSP/SP



CARLOS ALBERTO FERRARI

CPF 467.751.968-49

RG. 5.246.858-SSP/SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

SINGULAR

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO
358438/98-6



02

101298

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

RADIO PIONEIRA LTDA

CNPJ Nº 48.843.270/0001-90

NIRE Nº 35206491815

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, LUIZ ANTÔNIO MAZZUCCO, brasileiro, casado, publicitário, portador da cédula de identidade RG. nº 5.886.108-SSP/SP e do CPF. nº 467.755.448-04, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Alberto Simonsen, nº 28, no Loteamento Mangueiras de Itu, Estrada Velha Itu-Salto, JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA, brasileiro, casado, jornalista profissional, portador da cédula de identidade RG. nº 5.294.080-SSP/SP e do CPF. nº 284.706.488-53, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau Brasil, nº 135, Portal de Itu e VALDIR DIONISIO, brasileiro, solteiro, maior, militar da reserva, portador da cédula de identidade RG. nº 023565510-7-ME e do CPF. nº 107.865.628-20, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Rua Monsenhor Luiz Otávio B. de Almeida, nº 74, Jardim Padre Bento, únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada que gira na praça de Salto, Estado de São Paulo, sob a denominação social de "RADIO PIONEIRA LTDA.", com sua sede à Rodovia Convenção, km 02, s/nº, tudo de acordo com seu contrato social e posteriores alterações contratuais arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente sob nºs. 915.264/77 em sessão de 10.05.77, 931.762/77 em sessão de 14.07.77, 1.190.796/81 em sessão de 21.09.81, 524.725



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Protocolo 0115452

SEI 53113.020035/2020-20 / pg. 65

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP
02
181298

em sessão de 28.02.88, 820.379 em sessão de 21.09.89, 7.186/93-9 em sessão de 13.01.93, 155.616/93-6 em sessão de 04.10.93 e 54.011/98-0 em sessão de 15.04.98, entre si, livres e de comum acordo, resolvem:

I. Neste ato, retira-se da sociedade o sócio JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA, já qualificado, que cede e transfere a totalidade de suas cotas de capital, no montante de 84.000⁰ (oitenta e quatro mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada, totalizando R\$ 84.000.00 (oitenta e quatro mil reais) à sócia ora admitida na sociedade MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA, brasileira, casada comerciante, residente e domiciliada na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau Brasil, nº 135, Portal de Itu, portadora da cédula de identidade RG. nº 16.359.734-SSP/SP e do CPF. nº 020.959.298-29, que as adquire **gratuitamente** por se tratar de transação de cotas entre **cônjuges**.

II. Também neste ato, retira-se da sociedade o sócio VALDIR DIONISIO, já qualificado, que cede e transfere parte de suas cotas de capital, no montante de 14.000 (quatorze mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada, totalizando R\$ 14.000.00 (quatorze mil reais) ao sócio remanescente na sociedade e já qualificado, LUIZ ANTÔNIO MAZZUCCO, que as adquire pelo valor justo e acertado de R\$ 14.000.000 (quatorze mil reais), importância essa que o cessionário pagará ao cedente em moeda corrente nacional, no prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do presente instrumento particular.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Penção (0113452) - SEL 53113.020035/2020-20 / pg. 66

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUL 27
02
10 12 30

III. Neste ato também, ao retirar-se da sociedade, o sócio VALDIR DIONISIO, já qualificado, cede e transfere suas restantes 14.000 (quatorze mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada, totalizando R\$ 14.000.00 (quatorze mil reais) á sócia ora admitida na sociedade MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA, já qualificada, que as adquire pelo valor justo e acertado de R\$ 14.000.00 (quatorze mil reais), importância essa que a cessionária pagará ao cedente em moeda corrente nacional, no prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do presente instrumento particular.

IV. A presente transação realiza-se livre e desembaraçada de quaisquer ônus, sendo que o cedente deixa nesta ato a sociedade, comprometendo-se a nada mais reclamar agora ou no futuro sobre a referida transação de cotas, dando aos cessionários plena quitação sobre os valores acima identificados, quando do efetivo recebimento dos mesmos, continuando porém co-responsável pelo ativo e passivo da sociedade até a presente data, quanto então a responsabilidade passará a ser do sócio remanescente e daquela que ora assume parcialmente as cotas de capital da empresa.

V. Em razão da transação de cotas, havidas conforme itens anteriores deste instrumento particular, fica o capital social assim distribuído entre os atuais sócios:

LUIZ ANTÔNIO MAZZUCCO	182.000 COTAS - R\$ 182.000.00
MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA	98.000 COTAS - R\$ 98.000.00
<hr/>	
TOTALIZANDO	280.000 COTAS - R\$280.000.00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Penção (0115452)

SEI 53113.020035/2020 - 20 / pg. 67

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP

02

10 12 99

VI. Em razão das mudanças havidas conforme itens anteriores do presente instrumento particular, os atuais sócios resolvem revogar todas as cláusulas do contrato social vigente que passam a ter a seguinte e nova redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade girará sob a denominação social de "RADIO PIONEIRA LTDA."

CLAUSULA SEGUNDA - A sociedade terá sua sede na cidade de Salto, Estado de São Paulo, à Rodovia Convenção, km 02, s/nº, podendo abrir agências, sucursais e escritórios em quaisquer parte do território nacional, obedecendo a legislação vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em suas transmissões radiofônicas, a sociedade usará em seu prefixo o nome fantasia de "RADIO PIONEIRA - FM 90 "

CLAUSULA TERCEIRA - O objeto social da empresa será a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades, em quaisquer localidade do país, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões e, ou concessões, podendo paralelamente explorar a propaganda comercial e a musica funcional, tendo como objetivo de fonte de receita, a prestação de serviços, através do comércio de publicidade comercial.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Penção (01/15/2020)

SEI 53113.020035/2020-20 / pg. 68

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP

02

10 12 98

CLAUSULA QUARTA - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado, observando quando da sua dissolução, os preceitos da Lei vigente para essa forma de constituição societária.

CLAUSULA QUINTA - A sociedade pelos seus sócios, se obriga a fazer cumprir rigorosamente, todas as leis, regulamentos e determinações vigentes, ou que vierem a vigir, concernentes a radiodifusão.

CLAUSULA SEXTA - A sociedade por seus sócios, se obriga a não efetuar qualquer alteração contratual, sem que tenha para isso, obtido prévia autorização do Poder Concedente.

CLAUSULA SÉTIMA - As cotas representativas do Capital Social, são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, não podendo qualquer transferência de cotas se efetivar sem a prévia autorização do poder concedente.

CLAUSULA OITAVA - As cotas são individuais em relação à sociedade, que para cada uma delas só reconhece um proprietário.

CLAUSULA NONA - O capital social é de R\$ 280.000.00 (duzentos e oitenta mil reais) dividido em 280.000 (duzentos e oitenta mil.) cotas, no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada, indivisíveis em relação à sociedade, totalmente subscrito e integralizado e assim distribuído entre os sócios:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Penção (0115452)

SEI 53113.020035/2020-20 / pg. 69

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP

02

10 12 98

LUIZ ANTÔNIO MAZZUCCO	182.000	COTAS - R\$ 182.000,00
MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA	98.000	COTAS - R\$ 98.000,00
<hr/>		
TOTALIZANDO	280.000	COTAS - R\$ 280.000,00
<hr/>		

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos termos dos artigos 2º e 9º do Decreto 3.708 de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios, limita-se ao capital social em sua totalidade.

CLAUSULA DECIMA - A gerência, a administração da sociedade serão exercidas pelo sócio LUIZ ANTÔNIO MAZZUCCO, acima qualificado, que se incumbirá de todas as operações inerentes aos seus referidos cargos e representará a sociedade ativa e passiva, judicial e extra-judicialmente:

PARÁGRAFO ÚNICO - O(s) administrador(es) da sociedade, deverá(ão) ser sempre brasileiro(s) nato(s) e sua investidura nos cargos, somente poderá(ão) ocorrer após haver(em) sido aprovado(s) pelo Ministério das Comunicações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O uso da denominação social, dar-se-á **obrigatoriamente** pela assinatura individual do sócio gerente, para todos os assuntos e negócios envolvendo à sociedade, exclusive para a compra e venda de bens móveis ou imóveis, contratos de financiamento ou empréstimos bancários, quando então serão necessárias as assinaturas em conjunto de ambos os sócios.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Penção (0115452)

SEI 55113.020035/2020-20 / pg. 70

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUN 27
02
18 12 38

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica expressamente vedado sob pena de nulidade, o uso da denominação social em objetos estranhos aos interesses da sociedade, tais como avais, endossos, fianças ou outra assemelhadas.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - Fica compactuado entre os sócios, que cada um deles, poderá nomear PROCURADOR, que os represente junto aos negócios gerenciais quer administrativos, financeiros, comerciais ou artísticos da sociedade.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - Neste ato também, os atuais sócios estabelecem que em caso de uma das partes desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar ao sócio remanescente por escrito e com antecedência de 30(trinta) dias e suas cotas serão colocadas em disponibilidade para venda com preferencia para o sócio remanescente, o qual deverá no mesmo prazo acima, manifestar seu interesse também por escrito sobre o interesse ou não na compra das referidas cotas colocadas em disponibilidade. Caso contrario, o sócio retirante da sociedade, nos mesmos preços e condições propostas ao sócio remanescente, poderá oferecer suas cotas a terceiros, os quais serão aceitos na sociedade nas mesmas condições do sócio que ora deixa as funções na empresa.

CLAUSULA DECIMA QUARTA - O sócio na função de gerência na sociedade, terá direito a uma retirada mensal a titulo de "pro-labore", em valor a ser fixado de comum acordo entre ambos os sócios.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Penção (0115452)

SEI 55113.020035/2020-20 / pg. 71

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUE 31
02
10 12 99

CLAUSULA DECIMA QUINTA - Todo dia 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-à o levantamento do balanço do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos apurados, serão distribuídos ou suportados entre os sócios, na proporção de suas cotas de capital na empresa.

CLAUSULA DECIMA SEXTA - Os lucros apurados no balanço final, poderão ser distribuídos entre os sócios na proporção de suas cotas de capital ou então permanecer na conta "Lucros Acumulados" para futura destinação.

CLAUSULA DECIMA SÉTIMA - No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida ou extinta, cabendo ao sócio remanescente, determinar levantamento de um balanço especial na data do falecimento ocorrido e os herdeiros do pré-morto, desde que qualificados profissionalmente, deverão em 30(trinta) dias, contados da data do falecimento, manifestar o seu interesse de serem ou não integrados à sociedade, ficando responsáveis pelos direitos e obrigações do pré-morto, caso contrario, receberão todos os seus haveres apurados até o balanço especial em 05 (cinco) parcelas iguais e com vencimentos mensais e consecutivos, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias da data da elaboração do balanço especial.

CLAUSULA DECIMA OITAVA - Fica eleito o Foro da Comarca de Salto, Estado de São Paulo, para qualquer ação fundada neste instrumento particular, renunciando-se a qualquer outro por exigência de quaisquer uma das partes interessadas.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Penção (0115452)

SEI 53113.020035/2020 - 20 / pg. 72

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP
02
18 12 98

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento particular em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que a todo o convencionado assistiram, destinando-se a primeira via ao arquivamento e registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e a sócia ora admitida na sociedade declara não estar incurso em crimes previstos em Lei que a impeça de exercer a atividade mercantil.

Itu, SP, 15 de dezembro de 1998


LUIZ ANTÔNIO MAZZUCCO

CPF. Nº 467.755.448/04

RG. Nº 5.886.108-SSP/SP


MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA

CPF. Nº 020.959.298/29

RG. Nº 16.359.734-SSP/SP


VALDIR DIONÍSIO

CPF. Nº 107.865.628/20

RG. Nº 023.565.510-7-ME


JOSÉ CARLOS RODRIGUES DE ARRUDA

CPF. Nº 284.706.488/53

RG. Nº 5.294.080-SSP/SP

TESTEMUNHAS:


ADILSON GROBLACKNER

CPF. Nº 555.546.108-97

RG. Nº 5.295.304-SSP/SP


ANTÔNIO HÉLIO PREVIDE

CPF. Nº 201.668.508/53

RG. Nº 5.693.899-SSP/SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Penção (0115452)

SEI 53113.020035/2020-20 / pg. 73

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO

0.328.185/07-3



02

SINGULAR

20 08 07

8ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL**E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL****RADIO PIONEIRA LTDA.****CNPJ N.º 48.843.270/0001-90****NIRE N.º 35 2 0649181 5**

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual,

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Itu, SP, aos 14/junho/1949, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Roberto Simonsen, n.º 28, Loteamento Mangueiras de Itu - Estrada Velha Itu/Salto, CEP. N.º 13.301-702, portador da cédula de identidade RG. n.º 5.886.108/SSP/SP e do CPF. n.º 467.755.448/04 e

MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida na cidade de Itu, SP, aos 08/abril/1959, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau Brasil, n.º 135, Condomínio Portal de Itu, CEP. n.º 13.306-632, portadora da cédula de identidade RG. N.º 16.359.734-SSP/SP e do CPF. N.º 020.959.298/29,

únicos sócios componentes da sociedade limitada que gira na praça de Salto, Estado de São Paulo sob o nome empresarial de "**RADIO PIONEIRA LTDA.**", com sua sede social, à Rodovia Convenção, km 02, s/n.º, CEP. N.º 13.324-240, tudo de acordo com seu contrato social e posteriores alterações contratuais arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente sob n.ºs 915.264/77 em sessão de 10.05.1977, 931.762/77 em sessão de 14.07.1977, 1.190.796/81 em sessão de 21.09.1981, 524.725 em sessão de 28.02.1988, 820.379 em sessão de 21.09.1989, 7.186/93-9 em sessão de 13.01.1993, 155.616/93-6 em sessão de 04.10.1993, 54.011/98-0 em sessão de 15/04/1998 e 198.717/98-2 em sessão de 18.02.1998, entre si, livres e de comum acordo, resolvem:

Shalom Assuntos Contábeis e Fiscais Ltda.

CRC-SP-2 SP/004082/0-8 CNPJ 40.860.350/0001-30

Rua dos Andradas, 170 - Centro - CEP. 13300-170 - ITU - SP
Fone: (11) 4023-0783 - Fax: (11) 4023-0708 - e-mail: shalomcontabil@uol.com.br



msm



Autenticado eletronicamente por conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Petição 01115433

SEI 53113-020039/2020-20 / pg. 74

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUL 27
02
20 08 07

I – Neste ato alterar a razão social da empresa de “**RADIO PIONEIRA LTDA.**”, para “**RADIO FM 90 LTDA.**”.

II – Também neste ato, alterar o endereço da sede social da empresa de Rodovia Convenção, km 02, s/n.º, CEP. N.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo, para Rodovia Convenção, n.º 1.650, km 02, Bairro Canjica, CEP. n.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

III – Face às mudanças havidas conforme itens anteriores do presente instrumento, alteram-se os dizeres das cláusulas primeira e segunda do contrato social vigente, que passam a ter a seguinte e nova redação:

CLAUSULA PRIMEIRA – A sociedade girará sob a denominação social de “**RADIO FM 90 LTDA.**”

PARAGRAFO ÚNICO – Em suas transmissões radiofônicas, a sociedade usará em seu prefixo o nome fantasia de “**RADIO FM 90**”.

CLÁUSULA SEGUNDA – A sociedade terá sua sede à Rodovia Convenção, n.º 1.650, km 02, Bairro Canjica, CEP. n.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

PARÁGRAFO ÚNICO Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá a qualquer tempo e a critério dos sócios, abrir ou encerrar filiais em quaisquer localidades do território nacional, mediante alteração contratual.

IV – Também em atendimento às normas estabelecidas pelo Novo Código Civil/ 2.002, (Lei n.º 10.406 de 10/janeiro/2.002), os atuais sócios resolvem consolidar o contrato social vigente, cujas cláusulas passam a ter os seguintes e novos dizeres:

CLAUSULA PRIMEIRA – A sociedade girará sob a denominação social de “**RADIO FM 90 LTDA.**”

PARAGRAFO ÚNICO – Em suas transmissões radiofônicas, a sociedade usará em seu prefixo o nome fantasia de “**RADIO FM 90**”.

Shalom Assuntos Contábeis e Fiscais Ltda.
CNPJ 46.860.353/0001-30

Rua dos Andradas, 170 - Centro - CEP 13300-170 - ITU - SP
Fone: (11) 4023-0783 - Fax: (11) 4023-0708 - e-mail: shalomcontabil@uol.com.br



m8m

ul



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Releção (01/15/20)

SEI 53113.020039/2020 / pg. 75

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUL 27
02
20 08 07

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade terá sua sede à Rodovia Convenção, n.º 1.650, km 02, Bairro Canjica, CEP. n.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá a qualquer tempo e a critério dos sócios, abrir ou encerrar filiais em quaisquer localidades do território nacional, mediante alteração contratual.

CLAUSULA TERCEIRA - O objeto social da empresa será a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades, em quaisquer localidade no país, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões e ou concessões, podendo paralelamente explorar a propaganda comercial e a música funcional, tendo como objetivo de fonte de receita a prestação de serviços, através do comércio de publicidade comercial.

PARÁGRAFO ÚNICO - Por consenso unânime dos sócios que constituem essa sociedade, fica a mesma obrigada a fazer cumprir rigorosamente toda a legislação, regulamentos e determinações vigentes, ou que vierem a vigor e que sejam concernentes à atividade de radiodifusão.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, observando porém em caso de dissolução, os preceitos da legislação vigente para essa forma de constituição societária.

CLÁUSULA QUINTA - As cotas de capital da empresa, são inalienáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas e indivisíveis a estrangeiros, sendo ainda indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o expresso consentimento dos sócios remanescentes, cabendo a estes em igualdade de preços e condições a preferência na compra das cotas colocadas em disponibilidade por escrito por quaisquer um dos sócios, respeitando-se sempre o prazo concedido, nunca inferior a 60 (sessenta) dias.

PARAGRAFO ÚNICO - Na eminência de haver participação de pessoa jurídica no capital social da empresa, essa se limitará ao máximo de 30% (trinta por cento), sem direito a voto conforme dispõe as normas da Constituição Federativa do Brasil.

Shalom Assuntos Contábeis e - Scas Ltda.

CNPJ 06.886.359/0001-30

Rua dos Andradas, 176 - Centro - CEP 13300-170 - ITU - SP
Fone: (11) 4023-0763 - Fax: (11) 4023-0708 - e-mail: shalomcontabil@uol.com.br



mdm

uf

uf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Penção (0119433)

SEI 53113-020039/2020-20 / pg. 76

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP
02
200807

CLAUSULA SEXTA - O capital social é de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) dividido em 280.000 (duzentas e oitenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado e assim distribuído entre os sócios:

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	182.000 - QUOTAS - R\$ 182.000,00 - 65%
MARILENE GALVÃO R. DE ARRUDA	98.000 - QUOTAS - R\$ 98.000,00 - 35%
TOTALIZANDO	280.000 - QUOTAS - R\$ 280.000,00 100,00%

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A cada cota, corresponde um voto nas deliberações dos quotistas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos termos do artigo n.º 1.052 do Código Civil - 2.002, a responsabilidade dos sócios, é restrita aos valores de suas quotas de capital e solidariamente pela integralização do capital social em sua totalidade.

CLAUSULA SETIMA - A administração da sociedade será exercida pelo sócio administrador **LUIZ ANTONIO MAZZUCCO**, já qualificado que se incumbirá de todas as operações inerentes ao seu referido cargo e representará a sociedade ativa e passiva, judicial e extra-judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - O(s) administrador(es) da sociedade deverá (ão) ser sempre brasileiro(s) nato(s) ou naturalizado(s) há mais de 10 (dez) anos e sua investidura nos cargos, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA OITAVA - O uso da denominação social da empresa, dar-se-á pela assinatura individual do sócio administrador, **LUIZ ANTONIO MAZZUCCO**, já qualificado, para todos os assuntos envolvendo à sociedade, exclusive para a compra e venda de bens móveis com valor individual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou bens imóveis, contratos de financiamento ou empréstimos bancários, quando então serão necessárias, as assinaturas em conjunto de ambos os sócios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica vedado, sob pena de nulidade, o uso da denominação social da empresa em objetos estranhos aos interesses da sociedade, tais como avais, endossos ou fianças ou outras assemelhadas.

Shalom Assuntos Contábeis e - seais Ltda.
CNPJ 06.029.820/00-4 CNPJ 06.029.820/00-4

Rua dos Andaraes, 170 - Centro - CEP 13200-170 - ITU - SP
Fone (11) 4023-0783 - Fax (11) 4023-0704 - e-mail: shalomcontabil@uol.com.br



adm

adm

adm



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a
Pelo(a) (0119433) SLP 53113.020035/2020-20 / pg. 77

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP
02
20 08 07

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica compactuado entre os sócios, **que os mesmos poderão nomear** procurador ou procuradores que os represente junto aos negócios, administrativos, artísticos e sociais da empresa, procuração essa que deverá conter tempo determinado e anuência do(a) outro(a) sócio(a), sendo ainda que o procurador deverá ter seu nome aprovado pelo poder concedente.

CLÁUSULA NONA - O(s) sócio(s) no exercício da administração da sociedade, terá (ao) direito a uma retirada mensal a título de "pro-labore", em valor a ser fixado de comum acordo entre ambos os sócios, sendo essas importâncias mutáveis, por consenso unanime de ambos os sócios.

CLAUSULA DECIMA - Fica compactuado entre os sócios, que em caso de quaisquer um deles desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar ao(a) sócio(a) remanescente por escrito e com antecedência de 30 (trinta) dias e suas quotas serão colocadas em disponibilidade para venda, com preferência para o(a) sócio(a) remanescente, o(a) qual deverá no mesmo prazo acima, manifestar seu interesse também por escrito, sobre o desejo ou não desejo de compra das referidas quotas colocadas em disponibilidade e caso a opção seja contrária à compra, o (a)sócio(a) retirante da sociedade poderá nas mesmas condições oferecidas ao(a) sócio(a) remanescente, oferecer suas quotas a terceiros, desde que sejam brasileiros natos, residentes no país e mediante previa autorização do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Todo dia 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico do exercício, sendo os lucros ou prejuízos apurados, distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas de capital.

PARAGRAFO PRIMEIRO A assembléia dos sócios deve se realizar pelo menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e do resultado econômico.

PARAGRAFO SEGUNDO - As deliberações sociais poderão ser tomadas em ata de reunião de quotistas, podendo ser convocadas por quaisquer um dos sócios, sendo porém necessário a maioria deles sócios, para a sua instalação.

Shalom Assuntos Contábeis e Fiscais Ltda.
CNPJ 06.908.828/0001-00
Rua dos Andradas, 176 - Centro - CEP: 13300-170 - ITU - SP
Fone: (11) 4023-0783 - Fax: (11) 4023-0708 - e-mail: shalomcontabil@iol.com.br



mbm

uf

2



JUEESP
02
20 06 07

PARAGRAFO TERCEIRO – Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a assembléia, os documentos comprobatórios da escrituração da empresa, devem ser postos por escrito e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que exerçam ou não a administração, para sua análise e aprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Os lucros apurados no balanço final, poderão ser distribuídos entre os sócios na proporção de suas cotas de capital ou então permanecer na conta “**Lucros Acumulados**” para futura destinação.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida ou extinta, cabendo ao(a) sócio(a) remanescente, determinar o levantamento de um balanço especial na data do falecimento ocorrido e os herdeiros do(a) pré-morto(a), deverão em 30 (trinta) dias, contados da data do falecimento ocorrido, manifestar seu interesse de serem ou não integrados á sociedade, desde que sejam brasileiros natos, residentes no país e mediante autorização prévia do Ministério das Comunicações e ainda qualificados profissionalmente para assumir as funções do(a) falecido(a), ficando responsáveis pelos direitos e obrigações do(a) pré-morto(a), caso contrário receberão todos os seus haveres apurados até o balanço especial em 05 (cinco) parcelas iguais e com vencimentos mensais e consecutivos, sem correção em seus valores, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias da data da elaboração do balanço especial.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – Fica eleito o Foro da Comarca de Salto, Estado de São Paulo, para qualquer ação fundada neste instrumento particular, renunciando-se a qualquer outro por exigência de quaisquer uma das partes interessadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – Segundo remissão ao artigo 997, determinada pelo artigo 1054, ambos da Lei 10.406/2002, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais (artº 997, VIII)

CLAUSULA DECIMA SEXTA – As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente instrumento particular, serão supridas ou resolvidas com a regência supletiva pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/76) e noutras disposições legais que lhes forem aplicáveis, sendo que a publicação do balanço geral é dispensada.

Shalom Assuntos Contábeis e Fiscais Ltda.

CNPJ nº 20.000.820/8 – CEP 13300-170 – ITU – SP

Rua dos Andradas, 170 – Centro – CEP 13300-170 – ITU – SP
Fone: (11) 4023-0783 – Fax: (11) 4023-0708 – e-mail: shalomcontabil@uol.com.br



mm

uf

Δ



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/ECD538912547647020039/2020-2019-79>


1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a


JUCESP
02
20 06 07

CLAUSULA DÉCIMA SETIMA - Os administradoras declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.


E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que a todo o convencionado assistiram, destinando-se a primeira via ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

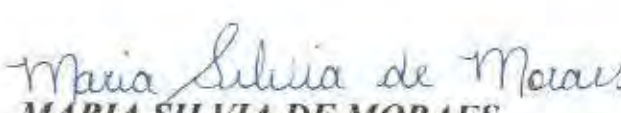
Itu, SP, 01 de junho de 2.007


LUIZ ANTONIO MAZZUCCO
RG. n.º 5.886.108/SSP/SP
CPF. n.º 467.755.448/04


MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA
RG. N.º 16.359.734-SSP/SP
CPF. N.º 020.959.298/29

TESTEMUNHAS


ADILSON GROBLACKNER
RG. n.º 5.295.304-SSP/SP
CPF n.º. 555.546.108-97


MARIA SILVIA DE MORAES
RG. n.º. 14.857.195-SSP/SP
CPF n.º. 027.101.168-80



Shalom Assuntos Contábeis e Fiscais Ltda.
CNPJ 06.860.359/0001-30
CIRC-SP 2 SP 0090820-8

Rua dos Andradas, 170 - Centro - CEP 13300-170 - ITU - SP
Fone: (11) 4023-0783 - Fax: (11) 4023-0708 - e-mail: shalomcontabil@uol.com.br





Estância Turística de Salto/SP, 19 de Dezembro de 2008.

Ao

Exmo. Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

Rádio FM 90 Ltda., pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda(C.N.P.J) sob o nº. 48.843.270/0001-90 , com endereço à Rodovia Convenção, nº.1650, Km 02, Canjica, CEP 13324-240, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora no Município de Salto, Estado de São Paulo, vem, em atenção a alínea "i", do artigo 38, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação dada pela Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, apresentar e declarar, para os devidos fins, a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, conforme abaixo discriminado:

Qualificação Societária	Valor Capital Social(R\$)	%
Luiz Antonio Mazzucco, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Itu/SP, aos 14 de Junho de 1949, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Roberto Simonsen, nº.28, Loteamento Mangueiras de Itu – Estrada Velha Itu/Salto, CEP 13301-702, portador da Cédula de Identidade RG nº.5.886.108/SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do	182.000,00	65%



CONVÊNIO ITU
SINGULAR

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
2.246.306/09-7



Estância Turística de Salto/SP, 21 de Dezembro de 2002

Ao
Exmo. Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

Rádio FM 90 Ltda., pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda(C.N.P.J) sob o nº. 48.843.270/0001-90 , com endereço à Rodovia Convenção, nº.1650, Km 02, Canjica, CEP 13324-240, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora no Município de Salto, Estado de São Paulo, vem, em atenção a alínea 'i', do artigo 38, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação dada pela Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, apresentar e declarar, para os devidos fins, a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, conforme abaixo discriminado:

Qualificação Societária	Valor Capital Social(R\$)	%
Luiz Antonio Mazzucco, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Itu/SP, aos 14 de Junho de 1949, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Roberto Simonsen, nº.28, Loteamento Mangueiras de Itu — Estrada Velha Itu/Salto, CEP 13301-702, portador da Cédula de Identidade RG nº.5.886.108/SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda(CPF) sob nº.467.755.448-04.	182.000,00	65%
Marilene Galvão Rodrigues de Arruda, brasileira,	98.000,00	35%



JUCESP

casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida na cidade de Itu/SP, aos 08 de Abril de 1959, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau Brasil, nº.135, Condomínio Portal de Itu, CEP 13306-632, portadora da Cédula de Identidade RG nº.16.359.734/SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda(CPF) nº.020.959.298-29.

02

12 09

Firma a presente para que surta os efeitos legais.


Luiz Antonio Mazzucco


Marilene Galvão Rodrigues Arruda



SINGULAR

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO
2.180.037/10-7



Estância Turística de Salto/SP, 20 de Dezembro de 2010.

Ao

Exmo. Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

CONVÊNIO ITU

Rádio FM 90 Ltda., pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda(C.N.P.J) sob o nº. 48.843.270/0001-90, com endereço à Rodovia Convenção, nº.1650, Km 02, Canjica, CEP 13324-240, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora no Município de Salto, Estado de São Paulo, vem, em atenção a alínea "i", do artigo 38, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação dada pela Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, apresentar e declarar, para os devidos fins, a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, conforme abaixo discriminado:

Qualificação Societária	Valor Capital Social(R\$)	%
Luiz Antonio Mazzucco, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Itu/SP, aos 14 de Junho de 1949, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Roberto Simonsen, nº.28, Loteamento Mangueiras de Itu – Estrada Velha Itu/Salto, CEP 13301-702, portador da Cédula de Identidade RG nº.5.886.108/SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda(CPF) sob nº.467.755.448-04.	182.000,00	65%



JUCESP

<p>Marilene Galvão Rodrigues de Arruda, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida na cidade de Itu/SP, aos 08 de Abril de 1959, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau Brasil, nº.135, Condomínio Portal de Itu, CEP 13306-632, portadora da Cédula de Identidade RG nº.16.359.734/SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda(CPF) nº.020.959.298-29.</p>	98.000,00	35%
---	-----------	-----

Firma a presente para que surta os efeitos legais.

Ar.

Luiz Antonio Mazzucco

Marilene Galvão Rodrigues Arruda



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

R:




SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO 510.961/11-3
KATIA REGINA BUENO DE ODDY
SECRETÁRIA GERAL



D
A
T
A
D
O
R

DADOS CADASTRAIS

SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR		NIRE DA SEDE 3520649181-5	CNPJ DA SEDE 48.843.270/0001-90
ATO(S) Arquivamento de Documentos de Interesse da Empresa/Empresário;			
NOME EMPRESARIAL RADIO FM 90 LTDA.			
LOGRADOURO RODOVIA CONVENÇÃO			NÚMERO 1650
COMPLEMENTO KM 02	BAIRRO/DISTRITO CANJICA	CEP 13324-240	CÓDIGO DO MUNICÍPIO 5376
MUNICÍPIO Salto			UF SP
CORREIO ELETRÔNICO			TELEFONE
NOME DO ADVOGADO		N. OAB	U.F.
VALORES RECOLHIDOS DARE/GARE 37,00 DARF ISENTO	IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA NOME: LUIZ ANTONIO MAZZUCCO (Sócio) ASSINATURA:  DATA 20/12/2011 ASSINATURA:		

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

Controle Internet

009193324-2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Peça 6 (611543)

SEI 33115.029699/2020-20 / pg. 87

SEQ. DOC.
1.
1



JUCESP PROTOCOLO
2.267.708/11-5



DEFERIDO

CADASTRADO
E.R. SOROCABA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
29 DEZ. 2011
Albino Marcos Rodrigues Assessor Técnico RG nº 16.879.947-9-SP

NTIA
21
PRO

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

JUCESP

Estância Turística de Salto/SP, 20 de Dezembro de 2011.

2011

2011

Exmo. Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica...

Rádio FM 90 Ltda., pessoa jurídica inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa

Jurídica do Ministério da Fazenda(C.N.P.J) sob o nº. 48.843.270/0001-90 , com endereço à

Rodovia Convenção, nº.1650, Km 02, Canjica, CEP 13324-240, permissionária do Serviço de

Rádiodifusão Sonora no Município de Salto, Estado de São Paulo, vem, em atenção a alínea

II, do artigo 38, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação dada pela Lei nº

10.610, de 20 de dezembro de 2002, apresentar e declarar, para os devidos fins, a

composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou

naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta

por cento do capital total e do capital votante, conforme abaixo discriminado:

Qualificação Societária	Valor Capital Social(R\$)	%
Luiz Antonio Mazzucco, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Itu/SP, aos 14 de Junho de 1949, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Roberto Simonsen, nº.28, Loteamento Mangueiras de Itu – Estrada Velha Itu/Salto, CEP 13301-702, portador da Cédula de Identidade RG nº.5.886.108/SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda(CPF) sob nº.467.755.448-04.	182.000,00	65%

1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.cam.ac.gov.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a> / pg. 88

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

0000


Marilene Galvão Rodrigues de Arruda, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida na cidade de Itu/SP, aos 08 de Abril de 1959, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau Brasil, nº.135, Condomínio Portal de Itu, CEP 13306-632, portadora da Cédula de Identidade RG nº.16.359.734/SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda(CPF) nº.020.959.298-29.	0000 1211	98.000,00	35%
---	--------------	-----------	-----

Firma a presente para que surta os efeitos legais.


Luiz Antonio Mazzucco



Marilene Galvão Rodrigues Arruda


SEM VALOR DE CERTIDÃO



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO KATIA REGINA BUENO DE GODOY
510.961/11-3 SECRETARIA GERAL
RECEBIMENTO REGISTRO





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
107 730 82



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

Monique Cabral da Silva

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		48.843.270/0001-90									
RADIO FM 90 LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	467.755.448-04	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Salto
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	182000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto
MARILENE GALVAO	020.959.298-29	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: monique.mc - Monique Cabral da Silva Data: 06/06/2023 Hora: 15:12:47



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

Monique Cabral da Silva

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consultaResultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 467.755.448-04											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	467.755.448-04	RADIO CIDADE DE ITU LTDA	49.055.668/0001-25	Diretor (GERENTE COMERCIAL)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Salto
		RADIO CIDADE DE ITU LTDA	49.055.668/0001-25	Sócio	57000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	182000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: monique.mc - Monique Cabral da Silva Data: 06/06/2023 Hora: 15:13:10



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Monique Cabral da Silva

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		020.959.298-29									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARILENE GALVAO	020.959.298-29	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: monique.mc - Monique Cabral da Silva

Data: 06/06/2023

Hora: 15:13:31

Id solicitação: 57dbac4c24eb7

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO PIONEIRA LTDA	
Nome Fantasia: RADIO FM 90	
Telefone: (11) 40280009	E-mail: marketing@fm90.com.br
CNPJ: 48.843.270/0001-90	Número do Fistel: 02008030008
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/10/2007	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: -	
Observações: SNC46/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RODOVIA DA CONVENCAO	Complemento: - KM 02	
Bairro: CANJICA	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço Correspondência		
Logradouro: RODOVIA DA CONVENCAO	Complemento: CANJICA	
Bairro: SALTO DE SAO JOSE	Numero: 1650,	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RODOVIA SANTOS DUMONT, KM 2	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13320000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RODOVIA SANTOS DUMONT, KM 2,0	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13320000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro: RUA DOS ANDRADAS , 122	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: Itu	UF: SP	CEP: 13300000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Salto	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 215	Frequência: 90.9 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: -kW
HCI: 25 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



23/14/06/39

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

ANEXO ANATEL (10944022)

SEI 93173-020059/2020-20 / pg. 93

Informações Gerais	
Número da Estação: 7805918	Número Indicativo: ZYD875
Data Último Licenciamento: 01/01/1998	Número da Licença:

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 13' 21.00" S	Longitude: 47° 18' 8.00" W	Cota da base: 570.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 036779XXX0014	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo:	Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Principal					
Modelo:	Fabricante: FABRICANTE INDEFINIDO				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 261 °	Polarização:	HCI: 25 m	ERP Máxima: 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.07	5°: 0	10°: 1.14	15°: 0	20°: 1.18	25°: 0	30°: 1.2	35°: 0	40°: 1.21	45°: 0	50°: 1.22	55°: 0
60°: 1.2	65°: 0	70°: 1.16	75°: 0	80°: 1.13	85°: 0	90°: 1.12	95°: 0	100°: 1.13	105°: 0	110°: 1.16	115°: 0
120°: 1.19	125°: 0	130°: 1.21	135°: 0	140°: 1.22	145°: 0	150°: 1.22	155°: 0	160°: 1.21	165°: 0	170°: 1.18	175°: 0
180°: 1.12	185°: 0	190°: 1.02	195°: 0	200°: 0.9	205°: 0	210°: 0.75	215°: 0	220°: 0.61	225°: 0	230°: 0.48	235°: 0
240°: 0.32	245°: 0	250°: 0.17	255°: 0	260°: 0.05	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0.03	285°: 0	290°: 0.12	295°: 0
300°: 0.25	305°: 0	310°: 0.39	315°: 0	320°: 0.51	325°: 0	330°: 0.66	335°: 0	340°: 0.82	345°: 0	350°: 0.96	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1069	Portaria	MC	05/10/1977	10/10/1977	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	46	Portaria	DMC	09/01/1979	12/01/1979	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1808	Portaria	DMC	17/12/1980		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	135	Portaria	MC	13/03/1990	16/05/1990	Renovação	Jurídico
9999	245	Portaria	DMC	16/10/1991		Mudança de Local	Técnico
9999	171196	Despacho	MC	17/11/1996	02/12/1996	Advertência	Jurídico
9999	441	Portaria	DMC	15/08/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	41	Decreto Legislativo	CN	30/09/1997	01/10/1997	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	503	Portaria	MC	30/11/2000	11/12/2000	Multa	Jurídico
9999	431	Portaria	MC	30/05/2001	07/05/2001	Multa	Jurídico
9999	489	Portaria	MC	27/09/2001	02/10/2001	Multa	Jurídico
9999	366	Portaria	MC	28/06/2007	10/07/2007	Renovação	Jurídico
9999	482	Portaria	MC	28/10/2011	11/11/2011	Renovação	Jurídico
9999	155	Decreto Legislativo	CN	10/05/2012	11/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	216	Decreto Legislativo	CN	09/06/2014	10/06/2014	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Horário de funcionamento	





Todos ▾

Download Canais

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status ▾	CNPJ ▾	Entidade ▾	NumFistel ▾	Carater ▾	Finalidade ▾	Serviço ▾	Num Serviço ▾	UF ▾	Município ▾	Lo
		488432700001				(Todos) ▾					
Ver Estações ▾ ▶	FM-C7 (Aguardando Ato de RF)	48843270000190	RADIO PIONEIRA LTDA	02008030008	P	Comercial	FM	230	SP	Salto	





Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Monique Cabral da Silva**Data/Hora: **06/06/2023 15:15:30****Extrato de Lançamentos****Nome da Entidade:** RADIO PIONEIRA LTDA**Nº FISTEL:** 02008030008**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada**CNPJ/CPF:** 48843270000190**Situação:** Ativa**Data Validade:** 10/10/2017**+ CADIN:** Não**Incide FUST:****Data Início Operação Comercial:****Div. Ativa:** Não**Tipo Usuário:**

Integral

+ UF: SP**Proc. Caducidade:** Não**End. Sede:** RODOVIA DA CONVENCAO 1650 - - KM 02**Bairro:** CANJICA**Município:** Salto**CEP:** 13324-240**UF:** SP**End. Corresp.:** RODOVIA DA CONVENCAO 1650, CANJICA**Bairro:** SALTO DE SAO JOSE**Município:** Salto**CEP:** 13324-240**UF:** SP**Créditos Inscritos no CADIN**

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Não consta crédito lançado para este Nº de FISTEL com os parâmetros informados!**Legenda do Campo Situação**

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://sistemasnet/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

ANEXO ANATEL (10544022)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 97



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO PIONEIRA LTDA

CNPJ: 48.843.270/0001-90

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:16:21 do dia 06/06/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/07/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
[asnet/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)
<https://p10leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

ANEXO ANATEL (10944022)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 98



Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[asnet/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)
<https://proleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

ANEXO ANATEL (10944022)

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 8341/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.020895/2020-20

INTERESSADO: RÁDIO FM 90 LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. EDIÇÃO DA LEI Nº 14.351/2022. POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO PEDIDO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO FM 90 LTDA., no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Salto/SP, referente ao seguinte período: 10/10/2017 a 10/10/2027.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que, de acordo com o art. 4º da Lei nº 5.785/1972 e art. 112 do Decreto nº 52.795/1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos. Vejam-se:

~~Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do respectivo prazo.~~

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. [\(Redação dada pela lei nº 13.424, de 2017\)](#)

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

3. No caso em tela, o requerimento administrativo deveria ter sido protocolado entre o período de 10 de outubro de 2016 a 10 de outubro de 2017. No entanto, a manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço de radiodifusão foi apresentada perante o Ministério das Comunicação na data de 27 de novembro de 2020, ou seja, fora do prazo legal.

4. Antes que fosse realizada a análise dos autos, foi publicada a Lei nº 14.351/2022 no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, alterando a Lei nº 13.424/2017, no sentido de permitir ao Poder Público o conhecimento dos pedidos de renovação intempestivos protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da citada Lei nº 14.351/2022, senão vejamos:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifamos)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Nota Técnica 8341 (10944027)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 100

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

5. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

6. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar o seguinte documento:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

- certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade.

JUSTIFICATIVA: necessita de atualização.

7. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

8. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Salto/SP, encontra-se com o status "FM-C7 (Aguardando Ato de RF)", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 6º**, na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Nota Técnica 0341 (10944027)

SEI 53715-020899/2020-20 / pg. 101

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva**, Assistente Técnico, em 06/06/2023, às 15:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10944027** e o código CRC **84BBDFB7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 10944027



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Nota Técnica 0341 (10944027)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 102

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 15520/2023/MCOM

Brasília, 06 de junho de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RADIO FM 90 LTDA. (CNPJ Nº 48.843.270/0001-90)
Rodovia Convenção nº 1650, km 2, bairro Canjica
13324 240 Salto/SP

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.020895/2020-20.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 8341/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Ofício 15520 (10944026)

SEI 33115.020895/2020-20 / pg. 103

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva**, Assistente Técnico, em 06/06/2023, às 15:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10944028** e o código CRC **3B0870B2**.

Anexos:

- Nota Técnica nº 8341 (10944027).

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 10944028



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Ofício 15526 (10944028)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 104

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Data de Envio:

06/06/2023 15:29:05

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53115.020895/2020-20

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM 90 LTDA. CNPJ nº: 48.843.270/0001-90, executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Salto/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Data de Envio:

06/06/2023 16:30:06

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

COMERCIAL@FM90.COM.BR
edu@fm90.com.br
comercial@fm90.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

PROCESSO Nº: 53115.020895/2020-20

INTERESSADA: RADIO FM 90 LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10944028.html
Nota_Tecnica_10944027.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Maxwell Garcia da Silva

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF☒ CNPJ

CNPJ:

48.843.270/0001-90

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO FM 90 LTDA.	48.843.270/0001-90	COMERCIAL@FM90.COM.BR, edu@fm90.com.br, comercial@fm90.com.br
10 ▾ 1 / 1		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf

Anexo CADSEI (10544343)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 107

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Inez Joffily França

Ter, 06/06/2023 16:43

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO FM 90 LTDA.

CNPJ nº: 48.843.270/0001-90, executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Salto/SP, responder ao processo nº 53900.070206/2015-12, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 6 de junho de 2023 15:29

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.020895/2020-20

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM 90 LTDA.

CNPJ nº: 48.843.270/0001-90, executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Salto/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office365.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIiNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCR...

E-mail Resposta CGFM (10945898) - 53115.020895/2020-20 / pg. 108

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Mosaico

Estações

Estações

✓

Voltar

1 total de registros

1 - 50

50

Atualizar

Filtrar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
<div>Visualizar em PDF</div>	FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	48643270000190	RADIO PIONEIRA LTDA	02008030008	P	Comercial	FM	230	SP	Salto		215		90.9	A4		23° 13' 21.00" S	47° 18' 8.00" W	5	25		2	2023-10-18 21:55:49		57dbac4c24eb7	Coordenada pré-finalizada 2351321;4701808.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
as.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php?wfid=estacoes&id=57dbac4c24eb7

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO PIONEIRA LTDA				CNPJ 48843270000190	
Nº DA ESTAÇÃO 7805918	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 23° 13' 21.00" S	LONGITUDE 47° 18' 8.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RODOVIA SANTOS DUMONT, KM 2, nº ..				DISTRITO	
BAIRRO				MUNICÍPIO Salto	UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Salto

UF: SP

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 90.9 MHz

CANAL: 215

CLASSE: A4

COTA BASE DA TORRE: 570,00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYD875

NUMPROCESSO:

NOME FANTASIA:

CIDADE DA OUTORGA: Salto

ESTUDIO PRINCIPAL

BAIRRO:

ENDEREÇO:

RODOVIA SANTOS DUMONT, KM 2,0

UF: SP

MUNICÍPIO: Salto

COMPLEMENTO:

NUMERO:

ESTUDIO AUXILIAR

BAIRRO:

ENDEREÇO:

RUA DOS ANDRADAS, 122

UF: SP

MUNICÍPIO: Itu

COMPLEMENTO:

NUMERO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

MODELO:

FABRICANTE:

POTÊNCIA: 3,000 kW

CÓDIGO: 036779XXX0014

MODELO:

TRANSMISSOR AUXILIAR

POTÊNCIA: kW

FABRICANTE:

MODELO:

CÓDIGO:

POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE:

CÓDIGO:

ANTENA PRINCIPAL

MODELO:

FABRICANTE:

FABRICANTE INDEFINIDO

GANHO: dBd

POLARIZAÇÃO:

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 261 graus

DESCRIÇÃO:

BEAM TILT: .00 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 25 m

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

MODELO:

FABRICANTE:

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

MODELO:

FABRICANTE:

FABRICANTE INDEFINIDO

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 31/10/2023 16:31:23



Emitido Em
01/01/1998

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCYixTQ1JcQ2xhc3NMaWNlbmNhOjo1N2RiYjMzNTc1Njc1>



Id solicitação: 57dbac4c24eb7

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO PIONEIRA LTDA	
Nome Fantasia: RADIO FM 90	
Telefone: (11) 40280009	E-mail: marketing@fm90.com.br
CNPJ: 48.843.270/0001-90	Número do Fistel: 02008030008
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/10/2007	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 10/10/2027	
Observações: SNC46/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RODOVIA DA CONVENCAO	Complemento: - KM 02	
Bairro: CANJICA	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Salto	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 215	Frequência: 90.9 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: -kW
HCI: 25 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 7805918	Número Indicativo: ZYD875
Data Último Licenciamento: 01/01/1998	Número da Licença:
Estação Principal	



23/16:10:45 eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camfleg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Anexo Consultas ANATEL (11/19/2022)

SEI 35119-020095/2020-20 / pg. 111

Localização		
Latitude: 23° 13' 21.00" S	Longitude: 47° 18' 8.00" W	Cota da base: 570.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005730500518	Modelo: FM10000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: CF 1 5/8"	Fabricante: KMP Cabos Especiais		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Principal					
Modelo: BECP-6H	Fabricante: TEEL Tele Eletrônica				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 261 °	Polarização:	HCI: 25 m	ERP Máxima: 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.07	5°: 0	10°: 1.14	15°: 0	20°: 1.18	25°: 0	30°: 1.2	35°: 0	40°: 1.21	45°: 0	50°: 1.22	55°: 0
60°: 1.2	65°: 0	70°: 1.16	75°: 0	80°: 1.13	85°: 0	90°: 1.12	95°: 0	100°: 1.13	105°: 0	110°: 1.16	115°: 0
120°: 1.19	125°: 0	130°: 1.21	135°: 0	140°: 1.22	145°: 0	150°: 1.22	155°: 0	160°: 1.21	165°: 0	170°: 1.18	175°: 0
180°: 1.12	185°: 0	190°: 1.02	195°: 0	200°: 0.9	205°: 0	210°: 0.75	215°: 0	220°: 0.61	225°: 0	230°: 0.48	235°: 0
240°: 0.32	245°: 0	250°: 0.17	255°: 0	260°: 0.05	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0.03	285°: 0	290°: 0.12	295°: 0
300°: 0.25	305°: 0	310°: 0.39	315°: 0	320°: 0.51	325°: 0	330°: 0.66	335°: 0	340°: 0.82	345°: 0	350°: 0.96	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 002850402252	Modelo: FM1000
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 1.00 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar	



Modelo: LCF78-50JA		Fabricante: RFS Radio Frequency Systems	
Comprimento da Linha: 50,0 m	Atenuação: 1,1645 dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1069	Portaria	MC	05/10/1977	10/10/1977	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	46	Portaria	DMC	09/01/1979	12/01/1979	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		31/07/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	135	Portaria	MC	13/03/1990	16/05/1990	Renovação	Jurídico
9999	245	Portaria	DMC	16/10/1991		Mudança de Local	Técnico
9999	171196	Despacho	MC	17/11/1996	02/12/1996	Advertência	Jurídico
9999	441	Portaria	DMC	15/08/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	41	Decreto Legislativo	CN	30/09/1997	01/10/1997	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	503	Portaria	MC	30/11/2000	11/12/2000	Multa	Jurídico
9999	431	Portaria	MC	30/05/2001	07/05/2001	Multa	Jurídico
9999	489	Portaria	MC	27/09/2001	02/10/2001	Multa	Jurídico
9999	366	Portaria	MC	28/06/2007	10/07/2007	Renovação	Jurídico
9999	482	Portaria	MC	28/10/2011	11/11/2011	Renovação	Jurídico
9999	155	Decreto Legislativo	CN	10/05/2012	11/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	216	Decreto Legislativo	CN	09/06/2014	10/06/2014	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Horário de funcionamento							





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO PIONEIRA LTDA

CNPJ: 48.843.270/0001-90

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:32:42 do dia 31/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

https://infocleg.br/autenticidade-assinatura/anatel/leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a
Anexo Consultas ANATEL (11/10/2023) - SGT/33119:020095/2020-20 / pg. 114



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **RAFAELA MARTINS CARVALHO**

Data/Hora: **31/10/2023 15:33:20**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO PIONEIRA LTDA

Nº FISTEL: 02008030008

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 48843270000190

Situação: Ativa

Data Validade: 10/10/1997

☒ **CADIN:** Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

☒ **UF:** SP

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RODOVIA DA CONVENCAO 1650 - - KM 02

Bairro: CANJICA

Município: Salto

CEP: 13324-240

UF: SP

End. Corresp.: Rodovia da Convenção 1650 Canjica

Bairro: Salto de São José

Município: Salto

CEP: 13324-240

UF: SP

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1329 - TFF	1	1989	31/03/1989	13.122,61	11/11/1991	27.194,04	27.194,04	0001		
					31/03/1992	101.344,24			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1990	31/03/1990	9.659,28	06/04/1990	9.659,28	9.659,28	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1991	31/03/1991	13.597,02	20/02/1991	11.311,08	11.311,08	0003	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1992	31/03/1992	64.016,82	31/03/1992	58.179,67	58.179,67	0004		
					14/01/1993	869.322,60			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	794.773,61	14/01/1993	387.716,91	387.716,91	0005		
					28/01/1994	27.109,50			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	20.132,69	28/01/1994	9.054,20	9.054,20	0006		
					21/12/1994	60,96			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	107,22	29/03/1995	72,56	72,56	0007	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	53,61	19/08/1997	197,59	73,15	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	107,22	19/08/1997	124,44	124,44	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 1.000,00	20/08/1998	1.300,00	1.000,00	0010	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	1998	16/12/1998	R\$ 2.600,00	09/12/1998	2.600,00	2.600,00	0011	Quitado	0,00
9999	0	1998	20/08/1998	R\$ 0,00	20/08/1998	300,00	0,00	0012	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 1.000,00	31/03/1999	1.000,00	1.000,00	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 1.000,00	31/03/2000	1.000,00	1.000,00	0014	Quitado	0,00
1660	0	2000	23/01/2001	R\$ 613,52	15/01/2001	613,52	613,52	0015	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 1.300,00	30/03/2001	1.300,00	1.300,00	0016	Quitado	0,00
1660	0	2001	23/07/2001	R\$ 674,87	01/08/2001	674,87	674,87	0017	Quitado - DOU	0,00
1660	0	2001	12/11/2001	R\$ 472,41	12/11/2001	472,41	472,41	0018	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 1.300,00	01/04/2002	1.300,00	1.300,00	0019	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 1.300,00	28/03/2003	1.300,00	1.300,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 1.300,00	31/03/2004	1.300,00	1.300,00	0021	Quitado	0,00
1550	0	2003	29/08/2004	R\$ 1.230,54		0,00	0,00	0022	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 1.300,00	31/03/2005	1.300,00	1.300,00	0023	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 1.300,00	31/03/2006	1.300,00	1.300,00	0024	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdmImprimir=true

https://mfrleg-autenticacao-assinatura.anatel.gov.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Anexo Consultas ANATEL (11/19/2022)

SEI 53149-020095/2020-20 / pg. 115

1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 1.300,00	02/03/2007	1.300,00	1.300,00	0025	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 1.300,00	31/03/2008	1.300,00	1.300,00	0027	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 1.170,00	31/03/2009	1.170,00	1.170,00	0028	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 130,00	01/06/2009	130,00	130,00	0030	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 1.170,00	29/09/2010	1.461,79	1.461,79	0031	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2010	31/03/2010	R\$ 130,00	31/03/2010	130,00	130,00	0032	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 1.170,00	31/03/2011	1.170,00	1.170,00	0033	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 130,00	31/03/2011	130,00	130,00	0034	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 858,00	02/04/2012	858,00	858,00	0035	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 130,00	02/04/2012	130,00	130,00	0036	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 858,00	01/04/2013	858,00	858,00	0037	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 130,00	01/04/2013	130,00	130,00	0038	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 858,00	31/03/2014	858,00	858,00	0039	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 130,00	31/03/2014	130,00	130,00	0040	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 858,00	31/03/2015	858,00	858,00	0041	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 130,00	31/03/2015	130,00	130,00	0042	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 858,00	31/03/2016	858,00	858,00	0043	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 130,00	31/03/2016	130,00	130,00	0044	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 858,00	30/03/2017	858,00	858,00	0045	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 130,00	30/03/2017	130,00	130,00	0046	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 858,00	26/06/2018	1.047,07	1.047,07	0047	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 130,00	26/06/2018	158,65	158,65	0048	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 858,00	25/03/2019	858,00	858,00	0049	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 130,00	25/03/2019	130,00	130,00	0050	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 858,00	30/03/2020	858,00	858,00	0053	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 130,00	30/03/2020	130,00	130,00	0054	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 858,00	31/03/2021	858,00	858,00	0055	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 130,00	15/03/2021	130,00	130,00	0056	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 858,00	21/03/2022	858,00	858,00	0057	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 130,00	21/03/2022	130,00	130,00	0058	Quitado	0,00
1660	0	2021	26/04/2022	R\$ 5.984,41	21/03/2022	5.984,41	5.984,41	0059	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 858,00	13/03/2023	858,00	858,00	0060	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 130,00	13/03/2023	130,00	130,00	0061	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	27/07/2023	R\$ 280,70	04/07/2023	280,70	280,70	0062	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	17/11/2023	R\$ 140,35	19/10/2023	140,35	140,35	0063	Quitado	0,00
Total devido em 31/10/2023 (em reais):										0,00
Total de créditos em 31/10/2023 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
io Fiscal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

https://mrllegautenticadocadefiscal.anatelleg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/anatel/Receita/Consulta.asp?SISQSMódulo=3761>
<https://infoleg.br/legis/assinatura-digital/leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo Consultas ANATEL (17194322)

SE735119.020095/2020-20 / pg. 117

Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel
--------------	----------	----------------





BOA TARDE

RAFAELA MARTINS CARVALHO

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	48.843.270/0001-90

.

Não foi encontrado dados com essa informação


Usuário: 07636242176 - RAFAELA MARTINS CARVALHO

Data: 31/10/2023

Hora: 15:36:16

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a


1/1



BOA TARDE

RAFAELA MARTINS CARVALHO

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		48.843.270/0001-90									
RADIO FM 90 LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	467.755.448-	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Salto
	04	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	182000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto
MARILENE GALVAO	020.959.298-29	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: 07636242176 - RAFAELA MARTINS CARVALHO

Data: 31/10/2023

Hora: 15:36:27

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



BOA TARDE

RAFAELA MARTINS CARVALHO

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 467.755.448-04											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	467.755.448-04	RADIO CIDADE DE ITU LTDA	49.055.668/0001-25	Diretor (GERENTE COMERCIAL)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Salto
		RADIO CIDADE DE ITU LTDA	49.055.668/0001-25	Sócio	57000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	182000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: 07636242176 - RAFAELA MARTINS CARVALHO

Data: 31/10/2023

Hora: 15:36:43



BOA TARDE

RAFAELA MARTINS CARVALHO

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		020.959.298-29									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARILENE GALVAO	020.959.298-29	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: 07636242176 - RAFAELA MARTINS CARVALHO

Data: 31/10/2023

Hora: 15:36:49



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 48.843.270/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/05/1977
NOME EMPRESARIAL RADIO FM 90 LTDA.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO ROD CONVENCAO	NÚMERO 1650	COMPLEMENTO KM 02
CEP 13.324-240	BAIRRO/DISTRITO CANJICA	MUNICÍPIO SALTO
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@FM90.COM.BR	TELEFONE (11) 4028-0009	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **31/10/2023** às **15:37:49** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo Certificados (11194623)

SEI 35175.020059/2020-20 / pg. 123

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	48.843.270/0001-90
NOME EMPRESARIAL:	RADIO FM 90 LTDA.
CAPITAL SOCIAL:	R\$280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MARILENE GALVAO
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	LUIZ ANTONIO MAZZUCCO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 31/10/2023 às 15:37 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.843.270/0001-90
Razão Social: RADIO FM 90 LTDA
Endereço: ROD DA CONVENCAO 1650 KM 02 / SALTO DE SAO JOSE / SALTO / SP / 13324-240

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/10/2023 a 25/11/2023

Certificação Número: 2023102704533722253381

Informação obtida em 31/10/2023 15:38:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO FM 90 LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 48.843.270/0001-90

Certidão nº: 60603680/2023

Expedição: 31/10/2023, às 15:38:59

Validade: 28/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO FM 90 LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **48.843.270/0001-90**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo Certidões (11/19/2023)

SEI 35175-020055/2020-20 / pg. 126

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



31/10/2023

0070574630

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 6165894**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 30/10/2023, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

RÁDIO FM 90 LTDA, CNPJ: 48.843.270/0001-90, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 31 de outubro de 2023.

PEDIDO Nº:**0070574630**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo Certidões (11/19/2023)

SEI 35173-020059/2020-20 / pg. 127



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO FM 90 LTDA.
CNPJ: 48.843.270/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:45:59 do dia 25/10/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/04/2024.

Código de controle da certidão: **E3D4.F73F.688C.E836**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo Certidões (11/19/2023)

SEI 35175.020059/2020-20 / pg. 128

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 48.843.270/0001-90

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23101031916-51

Data e hora da emissão 31/10/2023 15:40:47

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**





CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO FM 90 LTDA.**

CPF/CNPJ: **48.843.270/0001-90**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:53:18 do dia 31/10/2023 , com validade até o dia 30/11/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: iP8ha8cFhwKnwIdI4EHD

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Data de Envio:

31/10/2023 16:04:02

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM

Mensagem:

Processo nº: 53115.020895/2020-20

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM 90 LTDA (CNPJ Nº 48.843.270/0001-90), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

RE: Consulta CGFM - Processo nº: 53115.020895/2020-20

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qua, 01/11/2023 08:22

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO FM 90 LTDA (CNPJ Nº 48.843.270/0001-90), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto/SP, responder ao processo nº 53900.070206/2015-12, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 31 de outubro de 2023 16:04

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM

Processo nº: 53115.020895/2020-20

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO FM 90 LTDA (CNPJ Nº 48.843.270/0001-90), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office365.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIiNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCR...
E-mail Resposta CGFM (P1756551) - SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 132

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Id solicitação: 57dbac4c24eb7

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO PIONEIRA LTDA	
Nome Fantasia: RADIO FM 90	
Telefone: (11) 40280009	E-mail: marketing@fm90.com.br
CNPJ: 48.843.270/0001-90	Número do Fistel: 02008030008
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/10/2007	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 10/10/2027	
Observações: SNC46/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RODOVIA DA CONVENCAO	Complemento: - KM 02	
Bairro: CANJICA	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Salto	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 215	Frequência: 90.9 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 23.4285kW
HCI: 52 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24.05.07:40

https://infodef.atenticidade-assinatura.camara-leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Anexo Documentos atualizados 03/07/2024 (11014342) SER 53115.020895/2020-20 / pg. 133

Informações Gerais	
Número da Estação: 7805918	Número Indicativo: ZYD875
Data Último Licenciamento: 30/11/2023	Número da Licença: 53500.100376/2023-43

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 13' 23.99" S	Longitude: 47° 18' 7.99" W	Cota da base: 559 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005730500518	Modelo: FM10000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 9.1 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: CF 1 5/8"	Fabricante: KMP Cabos Especiais		
Comprimento da Linha: 55.0 m	Atenuação: 0.8054 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: BECP-6H	Fabricante: TEEL Tele Eletrônica				
Ganho: 5.05 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 155 °	Polarização: Circular	HCI: 52 m	ERP Máxima: 23.43 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.94	5°: 1.83	10°: 1.72	15°: 1.62	20°: 1.51	25°: 1.31	30°: 1.21	35°: 1.11	40°: 0.96	45°: 0.82	50°: 0.72	55°: 0.63
60°: 0.54	65°: 0.44	70°: 0.44	75°: 0.44	80°: 0.54	85°: 0.63	90°: 0.68	95°: 0.72	100°: 0.82	105°: 0.92	110°: 1.01	115°: 1.11
120°: 1.13	125°: 1.21	130°: 1.26	135°: 1.31	140°: 1.36	145°: 1.41	150°: 1.36	155°: 1.31	160°: 1.26	165°: 1.21	170°: 1.16	175°: 1.11
180°: 1.06	185°: 1.01	190°: 0.92	195°: 0.82	200°: 0.72	205°: 0.54	210°: 0.4	215°: 0.26	220°: 0.18	225°: 0.09	230°: 0.04	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0.09	255°: 0.18	260°: 0.31	265°: 0.44	270°: 0.58	275°: 0.72	280°: 0.92	285°: 1.11	290°: 1.31	295°: 1.51
300°: 1.62	305°: 1.72	310°: 1.83	315°: 1.94	320°: 2.05	325°: 2.16	330°: 2.21	335°: 2.27	340°: 2.21	345°: 2.16	350°: 2.1	355°: 2.05

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°2'27.15" S Lon 47°18'7.99" W	5°: Lat 23°3'49.96" S Lon 47°17'13.41" W	10°: Lat 23°4'43.22" S Lon 47°16'28.18" W	15°: Lat 23°4'25.71" S Lon 47°15'31.23" W	20°: Lat 23°6'27.28" S Lon 47°14'57.31" W	25°: Lat 23°7'7.86" S Lon 47°13'25.71" W	30°: Lat 23°5'54.19" S Lon 47°12'20.52" W	35°: Lat 23°5'47.41" S Lon 47°11'48.9" W	40°: Lat 23°5'22.45" S Lon 47°10'30.42" W	45°: Lat 23°6'22.94" S Lon 47°10'19.88" W	50°: Lat 23°7'22.56" S Lon 47°12'23.62" W	55°: Lat 23°9'42.19" S Lon 47°12'23.62" W
60°: Lat 23°10'41.47" S Lon 47°13'1.95" W	65°: Lat 23°11'6.6" S Lon 47°12'47.7" W	70°: Lat 23°11'32.78" S Lon 47°12'35.88" W	75°: Lat 23°11'59.81" S Lon 47°12'26.59" W	80°: Lat 23°12'27.47" S Lon 47°12'19.9" W	85°: Lat 23°12'55.57" S Lon 47°12'15.85" W	90°: Lat 23°13'23.88" S Lon 47°12'14.49" W	95°: Lat 23°13'51.78" S Lon 47°12'20.95" W	100°: Lat 23°14'19.47" S Lon 47°12'24.9" W	105°: Lat 23°14'46.74" S Lon 47°12'31.46" W	110°: Lat 23°15'11.76" S Lon 47°12'45.43" W	115°: Lat 23°15'37.19" S Lon 47°12'56.88" W
120°: Lat 23°23'16'1.6" S Lon 47°13'10.69" W	125°: Lat 23°16'24.81" S Lon 47°13'26.77" W	130°: Lat 23°16'46.65" S Lon 47°13'44.99" W	135°: Lat 23°17'3.59" S Lon 47°14'8.87" W	140°: Lat 23°17'21.9" S Lon 47°14'30.61" W	145°: Lat 23°17'38.41" S Lon 47°15'4.01" W	150°: Lat 23°17'52.98" S Lon 47°15'18.89" W	155°: Lat 23°18'5.5" S Lon 47°15'45.05" W	160°: Lat 23°18'20.33" S Lon 47°16'10.54" W	165°: Lat 23°18'28.61" S Lon 47°16'39.11" W	170°: Lat 23°18'34.57" S Lon 47°17'8.36" W	175°: Lat 23°18'38.16" S Lon 47°17'38.06" W
180°: Lat 23°18'39.37" S Lon 47°18'7.99" W	185°: Lat 23°18'38.16" S Lon 47°18'37.92" W	190°: Lat 23°18'39.24" S Lon 47°19'8.52" W	195°: Lat 23°18'33.19" S Lon 47°19'38.21" W	200°: Lat 23°19'9.35" S Lon 47°20'24.88" W	205°: Lat 23°21'18.89" S Lon 47°22'9.23" W	210°: Lat 23°21'34.71" S Lon 47°23'16.66" W	215°: Lat 23°22'14.12" S Lon 47°24'52.48" W	220°: Lat 23°22'14.3" S Lon 47°25'17.99" W	225°: Lat 23°20'24.66" S Lon 47°25'46.36" W	230°: Lat 23°19'37.21" S Lon 47°26'12.65" W	235°: Lat 23°19'7.84" S Lon 47°27'3.14" W
240°: Lat 23°18'37.87" S Lon 47°28'0.56" W	245°: Lat 23°17'55.21" S Lon 47°28'42.1" W	250°: Lat 23°17'21.17" S Lon 47°29'58.79" W	255°: Lat 23°16'28.23" S Lon 47°30'38.49" W	260°: Lat 23°15'30.68" S Lon 47°31'13.41" W	265°: Lat 23°14'27.29" S Lon 47°31'22.39" W	270°: Lat 23°13'23.41" S Lon 47°31'40.8" W	275°: Lat 23°12'19.15" S Lon 47°31'27.31" W	280°: Lat 23°11'25.35" S Lon 47°30'17.12" W	285°: Lat 23°10'12.59" S Lon 47°31'2.82" W	290°: Lat 23°9'17.78" S Lon 47°30'22.31" W	295°: Lat 23°8'27.94" S Lon 47°29'37.45" W
300°: Lat 23°7'10.08" S Lon 47°29'51.36" W	305°: Lat 23°5'58.82" S Lon 47°29'38.53" W	310°: Lat 23°5'20.47" S Lon 47°28'33.96" W	315°: Lat 23°5'2.39" S Lon 47°7'12.97" W	320°: Lat 23°4'9.74" S Lon 47°6'33.28" W	325°: Lat 23°3'54.69" S Lon 47°5'21.13" W	330°: Lat 23°4'11.47" S Lon 47°5'23.54.65" W	335°: Lat 23°4'37.4" S Lon 47°5'23.48.7" W	340°: Lat 23°4'44.77" S Lon 47°5'23.34.4" W	345°: Lat 23°4'48.62" S Lon 47°5'20.38.09" W	350°: Lat 23°3'23.82" S Lon 47°4'20.33" W	355°: Lat 23°3'21.61" S Lon 47°4'19.5.27" W

Distância por radial											
0°: 20.29	5°: 17.8	10°: 16.33	15°: 17.21	20°: 13.7	25°: 12.82	30°: 16.04	35°: 17.21	40°: 19.41	45°: 18.38	50°: 17.36	55°: 11.94



60°: 10.03	65°: 10.03	70°: 10.03	75°: 10.03	80°: 10.03	85°: 10.03	90°: 10.03	95°: 9.89	100°: 9.89	105°: 9.89	110°: 9.74	115°: 9.74
120°: 9.74	125°: 9.74	130°: 9.74	135°: 9.59	140°: 9.59	145°: 9.59	150°: 9.59	155°: 9.59	160°: 9.74	165°: 9.74	170°: 9.74	175°: 9.74
180°: 9.74	185°: 9.74	190°: 9.89	195°: 9.89	200°: 11.35	205°: 16.19	210°: 17.5	215°: 20	220°: 18.97	225°: 18.38	230°: 17.94	235°: 18.53
240°: 19.41	245°: 19.85	250°: 21.46	255°: 22.05	260°: 22.63	265°: 22.63	270°: 23.07	275°: 22.78	280°: 21.02	285°: 22.78	290°: 22.19	295°: 21.61
300°: 23.07	305°: 23.95	310°: 23.22	315°: 21.9	320°: 22.34	325°: 21.46	330°: 19.7	335°: 17.94	340°: 17.07	345°: 16.48	350°: 18.82	355°: 18.68

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 002850402252						Modelo: FM1000					
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP						Potência de Operação: 1.00 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo: LCF78-50JA						Fabricante: RFS Radio Frequency Systems					
Comprimento da Linha: 50,0 m			Atenuação: 1.1069 dB/100m			Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50 ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo: INV-30-2			Fabricante:		
Ganho: 0.00 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 160 °	Polarização: Vertical	HCI: 36.5 m	ERP Máxima: 23.43 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1069	Portaria	MC	05/10/1977	10/10/1977	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	46	Portaria	DMC	09/01/1979	12/01/1979	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		31/07/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	135	Portaria	MC	13/03/1990	16/05/1990	Renovação	Jurídico
9999	245	Portaria	DMC	16/10/1991		Mudança de Local	Técnico
9999	171196	Despacho	MC	17/11/1996	02/12/1996	Advertência	Jurídico
9999	441	Portaria	DMC	15/08/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	41	Decreto Legislativo	CN	30/09/1997	01/10/1997	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	503	Portaria	MC	30/11/2000	11/12/2000	Multa	Jurídico
9999	431	Portaria	MC	30/05/2001	07/05/2001	Multa	Jurídico
9999	489	Portaria	MC	27/09/2001	02/10/2001	Multa	Jurídico
9999	366	Portaria	MC	28/06/2007	10/07/2007	Renovação	Jurídico
9999	482	Portaria	MC	28/10/2011	11/11/2011	Renovação	Jurídico



9999	155	Decreto Legislativo	CN	10/05/2012	11/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	216	Decreto Legislativo	CN	09/06/2014	10/06/2014	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.094737/2023-13	11032787	Ato	ORLE	21/10/2023	06/11/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento





Estações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
s.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php?wfid=estacoes&id=57dbac4c24eb7-d8b4d78aa4a

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO PIONEIRA LTDA				CNPJ 48843270000190
Nº DA ESTAÇÃO 7805918	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 23° 13' 23.99" S	LONGITUDE 47° 18' 7.99" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rodovia da Convenção, nº 1650.	DISTRITO	
BAIRRO Salto de São José	MUNICÍPIO Salto	UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:		10/10/2027	
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICIPIO:	Salto	UF:	SP
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	90.9 MHz	CANAL:	215
CLASSE:	A4	COTA BASE DA TORRE:	559
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYD875		
NOME FANTASIA:	RADIO FM 90	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Salto		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Rodovia da Convenção	BAIRRO:	Salto de São José
MUNICÍPIO:	Salto	UF:	SP
NUMERO:	1650	COMPLEMENTO:	Canjica
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Diretivo		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	MTA Eletrônica Industrial Ltda.	MODELO:	FM10000S
CÓDIGO:	005730500518	POTÊNCIA:	9.1 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Marcelo Amorim de Godoy -EPP	MODELO:	FM1000
CÓDIGO:	002850402252	POTÊNCIA:	1.00 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	TEEL Tele Eletrônica	MODELO:	BECP-6H
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	5.05 dBd
DESCRIÇÃO:	Antena de 6 elementos	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	155 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	52 m	BEAM TILT:	.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	INV-30-2
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	0.00 dBd
DESCRIÇÃO:	Antena de 2 elementos	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	160 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	36.5 m	BEAM TILT:	0 graus
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:	RFS Radio Frequency Systems	MODELO:	LCF78-50JA
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	KMP Cabos Especiais	MODELO:	CF 1 5/8"
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 03/07/2024 05:40:42



	Emitido Em 30/11/2023	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0N6CYlTQ1JcQ2xhc3NMWnIbmNhOjoyMDIzNjU0NWYyOGJkTG90MjA7dDg3a7Z22-5d8hdv78ad4a-5-020095/20
--	--------------------------	--





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO PIONEIRA LTDA

CNPJ: 48.843.270/0001-90

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 05:50:02 do dia 03/07/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/08/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

Anexo Documentos atualizados 03/07/2024 (11014342) SER 53115.020895/2020-20 / pg. 139



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Gabriela Mello dos Santos**

Data/Hora: **03/07/2024 05:51:11**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO PIONEIRA LTDA

Nº FISTEL: 02008030008

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 48843270000190

Situação: Ativa

Data Validade: 10/10/1997

CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

UF: SP

Proc. Caducidade: Não

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1329 - TFF	1	1989	31/03/1989	13.122,61	11/11/1991	27.194,04	27.194,04	0001		
					31/03/1992	101.344,24			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1990	31/03/1990	9.659,28	06/04/1990	9.659,28	9.659,28	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1991	31/03/1991	13.597,02	20/02/1991	11.311,08	11.311,08	0003	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1992	31/03/1992	64.016,82	31/03/1992	58.179,67	58.179,67	0004		
					14/01/1993	869.322,60			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	794.773,61	14/01/1993	387.716,91	387.716,91	0005		
					28/01/1994	27.109,50			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	20.132,69	28/01/1994	9.054,20	9.054,20	0006		
					21/12/1994	60,96			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	107,22	29/03/1995	72,56	72,56	0007	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	53,61	19/08/1997	197,59	73,15	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	107,22	19/08/1997	124,44	124,44	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 1.000,00	20/08/1998	1.300,00	1.000,00	0010	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	1998	16/12/1998	R\$ 2.600,00	09/12/1998	2.600,00	2.600,00	0011	Quitado	0,00
9999	0	1998	20/08/1998	R\$ 0,00	20/08/1998	300,00	0,00	0012	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 1.000,00	31/03/1999	1.000,00	1.000,00	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 1.000,00	31/03/2000	1.000,00	1.000,00	0014	Quitado	0,00
1660	0	2000	23/01/2001	R\$ 613,52	15/01/2001	613,52	613,52	0015	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 1.300,00	30/03/2001	1.300,00	1.300,00	0016	Quitado	0,00
1660	0	2001	23/07/2001	R\$ 674,87	01/08/2001	674,87	674,87	0017	Quitado - DOU	0,00
1660	0	2001	12/11/2001	R\$ 472,41	12/11/2001	472,41	472,41	0018	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 1.300,00	01/04/2002	1.300,00	1.300,00	0019	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 1.300,00	28/03/2003	1.300,00	1.300,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 1.300,00	31/03/2004	1.300,00	1.300,00	0021	Quitado	0,00
1550	0	2003	29/08/2004	R\$ 1.230,54		0,00	0,00	0022	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 1.300,00	31/03/2005	1.300,00	1.300,00	0023	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 1.300,00	31/03/2006	1.300,00	1.300,00	0024	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 1.300,00	02/03/2007	1.300,00	1.300,00	0025	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 1.300,00	31/03/2008	1.300,00	1.300,00	0027	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 1.170,00	31/03/2009	1.170,00	1.170,00	0028	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 130,00	01/06/2009	130,00	130,00	0030	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 1.170,00	29/09/2010	1.461,79	1.461,79	0031	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 130,00	31/03/2010	130,00	130,00	0032	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

Anexo Documentos atualizados 03/07/2024 (11014342)

SER 53115.020895/2020-20 / pg. 140

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 1.170,00	31/03/2011	1.170,00	1.170,00	0033	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 130,00	31/03/2011	130,00	130,00	0034	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 858,00	02/04/2012	858,00	858,00	0035	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 130,00	02/04/2012	130,00	130,00	0036	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 858,00	01/04/2013	858,00	858,00	0037	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 130,00	01/04/2013	130,00	130,00	0038	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 858,00	31/03/2014	858,00	858,00	0039	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 130,00	31/03/2014	130,00	130,00	0040	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 858,00	31/03/2015	858,00	858,00	0041	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 130,00	31/03/2015	130,00	130,00	0042	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 858,00	31/03/2016	858,00	858,00	0043	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 130,00	31/03/2016	130,00	130,00	0044	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 858,00	30/03/2017	858,00	858,00	0045	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 130,00	30/03/2017	130,00	130,00	0046	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 858,00	26/06/2018	1.047,07	1.047,07	0047	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 130,00	26/06/2018	158,65	158,65	0048	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 858,00	25/03/2019	858,00	858,00	0049	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 130,00	25/03/2019	130,00	130,00	0050	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 858,00	30/03/2020	858,00	858,00	0053	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 130,00	30/03/2020	130,00	130,00	0054	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 858,00	31/03/2021	858,00	858,00	0055	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 130,00	15/03/2021	130,00	130,00	0056	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 858,00	21/03/2022	858,00	858,00	0057	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 130,00	21/03/2022	130,00	130,00	0058	Quitado	0,00
1660	0	2021	26/04/2022	R\$ 5.984,41	21/03/2022	5.984,41	5.984,41	0059	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 858,00	13/03/2023	858,00	858,00	0060	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 130,00	13/03/2023	130,00	130,00	0061	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	27/07/2023	R\$ 280,70	04/07/2023	280,70	280,70	0062	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	17/11/2023	R\$ 140,35	19/10/2023	140,35	140,35	0063	Quitado	0,00
9445	0	2023		0,00	06/11/2023	140,35	0,00	0064	Pago a Maior	0,00
8766 - TFI	1	2023	28/12/2023	R\$ 2.600,00	28/11/2023	2.600,00	2.600,00	0065	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 858,00	21/03/2024	858,00	858,00	0066	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 130,00	21/03/2024	130,00	130,00	0067	Quitado	0,00

Total devido em 03/07/2024 (em reais): 0,00

Total de créditos em 03/07/2024 (em reais): 140,35

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Agência Nat
de Telecomu

BOA TARDE

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar **Códigos de Receita** | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		48.843.270/0001-90									
RADIO FM 90 LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	467.755.448-04	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Salto
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	182000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto
MARILENE GALVAO	020.959.298-29	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos Data: 03/07/2024 Hora: 05:53:00



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		467.755.448-04									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	467.755.448-04	RADIO CIDADE DE ITU LTDA	49.055.668/0001-25	Diretor (GERENTE COMERCIAL)	0	--	--	FM	--	SP	Itu
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Salto
		RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	182000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto
		RADIO CIDADE DE ITU LTDA	49.055.668/0001-25	Sócio	57000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Itu

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos

Data: 03/07/2024

Hora: 05:53:11



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		020.959.298-29									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARILENE GALVAO	020.959.298-29	RADIO FM 90 LTDA	48.843.270/0001-90	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Salto

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos Data: 03/07/2024 Hora: 05:53:18



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



BOM DIA

Gabriela Mello dos Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	48.843.270/0001-90

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 03192948116 - Gabriela Mello dos Santos Data: 03/07/2024 Hora: 05:53:33



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 48.843.270/0001-90 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 12/05/1977</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO FM 90 LTDA.</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>		<div>PORTE DEMAIS</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO ROD CONVENCAO</div>	<div>NÚMERO 1650</div>	<div>COMPLEMENTO KM 02</div>
<div>CEP 13.324-240</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CANJICA</div>	<div>MUNICÍPIO SALTO</div>
<div>UF SP</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@FM90.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (11) 4028-0009</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 03/07/2024 às 05:54:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infodef.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo Documentos atualizados 03/07/2024 (11014342)

SEF3315.020895/2020-20 / pg. 148

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
48.843.270/0001-90

NOME EMPRESARIAL:
RADIO FM 90 LTDA.

CAPITAL SOCIAL:
R\$280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
MARILENE GALVAO

Qualificação:
22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:
LUIZ ANTONIO MAZZUCCO

Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 03/07/2024 às 05:54 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 48.843.270

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 58639975

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 03/07/2024 05:59:36

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.deg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo Documentos atualizados 03/07/2024 (11014342) SER 53115.020895/2020-20 / pg. 150

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Parecer Referencial 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11614549)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 151

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
- Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a

não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Referencial 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (1161454)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 154

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas União, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Car. Referencial 00010/2023/CONJUR/MCOM/CGU/AGU (11614549)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 156

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intelig-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos tributos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intelig-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Referência: 00010/2023/CONJUR/MCOM/CDU/Adm (1161454)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 159

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intelig-autenticidade.assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Ref: Referência 00010/2023/CONJUR/MCOM/CGU/Adm (1161454)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 160

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

cer Referencial 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11614543)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 161

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

cer Referencial 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (1161454)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 163

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Serviço Público Federal	
Ministério das Comunicações	
Publicado no D.O.U. em	
11/11/2011	
Seção	Página
1	99
Rubrica	
Noel	

PORTARIA Nº 482 , DE 28 DE OUTUBRO DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.037664/2007, RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de outubro de 2007, a permissão outorgada à RÁDIO PIONEIRA DE SALTO LTDA., pela Portaria nº 1.069, de 5 de outubro de 1977, publicada no Diário Oficial da União de 10 de outubro de 1977, e renovada pela Portaria nº 135, de 13 de março de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 1990, referendado pelo Decreto Legislativo nº 41, de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 1º de outubro de 1997, atualmente denominada **RÁDIO FM 90 LTDA.**, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Salto, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações





Ministério das Cidades

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 357, DE 2 DE AGOSTO DE 2010

Estabelece diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso da competência que lhe confere o inciso VI do art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e à vista do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - STN,

Considerando a necessidade de adequar a composição das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI;

Considerando a instauração dos Processos Administrativos nº 80001.016472/2006-15, 80001.008506/2006-90 e 80000.014867/2009-28, resolve:

Art. 1º Estabelecer diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI, constantes do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CONTRAN nº 233, de 30 de março de 2007.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

Presidente

RILTON DA SILVA BARBOSA

Ministro da Defesa

RONEI VALDEI BARBOSA

Ministro do Transportes

ESMERALDA MALHEIROS SANTOS

Ministro do Trabalho

LUIZ GABRIEL MACIEL MIRANDA

Ministro da Saúde

RICARDO DE SOUZA

Ministro da Meio Ambiente

ANEXO

Diretrizes para a Elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI

1. Introdução

1.1. De acordo com a competência que lhe atribui o inciso VI do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN estabelece as diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

2. Da Natureza e Finalidade da JARI

2.1. As JARI são órgãos colegiados, componentes do Sistema Nacional de Trânsito, responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades aplicadas pelos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários.

2.2. Haverá, junto a cada órgão ou entidade executiva de trânsito ou rodoviário, uma quantidade de JARI necessária para julgar, dentro do prazo legal, os recursos interpostos.

2.3. Sempre que funcionar mais de uma JARI junto ao órgão ou entidade executiva de trânsito ou rodoviário, deverá ser nomeado um coordenador.

2.4. As JARI funcionarão junto:

2.4.a. aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União e à Polícia Rodoviária Federal;

2.4.b. aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários dos Estados e do Distrito Federal;

2.4.c. aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários dos Municípios.

3. Da Competência da JARI

3.1. Compete às JARI:

3.1.a. julgar os recursos interpostos pelos infratores;

3.1.b. solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos objetivando uma melhor análise da situação recorrida;

3.1.c. encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações, apontados em recursos e que se repitam sistematicamente.

4. Da Composição da JARI

4.1. A JARI, órgão colegiado, terá, no mínimo, três integrantes, obedecendo-se aos seguintes critérios para a sua composição:

4.1.a. um integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

4.1.a.1. excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por comprovado desinteresse do integrante estabelecido no item 4.1.a. ou quando indicado, injustificadamente, não comparecer à sessão de julgamento, deverá ser observado o disposto no item 7.3, e substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o Colegiado pelo tempo restante do mandato;

4.1.a.2. representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade;

4.1.b. representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito;

4.1.b.1. excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por inexistência de entidades representativas da sociedade ligada à área de trânsito ou por comprovado desinteresse dessas entidades na indicação de representante, ou quando indicado, injustificadamente, não comparecer à sessão de julgamento deverá ser observado o disposto no item 7.3, e substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o Colegiado pelo tempo restante do mandato;

4.1.b.2. o presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-lo;

4.1.b.3. é facultada a suplência;

4.1.c. é vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN ou o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRADIFE;

5. Dos Impedimentos

5.1. O Regimento Interno das JARI poderá prever impedimentos para aqueles que pretendam integrá-las, dentre outros, os relacionados:

5.1.a. à idoneidade;

5.1.b. estar cumprindo ou ter cumprido penalidade da suspensão do direito de dirigir, cassação da habilitação ou proibição de obter o documento de habilitação, até 12 (doze) meses do fim do prazo da penalidade;

5.1.c. ao julgamento do recurso, quando tiver lavrado o Auto de Infração.

6. Da Nomeação dos Integrantes das JARI

6.1. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionarão junto aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União e junto à Polícia Rodoviária Federal será efetuada pelo Secretário Executivo do Ministério ao qual o órgão ou entidade estiver subordinado, facultada a delegação.

6.2. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionarão junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

7. Do Mandato dos membros das JARI

7.1. O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo, de dois anos.

7.2. O Regimento Interno poderá prever a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

7.3. Poderá o mandato ser substituído o membro que, durante o mandato, tiver:

7.3.a. três faltas injustificadas em três reuniões consecutivas;

7.3.b. quatro faltas injustificadas em quatro reuniões intercaladas.

8. Dos deveres das JARI

8.1. O funcionamento das JARI obedecerá ao seu Regimento Interno.

8.2. A JARI poderá abrir à sessão e deliberar com a maioria simples de seus integrantes, respeitada, obrigatoriamente, a presença do presidente ou seu suplente.

8.3. As decisões das JARI deverão ser fundamentadas e aprovadas por maioria simples de votos dando-se a devida publicidade.

9. Dos deveres dos Órgãos e Entidades de Trânsito

9.1. O Regimento Interno deverá ser encaminhado para conhecimento e cadastro:

9.1.a. ao DENATRAN, em se tratando de órgãos ou entidades executivos rodoviários da União e da Polícia Rodoviária Federal;

9.1.b. aos respectivos CETRAN, em se tratando de órgãos ou entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais ou ao CONTRADIFE, se do Distrito Federal.

9.2. Caberá ao órgão ou entidade junto ao qual funcione as JARI prestar apoio técnico, administrativo e financeiro de forma a garantir seu pleno funcionamento.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 690, DE 23 DE JULHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.042822/2008, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RADIO E TELEVISÃO ROTONER LTDA, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Cascavel, Estado do Paraná, por meio do canal 30 (trinta), utilizando os sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

JOSE ARTUR THARDELETTI

RETIFICAÇÕES

Na Portaria no 376, de 20 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2010, no art. 1º, onde se lê: "autorizada a RADIO FM 90 LTDA", deve-se ler: "Originalmente outorgada à RADIO PIONEIRA LTDA".

Na Portaria no 315, de 30 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2010, no art. 1º, onde se lê: "Onde se lê: 'RADIO SALAMANCA FM LTDA', deve-se ler: 'SALAMANCA RADIOBIFUSÃO FM LTDA'".

Na Portaria no 359, de 16 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 1º de junho de 2010, no art. 1º, onde se lê: "Onde se lê, RADIO FM FOLHA DE LONDRINA LTDA, deve-se ler, RADIO FM FOLHA LTDA".

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 4.947, DE 3 DE AGOSTO DE 2010

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que foram conferidas à Agência pelo Art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 16 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.358, de 7 de outubro de 1997, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a publicação do Despacho nº 6.610, de 2 de agosto de 2010, no Diário Oficial da União do dia 3 de agosto de 2010, seção 1, página 65.

MARCIO ALBERTO SANTOPÁULI

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 14 de agosto de 2010

Nº 293 - Processo nº 53545.000807/2004

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela BRASIL TELECOM S/A - FILIAL MATO GROSSO, CNPJ/MF nº 76.535.764/0129-32, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 23 do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra decisão de aplicação de sanção proferida pela Superintendente de Universalização por meio do Despacho nº 938/2008/UNAC-UNAC-SUN, de 28 de março de 2008, nos autos do processo em epígrafe, insinuando para averiguação do cumprimento das metas estabelecidas no art. 8º, inciso II, do Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU, aprovado pelo Decreto nº 2.592/1998, decidu, por meio da Reunião nº 501, de 6 de novembro de 2008, conhecer do Recurso e, no mérito, negar a ele provimento, mantendo a decisão recorrida pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 491/2008/GCAR, de 30 de outubro de 2008.

Em 30 de agosto de 2010

Processo nº 53500.017850/2010

Nº 6.677 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, considerando que o objetivo da Consulta Pública nº 21, de 22 de junho de 2010, referente à Proposta de Alteração do Regulamento de Fiscalização, aprovado pela Resolução nº 441, de 12 de julho de 2006, e da Consulta Pública nº 22, de 29 de junho de 2010, referente à Proposta de Alteração do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003, constantes, respectivamente, dos autos do Processo nº 53500.019969/2007 e do Processo nº 53500.020772/2005, são de grande relevância aos interessados, mostrando-se importante sua efetiva participação na apresentação de contribuições que consistem em subsídios necessários à ação regulatória da Anatel, decidu, por meio do Circuito Deliberativo nº 1.805, de 26 de julho de 2010, com fundamento na Análise nº 512/2010/GCAR, de 23 de julho de 2010.

1º Priorizar os prazos para manifestação da sociedade relativos à Consulta Pública nº 21, de 22 de junho de 2010 e à Consulta Pública nº 22, de 29 de junho de 2010, por meio de formulário eletrônico do Sistema de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível na Internet em <http://www.anatel.gov.br>, para até às 24h do dia 6 de setembro de 2010, e por meio de carta, fax ou correspondência eletrônica, para até às 18h do dia 2 de setembro de 2010, e

2º convocar o público em geral para participar das Audiências Públicas a serem realizadas nos dias 20 de agosto de 2010 e 27 de agosto de 2010, nas cidades de Brasília-DF e São Paulo-SP, respectivamente, com horário, local e procedimentos a serem previamente divulgados na página da Anatel na Internet, sobre os termos da Proposta de Alteração do Regulamento de Fiscalização, aprovado pela Resolução nº 441, de 12 de julho de 2006, objeto da Consulta Pública nº 21, de 22 de junho de 2010, e sobre os termos da Proposta de Alteração do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003, objeto da Consulta Pública nº 22, de 29 de junho de 2010.

3º publicar a convocação das Audiências Públicas no Diário Oficial da União e jornais de grande circulação das cidades onde as referidas Audiências Públicas serão realizadas.

RICARDO ALBERTO SANTOPÁULI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010080500056.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.204-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza do Taboão, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 213, DE 2014

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE MONTESIONENSE DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tombos, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.350, de 17 de dezembro de 2010, que outorga permissão à Sociedade Montesionense de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tombos, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2014

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA SERRANGREENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Negra do Norte, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.087, de 16 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Serrangreense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Negra do Norte, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 215, DE 2014

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DIFUSÃO ALTERNATIVA DE DIVINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 479, de 28 de outubro de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Alternativa de Divinópolis para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 216, DE 2014

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 90 LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 482, de 28 de outubro de 2011, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de outubro de 2007, a permissão outorgada à Rádio FM 90 Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 217, DE 2014

Aprova o ato que outorga permissão à CABO TV PAULISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 535, de 6 de dezembro de 2011, que outorga permissão à Cabo TV Paulista Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 218, DE 2014

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CLUBE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sítio Novo do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 191, de 2 de abril de 2012, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Clube FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sítio Novo do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 219, DE 2014

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ABSOLUTA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matão, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 536, de 6 de dezembro de 2011, que outorga permissão à Rádio Absoluta FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclu-

sividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matão, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 220, DE 2014

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO OFICINA DE RÁDIO CAPANEMENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 326, de 1º de agosto de 2011, que outorga autorização à Associação Oficina de Rádio Capanemense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 221, DE 2014

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 337, de 7 de julho de 2005, que outorga permissão à Fundação Evangélica Trindade para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 222, DE 2014

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA PLANALTO DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

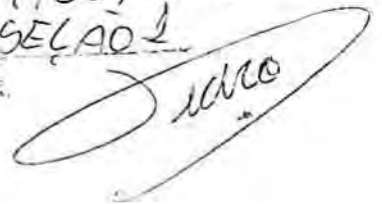
Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 663, de 31 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 21 de junho de 2008, a permissão outorgada ao Sistema Planalto de Radiodifusão Ltda. para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de junho de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal



189-4

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 19/05/2010
PÁGINA 47 SEÇÃO 1
MOTADO POR

PORTARIA Nº 376 ,DE 20 DE ABRIL DE 2010.

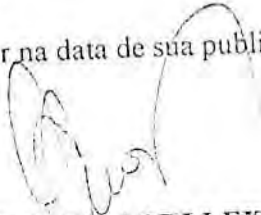
O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 56, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.037664/2007, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de outubro de 2007, a permissão outorgada à Rádio FM 90 Ltda., Portaria nº 1069, de 5 de outubro de 1977, publicada no Diário Oficial da União em 10 de outubro de 1977, alterou sua razão social para Rádio FM 90 Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Salto, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo Atos de Renovação (11614344)

SEI 35119-020895/2020-20 / pg. 167

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 154, DE 2012**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE BARIRI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bariri, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 963, de 8 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Bariri Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bariri, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 155, DE 2012**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PIONEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 366, de 28 de junho de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de outubro de 1997, a concessão outorgada à Rádio Pioneira Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 156, DE 2012**

Aprova o ato que outorga permissão à R & V COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 39, de 5 de fevereiro de 2010, que outorga permissão à R & V Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 157, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LÍRIO DOS VALES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 963, de 20 de novembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária Lírio dos Vales para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 158, DE 2012**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO FREI ROGÉRIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado da Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 66, de 30 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Fundação Frei Rogério para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado da Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 159, DE 2012**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE SÃO JOÃO DO SUL - SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 969, de 20 de novembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de São João do Sul - SC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 160, DE 2012**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IMPRENSA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 480, de 12 de setembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Imprensa S/A para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 161, DE 2012**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MULHER LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 66, de 17 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Mulher Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 162, DE 2012**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NOTÍCIAS BRASILEIRAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Matão, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 66, de 28 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 6 de julho de 2007, a concessão outorgada à Rádio Notícias Brasileiras Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Matão, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência



PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 10/07/2007
Página: 23 Seção: 1
ANOTADO POR: Yvelis

PORTARIA Nº 366 , DE 28 DE JUNHO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art.5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000863/1997, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de outubro de 1997, a permissão outorgada a RÁDIO PIONEIRA LTDA., pela Portaria n.º 1.069, de 05 de outubro de 1977, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 subsequente e, renovada, pela Portaria n.º 135, de 13 de março de 1990, publicada no Diário Oficial da União do dia 16 de março do mesmo ano, cuja aprovação deu-se pelo Decreto Legislativo n.º 41, de 1997, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de outubro de 1997, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Salto, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

Ministro de Estado das Comunicações



I - Autorizar a LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A. a construir a subestação de distribuição Valença, no Município do mesmo nome, Estado do Rio de Janeiro, com relação de transformação 34,57/25-13,8/6,3 KV.

II - Aprovar o projeto apresentado pela LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A., relativo à obra mencionada no item anterior, com as características técnicas que constam do Processo nº 27104.000285/83.37.

III - Esclarecer que a responsabilidade do projeto e a de sua execução cabem, respectivamente, ao seu autor e ao responsável técnico pela LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A., perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

IV - Fixar a data de 30 de agosto de 1990 para término das obras, ficando a concessionária obrigada a comunicar sua conclusão no prazo de 60 dias, contados a partir da data presentemente fixada.

V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS TATIT HOLTZ

PORTARIA Nº 77, DE 15 DE MAIO DE 1990

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DNAEE, da SECRETARIA NACIONAL DE ENERGIA, do MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

I - Prorrogar até 30/06/90, o prazo para apresentação do Relatório Final, da Comissão Especial de Tombamento, instituída pelas Portarias DNAEE No. 004, de 11/01/90 e 013, de 26/01/90, sua doravante se denominará de Comissão de Tombamento - CT/CER/ELETRONORTE.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS TATIT HOLTZ

PORTARIA Nº 78, DE 15 DE MAIO DE 1990

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, da SECRETARIA NACIONAL DE ENERGIA, do MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA, usando da atribuição que lhe confere o item XI do artigo 221 do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, resolve:

I - Aprovar o projeto apresentado pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, com as características técnicas que constam do Processo nº 27100.002323/89-43, relativo à construção da linha de transmissão Entroncamento (Salto-Palmeiras) - Karsten, 69KV e 0,625km de extensão, localizada no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina;

II - Esclarecer que a responsabilidade do projeto e a de sua execução cabem, respectivamente, ao seu autor e ao responsável técnico pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC, perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

III - Fixar a data de 30 de agosto de 1990 para término da obra, ficando a Concessionária obrigada a comunicar sua conclusão no prazo de 60 dias, contados da data presentemente fixada;

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS TATIT HOLTZ

(Of. nº 194/90)

SECRETARIA NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 61, DE 06 DE MARÇO DE 1990

Renova a permissão outorgada à RÁDIO FRATERNIDADE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ararajó, Estado de São Paulo. A permissão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição.

(Guia nº 5.571 - 10/05/90 - Cr\$ 1.112,00)

PORTARIA Nº 135, DE 13 DE MARÇO DE 1990

Renova a permissão outorgada à RÁDIO PIONEIRA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Paulo. A permissão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição.

(Guia nº 2.092 - 26/03/90 - Cr\$ 1.112,00)

Diretoria Regional em Curitiba

PORTARIAS DE 14 DE MARÇO DE 1990

Nº 089. Proc. 29105.000378/85, TV CATARATAS LTDA., em Francisco Beltrão/PR. Outorga permissão para executar serviço especial de retransmissão simultânea de televisão em VHF, utilizando o canal 11.

Nº 090. Proc. 29105.000378/85, TV CATARATAS LTDA., em Francisco Beltrão/PR. Retransmissão simultânea de TV em VHF. Aprova locais de instalação e autoriza uso de equipamentos.

(Guia nº 4.989 - Cr\$ 2.224,00)

Nº 092. Proc. 29105.000370/85, TV CATARATAS LTDA., em Patto Branco/PR. Outorga permissão para executar o serviço especial de retransmissão simultânea de televisão, em VHF, utilizando o canal 09.

Nº 093. Proc. 29105.000370/85, TV CATARATAS LTDA., em Patto Branco/PR. Retransmissão de TV. Aprova locais de instalação e autoriza uso de equipamentos.

(Guia nº 4990 - 15-05-90 - Cr\$ 2.224,00)

Diretoria Regional em Porto Alegre

PORTARIAS DE 27 DE ABRIL DE 1990

Serviço Especial de Repetição de Televisão.

Nº 106. Proc. nº 29102.001775/89 - NATIVA COMUNICAÇÕES LTDA., RPF em PORTO ALEGRE e outros/RS. Outorga permissão para executar o serviço especial de repetição de televisão, visando repetir os sinais gerados pela TVSB canal 5 da Porto Alegre S/A.

(Guia nº 5.056 - 11/05/90 - Cr\$ 439,00)

Serviço Especial de Retransmissão de Televisão.

Nº 116. Proc. nº 29102.001775/89 - NATIVA COMUNICAÇÕES LTDA., RTV em RIO GRANDE/RS. Outorga permissão para executar o serviço especial de retransmissão de televisão, em QHF, utilizando o canal 22 (vinte e dois).

(Guia nº 4.900 - 11/05/90 - Cr\$ 439,00)

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 32/88 - ORIGEM: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Os membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, reunidos em sessão realizada em 10 de maio de 1990, referente ao julgamento do Processo Ético-Profissional CFM Nº 32/88, ACORDARAM, por maioria de votos, dar provimento ao recurso interposto pelos Apelantes, reformando a decisão do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, que lhes aplicou a pena de "Censura Confidencial em Aviso Reservado" prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração aos artigos 14, 33, 42 e Princípio XI do Código Brasileiro de Deontologia Médica, absolvendo-os.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 04/88 - ORIGEM: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ. Os membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, reunidos em sessão realizada em 10 de maio de 1990, referente ao julgamento do Processo Ético-Profissional CFM Nº 04/88, ACORDARAM, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso interposto pelo Apelante, reformando a decisão do Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado" prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração aos artigos 38, 40 e 33 do Código Brasileiro de Deontologia Médica, absolvendo-o.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 05/89 - ORIGEM: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Os membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, reunidos em sessão realizada em 10 de maio de 1990, referente ao julgamento do Processo Ético-Profissional CFM Nº 05/89, ACORDARAM, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto pelo Apelante, mantendo a decisão do Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial" prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração ao artigo 16 e Princípio II do Código Brasileiro de Deontologia Médica, correspondentes aos artigos 29 e 2º do atual Código de Ética Médica.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 04/90 - ORIGEM: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PIAUÍ. Os membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, reunidos em sessão realizada em 10 de maio de 1990, referente ao julgamento do Processo Ético-Profissional CFM Nº 04/90, ACORDARAM, por maioria de votos, dar provimento ao recurso interposto pelo Apelante, reformando a decisão do Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí, que lhe aplicou a pena de "Censura Pública em Publicação Oficial" prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração aos artigos 76 e 45 do Código de Ética Médica, absolvendo-o.



Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1997

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Franca do Imperador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 631, de 25 de agosto de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 13 de fevereiro de 1990, a permissão outorgada à Rádio Franca do Imperador Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Art.2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de setembro de 1997
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 1997

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Televisão Vila Rica Ltda., atualmente denominada Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 7 de julho de 1994, que renova, por quinze anos, a partir de 5 de maio de 1992, a concessão da Rádio e Televisão Vila Rica Ltda., atualmente denominada Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art.2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de setembro de 1997
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 1997

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pioneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 135, de 13 de março de 1990, que renova a permissão outorgada à Rádio Pioneira Ltda. para explorar, por dez anos, a partir de 10 de outubro de 1987, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

Art.2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de setembro de 1997
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

(Of. s/nº)

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 92, DE 1997

Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Santa Catarina para que possa emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento em 1º de outubro de 1997.

O Senado Federal resolve:

Art.1º É o Estado de Santa Catarina autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a elevar os limites de endividamento e comprometimento previstos na mesma Resolução, para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento em 1º de outubro de 1997.

Art.2º A emissão realizar-se-á nas seguintes condições:

- quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, equivalente à rolagem de 98% (noventa e oito por cento) da dívida mobiliária do Estado vencível em 1º de outubro de 1997;
- modalidade: nominativa-transferível;
- rendimento: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, criadas pelo Decreto-lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1967;
- prazo: cinco anos;
- valor nominal: R\$ 1,00 (um real);
- características dos títulos a serem substituídos:

TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
561826	01.10.1997	278.742.709,040

g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

COLOCACAO	VENCIMENTO	TÍTULO	DATA-BASE
01.10.1997	01.10.2002	561826	01.10.1997

h) forma de colocação: mediante ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) autorização legislativa: Lei nº 7.546, de 27 de janeiro de 1989, e Decreto nº 2.986, de 10 de fevereiro de 1989.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º O Estado de Santa Catarina encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta Resolução, bem como sua cadeia de emissões desde a origem.

Art.3º O Banco Central do Brasil encaminhará ao Senado Federal, no prazo de quinze dias, após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta Resolução, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final, bem como a efetivação de sua venda definitiva.

Art.4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contado a partir de sua publicação.

Art.5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de setembro de 1997
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal





Port.

Publicada no D.O. de 10/10/1977



PORTARIA N.º 1069 DE 5 DE 10 DE 1977

COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 70.566, de 18 de maio de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 1.894/77 (Cotul nº 25/77),

RESOLVE:

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.765, de 31 de outubro de 1963, à Rádio Pioneira de Salto Ltda., para estabelecer, com direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, utilizando o canal 215, classe "B", na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

II - A permissão era outorgada reter-se-á de acordo com as cláusulas baixadas com esta Portaria e entrará em vigor na data de sua publicação.

ORIGINAL ASSINADO
PELO MINISTRO
Euclides Quandt de Oliveira

EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA
Ministro de Estado das Comunicações

DNT/SON/apc/

29.9.77. *780/son*



cidade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela.

VI

A frequência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

VII

Em qualquer tempo são aplicáveis à permissonária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições.

VIII

A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a permissonária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

IX

Fim do prazo da outorga, a que se refere a Cláusula II, será o procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, com que a permissonária tem direito a qualquer indenização.

ORIGINAL ASSINALADO
PELO MINISTÉRIO
Euclides Quirino de Oliveira



CLÁUSULAS A QUE SE REFERE A PORTARIA

Nº 1069, DE 5 DE 10 DE 1977

I

Fica assegurado à Rádio Pioneira de Salto Ltda. o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Salto, Estado de São Paulo, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, utilizando o canal 218, classe "B", potências máximas e mínimas de acordo com as Normas Técnicas para Emissores de Radiodifusão Sonora em F.M., aprovadas pela Portaria MEC nº 187, de 22 de março de 1973, publicada no Diário Oficial da União de 11 de abril de mesmo ano, com horário de funcionamento ilimitado.

II

A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, e entrará em vigor a partir da publicação, no Diário Oficial da União, de ato de outorga.

III

A permissionária é obrigada a:

a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos;

b) ter seu quadro geral constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

c) a CEBR, para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitida, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;



d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro;

e) não transferir, direta ou indiretamente, a permissão, sem prévia autorização do Governo Federal;

f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente, após o recebimento da intimação, sem que, por isso, cessate a permissãoária - direito a qualquer indenização;

g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim;

h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento;

i) executar os serviços na conformidade do artigo 37 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.725, de 31 de outubro de 1963;

j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.725, de 31 de outubro de 1963;

k) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, as Redes de Radiodifusão, sob a direção da Agência Nacional de Gabinete Civil da Presidência da República, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assuntos de relevante interesse nacional;

l) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênera, em caso de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como de quaisquer outros acontecimentos imprevistos;

m) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação do ato de outorga, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos;

n) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos.



a contar da aprovação de que trata a alínea anterior;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexas aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço permitido;

q) não alterar, em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal;

r) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações;

s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações;

t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências comignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Ministério das Comunicações;

u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação.

IV

A permissionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a:

a) programas educacionais, compreendendo 5 (cinco) horas semanais, conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "a" da cláusula anterior.

V

Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da



8ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

RADIO PIONEIRA LTDA.

CNPJ N.º 48.843.270/0001-90

NIRE N.º 35 2 0649181 5

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual,

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido na cidade de Itu, SP, aos 14/junho/1949, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Avenida Senador Roberto Simonsen, n.º 28, Loteamento Mangueiras de Itu - Estrada Velha Itu/Salto, CEP. N.º 13.301-702, portador da cédula de identidade RG. n.º 5.886.108/SSP SP e do CPF. n.º 467.755.448/04 e

MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida na cidade de Itu, SP, aos 08/abril/1959, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Itu, Estado de São Paulo, à Alameda Pau Brasil, n.º 135, Condomínio Portal de Itu, CEP. n.º 13.306-632, portadora da cédula de identidade RG. N.º 16.359.734-SSP SP e do CPF. N.º 020.959.298/29,

únicos sócios componentes da sociedade limitada que gira na praça de Salto, Estado de São Paulo sob o nome empresarial de "**RADIO PIONEIRA LTDA.**", com sua sede social, à Rodovia Convenção, km 02, s.n.º, CEP. N.º 13.324-240, tudo de acordo com seu contrato social e posteriores alterações contratuais arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente sob n.ºs 915.264/77 em sessão de 10.05.1977, 931.762/77 em sessão de 14.07.1977, 1.190.796/81 em sessão de 21.09.1981, 524.725 em sessão de 28.02.1988, 820.379 em sessão de 21.09.1989, 7.186/93-9 em sessão de 13.01.1993, 155.616/93-6 em sessão de 04.10.1993, 54.011/98-0 em sessão de 15/04/1998 e 198.717/98-2 em sessão de 18.02.1998, entre si, livres e de comum acordo, resolvem:

132
20 06 07

I Neste ato alterar a razão social da empresa de "**RADIO PIONEIRA LTDA.**", para "**RADIO FM 90 LTDA**".

II Também neste ato, alterar o endereço da sede social da empresa de Rodovia Convenção, km 02, s/n.º, CEP. N.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo, para Rodovia Convenção, n.º 1.650, km 02, Bairro Canjica, CEP. n.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

III Face às mudanças havidas conforme itens anteriores do presente instrumento, alteram-se os dizeres das cláusulas primeira e segunda do contrato social vigente, que passam a ter a seguinte e nova redação:

CLAUSULA PRIMEIRA – A sociedade girará sob a denominação social de "**RADIO FM 90 LTDA.**"

PARAGRAFO ÚNICO – Em suas transmissões radiofônicas, a sociedade usará em seu prefixo o nome fantasia de "**RADIO FM 90**".

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade terá sua sede à Rodovia Convenção, n.º 1.650, km 02, Bairro Canjica, CEP. n.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

PARÁGRAFO ÚNICO Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá a qualquer tempo e a critério dos sócios, abrir ou encerrar filiais em quaisquer localidades do território nacional, mediante alteração contratual.

IV Também em atendimento às normas estabelecidas pelo Novo Código Civil 2.002, (Lei n.º 10.406 de 10/janeiro 2.002), os atuais sócios resolvem consolidar o contrato social vigente, cujas cláusulas passam a ter os seguintes e novos dizeres:

CLAUSULA PRIMEIRA – A sociedade girará sob a denominação social de "**RADIO FM 90 LTDA.**"

PARAGRAFO ÚNICO – Em suas transmissões radiofônicas, a sociedade usará em seu prefixo o nome fantasia de "**RADIO FM 90**".

20/06/07



02
20 05 07

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade terá sua sede à Rodovia Convenção, n.º 1.650, km 02, Bairro Canjica, CEP. n.º 13.324-240, na cidade de Salto, Estado de São Paulo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá a qualquer tempo e a critério dos sócios, abrir ou encerrar filiais em quaisquer localidades do território nacional, mediante alteração contratual.

CLAUSULA TERCEIRA - O objeto social da empresa será a execução de serviços de radiodifusão sonora de quaisquer modalidades, em quaisquer localidade no país, desde que para tanto o Governo Federal lhe outorgue permissões e ou concessões, podendo paralelamente explorar a propaganda comercial e a música funcional, tendo como objetivo de fonte de receita a prestação de serviços, através do comercio de publicidade comercial.

PARÁGRAFO ÚNICO - Por consenso unânime dos sócios que constituem essa sociedade, fica a mesma obrigada a fazer cumprir rigorosamente toda a legislação, regulamentos e determinações vigentes, ou que vierem a vir e que sejam concernentes à atividade de radiodifusão.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, observando porém em caso de dissolução, os preceitos da legislação vigente para essa forma de constituição societária.

CLÁUSULA QUINTA - As cotas de capital da empresa, são incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, sendo ainda indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o expresse consentimento dos sócios remanescentes, cabendo a estes em igualdade de preços e condições a preferência na compra das cotas colocadas em disponibilidade por escrito por quaisquer um dos sócios, respeitando-se sempre o prazo concedido, nunca inferior a 60 (sessenta) dias.

PARAGRAFO ÚNICO - Na eminência de haver participação de pessoa jurídica no capital social da empresa, essa se limitará ao máximo de 30% (trinta por cento), sem direito a voto conforme dispõe as normas da Constituição Federativa do Brasil.

CNPJ 46 860 359/0001-30
CNPJ 46 860 359/0001-30
Rua dos Andradas, 170 - Centro - CEP 100-170 - ITU - SP
Fone: (11) 4023-0703 - Fax: (11) 4023-0703 - e-mail: shalomcontabil@uol.com.br

Shalom



52573/11

m

d

5



CLAUSULA SEXTA - O capital social é de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) dividido em 280.000 (duzentas e oitenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1.00 (um real) cada, totalmente integralizado e assim distribuído entre os sócios:

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO	182.000 - QUOTAS - R\$ 182.000,00 -	65%
MARILENE GALVÃO R. DE ARRUDA	98.000 - QUOTAS - R\$ 98.000,00 -	35%
<hr/>		
TOTALIZANDO	280.000 -QUOTAS - R\$ 280.000,00	100,00%

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A cada cota, corresponde um voto nas deliberações dos quotistas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos termos do artigo n.º 1.052 do Código Civil - 2.002, a responsabilidade dos sócios, é restrita aos valores de suas quotas de capital e solidariamente pela integralização do capital social em sua totalidade.

CLAUSULA SETIMA - A administração da sociedade será exercida pelo sócio administrador **LUIZ ANTONIO MAZZUCCO**, já qualificado que se incumbirá de todas as operações inerentes ao seu referido cargo e representará a sociedade ativa e passiva, judicial e extra-judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - O(s) administrador(es) da sociedade deverá (ao) ser sempre brasileiro(s) nato(s) ou naturalizado(s) há mais de 10 (dez) anos e sua investidura nos cargos, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA OITAVA - O uso da denominação social da empresa, dar-se-à pela assinatura individual do sócio administrador, **LUIZ ANTONIO MAZZUCCO**, já qualificado, para todos os assuntos envolvendo à sociedade, exclusive para a compra e venda de bens móveis com valor individual acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou bens imóveis, contratos de financiamento ou empréstimos bancários, quando então serão necessárias, as assinaturas em conjunto de ambos os sócios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica vedado, sob pena de nulidade, o uso da denominação social da empresa em objetos estranhos aos interesses da sociedade, tais como avais, endossos ou fianças ou outras assemelhadas.

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

02
20 06 07

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica compactuado entre os sócios, que os mesmos poderão nomear procurador ou procuradores que os represente junto aos negócios, administrativos, artísticos e sociais da empresa, procuração essa que deverá conter tempo determinado e anuência do(a) outro(a) sócio(a), sendo ainda que o procurador deverá ter seu nome aprovado pelo poder concedente.

CLÁUSULA NONA - O(s) sócio(s) no exercício da administração da sociedade, terá (ao) direito a uma retirada mensal a título de "pro-labore", em valor a ser fixado de comum acordo entre ambos os sócios, sendo essas importâncias mutáveis, por consenso unanime de ambos os sócios.

CLAUSULA DECIMA - Fica compactuado entre os sócios, que em caso de quaisquer um deles desejar retirar-se da sociedade, deverá comunicar ao(a) sócio(a) remanescente por escrito e com antecedência de 30 (trinta) dias e suas quotas serão colocadas em disponibilidade para venda, com preferência para o(a) sócio(a) remanescente, o(a) qual deverá no mesmo prazo acima, manifestar seu interesse também por escrito, sobre o desejo ou não desejo de compra das referidas quotas colocadas em disponibilidade e caso a opção seja contrária à compra, o (a)sócio(a) retirante da sociedade poderá nas mesmas condições oferecidas ao(a) sócio(a) remanescente, oferecer suas quotas a terceiros, desde que sejam brasileiros natos, residentes no país e mediante previa autorização do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Todo dia 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico do exercício, sendo os lucros ou prejuízos apurados, distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas de capital.

PARAGRAFO PRIMEIRO A assembléia dos sócios deve se realizar pelo menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e do resultado econômico.

PARAGRAFO SEGUNDO As deliberações sociais poderão ser tomadas em ata de reunião de quotistas, podendo ser convocadas por quaisquer um dos sócios, sendo porém necessário a maioria deles sócios, para a sua instalação.

CNPJ nº 350.359/0001-80
Rua dos Andaraes, 170 - Centro - CEP: 300-170 - ITU - SP
Fone: (11) 4023-0782 - Fax: (11) 4023-0788 - e-mail: shalomcontabil@uol.com.br

525727

Sm

Handwritten marks and signatures.





Sm

P

D



PARAGRAFO TERCEIRO - Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a assembléia, os documentos comprobatórios da escrituração da empresa, devem ser postos por escrito e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que exerçam ou não a administração, para sua análise e aprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os lucros apurados no balanço final, poderão ser distribuídos entre os sócios na proporção de suas cotas de capital ou então permanecer na conta "Lucros Acumulados" para futura destinação.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida ou extinta, cabendo ao(a) sócio(a) remanescente, determinar o levantamento de um balanço especial na data do falecimento ocorrido e os herdeiros do(a) pré-morto(a), deverão em 30 (trinta) dias, contados da data do falecimento ocorrido, manifestar seu interesse de serem ou não integrados á sociedade, desde que sejam brasileiros natos, residentes no país e mediante autorização prévia do Ministério das Comunicações e ainda qualificados profissionalmente para assumir as funções do(a) falecido(a), ficando responsáveis pelos direitos e obrigações do(a) pré-morto(a), caso contrário receberão todos os seus haveres apurados até o balanço especial em 05 (cinco) parcelas iguais e com vencimentos mensais e consecutivos, sem correção em seus valores, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias da data da elaboração do balanço especial.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - Fica eleito o Foro da Comarca de Salto, Estado de São Paulo, para qualquer ação fundada neste instrumento particular, renunciando-se a qualquer outro por exigência de quaisquer uma das partes interessadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - Segundo remissão ao artigo 997, determinada pelo artigo 1054, ambos da Lei 10.406/2.002, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais (artº 997, VIII)

CLAUSULA DECIMA SEXTA - As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente instrumento particular, serão supridas ou resolvidas com a regência supletiva pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/76) e noutras disposições legais que lhes forem aplicáveis, sendo que a publicação do balanço geral é dispensada.

CLAUSULA DÉCIMA SETIMA - Os administradoras

declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que a todo o convencionado assistiram, destinando-se a primeira via ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Itu, SP, 01 de junho de 2.007

LUIZ ANTONIO MAZZUCCO
RG. n.º 5.886.108/SSP/SP
CPF. n.º 467.755.448/04

MARILENE GALVÃO RODRIGUES DE ARRUDA
RG. N.º 16.359.734-SSP/SP
CPF. N.º 020.959.298/29

TESTEMUNHAS

ADILSON GROBLACKNER
RG. n.º 5.295.304-SSP/SP
CPF n.º 555.546.108-97

Maria Silvia de Moraes
MARIA SILVIA DE MORAES
RG. n.º 14.857.195-SSP/SP
CPF n.º 027.101.168-80



RÁDIO PIONEIRA DE SALTO LTDA

CGC 48.843.270/0001-90

2a.alteração contratual

MANOEL PEDRO RODRIGUES FILHO, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG 1.932.493 SP e do CPF nº 068.736.508-20, residente na Rua da Conceição nº 380 11º em Campinas, SP, onde é domiciliado; ODILON / GARCIA NASCIMENTO FILHO, brasileiro, casado, radialista, RG 2.767.203 S e CPF 134.876.398-15, residente na Rua José Ferreira de Camargo 677, em Campinas, SP onde é domiciliado e da, MARIA PIRES GARCIA, brasileira, viúva, do lar, RG 2.767.183 SP e CPF 134.593.338-04, residente na Av. Benjamim Constant 2.011 em Campinas, SP, onde é domiciliada, únicos sócios da Rádio Pioneira de Salto Limitada, que tem seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 915.264 em data de 10/05/77 e 1a. alteração contratual sob o nº 931.762 em 14/14/07/77, resolvem:

I - A quotista Maria Pires Garcia, que é proprietária e possuidora de 10.000 (dez mil) quotas de capital, no valor total de CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), cede e transfere a totalidade dessas quotas ao Dr Fernando Pereira Garcia, brasileiro, casado, advogado, RG 3.668.450 SP e CPF 129.559.148-00, residente na Av. Pe. Pereira de Andrade nº 545 apto 63 D, em São Paulo, SP, onde é domiciliado, que é, assim, admitido na Sociedade. A Cedente dá ampla quitação e retira-se definitivamente da Sociedade.

II - Os sócios resolvem elevar o capital social de CR\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para CR\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), criando-se, conseqüentemente, 4.300.000 (quatro milhões e trezentas mil) novas quotas de capital, de CR\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, que serão por eles subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, de forma que o capital social fique assim distribuído:

Manoel Pedro Rodrigues Filho	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Odilon Garcia Nascimento Filho	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Fernando Pereira Garcia	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Total	4.500.000 quotas CR\$	4.500.000,00



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado, sob número e data autenticação
AUTENTICAÇÃO MANUSCRITA

[Assinatura]
LUIZ DE MOURA MENEZES - Secretário Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo 2 - e 6 Alterações Contratuais (1614545)

SEI 55110:020895/2020-20 / pg. 185

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

2a. alteração contratual da Rádio Pioneira de Salto Ltda. fls. 02

III- Resolvem, também, transferir a sede jurídica da Sociedade, da Rua da Conceição nº 380 11º em Campinas, SP, para a Rua Lombardia nº 90, na cidade/ de Salto, Estado de São Paulo; modificar a razão social Rádio Pioneira de Salto Limitada para "Rádio Pioneira Ltda" e modificar as cláusulas IX e X do contrato social para permitir seja a gerência e administração da Sociedade exercida isoladamente por qualquer dos sócios.

IV - Portanto, feitas as alterações acima descritas, o contrato social passa/ a vigor com a seguinte redação:

" RÁDIO PIONEIRA LTDA
CGC48843270/0001-90
Contrato Social

DENOMINAÇÃO SEDE E OBJETO

CLÁUSULA I

A RÁDIO PIONEIRA LIMITADA, com sede na cidade de Salto, Estado de São Paulo, na Rua Lombardia nº 90, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída de acordo com o Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1.919 e de conformidade com a legislação que rege os serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA II

A Sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora, de quaisquer modalidades, em quaisquer localidades do País, desde que para tanto/ o Governo Federal lhe outorgue permissões e, ou, concessões, podendo paralela- mente explorar a propaganda comercial e a música funcional.

§ 1º - A execução dos serviços a que se refere esta cláusula, obedecerá sem- pre a legislação específica que reger a radiodifusão, visando fins cí- vicos, patrióticos, educacionais e recreativos.

§ 2º - Para a consecução dos seus objetivos, a sociedade poderá instalar esta- ções radiodifusoras, serviços especiais de música funcional e abrir e fechar sucursais e escritórios em quaisquer partes do País.

CAPITAL E RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA III

GUO-SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo 2 - e 3 Alterações Contratuais (1614545)

SEI 55115:020895/2020-20 / pg. 186

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado, sob número e data autenticação
AUTENTICAÇÃO MANUSCRITA

[Assinatura]
LUIZ DE MOURA MENEZES - Secretário Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo 2 - e 6 Alterações Contratuais (1614545)

SEI 55110:020895/2020-20 / pg. 187

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

CLÁUSULA III

O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de CR\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), representados por 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) quotas no valor unitário de CR\$ 1,00 (um cruzeiro) e assim distribuídas entre os sócios:

Manoel Pedro Rodrigues Filho	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Odilon Garcia Nascimento Filho.....	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Fernando Pereira Garcia	1.500.000 quotas CR\$	1.500.000,00
Total.....	4.500.000 quotas CR\$	4.500.000,00

§ 1º - A responsabilidade de cada sócio é limitada até o valor total do capital social.

§ 2º - As quotas representativas do capital social são indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

ADMISSÃO DE SÓCIOS E CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA IV

É vedado o ingresso na Sociedade às pessoas jurídicas e estrangeiras, nela só podendo ser admitidas brasileiras.

CLÁUSULA V

As quotas representativas do capital social são intransferíveis, inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros e pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia anuência do Governo Federal.

CLÁUSULA VI

Ocorrendo a hipótese de qualquer sócio desejar transferir a totalidade ou parte das suas quotas, terão preferência absoluta para a aquisição os demais sócios, aos quais o interessado em transferir deverá comunicar sua intenção - por escrito, concedendo um prazo de sessenta dias para se manifestar.

Parágrafo Único: Caso mais de um sócio desejar adquirir as quotas, a aquisição será feita por eles na proporção direta das quotas que já possuem.

GUO.SP



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado, sob número e data autenticação
AUTENTICAÇÃO MANUSCRITA

[Assinatura]
LUIZ DE MOURA MENEZES - Secretário Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo 2 - e 6 Alterações Contratuais (1614545)

SEI 55110:020895/2020-20 / pg. 189

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

PRAZO E FALECIMENTO

CLÁUSULA VII

A duração da Sociedade é por prazo indeterminado, observando-se quando da sua dissolução os preceitos da lei específica e da que lhe for aplicável.

CLÁUSULA VIII

Ocorrendo o falecimento de qualquer sócio a Sociedade não se dissolverá, procedendo-se, então, a um balanço geral e pagando-se aos herdeiros do sócio falecido, ou aos seus sucessores, o valor do seu capital, considerando-se os débitos e créditos que possua na sociedade e o lucro ou prejuízo apurado até o último dia do mês em que tiver ocorrido o falecimento.

Parágrafo único: Em caso de impedimento legal de qualquer sócio aplicar-se-á o disposto nesta cláusula.

CLÁUSULA IX

Poderão os herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou impedido optarem por seu ingresso na Sociedade, desde que previamente submetam seus nomes à aprovação do Poder Concedente, prevalecendo a decisão contida nesta cláusula sobre a precedente.

GERÊNCIA E PRO LABORE

CLÁUSULA X

A Sociedade é administrada pelos três sócios, os quais usarão a denominação "diretor-gerente" e agirão individualmente na prática dos atos normais de gerência e administração, visando os interesses sociais, vedado o uso da razão social em negócios estranhos à Sociedade, bem como a concessão de avais, fianças e garantias em favor de terceiros.

§ 1º - Para adquirir ou alienar patrimônio, a Sociedade se obrigará pela assinatura de dois diretores-gerentes.

§ 2º - A Sociedade poderá fazer-se representar em Juízo e fora dele por procuradores, brasileiros, os quais terão os poderes que forem fixados nos respectivos mandatos, cuja outorga deverá ser assinada na forma do parágrafo

GUO.SP

[Handwritten signatures and notes on the right margin]



27 SET 1989

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que a presente cópia "XEROX" foi extraída
do original arquivado, sob número e data autenticação
AUTENTICAÇÃO MANUSCRITA

[Assinatura]
LUIZ DE MOURA MENEZES - Secretário Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo 2 - e 6 Alterações Contratuais (1614545)

SEI 55110:020895/2020-20 / pg. 191

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

2a.alteração contratual da Rádio Pioneira de Salto Ltdafls.05

parágrafo primeiro desta cláusula e, quando for o caso, precedida de anuência do Governo Federal.

§ 3º - Os diretores gerentes farão jus a uma retirada mensal a título de pro labore, que será fixada de comum acordo.

EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO

CLÁUSULA XI

O ano social coincide com o civil. Anualmente no dia 31 de dezembro será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados do exercício. Os lucros ou prejuízos apurados serão divididos entre os sócios na proporção das quotas que possuírem, ou ficarão escriturados em título próprio da contabilidade.

CASOS OMISSOS E FORO

CLÁUSULA XII

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, buscando-se subsídios em toda legislação vigente, especialmente no Decreto nº 3.708 de 1.919 e no Código Brasileiro de Telecomunicações.

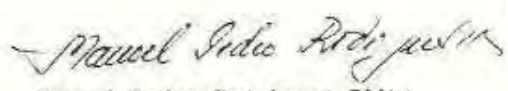
CLÁUSULA XIII

Fica eleito o foro da Comarca de Salto, Estado de São Paulo, para qualquer pendência oriunda deste contrato. "

V - E, assim, por estarem em tudo justos e contratados assinam o presente instrumento, juntamente com duas testemunhas. Este documento tem cinco vias datilografadas de um só lado. Cada via tem 06 (seis) folhas.

Salto, 08 de janeiro de 1.981


Maria Pires Garcia


Manuel Pedro Rodrigues Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo 2 - e 3 - Alterações Contratuais (1614545)

SEI 55115:020895/2020-20 / pg. 192

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS
E OFÍCIO DE JUSTIÇA
BEL. CARMINE CAMPAGNON
ESCRIVÃO

CAMPINAS
Reconheço a firma Maria P. Garcia e
Manoel P. Rodrigues
Filho
CAMPINAS, 12 DE JAN 1981 DE 19
Em Test. da verdade
SELO PAGO POR VERBA



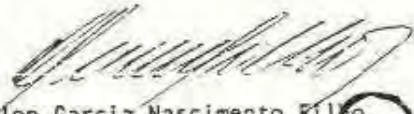
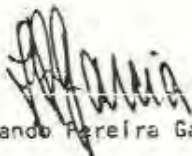

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo 2 - e 3 Alterações Contratuais (11614545)


SEI 55110:020895/2020-20 / pg. 193

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

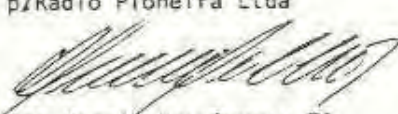
 
Odilon Garcia Nascimento Filho  Fernando Pereira Garcia

Uso da razão social:

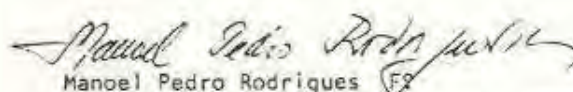
p/ Rádio Pioneira Ltda


Fernando Pereira Garcia
diretor gerente

p/Rádio Pioneira Ltda


Odilon Garcia Nascimento Filho
diretor gerente

p/ Rádio Pioneira Ltda


Manoel Pedro Rodrigues
diretor gerente

Testemunhas:

1- *Domingos Andreotti*

Nome: Domingos Andreotti

RG: 7.871.251 SP

CPF: 129.484.388



2- *Nilza Ferreira do Nascimento*

Nome: Nilza Ferreira do Nascimento

RG: 11.992.268 SP

CPF: 819.645.448-15

VISTO
§ 4.º - Art. 71 LEI 4215/63
C/C ART. 1.º LEI 6884/80

PRIMEIRO CARTORIO DE NOTAS

E OFÍCIO DE JUSTIÇA

DEL. CARMINE CAMPAGNON

RECEIÇÃO

CAMPINAS

Reconheço a firma Odilon G. Nascimento Filho, Manoel P. Rodrigues Filho, Domingos Andreotti
CAMPINAS, 02 de 11 de 2011

Em Test. do Notário

GUO-58



21 SET 1981

14.º CARTÓRIO DE NOTAS-VAMPRE
R. CARDEAL ARCOVERDE, 2210-PINHEIROS 3, PAULISTA
RECONHECIMENTO por semelhança a firma
Roberto Dantas Cortez
SÃO PAULO, 1.º DE JUN 1981
Escriv. Aux. Roberto Dantas Cortez
Francisco Barreto Filho
Cada Nota Cr\$ 25,00 - Seles pagos por valor



1877967061190796781

21 SET 1981



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Anexo 2 - e 6 Alterações Contratuais (1614545)

SEI 55115:020895/2020-20 / pg. 195

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35206491815	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 10/05/1977	INÍCIO DAS ATIVIDADES 10/05/1977	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL RADIO FM 90 LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA			
C.N.P.J. 48.843.270/0001-90		ENDEREÇO RODOVIA CONVENCAO		NÚMERO 1650	COMPLEMENTO KM 02		
BAIRRO CANJICA		MUNICÍPIO SALTO	UF SP	CEP 13324-240	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 280.000,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO							
NOME LUIZ ANTONIO MAZZUCCO							
ENDEREÇO AV. SENADOR ALBERTO SIMONSEN				NÚMERO 28	COMPLEMENTO		
BAIRRO		MUNICÍPIO ITU		UF SP	CEP	RG 5886108	
CPF 467.755.448-04	CARGO SÓCIO			QUANTIDADE COTAS 182.000,00			

SÓCIO							
NOME MARILENE GALVAO							
ENDEREÇO ALAMEDA DO PAU-BRASIL				NÚMERO 135	COMPLEMENTO		
BAIRRO CONDOMINIO PORTAL D		MUNICÍPIO ITU		UF SP	CEP 13301-632	RG 163597340	
CPF 020.959.298-29	CARGO SÓCIO			QUANTIDADE COTAS 98.000,00			

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 22/12/2023	NÚMERO 438.856/23-5	
DECLARACAO DE COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL., DATADA DE: 19/12/2023.		



Certidão Simplificada. Documento certificado por MARIA CRISTINA FREI, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 241998150, quinta-feira, 4 de julho de 2024 às 10:25:17.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.020895/2020-20**Entidade:** RÁDIO FM 90 LTDA.**CNPJ nº:** 48.843.270/0001-90**FISTEL nº:** 02008030008**Localidade:** Salto/SP**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 27/11/2020**Período:** 10/10/2017 a 10/10/2027**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	*6119441	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	*Requerimento subscrito pelo representante legal da entidade à época, Luiz Antônio Mazzucco (SEI 6119453).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a> / pg. 198

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

<p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	9499927	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	11614542 Págs. 12-15	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	11617564	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	
<p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	11194323 Pág. 5	<p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IX" e "X".</p>	



5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11614542 Págs. 16-17	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F: 11194323 Pág. 6 E: 11194323 Pág. 7 11614542 Pág. 18 M: 9499942	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11614542 Pág. 7	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS: 11194323 Pág. 6 FGTS: 11194323 Pág. 3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11194323 Pág. 4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a> / pg. 202

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

<p>10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>MARILENE GALVÃO 9499930</p> <p>LUIZ ANTÔNIO MAZZUCCO 9499928</p>	<p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".</p>	
<p>11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>11614542 Págs. 5-6</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".</p>	
<p>12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?</p>	<p>() Sim (X) Não</p>	<p>11614542 Págs. 8-11</p>	<p>- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".</p>	



13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	11196931	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11194323 Pág. 8	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a> / pg. 204

Checklist 11194384

SEI 33119.020699/2020-20

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <p>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</p> <p>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</p> <p>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p> <p><input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p>	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p> <p><input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	

Observações Adicionais

- n/a

Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a> / pg. 205

Checklist 11194384

SEI 33119-020699/2020-20

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 04/07/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11194334** e o código CRC **BE527945**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

SEI nº 11194334



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 11624/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.020895/2020-20

INTERESSADA: RÁDIO FM 90 LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio FM 90 Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 48.843.270/0001-90**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Salto/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02008030008**, referente ao período de 10 de outubro de 2017 a 10 de outubro de 2027.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Nota Técnica 11624 (11614731)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 207

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Pioneira de Salto Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.069, de 5 de outubro de 1977, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de outubro de 1977 (SEI 11614544 - Págs. 9-13). Posteriormente, conforme verifica-se das alterações contratuais acostadas aos autos, a razão social foi modificada para Rádio Pioneira Ltda, e, por fim, para **Rádio FM 90 Ltda** (SEI 11614545).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2007-2017**. De acordo com a Portaria nº 376, de 20 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de maio de 2010 (retificada pela Portaria nº 482, de 28 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de novembro de 2011), **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 10 de outubro de 2007**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 216, de 2014, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de junho de 2014 (SEI 11614544 - Págs. 1-4).

8. Pela análise dos autos, observa-se que, em **27 de novembro de 2020**, a pessoa jurídica ora apresentada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Nota Técnica 11624 (11614731)

SEI 53115-020095/2020-20 / pg. 208

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

da execução do serviço, em relação ao período de **2017-2027** (SEI 6119441). Portanto, o pedido de renovação da outorga é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o encerramento do prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 10 de outubro de 2016 a 10 de outubro de 2017.

9. Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

10. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

11. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11194334). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.



13. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11194334).

14. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 3 de julho de 2024 (SEI 11614542 - Págs. 12-15).

15. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Luiz Antônio Mazzucco participa do quadro de outra pessoa jurídica que executa o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade Itu/SP. Já a sócia Marilene Galvão não compõe o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

16. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11614542 - Págs. 1-4). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11196931).

17. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11194334).

18. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11614542 - Pág. 16).

19. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.



20. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)



§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

21. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

22. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

23. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 30 de novembro de 2023, com validade até 10 de outubro de 2027 (SEI 11614542 - Págs. 5-6).

24. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 3 de julho de 2024 (SEI 11614542 - Pág. 7). Logo, não há débitos exigíveis decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11614542 - Págs. 8-11). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

25. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Salto/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11614543).

CONCLUSÃO

26. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de janeiro de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Nota Técnica 11624 (11614731)

SEI 33115-020695/2020-20 / pg. 212

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

27. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

28. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

29. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 04/07/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/07/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11614731** e o código CRC **20B19E96**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11616032)
- Minuta Exposição de Motivos (11616049)

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11614731



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Nota Técnica 11624 (11614731)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 213

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.020895/2020-20,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada RÁDIO FM 90 LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.843.270/0001-90, número de inscrição no FISTEL nº 02008030008, a partir de 10 de outubro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Minuta Portaria (11016062)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 214

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 04/07/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/07/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11616032** e o código CRC **5A6C7CD1**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11616032



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Minuta Portaria (11616032)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 215

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

MINUTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.020895/2020-20, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11.624/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº ____, de __ de ____ de ____, publicada em ____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de outubro de 2017, a permissão outorgada originalmente a Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada à RADIO FM 90 LTDA (CNPJ nº 48.843.270/0001-90), nos termos da Portaria nº 1.069, datada em 5 de outubro de 1977, publicada em 10 de outubro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 04/07/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Minuta Exposição de Motivos (11618049)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 216

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/07/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11616049** e o código CRC **E31BDA20**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11616049



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Minuta Exposição de Motivos (11616049)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 217

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 13797, DE 5 DE JULHO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.020895/2020-20,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada RÁDIO FM 90 LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.843.270/0001-90, inscrição no FISTEL nº 02008030008, a partir de 10 de outubro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 11/07/2024, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11620588** e o código CRC **498F0630**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11620588



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Portaria 13797-Renovação FM (11620588)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 218

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 5 de julho de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.020895/2020-20, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11624/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13.797, de 5 de julho de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de outubro de 2017, a permissão outorgada originalmente a Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada à RADIO FM 90 LTDA (CNPJ nº 48.843.270/0001-90), nos termos da Portaria nº 1.069, de 5 de outubro de 1977, publicada em 10 de outubro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 11/07/2024, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11620625** e o código CRC **EB223F73**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11620625



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Exposição de Motivos 490 Renovação FM (11620625)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 219

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 52632/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 13797/2024 (11620588) e a Exposição de Motivos nº 490/2024 (11620625)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 11624/2024 (11614731), encaminho a Portaria nº 13797/2024 (11620588) e a Exposição de Motivos nº 490/2024 (11620625), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Tawfic Awwad Junior**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica substituto, em 10/07/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11620638** e o código CRC **D329D8B2**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11620638



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Ofício Interno 52632 (11620638)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 220

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

[Página Principal](#)

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21794024	PORTARIA MCOM NA 13772.rtf	643a96cd2dce2152460ff8856c104f3a	8,00	R\$ 311,36
21794025	PORTARIA MCOM NA 13802.1.rtf	81b4dacd2d2f4c7a93a28980adffdf8c	5,00	R\$ 194,60
21794026	PORTARIA MCOM NA 13774.rtf	eebab6eaf2ce30af236c4cc1dca26d53	8,00	R\$ 311,36
21794147	PORTARIA MCOM NA 13776.rtf	6b50672e03355e8a5b456d75cc40e51a	8,00	R\$ 311,36
21794148	PORTARIA MCOM NA 13777.rtf	99861c45e4a6a0d1cfa460f3cddb52e31	8,00	R\$ 311,36
21794149	PORTARIA MCOM NA 13793.rtf	14d1f7a020c1ce6d65b24fd0efff65c5	8,00	R\$ 311,36
21794150	PORTARIA MCOM NA 13796.rtf	c253dacf7a24dac8846c4efc4ab97db0	8,00	R\$ 311,36
21794151	PORTARIA MCOM NA 13797.rtf	e1353f9202634ec8e24c685efd3a79cc	8,00	R\$ 311,36
21794152	PORTARIA MCOM NA 13803.rtf	4fdae26186d39a57095c80fd4567d5c6	5,00	R\$ 194,60
21794153	PORTARIA MCOM NA 13801.1.rtf	fa3f16154e023eb8695678806ad498c4	7,00	R\$ 272,44
TOTAL DO OFICIO		73,00		R\$ 2.841,16



www.gov.br/recibo_do?idof=10452072

1.gov.br/recibo.do?idof=10452072

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 12/07/2024 | Edição: 133 | Seção: 1 | Página: 17

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.797, DE 5 DE JULHO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.020895/2020-20, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada RÁDIO FM 90 LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.843.270/0001-90, inscrição no FISTEL nº 02008030008, a partir de 10 de outubro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac4c24eb7

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO PIONEIRA LTDA	
Nome Fantasia: RADIO FM 90	
Telefone: (11) 40280009	E-mail: marketing@fm90.com.br
CNPJ: 48.843.270/0001-90	Número do Fistel: 02008030008
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/10/2007	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 10/10/2027	
Observações: SNC46/90;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RODOVIA DA CONVENCAO	Complemento: - KM 02	
Bairro: CANJICA	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço Correspondência		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia da Convenção	Complemento: Canjica	
Bairro: Salto de São José	Numero: 1650	
Município: Salto	UF: SP	CEP: 13324240

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Salto	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 215	Frequência: 90.9 MHz	Classe: A4	ERP Máxima: 23.4285kW
HCI: 52 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/12/2013 Seletronicamente, após conferência com original.

https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Relatório Canal FM 215 Salto/SP (11654701)

32135115:020895/2020-20 / pg. 223

Informações Gerais	
Número da Estação: 7805918	Número Indicativo: ZYD875
Data Último Licenciamento: 30/11/2023	Número da Licença: 53500.100376/2023-43

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 13' 23.99" S	Longitude: 47° 18' 7.99" W	Cota da base: 559 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005730500518	Modelo: FM10000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 9.1 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: CF 1 5/8"	Fabricante: KMP Cabos Especiais		
Comprimento da Linha: 55.0 m	Atenuação: 0.8054 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: BECP-6H	Fabricante: TEEL Tele Eletrônica				
Ganho: 5.05 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 155 °	Polarização: Circular	HCI: 52 m	ERP Máxima: 23.43 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.94	5°: 1.83	10°: 1.72	15°: 1.62	20°: 1.51	25°: 1.31	30°: 1.21	35°: 1.11	40°: 0.96	45°: 0.82	50°: 0.72	55°: 0.63
60°: 0.54	65°: 0.44	70°: 0.44	75°: 0.44	80°: 0.54	85°: 0.63	90°: 0.68	95°: 0.72	100°: 0.82	105°: 0.92	110°: 1.01	115°: 1.11
120°: 1.13	125°: 1.21	130°: 1.26	135°: 1.31	140°: 1.36	145°: 1.41	150°: 1.36	155°: 1.31	160°: 1.26	165°: 1.21	170°: 1.16	175°: 1.11
180°: 1.06	185°: 1.01	190°: 0.92	195°: 0.82	200°: 0.72	205°: 0.54	210°: 0.4	215°: 0.26	220°: 0.18	225°: 0.09	230°: 0.04	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0.09	255°: 0.18	260°: 0.31	265°: 0.44	270°: 0.58	275°: 0.72	280°: 0.92	285°: 1.11	290°: 1.31	295°: 1.51
300°: 1.62	305°: 1.72	310°: 1.83	315°: 1.94	320°: 2.05	325°: 2.16	330°: 2.21	335°: 2.27	340°: 2.21	345°: 2.16	350°: 2.1	355°: 2.05

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°2'27.15" S Lon 47°18'7.99" W	5°: Lat 23°3'49.96" S Lon 47°17'13.41" W	10°: Lat 23°4'43.22" S Lon 47°16'28.18" W	15°: Lat 23°4'25.71" S Lon 47°15'31.23" W	20°: Lat 23°6'27.28" S Lon 47°14'15'23.1" W	25°: Lat 23°7'7.86" S Lon 47°13'25.71" W	30°: Lat 23°5'54.19" S Lon 47°12'20.52" W	35°: Lat 23°5'47.41" S Lon 47°11'10'48.9" W	40°: Lat 23°5'22.45" S Lon 47°10'30.42" W	45°: Lat 23°6'22.94" S Lon 47°9'19.88" W	50°: Lat 23°7'22.56" S Lon 47°8'19.88" W	55°: Lat 23°9'42.19" S Lon 47°7'23.62" W
60°: Lat 23°10'41.47" S Lon 47°13'1.95" W	65°: Lat 23°11'6.6" S Lon 47°12'47.7" W	70°: Lat 23°11'32.78" S Lon 47°12'35.88" W	75°: Lat 23°11'59.81" S Lon 47°12'26.59" W	80°: Lat 23°12'27.47" S Lon 47°12'19.9" W	85°: Lat 23°12'55.57" S Lon 47°12'15.85" W	90°: Lat 23°13'23.88" S Lon 47°12'14.49" W	95°: Lat 23°13'51.78" S Lon 47°12'20.95" W	100°: Lat 23°14'19.47" S Lon 47°12'24.9" W	105°: Lat 23°14'46.74" S Lon 47°12'31.46" W	110°: Lat 23°15'11.76" S Lon 47°12'45.43" W	115°: Lat 23°15'37.19" S Lon 47°12'56.88" W
120°: Lat 23°23'16'1.6" S Lon 47°13'10.69" W	125°: Lat 23°16'24.81" S Lon 47°13'26.77" W	130°: Lat 23°16'46.65" S Lon 47°13'44.99" W	135°: Lat 23°17'3.59" S Lon 47°14'14.87" W	140°: Lat 23°17'21.9" S Lon 47°14'30.61" W	145°: Lat 23°17'38.41" S Lon 47°15'4.01" W	150°: Lat 23°17'52.98" S Lon 47°15'18.89" W	155°: Lat 23°18'5.5" S Lon 47°15'45.05" W	160°: Lat 23°18'20.33" S Lon 47°16'10.54" W	165°: Lat 23°18'28.61" S Lon 47°16'39.11" W	170°: Lat 23°18'34.57" S Lon 47°17'8.36" W	175°: Lat 23°18'38.16" S Lon 47°17'38.06" W
180°: Lat 23°18'39.37" S Lon 47°18'7.99" W	185°: Lat 23°18'38.16" S Lon 47°18'37.92" W	190°: Lat 23°18'39.24" S Lon 47°19'8.52" W	195°: Lat 23°18'33.19" S Lon 47°19'8.21" W	200°: Lat 23°19'9.35" S Lon 47°20'24.88" W	205°: Lat 23°21'18.89" S Lon 47°22'9.23" W	210°: Lat 23°21'34.71" S Lon 47°23'16.66" W	215°: Lat 23°22'14.12" S Lon 47°24'52.48" W	220°: Lat 23°23'21'14.3" S Lon 47°25'17.99" W	225°: Lat 23°20'24.66" S Lon 47°25'46.36" W	230°: Lat 23°19'37.21" S Lon 47°26'12.65" W	235°: Lat 23°19'7.84" S Lon 47°27'3.14" W
240°: Lat 23°18'37.87" S Lon 47°28'0.56" W	245°: Lat 23°17'55.21" S Lon 47°28'28'42.1" W	250°: Lat 23°17'21.17" S Lon 47°29'58.79" W	255°: Lat 23°16'28.23" S Lon 47°30'38.49" W	260°: Lat 23°15'30.68" S Lon 47°31'13.41" W	265°: Lat 23°14'27.29" S Lon 47°32'23.39" W	270°: Lat 23°13'23.41" S Lon 47°33'40.8" W	275°: Lat 23°12'19.15" S Lon 47°34'27.31" W	280°: Lat 23°11'25.35" S Lon 47°35'17.12" W	285°: Lat 23°10'12.59" S Lon 47°36'31'2.82" W	290°: Lat 23°9'17.78" S Lon 47°37'22.31" W	295°: Lat 23°8'27.94" S Lon 47°38'37.45" W
300°: Lat 23°7'10.08" S Lon 47°29'51.36" W	305°: Lat 23°5'58.82" S Lon 47°29'38.53" W	310°: Lat 23°5'20.47" S Lon 47°28'33.96" W	315°: Lat 23°5'2.39" S Lon 47°27'12.97" W	320°: Lat 23°4'9.74" S Lon 47°26'33.28" W	325°: Lat 23°3'54.69" S Lon 47°25'21.13" W	330°: Lat 23°4'11.47" S Lon 47°23'54.65" W	335°: Lat 23°4'37.4" S Lon 47°23'34.87" W	340°: Lat 23°4'44.77" S Lon 47°23'34.4" W	345°: Lat 23°4'48.62" S Lon 47°23'38.09" W	350°: Lat 23°3'23.82" S Lon 47°23'20.33" W	355°: Lat 23°3'21.61" S Lon 47°19'5.27" W

Distância por radial											
0°: 20.29	5°: 17.8	10°: 16.33	15°: 17.21	20°: 13.7	25°: 12.82	30°: 16.04	35°: 17.21	40°: 19.41	45°: 18.38	50°: 17.36	55°: 11.94



60°: 10.03	65°: 10.03	70°: 10.03	75°: 10.03	80°: 10.03	85°: 10.03	90°: 10.03	95°: 9.89	100°: 9.89	105°: 9.89	110°: 9.74	115°: 9.74
120°: 9.74	125°: 9.74	130°: 9.74	135°: 9.59	140°: 9.59	145°: 9.59	150°: 9.59	155°: 9.59	160°: 9.74	165°: 9.74	170°: 9.74	175°: 9.74
180°: 9.74	185°: 9.74	190°: 9.89	195°: 9.89	200°: 11.35	205°: 16.19	210°: 17.5	215°: 20	220°: 18.97	225°: 18.38	230°: 17.94	235°: 18.53
240°: 19.41	245°: 19.85	250°: 21.46	255°: 22.05	260°: 22.63	265°: 22.63	270°: 23.07	275°: 22.78	280°: 21.02	285°: 22.78	290°: 22.19	295°: 21.61
300°: 23.07	305°: 23.95	310°: 23.22	315°: 21.9	320°: 22.34	325°: 21.46	330°: 19.7	335°: 17.94	340°: 17.07	345°: 16.48	350°: 18.82	355°: 18.68

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 002850402252	Modelo: FM1000
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 1.00 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 50,0 m	Atenuação: 1.1069 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo: INV-30-2	Fabricante:				
Ganho: 0.00 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 160 °	Polarização: Vertical	HCI: 36.5 m	ERP Máxima: 23.43 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1069	Portaria	MC	05/10/1977	10/10/1977	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	46	Portaria	DMC	09/01/1979	12/01/1979	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		31/07/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	135	Portaria	MC	13/03/1990	16/05/1990	Renovação	Jurídico
9999	245	Portaria	DMC	16/10/1991		Mudança de Local	Técnico
9999	171196	Despacho	MC	17/11/1996	02/12/1996	Advertência	Jurídico
9999	441	Portaria	DMC	15/08/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	41	Decreto Legislativo	CN	30/09/1997	01/10/1997	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	503	Portaria	MC	30/11/2000	11/12/2000	Multa	Jurídico
9999	431	Portaria	MC	30/05/2001	07/05/2001	Multa	Jurídico
9999	489	Portaria	MC	27/09/2001	02/10/2001	Multa	Jurídico
9999	366	Portaria	MC	28/06/2007	10/07/2007	Renovação	Jurídico
9999	482	Portaria	MC	28/10/2011	11/11/2011	Renovação	Jurídico



9999	155	Decreto Legislativo	CN	10/05/2012	11/05/2012	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	216	Decreto Legislativo	CN	09/06/2014	10/06/2014	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.094737/2023-13	11032787	Ato	ORLE	21/10/2023	06/11/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
531150208952020-20	13797	Portaria	MC	05/07/2024	12/07/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 52920/2024/MCOM

Brasília, 15 de julho de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11620625)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 11624/2024 (11614731), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 490/2024 (11620625), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 15/07/2024, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11635655** e o código CRC **25692D5E**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11635655



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Ofício Interno 52920 (11635655)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 227

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Brasília, 18 de Julho de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.020895/2020-20, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11624/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13.797, de 5 de julho de 2024, publicada em 12 de julho de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de outubro de 2017, a permissão outorgada originalmente a Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada à RADIO FM 90 LTDA (CNPJ nº 48.843.270/0001-90), nos termos da Portaria nº 1.069, de 5 de outubro de 1977, publicada em 10 de outubro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Sonia Faustino Mendes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Exposição de Motivos MCOM-367-2024 (11651244)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 228

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 24529/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.020895/2020-20.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

FRANCISCO CAVALCANTE
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Francisco das Chagas Cavalcante Costa**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro substituto**, em 18/07/2024, às 20:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11651546** e o código CRC **3DB576A8**.

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11651546



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Ofício 24529 (11651546)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 229

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

EM nº 00567/2024 MCOM

Brasília, 18 de Julho de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.020895/2020-20, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11624/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13.797, de 5 de julho de 2024, publicada em 12 de julho de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de outubro de 2017, a permissão outorgada originalmente a Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada à RADIO FM 90 LTDA (CNPJ nº 48.843.270/0001-90), nos termos da Portaria nº 1.069, de 5 de outubro de 1977, publicada em 10 de outubro de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Sonia Faustino Mendes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações – SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial). Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora unitária ou com fins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022.	

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fictel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 2º do

Assinado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente¹¹.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos cursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

Prova de regularidade relativa à seguridade social
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

FGTS.	
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **XXXXX.XXXXX/XXXX-XX**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o ecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Notas

1. [^] [Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU \(NUP nº 01250.002830/2019-19\), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.](#)



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 12/07/2024 | Edição: 133 | Seção: 1 | Página: 17

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.797, DE 5 DE JULHO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.020895/2020-20, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada RÁDIO FM 90 LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 48.843.270/0001-90, inscrição no FISTEL nº 02008030008, a partir de 10 de outubro de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 11624/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.020895/2020-20

INTERESSADA: RÁDIO FM 90 LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio FM 90 Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 48.843.270/0001-90**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Salto/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02008030008**, referente ao período de 10 de outubro de 2017 a 10 de outubro de 2027.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Nota Técnica 11624/2024/SEI-MCOM

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 1

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Pioneira de Salto Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.069, de 5 de outubro de 1977, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de outubro de 1977 (SEI 11614544 - Págs. 9-13). Posteriormente, conforme verifica-se das alterações contratuais acostadas aos autos, a razão social foi modificada para Rádio Pioneira Ltda, e, por fim, para **Rádio FM 90 Ltda** (SEI 11614545).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2007-2017**. De acordo com a Portaria nº 376, de 20 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de maio de 2010 (retificada pela Portaria nº 482, de 28 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de novembro de 2011), **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 10 de outubro de 2007**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 216, de 2014, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de junho de 2014 (SEI 11614544 - Págs. 1-4).

8. Pela análise dos autos, observa-se que, em **27 de novembro de 2020**, a pessoa jurídica ora apresentada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Nota Técnica 11624 (14/8/14/31)

SEI 33113-020899/2020-20 / pg. 2

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

da execução do serviço, em relação ao período de **2017-2027** (SEI 6119441). Portanto, o pedido de renovação da outorga é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o encerramento do prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 10 de outubro de 2016 a 10 de outubro de 2017.

9. Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

10. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

11. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11194334). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.



13. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11194334).

14. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 3 de julho de 2024 (SEI 11614542 - Págs. 12-15).

15. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Luiz Antônio Mazzucco participa do quadro de outra pessoa jurídica que executa o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade Itu/SP. Já a sócia Marilene Galvão não compõe o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

16. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11614542 - Págs. 1-4). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11196931).

17. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11194334).

18. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11614542 - Pág. 16).

19. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.



20. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)



§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

21. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

22. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

23. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 30 de novembro de 2023, com validade até 10 de outubro de 2027 (SEI 11614542 - Págs. 5-6).

24. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 3 de julho de 2024 (SEI 11614542 - Pág. 7). Logo, não há débitos exigíveis decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11614542 - Págs. 8-11). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

25. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Salto/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11614543).

CONCLUSÃO

26. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de janeiro de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Nota Técnica 11624 (11614731)

SEI 33113-020895/2020-20 / pg. 6

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

27. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

28. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

29. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior**, em 04/07/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/07/2024, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11614731** e o código CRC **20B19E96**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11616032)
- Minuta Exposição de Motivos (11616049)

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

Documento nº 11614731



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

Nota Técnica 11624 (11614731)

SEI 53115.020895/2020-20 / pg. 7

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 23 de julho de 2024.

AOS PROTOCOLOS DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, outorgada anteriormente à Rádio Pioneira de Salto Ltda., atualmente denominada RÁDIO FM 90 LTDA., CNPJ nº 48.843.270/0001-90, inscrição no FISTEL nº 02008030008, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salto, estado de São Paulo.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 567 2024 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 23/07/2024, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5921468** e o código CRC **AD791E32** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 698/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53115.020895/2020-20.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00567/2024 MCOM, de 18 de Julho de 2024, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Salto (SP).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00567/2024 MCOM (5919922), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.020895/2020-20, acompanhado da [Portaria MCOM nº 13.797, de 5 de julho de 2024](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de outubro de 2017, no município de Salto, estado de São Paulo, sem direito à exclusividade, para a empresa Rádio Pioneira de Salto Ltda, atualmente denominada RÁDIO FM 90 LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 48.843.270/0001-90, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações^{\[1\]}](#), e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^{\[2\]}](#).
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU^[3], de 05/10/2023 (5919907), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
 - Nota Técnica nº 11624/2024/SEI-MCOM, de 04/07/2024 (5921466), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 25, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963; e
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 04/07/2024 (5919911), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
5. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social^{\[4\]}](#), e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro^{\[5\]}](#), que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
6. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa^[6], que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 48.843.270/0001-90
NOME EMPRESARIAL: RADIO FM 90 LTDA.
CAPITAL SOCIAL: R\$280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: MARILENE GALVAO
Qualificação: 22-Sócio

Nome/Nome Empresarial: LUIZ ANTONIO MAZZUCCO
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 06/08/2024 às 14:28 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO

Assessor

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC

(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI

Secretário Especial de Análise Governamental

(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias cas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica da se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

[4] O **SIACCO** é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O **MOSAICO** é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[6] Observa-se, no presente caso, que os registros do MCOM nos sistemas SIACCO e MOSAICO mencionam o nome da entidade como "Rádio Pioneira Ltda" sendo que o MOSAICO também traz o nome fantasia da empresa "Rádio FM 90 Ltda". Por sua vez, a base de dados do CNPJ apresenta somente o nome fantasia "Rádio FM 90 Ltda". Portanto, ambas as denominações referem-se à mesma entidade e CNPJ.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 14/10/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 14/10/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 14/10/2024, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5955562** e o código CRC **396A354F** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.020895/2020-20

SEI nº 5955562

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Subsecretaria de Gestão Interna da Secretaria-Executiva da Casa Civil

Brasília, 28 de agosto de 2024.

Referência: Exposição de Motivos nº 567/2024 - MCOM.

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as Unidades competentes pelas em análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

CAMILA MACHADO PIRES
Assessora Técnica SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Camila Machado Pires, Assistente Técnico(a)**, em 28/08/2024, às 19:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6040220** e o código CRC **032F2F43** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.020895/2020-20

Nota SAJ - Radiodifusão nº 838 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO FM 90 LTDA.
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53115.020895/2020-20

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.020895/2020-20, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)**^[1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO FM 90 LTDA**, CNPJ nº 48.843.270/0001-90, na localidade de **Salto/SP**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a **verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações**, no âmbito das atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Estado publicou sua **Portaria de renovação**.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "o *constituente deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988*"[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.020895/2020-20, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

GABRIELA FERREIRA GOMES

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.
No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.





Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ferreira Gomes, Estagiário(a)**, em 08/10/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 09/10/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 09/10/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 09/10/2024, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6121082** e o código CRC **A8F5DFF3** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MENSAGEM Nº 1.333

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 13.797, de 5 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2024, que renova, a partir de 10 de outubro de 2017, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio Pioneira de Salto Ltda., atualmente denominada Rádio FM 90 Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Salto, Estado de São Paulo.

Brasília, 17 de outubro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>



1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 18 de outubro de 2024.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6174012) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BRENO BAJO DUTRA
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra, Assessoria**, em 18/10/2024, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6174336** e o código CRC **BBA68145** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.020895/2020-20

SEI nº 6174336

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

À Senhora Ministra de Estado, substituta
Casa Civil da Presidência da República
Dra. Miriam Belchior

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.333, de 17 de outubro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 13.797, de 5 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2024, que renova, a partir de 10 de outubro de 2017, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio Pioneira de Salto Ltda., atualmente denominada Rádio FM 90 Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Salto, Estado de São Paulo.

Senhora Ministra,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura da Ministra - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se à Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, substituta.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 18/10/2024, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, **Secretário Especial**, em 18/10/2024, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6175986** e o código CRC **39C0AE83** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 13.797, de 5 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2024, que renova, a partir de 10 de outubro de 2017, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio Pioneira de Salto Ltda., atualmente denominada Rádio FM 90 Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Salto, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado, substituta



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1451/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 13.797, de 5 de julho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2024, que renova, a partir de 10 de outubro de 2017, a permissão outorgada anteriormente conferida à Rádio Pioneira de Salto Ltda., atualmente denominada Rádio FM 90 Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Salto, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 18/10/2024, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6176783** e o código CRC **C0D3B898** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.020895/2020-20

SEI nº 6176783

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a>

1e7e54f5-8b12-47d8-a722-5d8b4d78aa4a